



REVISTA FLORESTAN

GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**DOSSIÊ ANTROPOLOGIA E ESTUDOS DE GÊNERO
UFSCAR, ANO 6, N. 8, NOVEMBRO DE 2019**

Revista Florestan | ano 6 | n.8 • nov. 2019

Universidade Federal de São Carlos

ISSN: 2357-8300

www.revistaflorestan.ufscar.br

florestan.ufscar@gmail.com

A Revista Florestan é uma publicação semestral dos discentes de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Capa

Janaína Cicari Astorino Nascimento

CORPO EDITORIAL 2019

Flávio Bellomi Menezes

Gabriel Henrique Lino de Almeida

José Paulo Toledo

Júlia Aricó Savarego

Organização do dossiê

Wagner Camargo

Contato

florestan.ufscar@gmail.com

5 EDITORIAL

DOSSIÊ ANTROPOLOGIA E ESTUDOS DE GÊNERO

ORGANIZADOR: PROF. DR. WAGNER XAVIER CAMARGO

APRESENTAÇÃO

- 6** *Quando Antropologia e Gênero se Encontram em Sala de Aula*
Wagner Xavier Camargo

ARTIGOS

- 11** *"Fazendo Mundos" em Heliópolis: O Jogo Sério das Micropolíticas de Gênero*
Gislene de Oliveria Rodrigues
- 23** *A Violência Obstétrica: Uma Reflexão Sobre Gênero e Saberes Médicos*
Luísa Tui Sampaio
- 36** *"NÓS SOMOS AS CRYSTAL GEM": Um Estudo sobre Sexualidade e Gênero no Desenho Animado Steven Universo*
Gabriel Debone
- 61** *"Ni Una Menos": Desconstruindo a Sociedade Machista?*
Valentina Simone
- 76** *Por Mulheres e Sobre Mulheres: Apontamento da Produção Antropológica Sobre Mulheres Indígenas*
Ana Clara Sapiencie de Souza
- 95** *Os Humanos e Não-Humanos Guarani-Mbya: Uma Reflexão a Partir da Categoria "Gênero"*
Bruno Silva Santos

ARTIGOS

- 107** *Entrelaçando as Subjetividades: Afetos e Afetações no Trabalho de Campo*
Gabriel Rochar Bandeira
- 120** *A História a Contrapelo e a Cultura Popular: Criação e Resistência*
Laura Gabriele Pereira
- 144** *A Atualidade e o Aspecto Revolucionário de Raízes do Brasil*
Arthur Guilherme Monzelli
- 163** *A Invenção dos Óculos Dimensionada por um Contemporâneo Olhar acerca da Ciência*
Camila Muniz de Oliveira
João Marcos de Araújo Krachinski
Felipe Fontana
- 193** *A Antropologia Criminal Aplicada a Canudos: Uma Sociologia Política da Criminologia Positiva (1897)*
Gustavo Hipólito Giaquinto
Wendy Cristina Giroto
- 210** *Os Usos Políticos do Conhecimento: A Fundação FHC à Frente dos Think Tanks Brasileiros*
Sandy Stephanie Gomes de Oliveira
- 225** *Os Discursos Biológicos: Estudo de Caso com Matérias da Revista Superinteressante*
Thaís Fernandes Pereira
- RESENHA**
- 248** *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*
Ricardo Braga

Editorial

A proposta de uma revista científica, para além de propagar pesquisas de imensurável empenho, é a de impulsionar, em uma sociedade como a brasileira, que infelizmente vem perdendo apreço pela ciência, uma nova perspectiva. Dizemos isso, pois a busca substancial que nos engajamos está inexoravelmente atrelada ao que o discurso pós colonial se propôs a chamar de *descolonização permanente do pensamento*. Não apenas reproduzimos “métodos científicos” outrora apontados enquanto “leis”, mas nos permitimos reinventá-los, desconstruir-nos, reavaliar-nos e, o mais importante, traír a nós mesmas.

Em fins de um ano obscuro para a ciência e sua legitimidade no Brasil, a Revista Florestan lança seu segundo volume em 2019 após uma breve pausa. O corpo editorial antes de mais nada agradece a adesão de inúmeras pesquisadoras e pesquisadores que auxiliaram das mais distintas maneiras a realizar o que você, leitor, apreciará nas próximas páginas, as autoras e autores esperam encantá-los e espantá-los com suas produções, seguindo a proposta dessa nova ciência de voltar a, antes de mais nada, incomodar – e nós precisamos urgentemente disso.

A forma como o mundo foi classificado está em crise, a metafísica ocidental não suporta o montante identitário hoje vigente; quando redigimos um texto que vai deter essas categorias, temos que apontar a implicância destas. Um trabalho árduo, afinal tentativas de sistematização de pensamentos abertos serão sempre incompletas. Precisamos compreender que estamos em *devir*, que aquele compromisso epistemológico com o empirismo e a fenomenologia dos trabalhos das ciências sociais precisam ser postos em xeque, pois cada vez mais percebemos que um regime mais honesto de leitura é o da desconstrução, de tensionamentos que auxiliem na reflexão sem cair em opostos binários. É nada melhor que um dossiê cuidadosamente preparado sob orientação do prof. Wagner Xavier de Camargo sobre antropologia e estudos de gênero para nos passar essa mensagem.

Este volume da Florestan portanto é, antes de mais nada, uma saudação àquelas que se propõe em sair da zona de conforto e encarar o mundo de peito aberto, questionando toda e qualquer forma de colonialismo, inclusive o do pensamento.

Boa leitura!

Apresentação: Quando Gênero e Antropologia se Encontram

Wagner Xavier de Camargo

Organizador do dossiê

Pós-doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem desenvolvido pesquisas nos campos de Antropologia das Práticas Esportivas e Estudos de Gênero, Corporalidades e Sexualidades.

E-mail: wxcamargo@gmail.com

O presente dossiê foi concebido a partir da junção de duas situações, quais sejam, de um lado uma ideia surgida numa conversa de corredor com estudantes responsáveis pelo comitê editorial da Revista Florestan Fernandes, em fins de 2016 e, de outro, dos bons resultados colhidos nos textos de final da disciplina de “Antropologia e Estudos de Gênero”, ministrada por mim na graduação em Ciências Sociais, na mesma época. Por questões de trâmites editoriais, mudanças na gestão a revista e mesmo de aperfeiçoamentos textuais, o dossiê em pauta demorou a sair, mas o que se segue é de uma qualidade ímpar, principalmente se levarmos em conta que é uma primeira reflexão de tais estudantes, oriunda de alguns poucos meses de leituras no campo dos estudos de gênero. A proposta era visitar ou revisitar o *modus operandi* da reflexão antropológica, porém à luz dos estudos de gênero. E deu certo!

São seis textos selecionados para compor o dossiê, que trazem algumas das preocupações destas/es jovens (e futuras/os) cientistas sociais em relação ao mundo binário e heteronormativo que nos envolve. Tal grupo de estudantes-autoras/es se esforçou em produzir uma reflexão original como trabalho final e não apenas redigir um texto qualquer para cumprir protocolo. Nesse sentido, e para nossa surpresa e deleite, não apenas lidaram com a bibliografia lida e debatida durante o semestre, algo elementar em se tratando de um curso de graduação, porém trouxeram outras leituras, oriundas de suas curiosidades e pesquisas em relação à temática de gênero e sexualidade. Não houve, entretanto, um propósito de esgarçar os limites de linhas teóricas ou mesmo de escolas de pensamento. Algumas referências bibliográficas complementaram discussões; outras contrapuseram ideias; outras ainda questionaram os limites do conhecido. As/Os estudantes sentiram-se livres para exercer seus espíritos criativos e eu, como docente e orientador de ocasião, apenas conduzi para que o resultado fosse um texto no formato artigo ou ensaio, com vistas à publicação.

Pois eis que aqui se encontram textos inéditos, de elaborações e criações próprias destas/es jovens autoras/es, que trouxeram suas

experiências de vida e de olhar sobre corpos e coisas para um exercício de escrita, que não se materializou como mecanismo de registro, mas sim lançou sementes que podem originar bons e profícuos trabalhos futuros.

Deste seleto grupo, várias/os estudantes tiveram em si despertadas/os o desejo de seguir adiante ingressando em programas de pós-graduação *strictu sensu*, outras/os seguem pela vida não acadêmica. O importante é que a empreitada realizada, de tomar conhecimento de uma literatura específica dos Estudos de Gênero e sistematizar reflexões acerca da mesma, contribuirá para suas formações na vida, independentemente de seus trabalhos estarem baseados no meio universitário. Tenho certeza que estas/estes autoras/es têm mais claro as armadilhas de gênero que nos aprisiona, são mais críticos quanto à matriz heteronormativa que nos governa e se colocam mais a favor da diversidade do que da uniformidade (de posturas, ideias, corpos, gêneros) do que se não tivessem sido expostas/os a tal debate teórico.

Portanto, passo à apresentação resumida dos artigos do compêndio. Gislene Rodrigues, a partir de sua etnografia na favela de Heliópolis, em São Paulo, desenvolvida em uma bem-sucedida pesquisa de iniciação científica entre 2016 e 2017, nos mostra como funciona o que nomeia de “jogo do gênero”, isto é, como corpos que pareciam ser “dóceis” em dado ambiente social, na verdade tornaram-se potências políticas, a partir de novas formas de subjetivação. A autora pretende pensar como a antropologia pode corroborar para o argumento de que a ação humana opera através de um modelo que permite “borrar fronteiras”, podendo, ao mesmo tempo, fazê-las e desfazê-las.

O segundo artigo, de autoria de Luisa Tui Sampaio, objetiva focar noutro assunto tabu na sociedade contemporânea: a violência obstétrica. Tomando tal violência de gênero como parte da prática médica e de saberes instituídos, e usando o feminismo e a crítica ao saber médico, a autora vai problematizar o que ocorre no cotidiano de mulheres que, muitas vezes, não chegam a ter consciência do que ocorre com seus corpos, quando passam pelo parto ou são examinados.

Em seguida encontramos o criativo e ousado ensaio de Gabriel Debone, que toma um desenho animado contemporâneo denominado *Steven Universo* para fazer uma leitura de gênero e sexualidade dos episódios, explorando questões relativas aos gêneros no universo infantil a partir das personagens e dos diálogos. O mais interessante é que o artigo de Debone dialoga com pesquisas recém-publicadas (teses e artigos), que apenas recentemente têm trazido a discussão de gênero para dentro do universo das animações infantis televisivas.

Como quarto texto do dossiê temos uma argentina aguerrida, Valentina Simone, que mesmo desafiada pela língua portuguesa, apresenta uma bela reflexão sobre a marcha “Ni una Menos”, ocorrida em vários momentos recentes na Argentina (e mesmo em outros lugares do mundo) contra o feminicídio e a violência machista às mulheres. O brilhantismo do texto está em se propor a repensar o impacto social da marcha e fazer uma reflexão sobre o efeito do lema como significante, além de refletir sobre as produções teóricas feministas na luta instaurada.

Os dois últimos artigos habitam a seara da etnologia, uma área na qual a UFSCar tem excelência de pesquisa dentro da Antropologia. Ana Clara de Souza e Bruno Silva Santos ousam não apenas porque escolheram temáticas distintas das enfocadas anteriormente, mas porque dialogam com uma área de conhecimento que, praticamente, não foi desenvolvida dentro de minha disciplina, na qual participaram como estudantes. Tomando as mulheres como uma categoria analítica, Souza desenvolve a argumentação por meio de comparação e exposição de perspectivas clássicas na discussão de gênero e apresentará produções mais recentes, na área de etnologia brasileira, que propõem outro ponto de vista sobre o gênero indígena, relacionando temas como a fabricação do corpo feminino, a sexualidade e a divisão do trabalho. E Santos entretetece uma reflexão sobre as relações de gênero entre os Guarani-Mbya por meio de uma crítica a textos feministas mais clássicos da Antropologia, que enfocaram a universalidade da subordinação feminina.

Tenho o prazer de assinar tal dossiê como alguém que acompanhou o processo de formação destas/es jovens autoras/es e não me farto em dizer que me enche de orgulho suas trajetórias e seus escritos aqui postulados. Gostaria de agradecer, publicamente e de igual forma, a oportunidade a mim conferida pela Revista Florestan em poder arregimentar tais artigos e dar corpo ao compêndio. Às/Aos leitoras/es, desejo uma descobridora e instigante leitura!

São Carlos, 07 de setembro de 2019.

“Fazendo Mundos” em Heliópolis: O Jogo Sérioso das Micropolíticas de Gênero

Gislene de Oliveira Rodrigues

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, com ênfase em antropologia e bolsista de Iniciação Científica pela FAPESP (Processo no. 2015/14620-6), sob orientação de Wagner Xavier Camargo. É pesquisadora do Laboratório das Práticas Lúdicas e Sociabilidade (LELuS) e Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidade (ELKE)

E-mail: giza.rodrigues@live.com

Resumo

O objetivo deste ensaio é repensar noções estruturais centrais presentes na maioria das culturas ocidentais: o jogo do gênero ou mais especificamente suas multiplicidades. Desse modo pretendo evidenciar práticas alternativas e perspectivas disponíveis como bases de resistência e transformação, ao mesmo tempo em que sujeitos são efeitos de processo de sujeição e resistência à normalização. Pretendo mostrar o

funcionamento desse jogo do gênero em Heliópolis/SP, evidenciando como corpos que pareciam ser dóceis, na verdade tornaram-se potências políticas, a partir de novas formas de subjetivação. Pretendo ainda pensar como a antropologia pode corroborar para o argumento de que a ação humana opera através de um modelo que permite “borrar fronteiras”, podendo ao mesmo tempo fazê-las e desfazê-las.

Palavras-chave: ‘jogo do gênero’; agenciamentos críticos; novas formas de subjetivação; antropologia

Introdução

Como atores sociais, de um modo geral, em um espectro ocidental “decretam”, “resistem” ou “negociam” o mundo que lhes é dado e como o fazem? Esta ação de “fazer” pode reproduzir padrões sociais e culturais? Ou pode produzir algo novo, para distintos atores? É algo nesse sentido o que Sherry Ortner (1996) se questiona no artigo de abertura do seu livro *Making Gender* ao comparar como o termo “making” tem aparecido nos estudos sociais e culturais contemporâneos. O artigo que inaugura o livro carrega uma crítica à teoria da prática a partir de uma perspectiva feminista, minoritária, pós-colonial e subalterna. A autora considera que a teoria confere à prática um arsenal poderoso para mostrar a complexidade da vida social, por sua ênfase na perspectiva do ator e nos modos de reprodução e transformação das relações de poder.

Entretanto, segundo a própria Ortner, teóricos defensores desse arsenal não teriam se esforçado para estabelecer um diálogo com trabalhos produzidos pelo que ela chama de “antropologia engajada”. Sendo assim, lança mão um projeto de unir a teoria da prática e a perspectiva subalterna, o qual implica pensar a questão do poder e a intencionalidade do sujeito. Propõe, portanto, o modelo dos “jogos sérios”, que captaria duas dimensões importantes da vida social: por um lado, como um jogo, essa é construída e organizada culturalmente em termos de categorias que definem atores, regras e objetivos, e consiste em teias de relações entre posições subjetivas, múltiplas e intercambiáveis; por outro lado, há um espaço de agência, isto é, os atores jogam com habilidade, talento e intenção. Esses jogos são “sérios” porque poder e desigualdade estão sempre presentes.

Em seu projeto como uma investigação da agência sob o prisma dos “jogos sérios”, a autora levanta questionamentos sobre essa construção de mundo em que atores que a englobam também são protagonistas intencionados nessa construção, ou melhor, feitura.² Esses questionamentos

² A minha preferência em utiliza o termo “feitura” ao invés de “construção” é devido à reflexão que Ortner (1996) desenvolve em relação ao verbo *making*, em inglês. Em sua

não são estranhos a Heliópolis, uma *quebrada*³ que se localiza na região periférica da zona Sul de São Paulo, ao menos não ao que se refere à população LGBTI+ que lá habita.⁴ Nos anos 1980-90, a favela do Heliópolis era considerada zona de risco para corpos que fugiam da heteronormatividade⁵ (particularmente para sujeitos autodesignados gays, lésbicas, bissexuais e travestis). Porém, na atualidade, esses mesmos corpos vistos anteriormente como objetos (re)significaram esse território frente à hostilidade impositiva, lugar em que eram perseguidos e tinham que ser “erradicados”.

Partindo deste cenário instituído, o objetivo central deste ensaio é repensar noções estruturais centrais presentes na maioria das culturas da sociedade ocidental: “o jogo do gênero” ou, mais especificamente, “a multiplicidade dos jogos gênero” (ORTNER, 1996, p. 19. Tradução livre) e seu caráter incompletamente hegemônico, que abre fissuras para outros atores operarem. Desse modo pretendo mostrar o funcionamento desse jogo de gênero em Heliópolis, evidenciando práticas alternativas e perspectivas disponíveis como bases de resistência e transformação, pensando na constituição dos corpos como “laboratórios políticos” (PRECIADO, 2008, p. 246), ao mesmo tempo em que são efeitos de processos de sujeição e controle, tornam-se um campo possível de agenciamento crítico e resistência à normalização.

estratégica metodológica e textual aloca no verbo “construir” o sentido mais pesado do termo, e “fazer” o sentido mais leve, para evidenciar quais formas de diferenciações, identidades e posições dos sujeitos são construídas em uma cultura, ideologia ou formação discursiva. A “construção” carrega os signos de uma análise baseada em teorias francesas (Althusser, Derrida, Foucault) com “construcionismos” feitos em voz passiva, através de teorias e não de práticas, havendo diferenças significantes em como os sujeitos são construídos e como operam nesses discursos. O “fazer”, por sua vez, traz a tona o ponto de vista dos atores sociais, como negociam com sua realidade e a constroem, trazendo a possibilidade de produzir algo novo.

³ Neste texto, excetuando-se palavras estrangeiras, será utilizado o itálico para marcar conceitos nativos enunciados por meus/minhas interlocutores/as de pesquisa.

⁴ Passo a adotar a sigla LGBTI+, que traz as já conhecidas letras para demarcar identidades sexuais como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e acolhe o “i” de intersexo. Talvez sigla foi recentemente adotada pela Aliança Nacional LGBTI+, associação que representa tais grupos em âmbito nacional.

⁵ Por heteronormatividade entende-se uma estética que leva em conta a heterossexualidade como norma. (BUTLER, 2003).

Para tanto, como respaldo bibliográfico utilizarei as obras de Sherry Ortner, Paul B. Preciado, Michel Foucault e Judith Butler, a fim de evidenciar como a heterossexualidade é construída como um regime político e um dispositivo de controle que produz a diferença entre homens e mulheres, transforma a resistência à normalização em patologia e engendra a sociedade dicotomicamente. E como esforço para teorizar formas que rompem com o laço de reprodução modificando sistemas estruturais, utilizarei dados de campo da minha etnografia sobre “sexualidades dissidentes”⁶ em Heliópolis, sob a luz dos teóricos citados anteriormente.

Num primeiro momento apontarei como para alguns teóricos é formada essa construção estrutural, para num segundo momento mostrar como as vivências alteram a norma e fazem/provocam “micropolíticas de gênero” (PRECIADO, 2008). Em última instância, o que pretendo é aproximar uma teoria que discute como corpos e discursos são construídos, igualmente mostrando como por meio de vivências tidas como subalternas (ou abjetas)⁷ há alterações na norma vigente. E, sobretudo, interessa-me perceber como a antropologia pode corroborar para o argumento de que a ação humana opera através de um modelo que pode ao mesmo tempo fazê-lo e desfazê-lo.

Construindo: considerações sobre gênero e sexualidade na teoria analítica

Michel Foucault (1997a) já nos mostrou que a repressão dentro de um sistema estrutural desde a época clássica foi o modo fundamental de ligação entre saber, poder e sexualidade. O autor francês se propõe a analisar certo tipo de saber sobre o sexo não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder. A sexualidade aparece como um ponto de

⁶ Refiro-me aqui ao termo “dissidentes” por entender que são sexualidades discordantes com as expressões normatizadas de prazer e expressão sexual, baseadas na heterossexualidade como norma. O termo “sexualidades dissidentes”, no entanto, surgiu a partir dos escritos de Gayle Rubin (1975), que o utilizou para tratar das sexualidades que estavam à margem (fora do tomado como legítimo, legal e aceitável): as não reprodutivas, as homossexuais, as fora do casamento, as pornográficas, as sadomasoquistas, etc.

⁷ Partilho a ideia de corpos objetos de Judith Butler (2000): são corpos que não importam; são ininteligíveis para maioria da sociedade e não têm uma existência legítima; são, sobretudo, uma figura indistinta e sem conteúdo, algo que não se tornou real.

passagem denso das relações de poder, sendo não o mais rígido, porém o dotado da maior instrumentalidade, usado no maior número de manobras, podendo servir de apoio e articulação das mais variadas estratégias. Sendo assim, a sexualidade é um foco privilegiado para a construção da subjetividade da nossa sociedade ocidental moderna.

Retomando discussões foucaultianas nesse sentido, Butler (2000) considera a categoria do sexo como sendo um “ideal regulatório”, não funcionando apenas como uma norma, porém também compondo uma prática reguladora que produz corpos que governam, uma prática regulatória como uma espécie de poder produtivo, que produz uma relação a se padronizar, com o poder de marcar, demarcar, diferenciar os corpos que essas práticas controlam. O sexo é, portanto, um “ideal regulatório” em que sua materialização é imposta e controlada por certas práticas reguladoras. Assim, o sexo, não é apenas uma condição material do corpo ou um tipo de construto discursivamente criado, e sim é em si um processo pelo qual normas regulatórias o materializam, produzem-no, fabricam sua materialização, através de uma reiteração forçada dessas normas.

O sexo, para a autora, nada mais é do que um produto dessas normas, as quais precisam ser constantemente reguladas; e isso se deve pelo fato de que essas produções nunca se realizam por completo. A cada reiteração dessas forças abrem-se espaços para novas forças, novas ordens que desafiam esse “ideal regulatório”.

Butler (2000) argumenta que a performatividade de gênero está diretamente relacionada com a concepção de materialização dos corpos, sendo assim as normas regulatórias do sexo performatizam a materialização dos corpos dentro desse “ideal regulatório” heterossexual. Essa materialidade seria, então, o efeito mais produtivo do poder. Desse modo, as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa, através de uma prática reiterativa e referencial pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia, para materializar o corpo, e, especificamente, a diferença sexual. Entretanto, não se pode entender o gênero somente como um constructo cultural. Esse jogo de materialidade

que produz inteligibilidade aos corpos é uma norma pela qual alguém se torna viável, o que qualifica o corpo pela vida dentro do imperativo heterossexual.

O que pretendo analisar no tópico seguinte, a partir do meu trabalho de campo, é como agem essas construções em outros âmbitos, e como corpos que pareciam ser dóceis para Foucault, na verdade se tornaram potências políticas, dotados de diversas possibilidades de criar novas formas de subjetivação (PRECIADO, 2008).

Making (fazendo): considerações sobre gênero e sexualidade via trabalho de campo

Ao falar da “favela” com foco nos sujeitos LGBTI+, as dimensões desse território⁸ (assim como sua extensão) consistem nas negociações que meus/minhas colaboradores/as de pesquisa travam com o local. As estratégias que moradores/as gays, lésbicas e travestis do Heliópolis se utilizavam, ora de itinerância (se deslocando principalmente para zonas centrais da cidade de São Paulo), ora de permanência (no *fronte* da luta por espaço e reconhecimento dentro da comunidade)⁹ conferiam outro tom para as análises. Resistindo a uma série de perseguições às “homossexualidades e trans/travestilidades”, designações sob as quais esses corpos eram vistos como objetos, os corpos encaravam

⁸ A tradicional “Escola de Chicago” – uma vertente da sociologia americana que teve como auge o período entre 1930-1950 e com um legado que se expandiu para as ciências sociais em geral, sendo até hoje referenciado – trouxe como problema sociológico territórios marginais dentro de uma chave interpretativa sobre o “gueto”. Na discussão sobre questões LGBTI+, os “guetos” já foram tematizados e bastante estudados dentro das Ciências Sociais. Trabalhos mais atuais, como de Camargo e Rial (2011) que ressemantizam o “gueto” em competições esportivas de sujeitos LGBTI+, ou de Isadora França e Júlio Simões (2005) e Néstor Perlongher (2008), que o criticam e discutem suas dimensões, ou ainda mais antigos, como os de Barbosa da Silva (2005) e Edward MacRae (1983), que tomam o “gueto” como local por excelência de encontro entre sujeitos “homossexuais”, estão na esteira das referências bibliográficas úteis para entender seus (des)dobramentos, mas o qual não irei me aprofundar neste ensaio.

⁹ Para uma discussão mais detalhada sobre meus/minhas interlocutores/as de pesquisa, as conquistas do espaço e as divergências de pontos de vista consultar meu artigo (RODRIGUES, 2017) publicado no dossiê de experimentações etnográficas pela revista Florestan Fernandes.

discriminações e (múltiplas) violências por não estarem dentro dos padrões de sexualidade normativos e estabelecidos nos códigos da “favela”.

O mais notável é que a resistência fez com que alguns desses mesmos sujeitos habitassem a “favela”, alterando a lógica hostil, vigente no local. Se antes a repressão, o medo, a proibição eram elementos que os colocavam em movimento, deslocamento para outras localidades de São Paulo, na atualidade há práticas políticas diferentes em sua permanência.

Em campo, esse passado de “expulsão” se figurou através do regaste da memória dos/as meus/minhas interlocutores/as mais velhos/as sobre a “favela”, a sexualidades indesejadas e seus corpos agredidos. O tom da fala sempre era marcado por um amálgama entre “lamento e ressentimento”, mas também orgulho por uma “conquista física” de um espaço outro da cidade. As *quebradas*, em um passado não tão distante (e que se atualizava através dos discursos), eram truculentas para esses moradores, que não eram tratados como pessoas. Relatos sobre espancamentos e mortes de homossexuais faziam parte do cotidiano da comunidade. Frases como “Viado aqui não mora”, “Se ficar na minha favela vai morrer”, eram enunciadas por grileiros, homens que vendiam e alugavam terras no Heliópolis. Eles se designavam responsáveis (administradores) da “favela”, já que não eram espaços legais e juridicamente instituídos para se viver. Eram eles quem regulamentavam as terras e instauravam uma certa ordem de acordo com sua conveniência. No caso, não fazia parte de suas lógicas a presença de homossexuais e pessoas transexuais naquele lugar.

A partir da análise dos meus dados de campo, principalmente de conversas com moradoras/es mais antigos da favela que presenciaram essa (con)formação truculenta do território, vejo que essa proibição da homossexualidade e da transexualidade desenleou algumas estratégias e práticas de resistência. Como narra uma de minhas principais interlocutoras, e também liderança na comunidade, Clô¹⁰, uma travesti de meia idade que estava presente desde o início da ocupação de Heliópolis e foi um dos principais alvos de perseguição no início da “favela”.

¹⁰ Os nomes dos/das interlocutores/as da pesquisa foram alterados por questões éticas.

Essas estratégias começaram primeiro como um movimento autônomo, por assim dizer. Clô me disse que algumas vezes era necessário “casar” para não haver desconfiança: “os homossexuais daqui eram casados: as lésbicas com homens e os gays com mulheres”. Esse recurso do casamento não se configurava necessariamente nos modos tradicionais, pensados pela sociedade (com a consumação do ato sexual) e “era mais como duas amigas morando juntas”, contou-me Clô; o importante era manter o “teatro”, para que ninguém desconfiasse, e tais sujeitos passassem despercebidos. E assim começaram reuniões, um tanto quanto clandestinas, a fim de se armarem “em busca de direitos”.

Mediante a esse desejo, Clô voltou a estudar e, enquanto cursava a 5ª série (atualmente 6º ano), conheceu Márcia, uma das fundadoras da UNAS¹¹, a qual cursava a 4ª série (hoje 5º ano). Foi nesse encontro potente que Clô começou a se engajar nos projetos para a comunidade e lutar pela permanência dos que, antigamente, saíam, migravam para o centro da cidade. Mas não bastava somente ela: era necessário arrastar consigo seus pares para serem mais fortes. Menciona que trabalhar contra a homofobia (conceito então não existente na época) não era fácil e continua não sendo nos dias atuais, mas que é irrevogável as conquistas e méritos obtidos na trajetória:

a transformação em Heliópolis aconteceu por um povo que se uniu, a maioria analfabeto, mas um povo consciente, que lutou por formação [política e educacional], saber da questão legal da comunidade, entender seus direitos pra lutar por eles e, isso é um dos principais elementos que forma um povo que luta, a união, querer se ajudar, e fortalecer seus pares”.

(Entrevista com Clô, julho de 2016).

Assim como aponta Daniel Borrillo (2010), a homofobia agrega em sua expressão sentimentos de repulsa e/ou hostilidade por pessoas que tem desejo por outras do mesmo sexo. Levando a cabo uma repulsa por esse ser que é alocado em uma posição do inferior ou de anormalidade, alimentando uma lacuna constitutiva de um ideal e um real. Há uma

¹¹ União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região. “É uma entidade sem fins lucrativos decretada de utilidade pública federal, surgiu em meados dos anos 1980 da luta dos moradores da comunidade de Heliópolis, pelo direito à moradia e posse da terra” (www.unas.org.br).

“naturalização da homofobia”, por assim dizer, através dos dispositivos de poder vinculados aos aparatos científico-jurídico-pedagógico-político – como também mostra Foucault (1997a; 1997b) –, desencadeando uma desigualdade de acesso a recursos seja de ordem jurídica, econômica, sociais ou culturais. Além do que, segundo o autor, a homofobia engessa a expressão de desejos e comportamentos homoafetivos, visto que há um rechaço a toda e qualquer manifestação visível deste.

Através da análise do autor sobre homofobia e na esteira de meus dados de campo, é possível ver que a homofobia e também a transfobia são algo instaurado na estrutura social, porém, estruturas são passíveis de mudanças. Por mais que haja dificuldades, seria possível se traçarem políticas do corpo, da sexualidade, do desejo, modificando as relações de poder que perpassam tal estrutura. Ou, como coloca Paul B. Preciado (2008), micropolíticas de gênero para minar as certezas instituídas pelo binarismo de gênero prevalente das sociedades ocidentais. Com a articulação entre Clô e Márcia nasceu o movimento LGBTI+ *Helipa*, como um projeto da UNAS. Naquele momento o formato não era o de hoje, mas já tinha, como me relataram, grande foco na politização de moradores/as, e tratavam a informação como uma das principais táticas para mobilizar as pessoas que viviam na “favela”. Um dos principais lemas era “não podemos ser massa de manobra, tem que ser pensante, um ser político”, como frisaram várias vezes Clô e Márcia.

Embora quisessem politizar toda a comunidade, sabiam que a probabilidade disso acontecer via associação de moradores era mínima, assim outras alianças foram negociadas, por exemplo, melhorias e resultados para a população que vivia naquele território. Com isso asseguraram sua posição de benfeitores, muitas vezes aclamados como “anjos” pela comunidade. Dessa forma, pouco importava algumas questões que de grande peso político perante os movimentos sociais, como chamar uma travesti pelo artigo feminino ou masculino, por exemplo. O importante eram os signos de respeito, admiração e poder que essa travesti carregava consigo.

Essa conversa de anjo, de santo protetor, não é como eu me sinto não, isso é como a comunidade me reconhece. Eu me sinto como cidadão lutando por melhorias pra comunidade; cumpro meu dever junto com um grupo de pessoas, sem cada um da associação a gente não consegue mostrar que lá tem gente, lá tem povo. Porque o que a gente tá acostumado a ouvir é 'a favela é lugar de bandido, a favela é lugar de marginal', êpa, pera aí! Não é não! Aqui 99,9% é trabalhador, é gente boa, gente honesta e sofrida, que trabalha de sol a sol pra ter o que comer. Aí não sobra tempo dessas pessoas luta por políticas públicas na comunidade, aí que a gente entra!

(Entrevista com Clô, agosto de 2016).

Ela não é respeitada somente por ser travesti, ou por ter conquistado seu espaço na “favela”, mas pelas negociações e feitos que realiza para a comunidade. O importante são as novas creches que foram feitas, os novos centros culturais, os parques, as bibliotecas; é necessário jogar também com os signos que têm valor para a comunidade, que dão a sensação de pertencimento, o orgulho de morar no Helipa.

Construindo e fazendo: considerações finais

Ao fazer essa aproximação entre o “construir” e o “fazer” tentei evidenciar um modelo de prática o qual Ortner (1996), argumenta para ser encarado como um jogo sério, que pretende captar simultaneamente a dimensão de que a vida social é culturalmente organizada e construída, em termos de definição de categorias de atores, regras e objetivos dos jogos; mas que também a vida *social* é precisamente *social*, ou seja, constituída por teias de relacionamentos e interações, que não podem ser extraídas como “agentes” autônomos, pois os atores jogam com intenção, conhecimento e inteligência.

A contribuição da antropologia vem da explicitação de práticas alternativas de resistência. Ou como tento mostrar com meu trabalho em Heliópolis, como esses corpos, transformam e fazem (*making*) o seu mundo, alterando um ambiente hostil para corpos que fogem do imperativo heterossexual, para um local em que esses atores, que antes tinham que ser erradicados, agora travam negociações com o espaço, constroem alianças, motivados por um desejo de viver com determinado corpo, e ter uma vida afetivo-sexual homo-orientada.

Como dito anteriormente, o propósito desse ensaio foi mostrar o funcionamento desse jogo de gênero em Heliópolis: as inclusões e exclusões, posições múltiplas, regras complexas, formas de atividade corporal, estruturas de sentimento e desejo, apostas de ganhar, perder, ou simplesmente jogar. Para pensar também como os jogos colidem entre si, são cercados, dobrados a serviço um dos outros. E principalmente evidenciando um sujeito intencional dentro desse jogo, para não cairmos em formas de agenciamentos livres e voluntárias, como forma de contribuição da antropologia para estudos de gênero e sexualidade.

Referências Bibliográficas

BORILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira L. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 151-166.

_____. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmen Silvia. **Competições esportivas mundiais LGBT: guetos sexualizados em escala global?** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 3, 2011. pp. 977-1003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997a.

_____, Michel. **A Vontade de Saber**. In: _____. **Resumos dos Cursos no Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, pp. 09-16. 1997b.

GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.

MACRAE, Edward. **Em defesa do gueto (1983)**. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (Org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005. pp. 291-308.

ORTNER, Sherry. **Making gender – toward a feminist, minority, postcolonial, subaltern, etc., Theory of Practice**. In: ORTNER, Sherry. **Making Gender – The politics and erotics of culture**. Boston: Beacon Press, 1996. pp. 01-20.

PERLONGHER, Néstor. **O Negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui.** Madrid: Espasa, 2008.

RODRIGUES, O. Gislene. Políticas do Desejo: um experimento etnográfico com homossexuais e transexuais na favela do Heliópolis. **Revista Florestan Fernandes**, São Carlos, v.6, n.4, 2017. pp. 70-85.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: notes on the 'Political Economy' of sex. In: REITER, Rayna Rapp (ed.). **Toward an anthropology of women.** New York and London: Monthly Review Press, 1975. pp. 157-210.

SILVA, José Barbosa. Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (Org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2005. pp. 40-212.

SIMÕES, Júlio; FRANÇA, Isadora Lins Do 'gueto' ao mercado. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (Org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2005. pp. 309-336.

A Violência Obstétrica: uma reflexão sobre gênero e saberes médicos

Luisa Tui Rodrigues Sampaio

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Endereço eletrônico: luisatui@gmail.com.

Resumo

Entendendo os diversos contextos onde as mulheres são colocadas em situação de vulnerabilidade, a análise proposta nesse artigo pauta a discussão sobre a violência obstétrica sofrida por aquelas em hospitais, tendo como pauta argumentativa o feminismo e a crítica científica ao saber médico. Assim, o texto é organizado em partes, apresentando: a) conceituação das categorias de “gênero” e “mulheres”; b) a definição das violências contra a mulher e quais aparatos institucionais voltadas a elas; c) explanação sobre o que são as

violências obstétricas e a relação delas com o movimento feminista; d) articulação entre as críticas à construção do saber clínico e as práticas médicas de violência obstétrica; e) dados sobre a violência obstétrica; e por fim, considerações finais. A problematização é sequenciada desse modo, uma vez que é essencial mostrar os diferentes ângulos que configuram essa violência de gênero, que sendo nomeada dessa forma implica na necessidade de um aprofundamento sobre a definição da própria categoria “gênero”.

Palavras-chave: violência obstétrica; movimento feminista; mulheres; gênero

Introdução

Segundo a pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo e divulgada em 2010, uma em cada quatro mulheres no país sofre algum tipo de violência durante o parto. A violência obstétrica aparece, assim, de forma latente, sendo que as agressões mais comuns relatadas são: exame de toque de forma dolorosa, negar algum tipo de alívio para dor, insultos variados a respeito da condição da mulher, não informação sobre os procedimentos realizados, amarrar o corpo da mulher à cama, e ainda afastar o bebê da mãe logo após o nascimento, não permitindo nem toque, nem amamentação. Mesmo existindo esse grande espectro de possibilidades de violências na condição obstétrica, essas violências não são reguladas por uma legislação, possuindo apenas um inquérito civil público aberto em 2014 pelo Ministério Público Federal.

O amparo legal aparece aqui em relação aos diferentes olhares sobre os corpos das mulheres, que trazem consigo a imposição de normas, além de formas de dominação. Entendendo estas como pautas centrais do movimento feminista², essa configuração constrói o eixo argumentativo do presente artigo, que pensa a mobilização de mulheres como resultante de políticas efetivas, as quais partem de uma necessidade e demandas por um reposicionamento de visões e de lugar de direitos. Para isso, o texto discute a conceituação da categoria de “mulher”, buscando problematizar afirmações que partem de determinismos biologicistas e são legitimadas por eles, separando dessa forma, a “Natureza” da “Cultura”, um clássico debate antropológico.

Outro ponto de relação fundamental nessa discussão é o estudo de Michel Foucault (1977) sobre a construção dos saberes médicos, que os coloca como um poder regulador, que toma os corpos por meio de uma

² Entendo que “movimento feminista” não possa ser tomado como único, já que existe uma multiplicidade de vivências de mulheres que resultam em diferentes tipos de demanda. Mas como o objetivo desse artigo não se baseia nesta discussão, o fenômeno aqui será tomado no seu conjunto, a partir de uma demanda que, a meu ver, parece geral: o fim da violência, o amparo da justiça e o entendimento e reconhecimento das especificidades colocadas pelos vários corpos de mulheres.

padronização e não das suas especificidades, sendo esse entendimento contrário ao que é reivindicado pelo movimento feminista. Essa regulamentação da atividade médica, que especifica ações para determinados acontecimentos, pode ser colocada em consonância com a violência obstétrica, pois está relacionado a corpos que não são iguais e que colocam as suas especificidades no momento do parto. Isso é visível ao se considerar que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), no máximo 15% dos partos deveriam ser cesarianas, que é um procedimento onde o médico tem o total controle dos passos que devem ser seguidos segundo o que foi colocado pela ciência médica. Porém, isso não acontece e as cesarianas são, absolutamente, um acontecimento corriqueiro, ao menos no Brasil.

A discussão proposta aqui busca entender essas possíveis conexões, apontando para as defasagens ainda existentes em relação à saúde e à segurança das mulheres, e enfatizando a necessidade em se pensar a diferença instaurada nos corpos, que é trazida como argumento político para a busca de direitos. A multiplicidade de vivências é uma colocação que questiona o Direito atual, onde as normas são estabelecidas de modo homogeneizantes, assim como na Medicina. É necessário, então, explorar as potências aqui explanadas dentro das disputas por direitos, existentes no contexto atual.

Mulher, mulheres e a categoria de gênero

“Gênero” foi inserido no debate contemporâneo pelas feministas norte-americanas no intuito de postular com ele o caráter social da relação entre homens e mulheres nos estudos, afastando-se de uma visão biologistica da diferença. Joan Scott (1989), historiadora estadunidense, retoma todo o processo de incorporação dessa categoria, fazendo também uma análise crítica e propondo a ela uma nova intenção. Um dos primeiros passos em relação ao “gênero” foi colocá-lo como uma categoria relacional, por meio da qual “homem” e “mulher” se apresentariam como termos recíprocos. As feministas apontavam para a necessidade de que as pesquisas

entendessem os “papéis sexuais” atribuídos em diferentes locais e épocas, sendo que os estudos sobre mulheres, na chave interpretativa do “gênero”, seriam uma transformação de paradigmas em várias disciplinas científicas (PISCITELLI, 2002).

As teorias sobre “gênero” elaboradas por historiadoras(es), segundo a autora supracitada, apresentam explicações baseadas no universal com amplas generalizações, o que não conferia a tal categoria o caráter de mudança/transformação, que seria intrínseco a ela. “Gênero” aparecia, assim, como um sinônimo de mulheres, estando distante de uma luta política e incorporado a uma terminologia científica. Tal abordagem puramente descritiva não dava conta de explicar o funcionamento das relações entre os sexos e, muito menos, como estas relações transformariam a história. A partir dessa crítica, historiadoras(es) formularam abordagens que explicassem a categoria “gênero” e ainda fizessem a análise histórica, sendo divididas em três posições teóricas, a saber: uma que visava explicar as origens do patriarcado; outra que partia da tradição marxista com ênfase nas críticas marxistas; e a última baseada no pós-estruturalismo francês e nas teorias anglo-americanas, que buscavam entender a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Entendendo isso, a categoria “gênero” foi tomada no final do século XX “pelos feministas contemporâneos para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens” (SCOTT, 1989, p. 19). Assim, e por meio da crítica à ciência, ao empiricismo e ao humanismo, abriu-se um espaço para um debate teórico onde a revisão dos métodos de pesquisa e explicação das hipóteses eram essenciais – essas são questões pensadas a partir dos/as pós-estruturalistas.

Por meio dessas colocações, Scott (1989) formula uma definição de “gênero”, sendo essa dividida em duas partes: uma onde o gênero é um dos elementos que constituem as relações sociais, visível a partir da diferença sexual; e outra em que o gênero é entendido com uma *forma primária das relações de poder*. Em relação à primeira, existem quatro elementos que se

relacionam, sendo eles: elementos culturais com imagens diversas; *conceitos normativos* que limitam as possibilidades representativas; as normatizações criadas pela política e pela economia; e a *identidade subjetiva*. Já a segunda parte, se volta para a questão de uma *estrutura hierarquizada*, na qual há um entendimento generalizado de que na relação, o masculino é superior ao feminino. O poder político sempre se apresentou como uma forma de impor autoridade, e dentro disso, excluir as mulheres da sua dinâmica.

Essa análise crítica de Joan Scott, na qual “gênero” é uma potência para mudanças estruturais, sendo um ponto de reflexão sobre as estratégias políticas usadas pelas feministas, define-se como uma posição contrária a de Sherry Ortner (1979), que estabelece toda uma retórica onde são explanados os motivos e fatores que colocam as mulheres como inferiores diante aos homens nas sociedades. Para ela o feminino como secundário é um fato universal a todas as sociedades, sendo que a *ideologia cultural* somada aos *esquemas simbólicos* e as *classificações sócio-estruturais* estruturam essa colocação. No debate natureza *versus* cultura, as mulheres estariam mais para a natureza – já que as teriam o “papel natural” da reprodução, estariam no âmbito da família e possuíam uma psique irracional e emotiva –, ao contrário dos homens, que estariam para a cultura – mundo social e público, racional e assertivo (ORTNER, 1979).

Porém, tudo muda em meados dos anos 1990 quando Judith Butler aparece na produção científica da teoria social contemporânea sobre gênero. A autora vai colocar as problemáticas sobre a distinção sexo/gênero em outro patamar e dar novos ares para a discussão natureza x cultura. Butler (2003) propõe historicizar o corpo e o sexo a partir do questionamento sobre a naturalidade que são colocadas sobre essas estruturas sociais. A autora tem como objetivo dissolver a dicotomia sexo e gênero, sendo que essa limita as possibilidades de problematização das feministas em relação ao que seria a *natureza da mulher* e a *natureza do homem*, ao passo que impõe uma coerência entre um gênero, um sexo e

uma prática sexual (heterossexual) – algo que, para ela, devemos nos afastar!

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante a qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25)

Nesse sentido, Butler (2003) faz uma crítica à separação entre natureza e cultura que é tanto explorada por Ortner (1979) em seu argumento. O gênero se coloca aqui como definido por meio de um *ato performático e intencional que produz significados*; existe um processo onde o sexo é materializado e reiterado o tempo todo por meio das normas reguladoras. O gênero e o sexo não podem ser separados, pois estão em uma mesma lógica que estabeleceu uma construção biológica e discursiva. Assim como apontado por Scott (1989), o gênero é constituído por relações de poder (regulações), que são retomadas a todo o momento pelos processos discursivos.

Essas regulações e padronizações estabelecidas pelo gênero, que colocam as mulheres passíveis de serem dominadas, abrem caminho para o reconhecimento de violências que lhe são específicas. A violência contra a mulher, pauta principal do movimento feminista desde a década de 1970, é definida pelo artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 sendo:

qualquer conduta – ação ou omissão – de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.

A “Lei Maria da Penha”, como se denomina, é uma conquista do movimento feminista e se configura como um mecanismo para a prevenção da violência, punição dos agressores e proteção às mulheres violentadas. O ponto de partida por ela estabelecido é o da violência doméstica, sendo

essa um ato violento exercido por uma pessoa que conviva (ou já tenha convivido) com a mulher em questão, ou que possuiu ou possui algum vínculo amoroso com esta. A violência doméstica é configurada por cinco formas, sendo elas: física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral.

Por sua vez, existe todo um aparato que essa lei estabelece para dar suporte e encaminhar a mulher que tenha sofrido a(s) violência(s) previstas em seus termos. Este se estabelece por: mecanismos de prevenção à violência; assistência à mulher e sua família; atendimento policial; procedimentos para acusação do agressor; medidas de proteção em casos de urgência; formas de ação do Ministério Público; assistência judiciária e equipe de atendimento.

A partir daqui, tendo confeccionado uma trajetória conceitual do gênero e comentado sobre a materialização da violência sobre o corpo de mulheres, pretendo especificar a situação da violência obstétrica, colocando-a numa perspectiva mais ampla e situacional frente aos corpos de mulheres, ao movimento feminista e dentro do debate do campo da saúde.

A violência obstétrica: movimento feminista, corpo e saúde

As lutas do movimento feminista pautaram (e pautam até os dias de hoje) uma série de fatores sociais, que colocam os corpos das mulheres como objetos sexuais e não pertencentes a sua própria autonomia, sendo exposto e agredido de diversas formas. Tomando corpo nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, a segunda onda do movimento feminista junto à reforma sanitária³ trouxe a necessidade de uma nova consciência em relação às vidas sexuais e reprodutivas de mulheres, de forma que fossem pensadas junto à saúde delas, por meio dos conceitos de cidadania e liberdade. Essa proposta de revisão crítica fez que uma série de reflexões e

³ "A reforma sanitária no Brasil é conhecida como o projeto e a trajetória de constituição e reformulação de um campo de saber, uma estratégia política e um processo de transformação institucional" (FLEURY, 2009, p. 476). As bases teóricas desse movimento estão: em uma concepção marxista do Estado, onde as lutas políticas se inscrevem nele, e ele tem um papel fundamental em relação a elas; e em uma visão crítica em relação à saúde coletiva.

mudanças acontecessem, tanto no âmbito das políticas, como no dos grupos sociais. A luta pelo parto humanizado e a incerteza em relação ao *status* das práticas médicas, assim como configurações e procedimentos hospitalares que envolviam o parto, foram pontuados entre os anos de 1990-2000 devido a uma série de fatores como o elevado índice de maternidade na juventude, o aumento e disseminação de tecnologias reprodutivas e a retomada de formas alternativas de parto (CARNEIRO e RIBEIRO, 2015).

A partir dessa busca por uma nova colocação em relação ao corpo da mulher e sua saúde, a violência obstétrica começa a ser trazida para o debate, sendo definida como “a violência cometida contra a mulher grávida e sua família em serviços de saúde durante a assistência ao pré-natal, parto, pós-parto, cesárea e abortamento” (KONDO, 2014, p. 20), podendo ser verbal, física, psicológica ou mesmo sexual e se expressando de múltiplas formas, explícitas ou veladas. Dessa forma, tal violência é condicionada por fatores que remete ao gênero, resultando em traumas permanentes na vida das mulheres que são diretamente afetadas.

Mesmo não existindo uma lei que estabeleça quais os procedimentos que caracterizam a violência obstétrica, ela é entendida na utilização de forma inadequada de procedimentos que aceleram o parto; na submissão da mulher ao jejum ou lavagem intestinal durante o parto; na falta de condições para que a mulher amamente o seu bebê; na proibição que a mulher tenha contato com a criança sem explicar os motivos; na violação de direitos da mulher garantidos por lei; no descumprimento de normativas e legislação vigentes; e uma série de outras ações realizadas no ambiente hospitalar.

Mariana Pulhez (2013) faz uma análise sobre a construção da noção de “violência obstétrica”, discutindo como o discurso dos direitos humanos está aqui presente e qual o seu efeito nas práticas médicas e científicas na realização do parto, tomando para essa reflexão a própria fala e categorias das mulheres que forma vítimas dessas ações. Fazendo uma analogia ao movimento feminista da década de 1980, a autora coloca que quando

mulheres enunciam a violência – que, nesse caso, é obstétrica –, estão reivindicando os seus lugares como vítima, enunciando que determinados procedimentos realizados em seus corpos são violentos e as agredem (PULHEZ, 2013).

Em suma, o que está em jogo na denúncia da “violência obstétrica” é parte de um movimento que busca alterar a visão de mundo sobre aquilo que é constitutivo de um parto. Um parto não precisaria ser dolorido nem doloroso. Ele poderia ser feito à escolha da mulher, do modo como ela se sente à vontade, com quem ela se sente confortável. E ao dizer que elas poderiam fazer o parto sozinhas, não só estariam questionando o que se entende por esse evento, como estariam reivindicando o direito sobre seus corpos. ‘Meu corpo, meu parto, minhas escolhas’ pode ser entendido como uma denúncia, como uma vocalização, como o pedido de socorro para legitimar a posição de vítima dessas mulheres. Elas falam sobre uma violência que percebem como infligida sobre si mesmas, e desta forma abraçam a ideia de que é preciso falar para curar. Se não podem ser donas de seus corpos no momento do parto, se uma série de procedimentos é adotada sem o seu consentimento ou sem uma explicação clara do por que dessa adoção, isso constituiria, para elas, um ato violento. (PULHEZ, 2013, p. 558-559)

Depois desta rápida caracterização da violência obstétrica, pretendo logo a seguir especificar algumas práticas violentas realizadas por médicos e como esse saber médico (e da Medicina enquanto área de conhecimento legitimador) funcionam/operam sobre os corpos das mulheres.

A lógica da construção do saber médico nas práticas obstétricas

A história da clínica e do saber médico são investigadas por Foucault (1977), a partir do seu método genealógico, procurando saber como esse processo se constrói historicamente. A gama de poderes da clínica é talhada pelo olhar, e o que se estabelece é o que é visível. A medicina partiu do modelo naturalista do século XVIII, no qual era necessário reconhecer formas, aproximando-as ou diferenciando-as, a fim de fossem classificadas, porém vai um pouco além dele. Ela pede por um olhar específico que confere o poder de decisão e análise, sendo esse de um peculiar observador e pautado por uma instituição. Tal olhar ainda tem que esperar pelo que é desviante, não podendo se pautar por uma estrutura previsível,

uma vez que está sempre apreendendo fatores, e é também calculador, visando os riscos.

Foucault aproxima o olhar clínico e a reflexão filosófica, pois ambos se colocam em uma estrutura de objetividade, na qual as coisas são significadas, identificadas e postuladas na linguagem, que, ao mesmo tempo, enuncia e explicita sua origem. A incerteza que circunda a medicina, caracterizando-a como imperfeita, foi positivada pelo movimento do pensamento no final do século XVIII, colocando-a como uma soma de certezas e possibilitando que fosse englobada pelo método racional-matemático. Isso resultou em uma mudança conceitual, por meio da qual fatos isolados podem ser analisados e depois colocados em relação a um conjunto.

A renovação da clínica está dada na inserção do saber probabilístico, onde existe um local específico para a atuação do médico que enxerga elementos isolados, dados em determinada ordem. “A dialética simples da espécie patológica e do indivíduo doente, de um espaço fechado e de um tempo incerto, é, em princípio, desfeita” (FOUCAULT, 1977, p. 110). O olhar da medicina está voltado, assim, não mais para a individualidade, mas para os elementos do seu domínio aberto. A aplicação da teoria matemática foi dada pela validação do espaço hospitalar, sendo esse realizado pelo método probabilístico e o que foi usado para se justificar seu uso é a argumentação do Calanis, na qual a natureza se configura com o lugar do “não preciso”, retirando então essa negatividade da incerteza por meio da qual a medicina é pautada, dando-lhe desta forma um respaldo técnico.

É possível por meio dessa análise de Foucault, que coloca uma fragmentação do conhecimento clínico, entender as práticas médicas como parte de um aparato de poder que regula e constrói corpos. Sendo assim, no campo obstétrico, procedimentos considerados normais para a realização do parto servem, na realidade, para padronizar o modo das mulheres parirem. A cesariana, a posição da maca, a anestesia, entre outros exemplos, são parte dos procedimentos-padrão realizados em hospitais, nos quais a grande maioria das mulheres vai conceber. A luta pelo parto

humanizado se dá, então, ao entender que essas ações estão mais pautadas em uma questão normativa e moral (do que no bem-estar da própria mulher e da criança que vai nascer), buscando-se afastar posturas e ideias hegemônicas.

À guisa de conclusão

A violência obstétrica contra mulheres (independente de raça/etnia, classe social ou credo) ainda é pouco entendida como uma forma de violência, não tendo um aparato legal próprio que proteja especificamente as mulheres que sofrem com ela. O saber médico, como uma forma científica que homogeniza corpos e parte de pressupostos universais para realizar suas práticas, resulta em agressões durante todos os procedimentos que envolvem o parto, revestindo-se numa verdadeira “violência de gênero”, que agride uma grande quantidade das mulheres brasileiras.

A categoria “gênero”, entendida como um movimento político, possibilita a relativização dos corpos, das orientações sexuais, dos desejos e dos próprios sexos e, pensando-a no caso de mulheres, retira-as do lugar da inferioridade e submissão, ao que são submetidas pelo patriarcado.⁴ Sendo assim, o movimento feminista luta por um mundo onde as mulheres tenham autonomia sobre os seus próprios corpos, podendo tomar decisões sobre ele, inclusive podendo escolher quais as práticas lhe são melhores e o que acontece durante os seus trabalhos de parto, por exemplo.

É de suma importância ressaltar que as mulheres não são passivas em relação ao que lhes é colocado e existe, sim, um movimento contrário às normas impostas, em todos os estratos, em todas as situações sociais. Mas a violência contra a mulher que ocorre constantemente em todo o país é tão gritante e desumana, que subsume no cotidiano das pessoas,

⁴ Aqui estou consciente de que poderia pensar a condição e o lugar de mulheres outras, como negras e indígenas, perante esta problematização da violência obstétrica. Porém, não cabe nos limites deste texto introdutório, que se caracterizou mais por uma mobilização do “pensar sobre” num primeiro momento, do que buscar um aprofundamento temático.

deixando-as muitas vezes perplexas e imobilizadas. A violência contra mulheres no Brasil deixa sequelas físicas e psicológicas em suas vítimas, quando não lhes traz a morte!

Por isso é imprescindível que todas as violências contra a mulher sejam discutidas, inclusive em âmbito acadêmico, elucidando os absurdos que ocorrem cotidianamente. Também é necessário repensar o *status* da medicina como fonte mais confiável em relação à saúde e ao corpo, entendendo que ela foi estabelecida a partir de um corpo universal, que é fragmentado só para se entender as doenças e gerar tratamentos parciais.

Em relação ao parto, como foi destacado neste texto, as práticas criadas para uma suposta “maior segurança” do procedimento em mulheres, apresentam-se, na maioria das vezes, como desnecessárias. A violência obstétrica, em que pese ser pouco falada e totalmente invisibilizada, é um importante tópico a ser discutido pela sociedade. E isso é urgente!

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Rosamaria Giatti; RIBEIRO, Fernanda Bitterncourt. Partos, maternidades e políticas do corpo. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, abr-jun. 2015. pp. 181-189.

FLEURY, Sonia. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n.3, 2009. pp.743-752.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1977.

KONDO, Cristiane Yukiko. **Violência Obstétrica é Violência Contra a Mulher: mulheres em luta pela abolição da violência obstétrica**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2014. 24p.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para a natureza, assim como o homem para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalis & LAMPHERE, Louise (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 95-120.

PULHEZ, Mariana Marques. ‘Parem a violência obstétrica!’: A construção das noções de ‘violência’ e ‘vítima’ nas experiências do parto. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 35, Agosto de 2013. pp. 544-564.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2), jul-dez 1990. pp. 5-22.

Sites:

Blog CRESCER. Manobra de Kristeller: entenda por que o método é considerado uma forma de violência obstétrica. Disponível em: <<http://revistacrescer.globo.com/Gravidez/Parto/noticia/2017/01/manobra-d-e-kristeller-entenda-por-que-o-metodo-e-considerado-uma-forma-de-violencia-obstetrica.html>>. Acesso em 29 de janeiro de 2017.

BELLI, Mainá. “Os números da violência obstétrica”. Disponível em: <<https://aviolenciaobstetrica.wordpress.com/dados-estatisticos-violencia-obstetrica/>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2017.

LAZERI, Thaís. Violência obstétrica: 1 em cada 4 brasileiras diz ter sofrido abuso no parto. Disponível em <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/07/violencia-obstetrica-1-em-cada-4-brasileiras-diz-ter-sofrido-abuso-no-parto.html>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2017.

Lei Maria da Penha. Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

POMPEU, Carolina. Uma em cada quatro mulheres sofre violência obstétrica no Brasil. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/uma-em-cada-quatro-mulheres-sofre-violencia-obstetrica-no-brasil-ee5jkxiutgeb18bwkud2ozhhq>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2017.

“NÓS SOMOS AS CRYSTAL GEM” Um Estudo sobre Sexualidade e Gênero no desenho animado Steven Universo¹

Gabriel Debone

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Endereço eletrônico: gadj21@gmail.com.



Resumo

Este artigo pretende desenvolver uma discussão sobre a temática gênero e sexualidade a partir de um desenho animado chamado Steven Universo, que é transmitido pelo canal privado Cartoon Network desde 2013. Mais especificamente, este texto busca explorar

iniciais sobre o efeito das reflexões acerca do gênero apresentadas dentro do universo infantil, principal público alvo da animação em pauta. Para isso, se utilizara de referenciais bibliográficos partícipes das temáticas “estudos de gênero”, “sexualidade” e “antropologia da criança”.

Palavras-chave: desenho animado; infância; gênero; sexualidade; antropologia

Introdução¹

A partir de perspectivas correntes nos estudos sociais da infância (CORSARO, 2011; COHN, 2009), este trabalho pretende analisar as abordagens de gênero e sexualidades evocadas por um desenho animado contemporâneo, chamado *Steven Universo*, exibido no canal internacional *Cartoon Network*. Este é o primeiro programa da emissora criado inteiramente por uma mulher e é exibido no Brasil desde 2014, classificado com censura 10 anos e que visa, primeiramente, o público infante – embora conquiste muito espaço entre o público infanto-juvenil.

Entende-se como *infante*, o público que se adequa dentro dos requisitos tidos como “infantis” atualmente: entenda-se “crianças”. Deve-se levar em conta que infância é um conceito socialmente construído e que não corresponde a uma fase biológica em si, mas sim a um período da vida no qual o humano ocidental é revestido de características atribuídas a sua idade cronológica. Tal conceito é evidenciado por Phillip Ariès (1981) ao analisar a história social da infância desde o século XII, quando as crianças, assumindo uma idade em que podem interagir com o mundo por si só, já eram introduzidas na esfera de atividade adulta, apagando qualquer diferenciação baseada puramente na idade cronológica. A pouca importância que a figura infantil assumia dentro do universo familiar foi evidenciada, segundo o autor, diante da presença ou ausência de figuras infantis nas artes do período (principalmente pintura), e sua gradual inclusão nestas.

Desenvolveu-se, portanto, diante de fatores como escolarização e mudanças demográficas, o que se convencionou chamar “sentimento de infância”, ou seja, um modo de se sentir e se portar em relação ao infante que passou a caracterizar sua existência no mundo e a partir de qual a criança passou a ser vista como algo a ser valorizado, protegido e criado

¹ Esta versão do texto foi produto final do curso de graduação Antropologia e Estudos de Gênero, ministrado pelo prof. Wagner Xavier de Camargo, no 2º semestre de 2016. E mais tarde acabou se tornando tema de investigação de meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, cujo referido professor foi orientador.

para que “crescesse bem”, assumindo um papel central na vida doméstica e acentuando sentimentos de afeto em relação a família no geral.

O sentimento de infância também é revestido de “segredos” dos adultos em relação às crianças, baseando-se numa pressuposição de que determinados assuntos, representações e temas são “maduros” demais para o conhecimento infantil, concitando no fato de que, através do acesso a tais segredos, a criança se aproximaria do pertencimento (ou ao menos, inteligibilidade) ao mundo adulto. Segundo essa perspectiva, Neil Postman (1999) exhibe argumentos pertinentes em relação à existência de tal “sentimento de infância”, da mesma maneira como explicitado por Ariès (1981), em um mundo como o atual que passou por tantas transformações na esfera da comunicação e no modo como se acessa a mesma (televisões, celulares, internet). Levando em consideração novas formas de transmissão de conhecimento, muitas vezes independentes de fontes escritas e com ampla ajuda da tecnologia, por sua vez que permitem ou facilitam o acesso infantil a esse “mundo secreto” dos adultos, é impossível ignorar o papel desta mudança na formação de subjetividades infantis contemporâneas e na disponibilização de formas de representatividade acessáveis pelas crianças.

Atualmente, a grande mídia pode ser tratada como “pedagogia cultural”, uma vez que instrui, ilustra e demonstra maneiras de ser ou de se portar, pautadas em modelos hegemônicos ou muitas vezes ilusórios. A mídia voltada para crianças não é exceção. Ao se pautar em modelos hegemônicos de gênero e sexualidade para se comunicar com as crianças, não só reforça os modelos, mas também instituem como “normais” certos comportamentos, atitudes, sentimentos e funções associados a determinados gêneros (por exemplo, a eleição de “bonecas” e o “brincar de casinha” para meninas, “carrinhos” ou “armas” para meninos). Ao tratar de modelos contra-hegemônicos, como exposto por Rosângela Soares (2003), a mídia de massas normalmente se mostra repleta de cuidados e busca uma “normatização” do excêntrico ou daquele que foge ao convencional (LOURO,

2003).

Diante desse cenário, o desenho *Steven Universo* se destaca por tratar de temáticas relativas a gênero e sexualidades de uma maneira que se afasta de modelos hegemônicos e não demonstra um cuidado tão aparente em normatizar as excentricidades evocadas, nem tratar de outras sexualidades e gêneros com efeito cômico. Não há estranhamento ou problematização de demonstrações não-hegemônicas; não há ridicularização de aspectos emocionais provenientes dos heróis e/ou machos; assim como as personagens que são feminilizadas são ilustradas como fortes, independentes, formando quase todo o elenco principal de personagens (com exceção de Steven e seu pai Greg), e se distanciando de características culturalmente tidas como de “meninhas”, como a fragilidade, o sentimentalismo exacerbado e a valorização da beleza relacionada à atração de parceiros – como trazido em trabalho doutoral de Juliane Odino (2015).

O fato de as *gems*² serem alienígenas abre espaço para interpretações incomuns em desenhos infantis. Suas existências inorgânicas baseadas em uma pedra preciosa, incrustada em seus corpos, assim como seus poderes de metamorfose e fusão, excluem a necessidade de se identificarem com características generificadas terrestres, que são fixas e imutáveis, possibilitando, portanto, o livre trânsito entre corporalidades e formas físicas, seja para auxiliar na resolução de conflitos ou para se divertirem e treinarem.

Embora apareçam de forma feminilizada, com algumas características físicas e corporais, como cabelo e vestimenta mais próximas a referenciais culturais tidos como pertencentes ao domínio do feminino (vestidos, cabelos compridos e tratamento pelo pronome feminino), isso não pauta, inicialmente, suas interações com o mundo, assim como não são aparentes

² *Gems* são alienígenas humanoides, personagens principais do desenho, que coabitam com humanos numa cidade chamada *Beach City*, na forma de um grupo rebelde que protege o planeta contra seu povo e planeta de origem, o Planeta Natal.

em todas as *gems* da mesma maneira. Além do fato de não se encaixarem em categorias binárias de sexo/gênero baseada na biologia de seus corpos (pois são inorgânicas), “nascem” do chão, por intermédio de máquinas, não havendo divisões entre uma e outra, pautadas em características físicas.

O trabalho parte da premissa de que gênero é construído discursivamente, dentro de um quadro de referências histórico-culturais e também biológicas (BUTLER, 2003). Partindo da constatação que, na sociedade ocidental contemporânea há uma hierarquia social entre homens e mulheres (que leva à subjugação das segundas em relação aos primeiros) e que somos “informados” (desde o nascimento e a todo tempo) pela estética da heterossexualidade (RICH, 1999), este trabalho se propõe a desestabilizar essa matriz binária e mostrar, por meio da análise de um desenho animado específico anteriormente nominado, como há agência possível e como isso aponta para reorganizações da compreensão sobre o próprio significado do “gênero” por parte de novas gerações de crianças, que por ventura tomarem contato com tal produto cultural. Arrisco dizer que desenhos como este poderiam mudar a “cultura infantil” disseminada (e engendrada) pelos meios midiáticos.

Parte-se, igualmente, de abordagens que entendem a criança como um ser ativo no mundo (CORSARO, 2011; COHN, 2009), que produz conhecimento e interações tão válidas quanto aos dos adultos, uma vez que, não só os mundos adultos e infantis interpelam e influenciam um ao outro, como também são observáveis vários dispositivos no mundo adulto para o controle, educação, formação e vigilância das crianças. Assim, é possível pensar a partir de referenciais nos quais as crianças estão constantemente formando e reformulando visões de mundo, estruturas de pensamento e compreensões que vão ou não de acordo com formas hegemônicas instituídas na sociedade em que se encontram.³

Tomando os desenhos animados (e, em maior escala, a mídia no geral)

³ Aqui tomo *criança* como categoria analítica, sem nos ater às especificidades das interseccionalidades (raça/etnia, classe social ou religião).

como ponto de análise, entende-se que estes agem como uma pedagogia cultural (SABAT, 2003), ou seja, dispõem espaços e linguagens que “interagem com” e “educam as” crianças para além do local de aprendizado fixo e controlado (escola), introduzindo a elas as possibilidades de conhecimentos que vão além do que se considera “apropriado” para suas idades (segundo o sistema educacional institucionalizado) e que são também responsáveis pela interpretação e formação de sistemas e valores pelas crianças em relação ao mundo ao seu redor.

Portanto, diante do que foi dito, o presente trabalho postula as seguintes questões como norteadoras: em que medida os episódios escolhidos do desenho animado *Steven Universo* jogam com representações de gênero e sexualidade não-binárias? E, nesse contexto, como são (ou não) representadas e discutidas as estéticas sexuais hetero- e homonormativas? Com quais representações outras tais estéticas disputam espaço na TV no imaginário infantil?

O texto aqui tem pretensão modesta, pois ainda se encontra em fase de elaboração: contextualizarei e analisarei a animação *Steven Universo*, explorando aspectos como as representações corporais, as relações familiares e amorosas, as fusões presentes no desenho e algumas manifestações entre os fãs (como relacionamentos desejáveis entre personagens) à luz das abordagens de relativas à sexualidade e gênero, possibilitando que tais peculiaridades surjam a partir de um olhar mais acurado.

No mundo de *Steven Universo*

*Steven, nós não podemos os dois existir.
Eu vou me tornar metade de você e quero que
você saiba que cada momento que você amar
ser você, sou eu amando você e eu amando ser
você. Porque você vai ser algo extraordinário.
Você vai ser um humano.*

(Fala de Rose Quartz, gravada para *Steven Universo*,
numa fita de vídeo)

Steven Universo é o primeiro desenho do *Cartoon Network* a ser inteiramente idealizado e criado por uma mulher (Rebecca Sugar), que se pauta nas *Crystal Gems*, grupo rebelde alienígena, cuja função é salvar a Terra da ameaça apresentada pelo planeta natal das Gems, chamado Planeta Natal (*Homeworld*), comandado por *gems* de alta autoridade, as Diamantes (*Diamonds*). O interesse das Diamantes na Terra se dá pelo fato de que, uma vez que as *gems* possuem uma existência completamente atrelada as pedras preciosas que lhes dão poderes e características únicas (e seus corpos são só materializações corpóreas dessas pedras), os recursos minerais do planeta podem ser utilizados para a criação de novas *gems*, e, conseqüentemente, aumentar o império e o poder do Planeta Natal.⁴

Movido pelo amor e fascinação de Rose Quartz (líder original das *Crystal Gems*) pelos humanos e pelas possibilidades infinitas de mudança que suas vidas apresentam⁵, as *Crystal Gems* constituem um grupo de *gems* rebeldes, que se voltou contra o Planeta Natal e salvaram a Terra da ameaça iminente em uma guerra acontecida 3000 anos antes da história principal da série. Por conta desse mesmo amor, Rose Quartz se apaixonou por um humano, Greg Universo, e juntos tiveram um filho, metade humano, metade *gem*, e principal protagonista da série, Steven Universo.

As complicações, assim, se iniciam por conta do próprio hibridismo de Steven, já que, uma vez que sua mãe (Rose) é a corporificação de uma pedra preciosa, que não pode ser quebrada ou dividida sem comprometer sua existência, ela se torna parte de Steven, em uma forma permanente de joia, incrustada no umbigo do garoto, o que lhe confere poderes análogos

⁴ A animação já é um sucesso entre as crianças. Atualmente já conta com 5 temporadas e passa em três países quase simultaneamente: EUA, Brasil e Portugal. A primeira temporada contou com 52 episódios, a segunda com 26, a terceira e quarta com 25, e a quinta com 32 (com final previsto apenas em 2019).

⁵ Importante ressaltar nesse ponto que, para as Gems, sua existência e função esta associada a pedra a partir de qual você é formada. Por exemplo, Pérolas normalmente são serviçais, enquanto Ametistas possuem funções de guarda e proteção.

ao de Rose; ao mesmo tempo em que sua metade humana, proveniente de seu pai, Greg, lhe imputa características humanas como a mortalidade através de injúrias ao corpo e o envelhecimento (coisas que não se aplicam as *gems*). Embora a guerra contra o Planeta Natal tenha ocorrido e acabado há 3000 anos antes da história, as *Crystal Gems* continuam como protetoras do planeta, e na atualidade do desenho são formadas por Garnet, Ametista, Pérola e Steven (e, a partir da metade da segunda temporada, Peridot e Lápis-lazúli).

Pontos que chamam a atenção imediatamente dos espectadores do programa: a série trabalha com alguns (e toca em outros) pontos relacionados às questões de gênero e sexualidade que raramente são explorados dessa forma, principalmente numa produção midiática voltada para crianças. Não só o personagem principal, Steven, é um garoto que foge muito dos padrões de masculinidade presentes nos personagens masculinos (ou masculinizados) de outros desenhos infantis (principalmente os personagens que desempenham papéis de heróis), como também as figuras que representam poder e segurança são as outras *Crystal Gems*, muito feminilizadas em suas formas e discursos.

Nesse momento, uma discussão se faz necessária. *Gems* são formas de vida inorgânicas, provenientes de outro planeta, produzidas através de máquinas que enxertam fragmentos de joias nas crostas dos planetas colonizados, nos quais tais fragmentos incubam até se transformarem em *gems* completas, por meio do uso dos nutrientes, minerais e força vital do planeta.⁶ Tal explicação, somada com declarações da criadora do desenho (Rebecca Sugar) e de outros envolvidos na sua produção (como o escritor Matt Burnett)⁷, pode culminar no fato de que *gems* são seres sem sexo e

⁶ Esse processo começa a ser explicado no episódio 40 da primeira temporada, "On the Run" e a explicação se desenvolve no decorrer das temporadas seguintes.

⁷Disponível nos sites:
<http://crystal-gems.tumblr.com/post/98928205153/yo-you-probably-got-like-a-billion-messages-like> e
<http://crystal-gems.tumblr.com/post/99236643403/it-bothered-me-a-little-when-you-said-the-gems-are>. Acessado em jan. de 2017.

sem gênero. Não há o binarismo sexual tão predominante na visão biológica dos corpos humanos (macho/fêmea) no universo *gem*, assim como não existe uma separação por gênero (binária ou não) entre elas. Na fala de Rebecca Sugar quando indagada no site *Reddit* sobre a possível aparição/existência de uma *gem* masculina, a autora respondeu: “A verdadeira questão aqui é se há alguma *gem* feminina! E a resposta é não! *Gems* são apenas *gems*!”.⁸ Em entrevista para o site *Entertainment Weekly*, a autora também declarou, ao ser indagada sobre estas questões de gênero em seu programa:

Sim! Completamente intencional. Meu objetivo com o show era realmente explicitar e brincar com as semióticas de gênero nos desenhos infantis, porque eu acho uma ideia realmente absurda que exista uma diferença radical em um show para meninas *versus* um show para meninos [...]. Eu costumava gostar muito de desenhos que eram agressivamente voltados para meninos quando eu era uma garotinha, e sei que o contrário pode ser verdadeiro, então porque não fazer algo que todos podem assistir? Ao mesmo tempo, tenho algo para falar sobre o fato disso tudo ser realmente um absurdo”.⁹

No caso, a problemática se configura a partir do fato de que as *gems*, embora não possuam gênero definido ou identificações explícitas de gênero, são o tempo todo generificadas. Se pensarmos como a filósofa estadunidense Judith Butler (2003), concluímos que essa generificação é um ato de nomeação, tão instável quanto às próprias relações paradoxais entre sexos e gêneros. Como a autora mesma afirma: o gênero “também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

Portanto, não há um sexo voltado à natureza e um gênero produto da

⁸Disponível em: <https://www.reddit.com/r/IAmA/comments/2e4gmx/i_am_rebecca_sugar_creator_of_steven_universe_an_d/cjw7efv/>. Acessado em jan. 2017. Tradução minha.

⁹ Disponível em: <http://ew.com/article/2015/06/15/steven-universe-creator-growing-gender-politics-her-_brother/>. Acessado em jan. de 2017. Tradução minha.

cultura, mas sim uma distinção sexo/gênero, que está postada em outro lugar nesse imbróglio. Segundo a autora, há uma dessincronia entre sexo biológico, identidade de gênero e prática sexual. Por isso, e voltando ao desenho, *gems* são *gems*, livres para serem mais ou menos femininas, mais ou menos masculinas, mais ou menos o que declararem “estar”, em momentos específicos.

As *gems* não apenas se referem a si mesmas e as outras em seu discurso a partir de pronomes femininos e exibem características físicas e corporeidades normalmente associadas a este gênero (Rose Quartz, por exemplo, possui seios, longos cabelos cacheados e se veste com um longo vestido), como também são tratadas dessa maneira pelos humanos, ou invocadas em papéis tradicionalmente femininos (no episódio “*Fusion Cuisine*” as *Crystal Gems* são requisitadas a representarem o papel de mãe de Steven diante da família de sua amiga humana Connie).

Novamente sublinho que esta animação se destaca em seu modo de tratar as questões relativas a gênero, uma vez que tais generificações e/ou características generificadas não são fixas ou imutáveis. Não só as *gems* possuem a habilidade de alterar suas formas físicas, transitando ocasionalmente entre características corporais mais masculinizadas ou mais feminilizadas.

Posso citar como exemplo o episódio “*Hit the Diamond*” (quinto episódio da terceira temporada) onde, quando se veem diante de uma situação em devem se fingir de humanos para ludibriar *gems* originárias do Planeta Natal, duas das *Crystal Gems* assumem personalidades aparentemente masculinizadas, a partir apenas de nomes masculinos (“Bob” e “Earl”) e vozes mais graves que o comum e uniformes de beisebol (boné, camiseta e bermuda listrados). Outras duas assumem personalidades feminilizadas, a partir também de nomes femininos (“Amy” e “Sophie”), vozes mais finas que o comum e de um uniforme similar. Neste caso, é interessante notar as características corporais comuns de cada *gem*: cabelo curto e alta estatura nas personagens que se tornam, então,

masculinizadas, e cabelo longo e a baixa estatura nas que são feminilizadas. Os símbolos considerados do universo “feminino” e do “masculino”, como construções discursivas e enunciações de gênero performadas pelos corpos (BUTLER, 2003), constantemente se fazem presentes nas *gems* que evocam cada uma dessas personagens em momentos específicos.

Uma questão que se coloca a partir destas generificações é em relação aos “papéis de gênero” assumidos pelas *gems* em diferentes situações. Quando encarnam heroínas extraterrestres, protetoras do planeta e/ou rebeldes, não parece haver necessidade de redefinição de gênero ou algo que o valha; quando elas devem se relacionar mais intimamente com humanos, não só as características generificadas se explicitam com mais intensidade, como também essas se relacionam, primeiramente, com características corporais aparentes (cabelos, seios, altura, etc.).

A partir dessa discussão de masculinidades/feminilidades, outro ponto relativo a um dos mais importantes personagens da série se coloca. O garoto Steven Universo (metade *gem* e metade humano) se apresenta como um garoto e se identifica com o gênero masculino. Porém, mesmo assim ele se afasta de inúmeras outras representações hegemônicas de homens/meninos em outras séries animadas, principalmente se associados aos ideais de heroísmo, bravura, agressividade. Sensível, sentimental, frágil e extremamente gentil, Steven possui como principal característica sua bondade e habilidade de ver sempre o bem nos outros, e a beleza ao seu redor (característica exaltada diversas vezes no decorrer da série). Seus poderes são provenientes de seus sentimentos e diretamente ligados ao controle e ao entendimento que o menino tem deles. Isso pode se exemplificar, entre outros, no sexto episódio da terceira temporada, “*Steven Floats*”, no qual o garoto descobre um novo poder, de controlar a velocidade de sua queda (flutuar levemente, ou cair de acordo com a

gravidade) e a trama inteira do episódio se dá enquanto ele “cai” em diferentes velocidades de acordo com sua tristeza ou felicidade, conforme revê suas emoções e relacionamentos.

Portanto, não há receios em mostrar, durante a série, o personagem chorando ou em contato com suas emoções desde o começo, afastando-o da figura masculina hegemônica frequentemente associada a razão, acostumada a lidar com a esfera pública sem interferência de suas emoções, que sempre mantêm sob controle (mais próximo da cultura), e aproximando-o de ideais normalmente associados a figuras femininas (mais próximas da natureza) – lembremos, aqui, da discussão postulada por Sherry Ortner (1979). Além disso, é dito pela autora na entrevista com o site *Entertainment Weekly* já citada, que o personagem de Steven é inspirado fortemente em seu irmão menor (principalmente em sua infância), demonstrando já que crianças reais também fogem dos ideais de masculinidade hegemônicos e que tal personagem não é fruto de delírios ou uma figura ficcional da autora.

Outra característica dificilmente explicitada em outras animações, mas que aparece em *Steven Universo* é o “amor”. É o amor de Rose (e das *Crystal Gems*) pelos humanos e pela Terra que deu início a rebelião; é o amor de Rose por Greg Universo que deu origem a Steven; e é o amor de Steven pelas *gems* e das *gems* por Steven que é tema central em diversas das tramas da série. O amor, em *Steven Universo*, não provém de um sentimento de piedade e compaixão, não são os/as poderosos/as heróis/inas que se veem como responsáveis por proteger aqueles mais fracos e indefesos. Em realidade, ele provém de um forte sentimento de admiração e empatia pelo outro e atinge seu ápice no amor de Rose pelos humanos, que se vê incapaz de permitir a exploração e destruição de um planeta cheio de vidas tão cheias de possibilidades (embora ela não tenha nenhuma relação com os humanos até então), e, igualmente, no amor de Steven pelos outros.

Aparentemente incapaz de atitudes impiedosas, mesmo que para o “bem maior”, Steven se destaca em tentar sempre compreender o outro lado, buscar soluções não violentas, que prevejam uma integração ao invés da separação, destruição ou isolamento. Podem-se destacar, como exemplo, as tramas que envolvem Peridot (uma *gem* do Planeta Natal, inicialmente apresentada como inimiga que, através da convivência com Steven e da persistência dele, se une as *Crystal Gems* para defender a Terra) e Drusa (“*Cluster*”, um grande conglomerado de fragmentos de *gems* estilhaçadas há tempos, colocado no centro da Terra pelas *gems* do Planeta Natal, que a destruiria quando se manifestasse corporeamente), nas quais há interferência direta de Steven para evitar uma catástrofe de proporções globais. Mais uma vez, características desassociadas de ideais de heróis masculinizados, mescladas com profundo entendimento dos sentimentos alheios e sensibilidade, Steven se coloca como conciliador e mediador da situação.

Os relacionamentos (familiares, fraternais e amorosos) em *Steven Universo* também podem apresentar questões interessantes para esta análise. Embora sua mãe tenha deixado de existir para que Steven pudesse nascer, seu pai, Greg, ainda representa um papel central (porém não dominante) na vida do garoto, representando seu laço mais estreito com seu “lado humano”. Não é o pai, entretanto, o encarregado da gerência da vida cotidiana de Steven, nem aparece como o clássico provedor de um sistema invisível e malévolo como seria o Patriarcado (PISCITELLI, 2002). Pelo contrário: Greg vive em uma van e gerencia um lava-rápido na cidade, enquanto o garoto vive em um antigo templo *gem*, convertido em partes em uma casa humana para acomodá-lo, e em companhia de Garnet, Pérola e Ametista (*Crystal Gems*).

Estas, sim, estão constantemente desempenhando suas funções de tutoras do menino. Assumem praticamente responsabilidade familiar para com ele: elas dão-lhe instrução, afeto, segurança e estão constantemente presentes como figuras de referência, enquanto que o pai biológico sequer

aparece na maioria dos episódios, representando mais uma fonte de amor, lazer, descontração e informação para Steven do que um familiar. A relação de Steven com sua mãe também se mostra muito problemática, conforme o garoto se confronta com o estranho fato de que sua mãe deixou de existir para que ele nascesse, seus sentimentos se confundem e se interpelam ao não saber posicionar sobre o papel dela em sua vida.

Outro ponto levantado na análise dos relacionamentos explicitados na série são relacionamentos entre personagens do mesmo gênero¹⁰, dos quais se pode definir dois: um relacionamento anterior à atual história, entre Pérola e Rose, e o relacionamento entre as *gems* Rubi e Safira, cujo amor é tão intenso que não conseguem ficar separadas, estando permanentemente fundidas na forma de Garnet. O primeiro é apenas deixado implícito, não apresentando nenhuma afirmação indubitável de sua existência. Porém, o amor e a admiração de Pérola por Rose é citado várias vezes, tanto por ela quanto por outros/as, além de lembranças e afetos expressados por Pérola através de canções, sonhos, etc. O segundo, entre Rubi e Safira, é explicado pormenorizadamente no episódio “*The Answer*” (episódio vinte e dois da segunda temporada) e consiste basicamente em uma Rubi (*gem* criada em massa para funções militares, sem grande raridade) e uma Safira (*gem* associada à nobreza, com capacidade de vislumbrar o futuro, de extrema raridade), que se apaixonaram na época da guerra após serem forçadas a conviver na Terra por conta de um ataque rebelde a sua base e subsequente fuga das mesmas, vindo a aterrissar sozinhas no planeta colonizado. Seu relacionamento e entendimento uma da outra se tornam tais, que acidentalmente acabam se fundindo. A fusão, até então entendida como uma técnica militar para amplificar o poder de *gems* idênticas, quando ocorrido entre duas *gems* diferentes é vista com espanto e pavor pelas

¹⁰ Poderia dizer personagens generificados do mesmo modo e não do “mesmo sexo”, pois essa dimensão biológica como temos na sociedade pouco ou nada é referenciada no desenho.

gems do Planeta Natal, não só por criar um ser inteiramente novo, nunca antes visto (que, no caso, viria a ser Garnet) como também por envolver duas *gems* de hierarquias completamente distintas.

Ao que tudo indica até o momento do desenvolvimento da série, todas as *gems* possuem capacidade de se fundir com outras, e várias possibilidades são mostradas entre as diferentes *Crystal Gems* e ilustradas como sendo um processo completamente íntimo e pessoal, realizado através de uma dança e sendo primordialmente temporário. É descrito como um processo no qual a fusão resultante não é apenas a soma das partes, mas sim como algo mais intenso, em que a personalidade resultante nova e única.

Por sua vez, a questão que envolve Garnet, do modo como é explicitada nos episódios, é um afeto e uma intimidade tão grande que se desenvolveu entre Rubi e Safira que elas não suportam a ideia da existência separada. Ambas são feminilizadas em suas características e discursos, embora, até o momento, não tenha ocorrido a utilização de um pronome masculino ou feminino para se referir a essa Rubi em questão. Dessa forma, é patente que o relacionamento de ambas figura-se como “homoafetivo”, pelo simples fato de ter relação com esse tipo de sociabilidades abordado pelo desenho.

Garnet não seria, no entanto, a primeira referência a relacionamentos desse tipo em desenhos animados recentes (pós 2010). Pode-se citar um relacionamento entre a Princesa Jujuba e Marceline, a Rainha dos Vampiros (personagens identificadas como do sexo feminino, da série animada *Hora de Aventura*, transmitida e produzida pelo Cartoon Network, desde 2010 até a atualidade). A canção *I'm Just Your Problem*¹¹ veiculada na animação e o episódio *What Was Missing* (décimo episódio da terceira temporada), que contêm referências a um relacionamento homoafetivo

¹¹ Inclusive, escrita por Rebecca Sugar, posterior criadora de Steven Universo.

anterior à história principal da série¹². Pode-se citar também o relacionamento entre Korra e Asami (personagens do desenho *Avatar: A Lenda de Korra*, transmitido e produzido pelo canal *Nickelodeon*, também apresentadas e identificadas ao gênero feminino), subentendido apenas na última cena da série, e posteriormente confirmado por um dos criadores em seu blog pessoal como sendo um relacionamento romântico. Apesar de tais menções e aparições prévias de relacionamentos homoafetivos em animações infantis, em nenhum dos casos relatados anteriormente houve reafirmação e valorização de relacionamentos homoafetivos de forma tão constante e explícita quanto em *Steven Universo*.

Outra fusão que toca no assunto do gênero é a fantástica fusão de Steven com sua amiga Connie Maheswaram, chamada de Stevonnie. Ela ocorre pela primeira vez no episódio "*Alone Together*" (episódio trinta e sete da primeira temporada), quando, acidentalmente, a fusão ocorre enquanto os dois estão alegremente dançando. É a primeira vez que é revelado que Steven pode se fundir (principalmente pensando que a trama inicial do episódio o exibe falhando em tentar se fundir com as outras *Crystal Gems*), e a primeira vez na história da série em que se revela possível uma fusão entre *gems* e humanos¹³.

A problematização se dá, pois a fusão ocorre entre personagens de gêneros e sexos diferentes: Steven é apresentado e identificado com um menino do sexo masculino e Connie com uma menina do sexo feminino, e a personagem resultante é indefinida em relação a um gênero. Embora suas roupas e aparência física se aproximem de ideais hegemônicos de

¹² Relacionamento posteriormente confirmado não só em falas dos envolvidos na produção do desenho, como também na minissérie online "*Mathematical!*", produzida por *Frederator Studios*, o mesmo de que *Hora de Aventura*. Quanto confirmado um relacionamento lésbico homoafetivo houve o cancelamento da minissérie, por conta do furor dos fãs e da *fanart* de conteúdo "picante" que surgiu disso, segundo seu produtor Dan Rickmers. Disponível em <<http://adventuretime.wikia.com/wiki/Mathematical>>, acesso em 21 jan de 2017.

¹³ É revelado posteriormente na série que Greg, pai de Steven, já tentou se fundir com Rose; porém sua tentativa foi malsucedida.

feminilidades¹⁴, não há identificação alguma por parte da personagem com algum gênero específico, nem a utilização de algum pronome indicativo peculiar, nem o modo dos outros personagens se relacionarem com Stevonnie explicita alguma ideia generificada. Ao interagir com dois atendentes de uma loja de *donuts*, costumeiramente frequentada por Steven, Lars (sexo masculino) e Saddie (sexo feminino) possuem reações muito parecidas, que consistem em reagir de modo encabulado, expressar nervosismo e “vergonha” (bochechas corando), indicando certo tipo de atração por parte dos dois personagens em relação a Stevonnie, mostrada como sedutora e misteriosa (em seu jeito de falar e se comportar corporalmente).

Outras aparições de Stevonnie em episódios posteriores continuam a construir uma identidade para a personagem que, não só se afasta de alguma definição explícita de gênero fixo, como trabalha na perspectiva de “desidentificação de gênero” (MUÑOZ, 1999). Pode ser tomada como identidade transicional, tendo que se trataria da junção de dois gêneros opostos que teriam “destinos” incertos num sistema binário, ou uma identidade não pertencente a nenhum de ambos, e aí também sem nomeação. O mais interessante dos desenhos é que as problemáticas são postadas e tudo é resolvido no tocante à personagem, mas sem tocar nessa temática do gênero e da sexualidade.

O caso de uma personagem desgnerificada é algo extremamente raro (senão inédito, ao menos nessa escala) em desenhos ou outras mídias voltadas ao público infantil e pode se ilustrativo de um novo modo de lidar com estas questões. O fato é que, tanto para crianças quanto para adultos que assistem o desenho, a personagem Stevonnie exerce potente fascínio e ampla admiração.

Dessa discussão, alguns últimos pontos podem ser levantados. A

¹⁴ Pesemos, aqui, nos ideais estereotipados, trabalhados por Judy Halberstam (2008) quando fala de tipologias das feminilidades: cabelos longos e volumosos, camiseta curta com a barriga a mostra e shorts curtos acima da metade da coxa.

investida do desenho no campo do gênero e da sexualidade não é acidental. Muito pelo contrário. Como já explicitado nas falas de Rebecca Sugar, é de se considerar e de se questionar o impacto (tanto presente quanto futuro) que tais representatividades e personagens podem ter no imaginário infantil.

Diante da presença massiva dos desenhos animados e personagens destes nas produções midiáticas voltadas para o público infantil, é possível assumir que uma ocorrência cada vez maior de casos como os apresentados neste artigo possa levar a uma facilidade de lidar com essas situações no mundo real? Em que medida tal debate oculto instaurado pelo desenho animado pode mudar favorecer melhor compreensão dos campos de gênero e sexualidade no futuro? O fato da temática de gênero não aparecer em todos os episódios da animação, ou as personagens não binárias não estarem sempre presentes, pode ilustrar certa apreensão dos responsáveis em tocar no assunto de modo aprofundado? Em que medida há ou não censura externa do *Cartoon Network* ao conteúdo veiculado? Em que medida há aceitação ou rejeição do público-alvo (principalmente pais de crianças, caso se familiarizem com essas questões)? Não seria necessário um espaço para crianças exporem dúvidas em relação a isso e tê-las esclarecidas, ao invés de considerá-las como receptoras de informações via enredos animados?¹⁵

Para responder tais questões seria necessária uma pesquisa mais extensa, que abrangeria entrevistas diretas com as crianças antes e após a visualização de episódios e cenas previamente separados, assim como, talvez, entrevistas com os pais e/ou responsáveis para esclarecimento de qual a imersão da criança no universo das discussões (tanto a partir da visão deles quanto delas) e análise/comparação do desenho com outras animações da atualidade. Além disso, seria interessante uma

¹⁵ Partindo de uma perspectiva corrente adotada por autores que escrevem sobre crianças e infância (principalmente CORSARO, 2011 e COHN, 2009), as crianças são tão ativas quanto os adultos na produção e reprodução da cultura, e não devem ser vistas apenas como receptáculos de informação.

contextualização desses desenhos atuais com os de outras épocas, de outros canais, a ponto de verificar se isso pode realmente ser configurado como uma mudança de paradigma (televisivo e cultural), e a partir disso, poder conjecturar quais os possíveis efeitos no mundo compartilhado entre crianças e adultos.

Algumas notas conclusivas

A partir dessa discussão, alguns últimos pontos podem ser levantados. A investida do desenho, dessa maneira, no campo do gênero e da sexualidade não é acidental, mas proposital: é de se considerar e de se questionar o impacto que tais representatividades e personagens podem ter no imaginário infantil. A análise não pode dissociar as representações não-hegemônicas de movimentos sociais de grupos minoritários, que se mostram mais presentes atualmente do que nos momentos em que outras representações como Disney *Princesas* e “menina-super-poder-rosa” eram populares, assim como não se pode desconsiderar o fato de que muitas das maneiras como as representatividades de sexualidade e gênero no desenho são indissociáveis da experiência de sua criadora (Rebeca Sugar) como mulher bissexual, como explicitado pela mesma em uma rodada de perguntas e respostas na *San Diego Comic Com* de 2016¹⁶, o que pode levar a considerações relativas a presença (ou ausência) de pessoas relacionadas a grupos “excêntricos” (LOURO, 2003) em papéis relacionados diretamente a produção de séries animadas e desenhos voltados ao público infantil.

As representações não-hegemônicas de sexualidade, corporalidade e identificação de gênero em *Steven Universo* são, como aqui exposto, muito diferentes das representações usuais na mídia infantil, principalmente se analisadas as figuras feminilizadas. Ao se tratar de heroínas, as imagéticas comuns se aproximam ao que Juliane Odino (2015) chama de

¹⁶ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=CeZUCQ6sTDQ> >, acessado em dezembro de 2017.

“menina-super-poder-rosa”, que embora fortes e poderosas, não se indissociam de ideais culturalmente marcados em uma relação estreita com o feminino, como a “meiguice”, a “fofura” e a “delicadeza”, além da forte presença da cor rosa, algo estereotipado vinculado ao que se considera “universo feminino”.

Em *Steven Universo*, não só tais “meninices” se mostram ausentes nas personagens que se estreitam com representações deste gênero como também a forte presença da cor rosa se encontra mais relacionada a um dos poucos personagens principais masculinizados, e o personagem principal da série (o próprio *Steven*), cuja pedra que o caracteriza como *gem* é rosa, possui armas rosas e é representado constantemente cercado por essa cor, principalmente em momentos que a presença do garoto é essencial para o desenvolver da história e resolução de conflitos.

Da mesma maneira, as poucas representatividades relacionadas a masculinidades também não se pautam em noções hegemônicas, como é o caso de *Steven*, que, além do que foi citado, possui uma intensa e essencial ligação com seus sentimentos, dos quais não só advém seu poder, como provém o andamento das descobertas do garoto sobre quem ele é.

Também se pode destacar Greg, pai de *Steven*, que não só não mora com o garoto, como também não assume a figura provedora ou disciplinadora de um “pai” tradicional, sendo uma figura que se afasta (e muito) do estereótipo da dominação masculina, tão veementemente demarcada por Pierre Bourdieu (2007). O pai se faz presente na vida de *Steven* muito mais para um apoio sentimental e esclarecimento de possíveis problemáticas relacionadas à família do garoto, do que no papel restritivo, castrador e censurador geralmente associadas a figuras adultas masculinizadas com relações familiares, baseadas em modelos patriarcais hegemônicos.

No desenho, as corporalidades não são tidas como fixas e imutáveis, e embora sejam responsáveis em parte por uma generificação das *gems* como femininas, não parecem pautar suas interações com o meio externo,

exceto nos raríssimos casos em que suas interações com humanos que desconhecem sua existência e presença no planeta, como é o caso do tio Andy de Steven (“*Colheita Gem*”/”*Gem Harvest* – temporada 4, episódio 8).

Por fim, vale a pena ressaltar que os relacionamentos no desenho, de modo geral, também se caracterizam de maneira diferenciada, em relação a representações usuais. Enquanto representações como as veiculadas por muitas das produções da franquia Disney *Princesas* se baseiam na passividade da mulher perante o homem, na definição das características que devem ser valorizadas nelas por eles, as relações em *Steven* não só perdem seu revestimento heteronormativo compulsório (aqui lembrando Adrienne RICH, 1999), sendo comuns as representações afetuosas entre personagens generificadas de maneira mais estreita com o mesmo gênero (como é o caso de Garnet, fusão entre uma Rubi e uma Safira), como também são pautadas inicialmente em amor e respeito mútuos.¹⁷

Entende-se, através dessa análise, a importância de modelos representativos diversos em relação às diversas facetas da vida, especialmente nos quesitos pensados inicialmente pelas crianças. Não só em questões de reivindicações políticas, mas também como representações vitais para o entendimento da criança de sua subjetividade e individualidade. Como disse a criadora do desenho, Rebecca Sugar em uma palestra para Sociedade de Ilustradores da *School of Visual Arts*:

Não se pode esperar até que as crianças já estejam adultas para deixá-las saber que pessoas LGBT existem. Há essa ideia de que isso é algo que só deveria ser discutido entre adultos – isso é completamente errado. Se você esperar para contar para os jovens LGBT que a maneira como eles se sentem importa, ou mesmo que são pessoas como as outras, daí já vai ser tarde demais!¹⁸

¹⁷ A fusão entre *gems* pode ser entendida como uma possível metáfora para isso (uma vez que o respeito e a concordância são essenciais para sua manutenção), como também a fusão não consentida pode ser entendida como uma metáfora para relacionamentos com teores abusivos (vista como desprazerosa e indesejada, como ilustrado na relação entre Jasper e Lápis-Lazuli).

¹⁸ Disponível em < <http://ladobi.uol.com.br/2016/06/rebecca-sugar-steven-universe/> > acessado em dezembro de 2017.

Referências bibliográficas

ABRAMOWICS, Anette; RODRIGUES, Tatiane Consentino. Descolonizando a pesquisa com crianças e três obstáculos. *Educação Social*, v. 35, n. 127, abr./jun. 2014. pp. 461-474.

ARAUJO, Joice; SOBRAL, Cleuza. Meninos versus meninas: representações de gênero em desenhos animados e seriados televisivos sob olhares infantis. *Educação*, Santa Maria, v. 35, n. 3, set./dez. 2010. pp. 533-546.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Infância e da Família*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: A politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, mai./ago. 2012. pp. 569-581.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (orgs.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Ed. Mulheres. 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

_____. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, Guacira. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 151-166.

CAMPOS, Cristina. Mídia, cultura do consumo e constituição da subjetividade na infância. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v.23, n.1, 2003. pp.12-21.

CARDOSO, Livia de Rezende. Relações de gênero, ciência e tecnologia no currículo de filmes de animação. *Estudos Feministas*, v.24, n.2, 122, mai./ago. 2016. pp. 463-484.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COHN, Clarice. *Antropologia da Criança*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

CORSARO, William. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: ARTMED. 2011.

FELIPE, Jane. Erotização dos Corpos infantis. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 53-65.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes. 2004.

_____. *Do governo dos vivos. Curso no Collège de France, 1979-1980*. São Paulo: Centro de Cultura Social. 2009. pp. 99-106.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

GOELLNER, Silvana. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira;

FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 28-40.

GOTTLIEB, Alma. Do Infants Have Religion? The Spiritual Lives of Beng Babies. *American Anthropologist*, v.100, n.1, 1998. pp.122-135.

HALBERSTAM, Judith. Una introducción a la masculinidad feminina. Masculinidad sin hombres. In: _____. *Masculinidad femenina*. Trad. Javier Sáez. Madrid: Egales, 2008. pp. 23-66.

HARRISON, Mark; STABILE, Carol A. *Prime Time Animation: Television animation and american culture*. Nova York: Routledge. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 41-52.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 2003. pp 09-27.

MUÑOZ, José Esteban. Queerness as Horizon. In: _____. *Cruising utopia: the then and there of queer futurity*. New York: New York University, 2009. pp. 19-32.

ODININO, Juliane. *Imaginário infantil e desenho animado no cenário de mundialização das culturas*. Tese (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

_____. Super meninas: o poder do rosa. *Perspectiva*, v. 33, n. 3, set./dez. 2015. pp.887-913.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense. 1988.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. pp. 95-120.

_____. *Making Gender: The politics and Erotics of Culture*. Boston: Beacon Press, 1996.

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999 [1982].

PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?". In: ALGRANTI, Leila (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. *Textos Didáticos*, n. 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002. pp.7-42. Disponível online: <<http://pt.scribd.com/doc/93407503/Aula-2-PISCITELLI-Adriana-Recriando-a-Categoria-Mulher-Decrypted#scribd> >.

RAEL, Claudia Cordeiro. Gênero e sexualidade nos desenhos da Disney. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 160-171.

RICH, Adrienne. La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana. In: NAVARRO, M. STIMPSON, C. R. (Ed.). *Sexualidad, género y roles sexuales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. pp. 159-211.

SABAT, Ruth. Gênero e sexualidade para consumo. In LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 149-159.

SANTOS, Simone Olsielsky. Questões de gênero na produção cultural para crianças: Desenhos animados - As terríveis aventuras de Billy e Mandy e Os Anjinhos. *Textura*, v.17, n.34, mai./ago. 2015. pp.126-139.

SCHWARTZMAN, Helen B. *Children & Anthropology: Perspectives for the 21th century*. Santa Barbara: Praeger. 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v.16, n.2, jul./dez. 1990. pp. 05-22.

SILVA, Elisa; RIAL, Carmen Silvia. Masculinidades prescritas, interditas e relativizadas em um grupo de pescadores da Ilha de Santa Catarina. In:

RIAL, Carmen Silvia; GODIO, Matias (orgs.). **Pesca e Turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul**. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006. pp. 141-156.

SILVA, Rosimeri Aquino; SOARES, Rosângela. Juventude, escola e mídia. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 82-94.

SOARES, Rosângela. Fica Comigo Gay – O que um programa de TV ensina sobre uma sexualidade juvenil? In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 136-148.

TEIXEIRA, Analba Brazão. **Nunca você sem mim: homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais**. São Paulo: Annablume, 2009.

THORNE, Barrie. Re-Visioning Women & Social Gender: Where are the Children? **Gender and Society**, n. 1, 1987. pp.85-109.

“Ni Una Menos”: Desconstruindo a Sociedade Machista?

Valentina Simone

Graduada em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires, com estágio na graduação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no ano de 2016.

Endereço eletrônico: valentinasimone94@gmail.com.

Resumo

“Ni Una Menos” é um protesto contra a violência machista e os femicídios, que a cada dia tem mais força na Argentina, na América Latina e em alguns países da Europa. O objetivo deste artigo é fazer uma análise desta manifestação a partir das contribuições de alguns/algumas autores e autoras que desenvolveram questões do feminismo e teorizaram sobre gênero. Também se propõe repensar o impacto social da marcha e fazer uma reflexão sobre o efeito do lema como significante,

além de refletir sobre as produções teóricas na luta. Outras manifestações feministas argentinas serão enfocadas, no sentido de comparar os efeitos e a utilidade da marcha na desconstrução e desnaturalização do machismo. O desafio científico, assim, será reconsiderar as formas da expressão feminista para sair da superficialidade das problemáticas, tentando atacar efetivamente o sistema patriarcal, que está produzindo sexualidades e perpetuando os estereótipos.

Palavras-chave: manifestação; machismo; violência; estereótipos; gênero; antropologia

Mais uma ação, num mundo em transformação

*Mi carita de niña linda
se la ha ido envejeciendo en el silencio
Cada vez que me dices ¡puta!
se hace tu cerebro más pequeño.
Una vez más no mi amor por favor
que estoy cansada y no puedo con el corazón,
no grites que los niños duermen.*
(“Malo”, Bebe)

No dia três de junho de 2015, uma multidão de pessoas marchou pelas ruas da capital federal da Argentina bradando contra a violência machista e tendo como lema “Ni Una Menos”. A criadora do emblema foi Susana Chaves, uma poetisa mexicana que, em 1995, escreveu “Ni una menos, ni una muerta más” fazendo referência às mulheres que morriam, ano após ano, vítimas da violência de gênero. Entre 2008 e 2015 na Argentina se registrou, oficialmente, um aumento de 78% de feminicídios. Além disso, a Oficina de Violência Doméstica², criada em 2006 pela Corte Suprema da Justiça, tinha afirmado que sete em cada dez mulheres são assassinadas por pessoas de seu círculo familiar.

“Ni Una Menos” emergiu como um grito coletivo de um grupo de mulheres ativistas, jornalistas, militantes, artistas com a necessidade de parar dita violência. A convocatória foi crescendo e se espalhando pelo país inteiro. O apelo foi massivo e a campanha tomou conta das redes sociais e na televisão. Milhões de pessoas e centenas de organizações e partidos políticos responderam ao chamado, instalando-se na agenda pública e política. No dia

² A Oficina de Violência Doméstica (OVD) foi criada em 2006 pela Corte Suprema de Justiça argentina com o objetivo de facilitar o acesso à justiça das pessoas que, afetadas pelos fatos de violência machista, encontravam-se em situação de vulnerabilidade. Tal organização oferece ajuda e informação jurídica, além de receber relatos das vítimas.

03 de junho de 2015, na Plaza del Congreso em frente à Casa do Governo e em centenas de praças de todo o território argentino, ergueram-se vozes, identidades e bandeiras exigindo justiça e nenhuma mulher menos. A seguir, um fragmento do documento que foi lido no ato de fechamento da marcha:

Lo privado es político. Cada mujer que se atreve a decir basta, que quiere dejar de ser víctima para convertirse en sobreviviente, desafía a toda la estructura de la violencia machista. Aunque la gran mayoría de las mujeres que recordamos aquí fueron asesinadas por hombres de su círculo íntimo, el femicidio no es un asunto privado, es producto de una violencia social y cultural que los discursos públicos y de los medios vuelven legítima, cada vez que alguien le dice puta a una mujer porque ejerce su sexualidad libremente, cada vez que alguien la juzga por las medidas de su cuerpo, cada vez que alguien la mira con sospecha porque no quiere tener hijos, cada vez que alguien pretende reducirla simplemente al lugar de la buena esposa o la buena madre, destinada a un varón (2015).

A marcha fez sucesso e muitos jornais, programas de televisão e revistas mostraram imagens do acontecimento e acompanharam a causa. No ano seguinte, na mesma data, também se organizou novamente o mesmo manifesto, e a multidão se duplicou. Diferentes organizações e ONGs (Organizações Não Governamentais) se fizeram presentes – e até mesmo a Igreja Católica do Papa Francisco apoiou a luta. A marcha se legitimou e obteve um reconhecimento mundial. Em diferentes países latino-americanos multidões também saíram às ruas para gritar pelo fim dos assassinatos de mulheres.

Mais tarde, em outubro de 2016 se realizou o Congresso Nacional de Mulheres em Rosário, cidade argentina que fica na província de Santa Fé. O Congresso anual reúne centenas de mulheres e associações de gênero de todo o território nacional, onde se levam a cabo diversas atividades e oficinas sobre as temáticas “questões de gênero”, “violência” e “sexualidade”. Na mesma semana em que mulheres debatiam seus direitos naquele ano, uma jovem foi estuprada, violada e assassinada em Mar del Plata, outra cidade argentina.³

³ Fonte: Jornal *Página 12* dia 13 de outubro de 2016. “El femicidio que conmociona a Mar del Plata”. Disponível em <<https://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-311640-2016-10-13.html>>.

O acontecimento criou uma comoção social muito grande e espontaneamente a semana seguinte se convocou outra marcha “Ni Una Menos”, com os lemas “basta de femicídios” e “vivas nos queremos”. Foi numa quarta-feira e as pessoas mobilizadas se vestiram de preto, em forma de luto. As redes sociais e noticiários foram invadidos com o hashtag #MiercolesNegro (quarta negra) e as praças novamente ficaram cheias de reivindicações e protestos.

O Movimento “Ni Una Menos” atinge, portanto, cada vez mais força na Argentina e se caracteriza por grupos que lutam pelos direitos das mulheres. Mas quais são concretamente as reclamações? O movimento feminista argentino atinge o objetivo de sacudir as bases do patriarcado? O que acontece quando, num mesmo movimento, se misturam diversas reivindicações e coletivos tão diferentes? Quais são as bases e os objetivos do movimento? Que é o que fica submerso no lema “Ni una Menos”? Essas são algumas das interrogações que me guiaram neste trabalho. Das três marchas mencionadas, participei das duas primeiras. Fazer uma análise crítica a partir do movimento é meu objetivo, tomando, para tanto, as contribuições de alguns/algumas autores e autoras que desenvolveram problemáticas acerca do feminismo e das questões de gênero.

A luta: da teoría (os livros) à prática (as ruas)

Mesmo antes de nascermos e mediante um sexo pré-discursivo (BUTLER, 2003) corpos são generificados e a eles são atribuídos “papéis” e práticas típicas para homens e mulheres. O binarismo reina na esfera do social e estereótipos são inventados, reforçados e reproduzidos pelas diversas e nas mais diferentes instituições sociais. O gênero é uma categoria que participa de uma construção/elaboração social (SCOTT, 1993) a partir da enunciação de discursos (BUTLER, 2003), dito de outro modo. Por sua vez, Michel Foucault (1999) falou do controle que se exerce sobre a sexualidade a partir desses discursos, muito antes da teórica norte-americana mencionada

anteriormente. A Ciência (e mesmo a Anatomia) são discursos de poder que estabelecem dispositivos e tecnologias que se estendem sobre os corpos, no entremeado social. Em palavras do autor francês,

Não considerar que existe certo domínio da sexualidade que pertence, de direito, a um conhecimento científico, desinteressado e livre, mas sobre o qual exigências do poder — econômicas ou ideológicas — fizeram pesar mecanismos de proibição. Se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos (FOUCAULT, 1999, p. 93).

Segundo Foucault, produziram-se discursos sobre o sexo efetivos, os quais operam sobre os corpos e são reproduzidos pela multiplicidade de instituições sociais. A partir disso, desde muito cedo, corpos são pedagogizados, a eles se instauram padrões e se normalizam características e práticas. Além disso, pressupõem-se funções, condutas e atitudes diferentes para homens e mulheres.

A violência de gênero, ou direcionada à mulher, é produto dessas construções sócio-culturais. No livro *Nunca você sem mim*, que desenvolve a pesquisa sobre diferentes situações de violência em relações afetivo-conjugais no nordeste do Brasil, Analba Teixeira (2009) atribui um papel muito importante aos deveres e direitos que a cultura e a sociedade dão a homens e mulheres no jogo relacional de um casal. A mulher, como a dona da casa e encarregada do cuidado dos filhos, deve fidelidade a seu cônjuge, sendo a ele subordinada. O homem, encarregado da manutenção do lar, controla o corpo da mulher, inclusive sua sexualidade. A mulher deve ser “pura”, mostrar-se “casta”, “recatada”, “donzela”, “sensível” e “inocente”. Enquanto o homem se coloca como um “macho bravo”, “indomável”, “forte”, “insensível” e sem capacidade para controlar sua “virilidade” e suas pulsões sexuais. Estes estereótipos influem no relacionamento e, de acordo com Teixeira, quando são quebrados os ideais do masculino e do feminino se produz violência (de gênero).

E esse processo se vincula ao lema da manifestação comentada na introdução deste trabalho. “Ni Una Menos” refere-se a somente uma questão: nenhuma mulher menos, nenhuma morte a mais. Mas quais são as causas? Não se indaga ou questiona as razões que geram tal violência no contexto argentino (e, quiça, latino-americano)? É claro que não seria produtivo falar do coletivo como um todo – afinal, generalizações não são produtivas. Trata-se de um movimento muito complexo e heterogêneo, no qual há organizações diferentes, que têm diversos objetivos. À marcha assistem grupos feministas criados sobre bases teóricas progressistas de textos importantes como os de Judith Butler (2003), Paul B. Preciado (2008), Maria Femenias (2003), dentre outros/as, que fazem uma análise crítica e interessante sobre a sociedade patriarcal e machista, principalmente no mundo Ocidental. No entanto, essa reflexão não é explícita no lema. Não há um questionamento que tenha como objetivo desconstruir as relações de gênero machistas.

De acordo com Butler (2003) tanto o gênero quanto o sexo são ambas as categorias construídas, conformações socio-históricas e por isso são intercambiáveis. Ela desnaturaliza e desessencializa os conceitos radicalmente. Ainda para ela, mesmo os corpos são uma construção e não têm uma existência significável, anterior à marca de seus gêneros. Butler considera a performatividade como ato fundante da realidade, e nesse sentido, afirma que não se pode aceder a verdade da matéria do corpo sem analisar o imaginário social e os discursos e as práticas que o constroem. Conseqüentemente, e seguindo a análise de Foucault, se o corpo é uma situação cultural, a noção de sexo como natural se debilita.

Ainda para essa autora, em nosso corpo social se institui uma “matriz heteronormativa”, a partir da qual se organizam identidades, se distribuem os corpos e se lhes outorga um significado. Trata-se de um discurso que tem disciplinado milenarmente os corpos, obrigando a homens e mulheres a desejar a reprodução e cumprir “papéis” específicos. A matriz estabelece que

o ser humano corresponde sempre a um gênero em virtude de seu sexo. Para resistir a este disciplinamento é necessária uma luta performativa, que, pelo contradiscurso, desvelaria e problematizaria essa matriz. Desse modo, os sujeitos só têm capacidade de ação quando se opõem a essas relações de poder a partir de seu prévio descortinamento.

Poderíamos, então, considerar o “Ni Una Menos” parte dessa luta pelo disciplinamento e pela desconstrução das relações de gênero da matriz heteronormativa? Acredito que essa é a pergunta-chave. Quantas milhares de pessoas que participam da marcha levam em conta que, tanto o gênero como o sexo, são produto da sociedade na que vivemos? Infelizmente muito menos do que necessitaríamos para transformá-la. Nessa questão enunciada e problematizada aqui, baseia-se, portanto, minha crítica ao movimento. O lema é muito simples. É claro que é fundamental que a violência de gênero tem que cessar, mas não isso não vai acontecer enquanto não mudemos as relações de gênero presentes no cotidiano (e a que estamos submetidos) em sociedade.

Aprofundando e desdobrando o debate em relação à manifestação

O desenvolvimento analítico aqui proposto surgiu a partir das leituras na disciplina Antropologia e Estudos de Gênero, realizada num dos semestres de graduação em Ciências Sociais da UFSCar, e uma conversa casual, que ocorreu um tempo depois das marchas. Falando numa reunião a respeito da criação e educação de crianças, um rapaz que eu vi na manifestação mencionou que gostaria de ter sua futura esposa em casa cuidando dos filhos, pois isso lhes conferiria uma “boa educação”.

Não é nada raro, nem nada novo, que se considere que a melhor opção seja que ele, estudante homem de medicina, exerça sua profissão e a mãe, uma pobre mulher com ou sem estudo, independente de suas vontades como

sujeito, tenha que ficar em casa. É óbvio que, como já disse Simone de Beauvoir (1970), as mulheres estão (estamos) subordinadas a nossa espécie! A mulher é profundamente alienada e colocada em relação de servidão como a fêmea que representa ser, encarregada da reprodução da espécie. Exatamente neste ponto é que exerço minha crítica mais contundente ao movimento.

A construção significativa “Ni Una Menos” é tão específica e superficial que não expõe por si só o complexo entremeadado de relações de poder que influem sobre o(s) corpo(s), ou sobre os “papéis” e práticas que se desenvolvem a partir delas. É por isso que é improvável para um homem, produto desta sociedade, das condições socio-históricas machistas em que vive e de alguém que nunca teve as ferramentas para problematizar sua realidade, questionar-se além do que aquilo que o lema propõe, isto é, que se findem os femicídios.

Por outro lado, a partir da crítica que Michelle Rosaldo (1994) faz à antropologia, pode-se realizar um paralelismo ao “Ni Una Menos”. A autora critica os estudos antropológicos que fazem uma descrição dos “papéis” de homens e mulheres sem, no entanto, aprofundar a análise sobre a produção das relações de gênero que se estabelecem nas sociedades (“primitivas”) estudadas. Para esta autora, não adianta fazer um apontamento das características de homens e mulheres como se os “sistemas de gêneros” fossem trans-históricos, “naturais”, esquecendo-se o fator constricto das sociedades. Como ela argumenta,

A busca por origens é, afinal, pensar que o que nós somos hoje é alguma coisa a mais (outra) do que o produto de nossa história e nosso mundo social presente, e mais particularmente que nossos sistemas de gênero são primordiais, trans-históricos e essencialmente imutáveis nas suas raízes. (...) gênero em todos os grupos sociais deve então ser entendido em termos políticos e sociais e não em referência a limitações biológicas. (ROSALDO, 1994, p. 7)

O objetivo de qualquer teoria social, de acordo com a autora, deveria reinterpretar os fatos em termos históricos, políticos, produto de arranjos

institucionais para que possam ser enfrentados pela luta política. E essa mesma luta política, igualmente, não pode ficar na superficialidade. Assim, tanto quando a autora rechaça a antropologia descritiva, considero que a marcha argentina contra a violência de gênero poderia ser mais reflexiva. Não adianta só declarar “chega de femicídios” e parar por aí. Porque acontece que milhares de cidadãos se comprometem com essa causa e assistem à marcha, mas depois dela voltam às suas casas e continuam reproduzindo as convenções (hetero)normativas de gêneros, ensinados pelas instituições de uma sociedade binária. Temos centenas de homens desejando esposas donas-de-casa que cuidem de seus filhos e centenas de mulheres demandando descontos nas entradas de boates e bares só pelo fato de ser mulher – para ilustrar meu ponto de vista.

Então, questiono: a mobilização “Ni Una Menos” adianta de algo? Arrisco dizer que sim. Além da crítica endereçada, há uma questão importante para se levar em conta, qual seja, a simplicidade cria consenso. Explico melhor.

Em meados de 2017 ocorreu, numa praia argentina, um fato emblemático sobre o que estamos falando aqui: três jovens mulheres estavam fazendo *topless* e muitas pessoas se escandalizaram com o ato. Chamou-se a polícia e, de repente, apareceram seis viaturas policiais com aproximadamente 20 agentes, exigindo (quase violentamente), que as mulheres se cobrissem. Aliás, não só foi a patrulha policial, visto que havia muitas pessoas que se declararam ofendidas pela nudez feminina relacionadas aos seios descobertos.

Tal acontecimento causou polêmica e foi gravado em vídeo, no qual se vê a forma como um homem agressivamente grita, exigindo que as mulheres fossem embora, pois aquilo se tratava de um ato moralmente condenável de exibicionismo, que infringia a lei. No entanto, o que o artigo 70 do Decreto lei 8031/73, que data da última ditadura argentina, estabelece é que: “*Será sancionado con multa el que con acto, palabra, dibujo o inscripción torpe u obscena ofendiera la decencia pública*”, mas não se explicita quais são esses

atos, e portanto, o fazer *topless* pode ser considerado um descumprimento da lei. Os agentes de polícia não se apresentaram e, ainda por cima, culpabilizaram as mulheres por chamar a atenção de todos com “deliberado escândalo”. Por fim, vencidas pelo cansaço, as mulheres decidiram ir embora.

O registro documentado se viralizou rapidamente pelas redes sociais e por alguns noticiários de televisão, principalmente na Argentina. Imediatamente diversas mulheres e coletivos feministas, que se solidarizaram com a causa, convocaram uma marcha nas principais cidades do país, a que chamaram #Tetazo (em referência aos seios descobertos). As praças foram pontos de encontros de muitas mulheres, que com o torso desnudo e sem sutiã, repudiaram o que se passou no balneário Necochea. Seus gritos de ordem eram “*tetazo para desconstruir o patriarcado*” e “*a única teta que atrapalha é a que não se pode comprar*”. Por incrível que pareça, este fato gerou fortes comoções sociais. Foram muitos os homens e mulheres que se aproximaram para olhar a situação e criticar as protestantes. Além disso, uma grande quantidade de famosos e programas de televisão condenou fortemente a exibição, por qualificar de ofensivos os peitos das mulheres.

Achei muito interessante propor a comparação das duas marchas. Por um lado, porque os mesmos coletivos progressistas que mencionei no começo do trabalho, os quais fazem uma análise mais profunda das relações de poder, foram os que organizaram o #Tetazo. O alvo de crítica sempre é o mesmo: o machismo. E o objetivo em ambas as marchas é problematizar/desconstruir o patriarcado e visibilizar as relações de poder entre os gêneros. Em minha opinião, o problema é a comunicação.

Com um lema muito mais superficial, que ataca só a ponta do iceberg, o mais palpável do machismo (a morte de mulheres) é bem mais fácil encher as praça e convocar multidões. Alguém não iria a marcha por sentir-se ofendido com o lema? Claro que não. No entanto, um chamamento que ataca o patriarcado e o machismo de modo mais pronunciado (como foi o #Tetazo), expõe a censura ao corpo da mulher e sua objetivação com uma estratégia

de comunicação muito mais confrontadora (mulheres sem sutiã), que gera maior ceticismo e apatia. É justamente por isso que para visibilizar uma problemática e gerar impacto, mobilizando a maior população possível, o “Ni Una Menos” resulta mais efetivo.

O lema não só se espalhou pelas praças argentinas, invadindo espaços públicos e privados, como foi além, visto que a marcha teve repercussões em muitos países latino-americanos. Embora não seja um estremecimento forte e reflexivo sobre os discursos que nos atravessam, obviamente é um avanço muito importante em matéria de desnaturalização da violência de gênero. Além disso, criou-se toda uma bancada legislativa que está trabalhando com programas de ajuda as mulheres que sofrem violência, e um registro nacional oficial de feminicídios em âmbito nacional argentino.

Notas (feministas) conclusivas

O “Ni Una Menos” é efetivo, visibiliza a problemática e é importante mesmo sendo uma proposta superficial. É funcional a causa de descortinar e desnaturalizar a violência de homens sobre mulheres. O autor funcionalista Robert Merton (1992) fala das funções que têm as consequências dos atos dos agentes num sistema. Distingue entre funções *manifestas* e funções *latentes*. As primeiras são aquelas consequências objetivas que são procuradas ou reconhecidas pelos agentes, e as latentes são as consequências que não são nem procuradas nem reconhecidas. Essas categorias resultam úteis para analisar os efeitos das marchas. Dentro das funções que são reconhecidas encontram-se todas essas conquistas legislativas e judiciais que se atingiram a partir do protesto. A evidenciação e desnaturalização da violência está em processo e o número de denúncias e feminicídios diminuíram no último ano (referência a 2017). Por outro lado, as funções latentes constituíram em todas essas reproduções de desigualdades que continuam acontecendo entre as relações de gênero. Atacar só a ponta do iceberg é uma forma também de deixar submerso o gigante bloco de gelo.

Trata-se, justamente, de tentar uma aproximação por parte dos agentes a esse entendimento; a voltar a manifestar as funções que ainda permanecem latentes resultaria uma contribuição à luta feminista e ao desvendamento dos discursos de poder machistas que atravessam nossa cultura e nossos corpos.

Além das críticas construtivas que se realizaram neste trabalho, “Ni Una Menos”, “Tetazo” ou qualquer reivindicação em favor da problematização/desconstrução do machismo é importante. Porque apesar das lentas transformações positivas nessa questão em alguns lugares do mundo, em outros há retrocessos inomináveis. Resulta em triste paradoxo que, ao mesmo tempo em que estava escrevendo estas linhas, na Rússia, por exemplo, se aprova uma lei que legitimava a violência sobre mulheres, despenalizando o agressor.⁴

Ou ainda, posso considerar algo que recém ocorreu comigo aqui no Brasil, e que se caracterizou como uma das piores cenas de violência de gênero e de homofobia que vi em minha vida: numa lanchonete, um homem bateu fortemente em uma mulher lésbica, apenas porque ela tinha discutido com a namorada dele previamente no banheiro.

Eu acredito que a teoria tem que atuar incisivamente na prática, aproveitando o que os registros dos livros nos legaram de produtivo. Deve-se levar isso para as ruas, transformando o debate de ideias em ações práticas. Precisamos que cada letra escrita em favor da luta pelo reconhecimento da mulher presente nos parlamentos, nas presidências de nações, nas cátedras universitárias e nas empresas privadas lutando pelos seus direitos.

Por isso, gostaria de finalizar este artigo com as palavras de ordem abaixo. E que as lutas feministas sejam sempre bem-vindas!

⁴ Na Rússia o presidente Vladimir Putin aprovou uma lei promulgada unanimemente pela legislatura que despenaliza os agressores, quando as vítimas não tivessem lesões graves. A violência não é mais considerada delito para as autoridades russas. Consideram-se “disputas familiares com consequências menores”.

Salí para el trabajo y no fui
Salí para la escuela y no llegué
Salí de baile y me perdí
De pronto, me desdibujé
Mis amigos me buscan por ahí
Los vecinos pegaron un cartel
En los postes de luz de la cuadra,
en el subte, en el tren
Me busca mi hermano, me busca mi madre
Perdieron contacto ayer a la tarde
Vino la tele
Habló mi padre, la red explota y el Twitter arde
Si tocan a una, nos tocan a todas

¿El femicidio se puso de moda
Y el juez de turno se fue a una boda
Y la policía participa de la joda?
Y así va la historia de la humanidad
Que es la historia de la enfermedad
Ay, carajo,
qué mal que estamos los humanos, loco
¡Paren de matar!

Y dicen que desaparecí
Porque estaba sola por ahí
Porque usaba la falda muy corta,
Me dijeron que diga que sí
Me mataron desde que nací

Me enseñaron a ser una esclava
Lava, lava y a parir
Me matan y mueren todas mis hermanas

¡No me toques, chabón!
No tengo ganas
Me matan y se infecta la raza humana
Le temen al poder que de mis ovarios emanan
Soy esta herida que se pudre y no sana
Ay, carajo, qué mal que estamos los humanos, loco!

Paren de matar
Ni Una Menos
Vivas nos queremos

(Miss Bolivia, "Ni una Menos" 2016)

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRAZÃO TEIXEIRA Analba. *Nunca você sem mim: homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais*. São Paulo: Annablume, 2009.

BUTLER Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Documento *Ni Una Menos, vivas nos queremos* lido ao vivo como fechamento na marcha no 3 de junho de 2015. Disponível em: <http://s1000050.ferozo.com/wp-content/uploads/2015/06/documento_OK-1-1.pdf>, acesso em 12 de fevereiro de 2017.

FEMINIAS, María Luisa. *Judith Butler: introducción a su lectura*. Buenos Aires: Catálogos, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade. A vontade de saber*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Edições GRAAL Ltda, 1999.

MARTÍNEZ, Ariel. Los cuerpos del sistema sexo/genero: Aportes teóricos de Judith Butler. *Revista de Psicología*. Vol 4, 2004. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5641/pr.5641.pdf>, acesso em 17 fevereiro 2017. pp. 01-19.

MERTON Robert. K. *Teoría y estructuras sociales*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económico, 1992.

PRECIADO, Paul B. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, v. 1, n. 1, 1994. pp. 11-36.

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico. Em CANGIANO, María C.; DUBOIS, Lindsay. *De mujer a género*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1993. pp. 01-72.

Páginas web:

Jornal *La Nación*, Argentina, disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/>>

Jornal Infobae, Argentina disponível em: <<http://www.infobae.com/america/>>

Ni Una Menos, página oficial do coletivo. Disponível em: <http://niunamenos.com.ar/?page_id=8>

POR MULHERES E SOBRE MULHERES: APONTAMENTOS DA PRODUÇÃO ANTROPOLÓGICA SOBRE MULHERES INDÍGENAS

Ana Clara Sapienci de Souza

Graduada em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela UFSCar (2014) e
mestranda em Sociologia
pela UNICAMP.

Endereço eletrônico: anaclarasapiencisouza@gmail.com.

Resumo

O objetivo do presente trabalho é realizar uma revisão bibliográfica, cujo tema é gênero em contexto indígena e nas pesquisas antropológicas. Enfocando, principalmente, as mulheres como uma categoria analítica. O texto irá desenvolver a argumentação por meio de comparação e exposição de perspectivas clássicas na discussão de gênero e apresentará produções mais recentes, na área de etnologia brasileira, que propõem outro ponto de vista sobre o gênero indígena, relacionando temas como a fabricação do corpo feminino, além de

refletir sobre as produções teóricas na luta. Outras manifestações feministas argentinas serão enfocadas, no sentido de comparar os efeitos e a utilidade da marcha na desconstrução e desnaturalização do machismo. O desafio científico, assim, será reconsiderar as formas da expressão feminista para sair da superficialidade das problemáticas, tentando atacar efetivamente o sistema patriarcal, que está produzindo sexualidades e perpetuando os estereótipos.

Palavras-chave: gênero; mulheres indígenas; etnologia; antropologia

Introdução

Ser antropóloga ou antropólogo significa traçar relações diferentes em campo, acessar e produzir conhecimento de formas distintas. Entretanto, há uma “naturalização” do gênero na produção do conhecimento: o que significa que apenas sujeitos específicos são (re)pensados em campo – como por exemplo, o homem homossexual ou a mulher. A antropologia, muitas vezes, naturaliza a posição de acesso ao conhecimento através do sujeito homem e heterossexual, persistindo no não questionamento sobre essa posição, sobretudo, quando se trata do acesso corporificado (perpassado pelo gênero) a esse conhecimento, materializado na forma como se acessa o campo, os temas de pesquisas, os sujeitos interlocutores. O presente artigo abordará textos femininos em contexto específico, a etnologia indígena. Para além da perspectiva das antropólogas, dos lugares que assumem como mulheres em campo, os textos apresentados nessa releitura bibliográfica, questionam o que é ser mulher em outros contextos, não-ocidentais.

O objetivo do presente trabalho é realizar uma revisão bibliográfica com o tema principal, qual seja, gênero e sexualidade em contexto ameríndio sob o olhar das pesquisas antropológicas. Enfocando, principalmente, mulheres como uma categoria analítica. Esta revisão bibliográfica desenvolverá a argumentação por meio de comparação e exposição de perspectivas clássicas na discussão de gênero e produções mais recentes, na área de etnologia brasileira, que se propõem outro ponto de vista sobre o gênero e sexualidades indígenas, relacionando temas como a fabricação do corpo feminino, a sexualidade e a divisão do trabalho.

Pretendeu-se, dito em outras palavras, perceber como o enlace entre metodologia e campo ensejam o avanço da discussão sobre o gênero indígena.² Isso está conectado com a corporalidade³ como idioma simbólico

² O que chamo de “gênero indígena” deve ser entendido como a discussão e as pesquisas que se dedicaram a trabalhar com a antropologia do gênero em contexto não-ocidental, notadamente, ameríndio. Bem como as ideias presentes nessas pesquisas como pano de fundo: a divisão sexual do trabalho, a categoria mulher, o masculino e o feminino como construções localizadas, apresentando diversas possibilidades e configurações.

³ Como demonstrado no texto já clássico, Seeger et al. (1979).

fundamental no contexto ameríndio sul-americano, onde o corpo tem um papel privilegiado na cosmologia e na sociedade. Tal corporalidade e as discussões provenientes de uma antropologia feminista abrem caminho para pesquisas que focalizam a posição de mulheres perante tais sociedades, tanto na direção da produção acadêmica para a etnologia, quanto partindo do contexto indígena para a sociedade ocidental, buscando referências mútuas, numa relação imbricada.

Embora o que esteja sendo colocado em debate seja o gênero desnaturalizado durante a pesquisa de campo antropológica e em contato com a alteridade, o texto irá trabalhar mais especificamente com a categoria de mulher, não por uma preferência ou um recorte, mas pela ausência de trabalhos que questionem a categoria homem em contexto etnográfico, o que escancara a importância da desnaturalização desses sujeitos pesquisadores, o quanto seus corpos marcam a trajetória de pesquisa, isso porque de um lado o gênero não é nem uma questão que emerge, passa incólume, como se fosse um sujeito assexuado, de outro é impossível passar pela experiência de pesquisa sem olhar para si mesma, para a condição de mulher e do que ela significa.

A emergência das mulheres nos debates antropológicos

Os primeiros textos antropológicos que discutiam “papéis” masculinos e femininos e a divisão sexual entre homens e mulheres seguindo uma normatividade partiam de um pressuposto naturalizante. Esses antropólogos observavam parentesco e organização social, mas não a posição dos homens e das mulheres no sistema, naturalizando a posição feminina como secundária, com uma persistente negativa da autonomia feminina (ROSALDO, 1994). No entanto, há autores que devem ser destacados, como, por exemplo, Bronislaw Malinowski ([1929]1983) e Margareth Mead ([1935]2009), que incluíram em seus trabalhos a sexualidade e os “papéis” sexuais de homens e mulheres, e que começaram um movimento de questionamento desse padrão naturalizado,

representando o primeiro passo a caminho de uma antropologia e dos estudos de gênero.

Malinowski, ainda que não tenha questionado o gênero em si, tratando-o como algo definido pelos aspectos sócio-biológicos, observou a ocupação e o desempenho dos “papéis” de homens e mulheres, bem como a sexualidade e o erotismo, tendo sido, portanto, um primeiro passo em uma discussão que avançou depois e que é bastante desenvolvida na atualidade. Mead ([1935]2009), por outro lado, teve uma posição política, crítica à sociedade norte-americana: para ela, a cultura seria a principal força determinante; o temperamento seria individualidade e não uma diferença determinada pelo sexo, e a principal questão era a padronização do comportamento dos sexos, que provocaria a existência de “desajustados”. Apesar de utilizar muitos conceitos datados, este trabalho de Mead é fundamental considerando o seu posicionamento político dentro da disciplina.

Após contextualizar brevemente essa preocupação incipiente sobre “gênero” presente na emergência das discussões antropológicas no início-meio do século XX, gostaria de destacar uma autora em especial: Sherry Ortner (1979), uma referência nos estudos sobre as mulheres em contextos não-ocidentais. Segundo ela, essa posição na qual a mulher está associada à natureza e o homem ao social é uma “construção” da cultura ao invés de ser um fato da natureza. Sua tese principal pode ser assim colocada:

O status secundário feminino na sociedade é uma das verdades universais, um fato pancultural. Mesmo neste fato universal, as concepções culturais específicas e as simbolizações da mulher são extraordinariamente diversas e mesmo mutuamente contraditórias. Além disso, o verdadeiro tratamento das mulheres e seu poder e contribuições relativos, variam muito de cultura a cultura e em períodos diferentes na história das tradições culturais particulares (ORTNER, 1979, p. 95).

Um texto posterior, e também bastante importante e que complementa a análise desenvolvida por Ortner, é o de Michelle Rosaldo (1994), que se propôs considerar os “papéis” das mulheres e dos homens como o produto da ação humana em sociedades históricas e concretas. Para ela, a

abordagem baseada em dicotomias reforça um ponto de vista em que as diferenças são explicadas por fatos biológicos. O que isso significa é que se deixou de estudar as diferentes maneiras que o gênero aparece nas organizações sociais, compreendendo as coisas concretas que homens e mulheres fazem e pensam, bem como suas variações sociais (ROSALDO, 1994).

A autora propõe uma crítica acerca das contribuições da perspectiva feminista para a antropologia e tece, inclusive, críticas às próprias abordagens feministas. O ponto criticado é certa tendência em se “descobrir as mulheres” e diz que mesmo tendo-se escrito muito sobre isso, pouco se sabe sobre elas. Ao invés de falar dessas mulheres, de seus lares, crianças, maridos, vida em comunidades e afins, dever-se-ia postular mais questões. Como menciona: “eu sugiro, ao contrário, que nós já ouvimos as mulheres falarem em quase todas as descrições antropológicas. [...] eu sugiro que é preciso não ter tantos dados como questões” (p. 3) [grifos próprios]. Portanto, argumenta que a “descoberta feminista” foi importante para o conhecimento antropológico, mas a significação sociológica do conhecimento feminista é muito maior e deve ser mais profunda do que o que fora realizado até então.

Com isso, não quero dizer que a mulher tenha sido negada nas etnografias; ela está constantemente lá, mas quando se escreve sobre elas, há poucos que sabem como abordar essa temática e o lugar que devem atribuir às mesmas. Um exemplo pode ser Pierre Clastres (1978), que apresenta os Guayaki, uma sociedade nômade, que têm “papéis sexuais” bem definidos. Segundo ele, essa diferença entre homens e mulheres reflete as funções designadas de consumidores ou produtores e explica como a função masculina é caçar e coletar, enquanto que a das mulheres é transportar bens familiares, fabricar artefatos, cozinhar e cuidar das crianças. Essa divisão de tarefas é permeada por um tabu alimentar: aquele que caça não pode comer sua presa, implicando um regime de troca e circulação de alimentos; o caçador é doador e recebedor de carne. O que está diretamente relacionado com o sistema de casamentos poliândricos,

pois, devido ao déficit de mulheres: “Todo homem guaiaki é, potencialmente, tomador e doador de esposa” (CLATRES, 2003, p. 137). Nesse sentido, há uma visível aproximação da relação do caçador com a caça e do marido com sua esposa, a partilha de mulheres e a partilha da caça seriam semelhantes. O que coloca as mulheres em lugar de subordinação, corroborando a tese da “dominação masculina”, que será desconstruída adiante.

No artigo, Rosaldo (1994) mantém o tom de crítica no tocante à tendência de antropólogos/as em procurar por origens e verdades universais. Destaca que “se existissem evidências antropológicas disponíveis para negar o lugar universal do gênero na organização da vida social humana” (ROSALDO, 1994, p. 7), muitos problemas que enfrenta seriam evitados. Não quer generalizar, mas diz que em todos os grupos humanos conhecidos ocorrem formas de privilégio e direito masculino, e não adianta antropólogos/as tentarem afirmar um lugar privilegiado da mulher aqui ou ali.

Para ela, o problema está não em identificar (acentuando/destacando) as atividades isoladas das mulheres (ou dos homens) em grupos humanos específicos, mas ao invés disso, tentar apresentar os modos pelos quais a divisão sexual do trabalho em *todos* os grupos humanos, por exemplo, está inextricavelmente implicada com formas extremamente complexas de interdependência, de política e de hierarquia.

Entretanto, parece que isso é muito mais fruto de preconceitos ou de valores ocidentais, que necessariamente uma posição do antropólogo/a em si. Assim, associando gênero, vida feminina e o âmbito doméstico, cria a ilusão da antropologia “saber” o que diferentes sistemas de gênero compartilham. O gênero é um produto complexo de uma grande variedade de forças sociais, que produzem modelos singulares e formas locais específicas: “Gênero, em todos os grupos humanos, deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social (ROSALDO, 1994, p. 15)”.

Por conta dessa interpretação de gênero, a mulher foi entendida de uma forma equivocada:

[...] O lugar da mulher na vida social humana não é, diretamente, o produto daquilo que ela faz (e menos ainda função do que, biologicamente, ela é), mas sim do sentido que suas atividades adquirem através da interação social concreta. E as significações que as mulheres atribuem para as atividades de suas vidas são coisas que nós somente podemos compreender através de uma análise das relações que as mulheres forjam, dos contextos sociais que elas, junto com os homens, criam e dentro dos quais elas são definidas (ROSALDO, 1994, p. 16).

As mulheres precisam ser entendidas em suas relações, com outras mulheres e com os homens, e não como meros objetos da ação masculina e da sua biologia. Ignorar a mulher nesse processo produz uma ilusão de homogeneidade. E as desigualdades de gênero são dificilmente universais nas suas implicações ou conteúdo. O desafio principal é: “descobrir novas maneiras para ligar os pormenores das vidas, atividades e objetivos das mulheres com desigualdades, onde quer que seja” (ROSALDO, 1994, p. 34).⁴

O gênero e as mulheres na etnologia brasileira

No texto “Desnaturalizando gênero na sociedade Mebengôkre”, Vanessa Lea (1999) discute como essa forma de entender como dominação a relação entre os gêneros é considerada anacrônica e reducionista. O objetivo do texto não é reverter essa gangorra da dominação, nem retomar o matriarcado, mas sim, desnaturalizar o universo feminino, mostrando o gênero como construído socialmente.

Em minha visão, a forma de pensar a desnaturalização do gênero elaborada pela autora apresenta uma nova proposição nas discussões sobre a posição da mulher indígena no sistema social. Lea (1999) aponta que, ao invés de associarmos a mulher ao âmbito doméstico, ligada à “natureza” e o homem ao social, precisa-se ir além dessa dicotomia e pensar em termos do entendimento da “construção” do gênero. Retirar a carga de associação da mulher à biologia, e, portanto, excluída dos ambientes

⁴ Por meio da disciplina “Antropologia e Estudos de Gênero”, dada pelo prof. Wagner Xavier de Camargo no segundo semestre de 2016, tenho consciência da limitação sobre a discussão de gênero feita neste subtópico. No entanto, com este pequeno artigo pretendo apenas focar no debate do tema dentro da etnologia brasileira.

políticos, é abrir espaço para ouvir as perspectivas femininas sobre os mitos e os rituais, de forma que se justifica a tentativa de, ao invés de assumir uma posição frente ao matriarcado ou patriarcado, compreender a sociedade Mebengôkre como um todo, no qual a organização social é produto de sistemas imbricados.

A análise desenvolvida sobre a “construção” do gênero pelos Mebengôkre está relacionada com o impacto do pensamento antropológico feminista na compreensão desse povo. O conceito de gênero utilizado foi criado e pensando por meio dos pressupostos do percurso do pensamento da segunda onda do feminismo, na segunda metade do século XX (PISCITELLI, 2002). Trata-se da afirmação da subordinação feminina, como variante em tipo e lugar, mas universal no sentido, que está presente em todas as partes e períodos conhecidos, ainda que afirme existir uma dominação masculina, há um questionamento da naturalização dela, por ser, na verdade, decorrente das maneiras como a mulher é “construída socialmente” (PISCITELLI, 2002).

Primeiramente, a autora retoma o debate feminista da década de 70, que procurava estabelecer a universalidade da dominação masculina por meio da associação das mulheres à esfera doméstica e à natureza, em oposição à associação dos homens à esfera pública e à cultura (LEA, 1999, p. 178). Uma das principais referências teóricas para a comparação e crítica foi o grupo de pesquisa PHBC, integrado por Claude Lévi-Strauss, que corroborou com a “teoria” da hierarquia/desigualdade entre homens e mulheres, por meio da dominação masculina. Um dos principais temas abordados era a uxorilocalidade, supostamente presente na organização social Jê; o sistema de parentesco Mebengôkre é classificado como cognático, nessa pesquisa. Entretanto, existem povos Jê classificados tanto como matrilineares quanto patrilineares. A autora iniciou seu trabalho diante dessas questões, argumentando a matrilinearidade dos Mebengôkre com base nas matri-casas.

A organização social Mebengokrê pode ser representada por um diagrama de Venn, sobrepondo elementos matrilineares, descendência

dupla e as casas como pessoas morais. Os elementos matrilineares são dados pelo modelo ideal, seguido por todas as aldeias Mebengôkre, no qual as casas ocupam uma determinada posição no círculo residencial e o indivíduo irá pertencer à Casa da mãe (LEA, 1999, p. 181). Essas casas têm como bens os nomes pessoais de ambos os sexos, os enfeites e os papéis cerimoniais. A nuance da descendência patrilinear é a herança dos amigos formais, que é patrilinear. Os filhos recebem os amigos de seu pai, criando patrilhas, mas a autora ressalta que “essa instituição de coloração patrilinear tem repercussões matrimoniais que reforçam a agência feminina na sociedade Mebengôkre. Enquanto mulher tenho prerrogativa de eleger meus amigos formais como maridos de minhas filhas.” (LEA, 1999, p. 182). Outra questão marital é que os Mebengôkre têm sido classificados como monogâmicos, o que significa que, apesar do homem não ter outras esposas (o que é definido pela co-residência), existem os amantes, tanto para a esposa e o esposo, que são considerados pseudo-esposos (as).

Outro ponto abordado por Lea (1999) é a sexualidade, sobretudo, feminina. Em uma particular ação do ato sexual (porque o objetivo seria a ejaculação no menor tempo possível), o prazer feminino não é visado. A gratificação para a mulher está mais ligada aos presentes que recebe dos parceiros, não ao ato sexual em si. É como se os homens satisfizessem o desejo das mulheres por carne, e as mulheres satisfizessem o desejo dos homens por sexo; embora essa não seja uma troca direta, é como se o fluxo das relações sexuais estivesse diretamente ligado ao fluxo de carne (LEA, 1999, p. 184). Um aspecto interessante é que invés da carne de outrora, os presentes recebidos hoje são bens manufaturados, essa é uma das faces do fascínio Mebengôkre por esses bens.

Diante da rígida divisão sexual do trabalho na sociedade Mebengôkre, a autora resgata referências para compreender como essa desigualdade entre “papéis” masculinos e femininos foram analisados por outros/as antropólogos/as. Turner (1979 apud LEA, 1999, pg. 189) observou que os homens seriam responsáveis pelas tarefas que exigem maior energia e silêncio, já as mulheres estariam ligadas as tarefas compatíveis com os

cuidados das crianças pequenas. Entretanto, isso não explica porque o homem detém o monopólio da fabricação de artesanato, por exemplo. O argumento de Ortner (1979) parece complementar essa visão, porque entende as mulheres como *live givers* e os homens como *life takers*, o que é uma implicação da associação do feminino com a periferia, o doméstico, enquanto o masculino é exercido no âmbito público, político.

Lea (1999) aborda também a teoria da concepção Mebengôkre, de acordo com a qual o ato criador cabe ao homem e à mulher seria um receptáculo; o feto seria produzido pelo acúmulo do sêmen em decorridas relações sexuais. Existe a *paternidade múltipla*, porque o tanto de relações sexuais que estão implicadas na concepção do feto corroboraria com a ideia de que não haveria um genitor definido, e isso estaria ligado com a conclusão da autora de que a criança não precisaria, necessariamente, ter um pai (genitor) socialmente reconhecido para que se possa sobreviver; precisaria, sim, ter uma mãe com parceiros sexuais, de preferência com um marido (LEA, 1999, p. 188). Outra questão é que muitos pais são acusados de provocar a morte de seus filhos; isso, obviamente, não de maneira intencional, visto que existe a prática da *couvade*, que é algo muito comum nos povos ameríndios Sul-Americanos. Referidas restrições implicam que sua quebra (ou descumprimento) pode prejudicar diretamente a saúde do bebê:

É como se o pai, a mãe e a criança compartilhassem uma mesma substância orgânica até a fixação da identidade própria do filho/a, após o recebimento de nomes e quando endurece sua pele ou envoltório [...]. Parece-me que a prática da *couvade* está ligada à construção social do papel de pai [...] (LEA, 1999, p. 188).

É uma ideia corrente em muitos povos indígenas que o crescimento do feto não é algo automático após a fecundação da mulher, sendo preciso produzir o crescimento do organismo, o que é feito pelo fornecimento de sêmen para formar a criança. Por outro lado, a mãe precisa seguir as restrições alimentares específicas. Se o sêmen constrói o organismo, são o nome e as prerrogativas que transformam o organismo em pessoa. “A essência dos ancestrais (seus nomes e *nekretx*) é transmitida a seus descendentes” (LEA, 1999, p. 190). A descendência tem sido um importante

ponto de análise dos povos Jê, pois representariam a transmissão dos elementos fundamentais para a noção de pessoa.

Disso se conclui que essa forma de entender a dominação é, hoje, considerada anacrônica e reducionista. Como já mencionei, não era o objetivo aqui reverter a gangorra da dominação, nem retomar o matriarcado, mas desnaturalizar o universo feminino, mostrando o gênero como partícipe de uma construção social:

Problematizei as tentativas de relegar as mulheres Mebengôkre à 'periferia' e às margens da sociedade, mas sem atribuir essa visão a um *bias* masculino. [...] Na medida em que tudo de mais valioso na sociedade Mebengôkre, os nomes e *nekretx*, constitui a propriedade das matri-casas, não faz sentido argumentar que a esfera jurial seja masculina. Mesmo quando os homens ocupam o palco cerimonial, no centro da aldeia, o *script* é proveniente das Casas. Os papéis cerimoniais desempenhados e os enfeites que adornam os dançarinos são provenientes da herança das matri-casas. A cerimônia de nomeação realizada mais frequentemente hoje em dia (*kwary\$ kango*) envolve a participação de ambos os sexos. As mulheres nunca foram excluídas das cerimônias Mebengôkre, e há até uma versão feminina de uma das principais cerimônias (*me biôk*), embora menos elaborada do que a masculina. (LEA, 1999, p. 192).

Não se deixa de ser mulher no campo de pesquisa, mas essa identidade também é colocada em suspensão, questionada em elementos naturalizados e que são desvelados em contato com a alteridade. Nesse sentido, o texto de Bruna Franchetto (1996), "Mulheres entre os kuikuro", possibilita pensar as experiências antropológicas de uma mulher em campo, quais sentidos são articulados, e, no limite, o aspecto metodológico sobre a compreensão do campo a partir de como a antropóloga é "lida" pelos interlocutores neste contexto. Nesse sentido, o texto transmite as experiências pessoais da autora, que só foram possíveis por ela ter se colocado entre as mulheres. Muito disso é um produto da percepção dos índios perante ela. Como entendiam uma mulher, estrangeira e branca, que não era uma mulher legítima, no sentido kuikuro? "Um ser inicialmente andrógino acaba sendo arrastado para uma identidade feminina construída no contraditório entre a mulher do lado de cá e a mulher que experimenta do lado de lá." (FRANCHETTO, 1996, p. 35).

A antropóloga, apesar de não responder ao ideal feminino kuikuro, nunca foi desprovida dos traços do sangue e do cheiro. Isso porque, “sangue e cheiro definem a mulher fértil, sexuada e, por isso, desejada e temida, a ser controlada no interior dos limites do seu universo voraz e poderosa, suja, bela, indispensável criadora e balança de conflitos.” (FRANCHETTO, 1996, p. 38).

Diante desse lugar incerto na sociedade, no limiar entre infantilidade e velhice, a autora se depara com uma posição sexuada, na qual a vivência do ser mulher entre os kuikuro era constantemente colocada sobre ela. Partindo de sua própria experiência como mulher, branca, ocidental, interpretava como uma posição de inferioridade, como uma opressão sexual de desigualdade hierarquizada, e não como assimetria. Queria não ser mulher, por um lado, mas por outro o ser mulher representava um lugar, que terminaria com a posição, limiar e indefinida, de solidão. Ela precisava se reconhecer como mulher – seguindo as regras colocadas – para que fosse aceita entre os kuikuro (FRANCHETTO, 1996, p. 39).

Franchetto, em dado momento, se pergunta: o que é uma mulher para os Kuikuro? Existem duas características definidoras, segundo ela: “o sangue, essencialmente o menstrual, e um cheiro particular, inconfundível, excitante e nojento, perigoso para os homens e indivíduos em situações liminares (transformações na iniciação e na doença, integridade do lutador e do pajé)” (FRANCHETTO, 1996, p. 37). A menarca é o fato marcante na vida feminina: inicia a metamorfose que ocorre durante a reclusão pubertária, que transforma menina em mulher. Durante a reclusão, seu corpo é submetido a uma fabricação somática, que resulta na fabricação da pessoa social, sexuada, adulta. Esse corpo produzido segue os ideais de beleza e estética, que irão favorecer o consumo sexual. Durante esse período, privadas da exposição solar, as mulheres têm suas peles embranquecidas, os cabelos crescem, enfaixando os joelhos e tornozelos, as pernas são modeladas, para que a batata da perna inche e seja ressaltada, com a atividade física reduzida, um corpo gordo, branco e belo produzido. A escarificação regular, restrições alimentares e ingestão de eméticos

“contribuem para a fabricação do corpo/pessoa na manutenção de uma balança de entradas e saídas de substâncias e na experimentação da dor” (FRANCHETTO, 1996, p. 38).

A fabricação do corpo feminino e do corpo masculino, a socialização da experiência feminina, também são abordadas no texto de Cecília McCallum (1999): “aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá”. A construção social da agência feminina envolve o processo de transformação das meninas em mulheres. A impressão do gênero na construção da pessoa adulta é intrínseca a agência específica de homens ou de mulheres. O corpo, no entanto, é construído paralelamente à produção de memória e conhecimento. O aprendizado da produção de objetos, capacidade de pintar, tecer os padrões no tecido e cozinhar, “transformar substâncias cruas em coisas ou pessoas, ‘cozidas’ ou ‘processadas’, é parte desse processo” (McCALLUM, 1999, p. 167). Essas coisas produzidas são qualificadas como verdadeiras, por isso a mulher ocupa o centro da produção, que é a identidade kaxinawá.

A aprendizagem passa pelas avós maternas, homônimas das meninas, responsáveis por preparar seus corpos para executar as habilidades práticas. Durante o processo, devem aprender as qualidades femininas que serão fundamentais na produção, como, por exemplo, a paciência, “ser capazes de ficar dias em casa tecendo, fiando e cuidando dos recém-nascidos” (McCALLUM, 1999, p. 168). Durante a reclusão, moldam o corpo, arredondando e adquirindo “suavidade corporal”, característica dos corpos femininos. A menarca marca a capacidade da mulher de transformar e produzir substância crua. Uma perspectiva interessante da sociedade kaxinawá é que a posição do masculino e do feminino não são opostas, nem excludentes, mas complementares dentro dos processos sociais e econômicos.

Os meninos tornam-se homens através de um processo de aprendizagem e de produção da agência masculina, aprendem a caçar com os seus irmãos, passam por rituais e dietas para adquirir as qualidades que precisam a fim de desempenhar suas funções, tornando-se um bom

caçador. Para essa produção o consumo do alucinógeno *nixi pae* tem um papel fundamental e passa a ser consumido com frequência nessa fase, porque as técnicas de caça são adquiridas pelas visões diurnas e oníricas, sendo que eles aprendem a ser corajosos pelo consumo da droga. As mulheres, por outro lado, não consomem tais substâncias, pois não precisam dessa qualidade. Já os homens precisam aprender a ser matadores, violentos.

Por isso existe uma interdependência entre a agência masculina e a feminina⁵. Porque os homens precisam da agência feminina para consumir a caça e as mulheres precisam da agência masculina para ter uma refeição completa (McCALLUM, 1999, p. 172). Se, por exemplo, homens começam a se envolver muito com sangue e as mulheres com os espíritos, acontece que a “agência genderizada” é bloqueada, a mulher perde a capacidade de produzir bebês humanos e o homem se torna sem sorte na caça. Nesse ponto podemos traçar um paralelo com o texto de Clastres (1978). Como já apresentado, implica em uma divisão de funções e espaços pautada no gênero na sociedade Guayaqui, o que envolve uma construção da identidade masculina em contraposição à feminina, se aproximando, portanto, do que McCallum (1999) apresenta, pois, o sucesso na caça dependeria da identidade masculina construída. Isso envolve também uma dimensão espiritual, porque as mulheres e os xamãs atraem os espíritos; os homens destroem laços de parentesco com eles. As mulheres devem proteger e gerar parentesco com os humanos e, para isso, devem aprender a se proteger e fortalecer suas capacidades morais, sociais e corporais. Isso porque, por fim,

É por causa das naturezas opostas, mas complementares das agências masculina e feminina, culturalmente produzidas, que o treinamento formal das moças e dos jovens rapazes assume a forma que tem. O estágio seguinte de suas jovens vidas será o teste real do aprendizado, quando o casamento os obrigará a lutar pela vida, trabalhar, brincar e fazer amor de verdade (McCALLUM, 1999, p. 172).

⁵ Para McCallum, a agência seria característica universal do humano, presente em todos os grupos humanos, e que não está ligada aos indivíduos em si, pois eles não são livres, mas articulados com as estruturas sociais em que estão inseridos. Os sujeitos têm mais ou menos agência, dependendo do lugar ocupado dentro das relações sociais.

Outro texto que coloca a categoria de mulher no centro do argumento desenvolvido é o de Janet Chernela (1997) que aborda as narrativas míticas sob a perspectiva de gênero. Por meio da análise do discurso e da observação da reprodução pública dos mitos Wanano⁶, a autora aponta a importância de antropólogos/as olharem as falas individuais, sem uma perspectiva coletiva, e, em especial, destacar a fala feminina. O argumento fundamental é: a diferença de pontos de vista entre homens e mulheres revelariam uma visão particular das relações sociais e da noção de pessoa.

O texto é construído por meio da reprodução de duas versões do mito ancestral Wanano, contada por interlocutores específicos. O primeiro contador é Yusé, um homem, e a segunda, Nicho, uma mulher, que devido a sua posição na estrutura social pode reproduzir publicamente sua versão do mito. A fala de Nicho contesta o monopólio usual da narrativa pública pelos homens. O trabalho de Chernela é uma alternativa, enseja a interpretação da fala feminina. Entretanto, é preciso notar que Nicho é um caso particular, e não representativo de um poder de fala feminino. Nicho é como se fosse um homem (*like a man*), porque é considerada “a primeira das primeiras”, tendo um vínculo especial com os ancestrais. Um exemplo disso, é que ela mora no grupo em que nasceu, representando uma quebra da regra exógama virilocal. A comparação da narração feminina com a versão masculina (que é a versão oficial) revela as diferentes formas de ver de homens e mulheres, bem como a visão própria de si mesmos dentro do sistema social.

O argumento de Chernela (1997) tem um aspecto metodológico interessante. De acordo com ela, os antropólogos enfatizariam as representações coletivas, obscurecendo as contribuições individuais e as variedades contrastantes. O caso de Nicho enseja questões sobre a complexa relação entre o individual e a cultura, e as transformações que as formas da linguagem podem produzir. A performance não ortodoxa de uma

⁶ Grupo localizado no sistema social do Uaupés, região do Alto Rio Negro/AM.

mulher (detentora de uma posição particular) em um sistema social que a esfera pública são um domínio masculino, revela o poder do discurso de construir e reconstruir as relações sociais. De forma que, as mulheres, por vezes excluídas das análises de rituais e discurso, podem fornecer outro ponto de vista do mito, da sua posição e da organização social.

Luísa Elvira Belaunde é outra antropóloga que contribuiu para a discussão sobre o gênero no contexto indígena, no qual ela desenvolve a intersecção entre corporalidade e construção do gênero, sobretudo, do ser mulher, condição expressa em corpo e fluído (2006).

A tese principal desse texto é a de que o sangue é um elemento fundamental nas cosmologias amazonenses e que, até então, não teria sido analisado como deveria. Seu esforço é no sentido de elaborar a base para uma hematologia amazônica, a fim de abrir o caminho para uma análise comparativa, profunda e necessária do tema. Sangue, gênero e conhecimento seriam elementos fundamentais para a cosmologia. O fluxo do sangue é concebido como relação, corporificado e generificado, manejado por meio de dietas, reclusões, resguardo e rituais. Seria o fluído que atribuí gênero às pessoas, ao pensamento e à força, possuindo um efeito transformador. A autora constrói um quadro transcultural sobre a centralidade do sangue na Amazônia.

Em seu artigo sobre o resguardo e a sexualidade acrescenta uma dimensão de gênero como relacional, para além de uma concepção de dominação masculina (BELAUNDE, 2015). Na dinâmica existente durante o resguardo, implicado pela periculosidade do sangue, há uma relação de equilíbrio pouco explorada. De um lado, uma suposta subordinação feminina, que deve seguir as restrições impostas por causa da menstruação; de outro, existe a responsabilidade masculina de “sara o mundo”, o dever de tomar conta de mulheres em sangramento, “em um cosmos cheio de perigo e vinganças” (BELAUNDE, 2015, p. 221). Dessa forma, cria-se um ponto de convergência dos gêneros: “o sangramento das mulheres, portanto, cria uma arena onde o equilíbrio das relações de poder e de interdependência entre homens e mulheres se realiza” (idem, p. 220).

A antropóloga amplia a visão etnográfica para além de um sujeito específico, sobre o qual recaem deveres e exclusão devido ao seu corpo generificado, mas uma relação dual, uma faca de dois gumes, que possibilita novos olhares em campo e na produção antropológica, porque “a transformação bem-sucedida das mulheres quando estão sangrando depende da observância de restrições estritas, sozinhas principalmente, mas também acompanhadas pelos companheiros” (ibidem, p. 219). Durante o processo de aquisição de gênero, há um confronto entre homens e mulheres, “impelidos pelos apetites por comida e sexo, progressivamente moldando seus corpos e adquirindo conhecimentos e responsabilidades” (ibidem, p. 221).

À guisa de conclusão

Os exemplos etnográficos apresentados ao logo deste pequeno artigo, são, no limite, uma proposta epistemológica. Como colocado por McCallum (1999), “levar o gênero a sério’, então, é mais do que uma simples questão de coleta de dados. É também uma questão de ênfase no momento da reflexão teórica e no processo de construção do texto etnográfico” (McCALLUM, 1999, p. 01). Ou ainda, como proposto por Lea (1999), falar sobre as mulheres não é tentar retomar uma tese de matriarcado, muito menos tentar inverter a lógica da dominação.

Em realidade, trata-se de um esforço de desnaturalizar o universo feminino, demonstrar o gênero como um componente desta construção dada no social. Entender a mulher para além da esfera da natureza. Essa proposta teórica significa compreender a vida das mulheres, sem pressuposições. É mais que uma escolha no campo; é observar e dar a mesma importância para as relações entre homens e mulheres. É a ênfase dada no momento da reflexão e da construção do texto etnográfico. Segundo McCallum, o gênero tomado como categoria fundamental possibilita um entendimento mais completo da construção da pessoa e da organização social (McCALLUM, 1999).

Desta forma, o que se quis mostrar com essa reflexão que não apenas as questões de gênero foram reelaboradas e questionadas com o passar do tempo e com o avanço da produção antropológica, muito influenciada pela onda do feminismo dos anos 1970, o que entrou em sintonia com a nova compreensão do lugar da corporalidade para os povos ameríndios, trazida por Seerger et al. (1979). O corpo e a sexualidade vêm transformando a forma de compreender o lugar da mulher nos grupos indígenas, e isso vem sendo demonstrado pela produção de mulheres, sobre mulheres, como demonstrado nessa revisão bibliográfica.

Referências Bibliográficas

BELAUNDE, Luísa Elvira. Resguardo e sexualidade(s): uma antropologia simétrica das sexualidades amazônicas em transformação. *Cadernos de campo*. n. 24, 2015. pp. 538-564.

_____. A força dos pensamentos, o fedor do sangue. *Hematologia e gênero na Amazônia. Revista de antropologia (USP)*, v. 49, nº 1. 2006. pp. 205-243.

CHERNELA, Janet. The 'Ideal Speech Moment': Women and Narrative Performance in the Brazilian Amazon. *Feminist Studies*, Vol. 23, No. 1 (Spring, 1997), pp. 73-96.

CLASTRES, Pierre. 'O arco e o cesto'. _____. In: *Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Editora: Livraria Francisco Alves, 1978. pp.71- 89.

FRANCHETTO, Bruna. Mulheres entre os Kuikuro. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, v. 4, n. 1, p. 35-54, 1996.

LEA, Vanessa Rosemary. Desnaturalizando gênero na sociedade Mebengôkre. *Revista Estudos Feministas*, v. 7, n.1 e 2, 1999. pp. 176-194.

MALINOWSKI, Bronislaw. As relações entre os sexos na vida tribal. In: _____. *A Vida Sexual dos Selvagens do Noroeste da Melanésia: Descrição Etnográfica do Namoro, do Casamento e da Vida de Família entre os Nativos das Ilhas Trobriand*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. pp. 29-57.

MCCALLUM, Cecília. Aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá. *Revista de Estudos Feministas*, v. 7, n. 1-2, 1999. pp. 157-175.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. 4ª edição. Trad. Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise (org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. pp. 95-120.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. *Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, pp. 07-42.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Horizontes Antropológicos**, v. 1, n. 1, 1994. pp. 11-36.

SEEGER, Anthony; DaMATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.) **Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ, Editora Marca Zero, 1987. pp. 02-19.

OS HUMANOS E NÃO-HUMANOS GUARANI-MBYA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA CATEGORIA ‘GÊNERO’

Bruno Silva Santos

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
(FAPESP). Processo 2016/13834-5.

Endereço eletrônico: bruno_silvassantos@hotmail.com.

Resumo

Esse texto busca tecer uma reflexão sobre as relações de gênero entre os Guarani-Mbya por meio de uma crítica aos textos de Rosaldo (1994) e Ortner (1979), que discutem a universalidade da subordinação feminina e o uso da antropologia nos debates sobre gênero. Parte-se, sobretudo, de etnografias Guarani-Mbya sobre os ritos de puberdade e a construção de pessoa, as quais sugerem que a generificação dos corpos passa antes pela produção de um corpo humano apto a habitar um mundo

no qual a condição de humano está sob constante perigo de ser agenciada por outros sujeitos. Espera-se, por fim, imaginar uma concepção mais ampla das relações de gênero que seja capaz de, do ponto de vista antropológico, analisar o que poderiam ser as relações de gênero para outras sociedades, caso elas formulassem suas preocupações nos termos dos estudos de gênero, alinhando-se, assim, à discussão de Strathern (2006).

Palavras-chave: Guarani-Mbya; gênero; relações humanos-não humanos; antropologia

Introdução

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as relações de gênero entre os Guarani-Mbya por meio de uma crítica aos textos de Michelle Rosaldo (1994) e Sherry Ortner (1979), os quais teorizam acerca da universalidade da subordinação feminina e do uso da antropologia nos debates sobre gênero. Relativo à categoria de gênero, é útil aqui resgatar a definição geral de Joan Scott (1990, p. 21) de gênero como “uma forma primeira de significar as relações de poder” e, claramente, como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”. Nesse sentido, categoriais como “homem” e “mulher” ou “masculino” e “feminino” não possuem significados em si mesmas, sendo significadas reciprocamente no interior das relações de poder.

Nos termos de Judith Butler, teórica norte-americana responsável nos anos 1990 pelo redimensionamento da área de estudos de gênero, gênero seria conceituado como “o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino manifestam-se junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume”. (BUTLER, 2014, p. 253). Ou seja, gênero é o mecanismo por meio do qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, tornando inteligível práticas e sujeitos sociais. O discurso restritivo sobre gênero produz o binarismo “homem/mulher”, no entanto, a noção de “gênero” pode ser um aparato de ruptura desse binarismo, ampliando, desse modo, as possibilidades de reconhecimento e inteligibilidade dos sujeitos no campo social.

No interior da antropologia, ainda na década de 1970, Michele Rosaldo (1994) busca explicar as relações assimétricas entre homens e mulheres nas sociedades não-ocidentais, elaborando uma interpretação intercultural da subjugação das mulheres pelos homens. Segundo a autora (1994, s/p), “gênero, em todos os grupos humanos, deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social.” Apesar de esboçar uma definição de gênero possível

para o momento, as preocupações da autora não superam o binarismo, replicando em sociedades não ocidentais as categorias “homem/mulher” e “masculino/feminino” – algo, talvez, que se perpetuou na Antropologia durante muito tempo ao longo do século XX.

Tanto Rosaldo (1994) quanto Sherry Ortner (1979), outra autora norte-americana, preocupam-se em compreender como a organização da vida coletiva em diferentes sociedades produz um desequilíbrio no valor social atribuído aos homens e aquele conferido às mulheres. De acordo com Ortner, a inferioridade culturalmente atribuída às mulheres em relação aos homens é universal em todas as sociedades, mesmo que tal inferiorização se manifeste de diferentes maneiras em cada localidade. Rosaldo (1994), por sua vez, demonstra que tal inferiorização ocorre com base no que chama de “divisão de papéis sexuais”, de modo que os homens atuam na esfera pública e as mulheres são restritas às atividades do nível familiar e doméstico.

Ortner (1979) parte da correspondência entre os termos dos pares “natureza/cultura” e “mulher/homem” para explicar o *status* inferior das mulheres em diferentes sociedades. Segundo ela, as desvalorizações da mulher se devem ao fato de que as funções e “papéis” domésticos desempenhados por elas são universalmente associados à natureza; diferentemente dos “papéis” públicos e políticos realizados pelos homens, os quais estão diretamente associados à cultura. A associação de tais “papéis sociais” das mulheres com o domínio da “natureza”, segundo esta autora, baseia-se em suas “funções reprodutivas”, de modo que a lactação e a criação dos filhos às confinariam no âmbito doméstico, por exemplo.

Portanto, a fim de compreender como as diferenças entre homens e mulheres são construídas, tanto Ortner quanto Rosaldo operam uma universalização das categorias de público e doméstico, que na sociedade ocidental são significadas de modo assimétrico. Entretanto, como Marilyn Strathern (2006) argumenta, essas categorias e relações não necessariamente correspondem às maneiras pelas quais as sociedades não-ocidentais elaboram sua vida social.

A associação ocidental “natureza/doméstico” e “sociedade/público” se baseia na ideia de que o domínio natural é dado e anterior ao domínio público, de modo que a própria vida social é imaginada em referência à ação humana sobre esse domínio natural. Nesse sentido, a universalização operada por Rosaldo e Ortner pressupõe que as outras culturas elaboram seus modelos tendo como referência os mesmos “fatos naturais” e a mesma distinção “natureza/cultura” e “doméstico/público” que operam em nossa sociedade ocidental.

Tal crítica de Strathern (2006) à projeção de categorias euro-americanas sobre sociedades outras serve de fio condutor na construção dos argumentos deste texto. Assim como a leitura de Aparecida Vilaça (2005) acerca da comparação entre o material etnográfico melanésio e ameríndio, a partir das relações de gênero e das relações entre humanos e não humanos. De acordo com essa autora, diversos autores/as vêm sugerindo que as relações de gênero na Melanésia e as relações entre humanos e não-humanos na Amazônia são usados como idiomas locais para expressar a diferença. Tratam-se, portanto, de diferentes tipos de objetificação dos corpos, nos quais as relações de gênero na Melanésia e entre humanos e não-humanos na Amazônia são centrais nas elaborações cosmológicas das sociedades de cada região etnográfica.

Inspirando-se nessa comparação e na centralidade das relações entre humanos e não-humanos nos povos ameríndios, esse texto busca discutir algumas etnografias Guarani-Mbya sobre os ritos de puberdade e sobre a construção de pessoa. Nesses rituais e práticas emergem questões que dizem respeito às múltiplas diferenças entre sujeitos femininos e masculinos – assim como entre humanos e não-humanos, que deslocam (ou desalojam) o debate de Rosaldo (1994) e Ortner (1979).

Faz-se necessário destacar que a abordagem deste trabalho restringe-se à sexualidade e ao desejo heterocentrado, referindo-se apenas às relações entre homens e mulheres – diferença sexual reconhecida pelos Guarani-Mbya em seus rituais de passagem e de nominação. Tal limitação justifica-se pela ausência de estudos antropológicos que fazem referência à

categoria “homossexualidade” (masculina ou feminina) entre os Guarani-Mbya, o que segundo Luisa Belaunde (2015) é uma lacuna da própria etnologia sul-americana.

Sexualidade, gênero e alteridades: apontamentos sobre a pessoa Guarani-Mbya

Primeiramente, deve-se notar que desde que Eduardo Viveiros de Castro (1996) formulou a proposta do *perspectivismo ameríndio*, a humanidade cada vez menos vem sendo tida como uma condição dada no universo social. As cosmologias ameríndias não se fundamentam na separação ontológica ocidental entre “natureza” (o polo universal, não marcado e objetivo) e “cultura” (o polo marcado e subjetivo) como indica Viveiros de Castro (1996). Nessas sociedades, a humanidade não é um estado metafísico e cultural atingido unicamente pela espécie humana, mas sim uma condição que pode ser estendida a vários tipos de seres não humanos.

A diferença entre humanos e não-humanos é dada apenas em contextos relacionais, de modo que a condição de um sujeito define-se sempre a partir do ponto de vista em questão; e nesse fato reside a instabilidade da condição humana, afinal, ela é apenas uma das possibilidades de existência no cosmo. Nesse sentido, a constituição de um sujeito masculino ou feminino extrapola as relações entre humanos, de modo que espíritos e animais são agentes que tomam parte importante nesse processo. Como será descrito, boa parte dos ritos de puberdade masculino e feminino entre os Mbya voltam-se para as relações com esses seres não humanos.

Como destaca Elisabeth Pissolato (2015), deve-se ter em mente que a referência à sexualidade entre povos ameríndios não diz respeito à trajetória ocidental da sexualidade constituída como um dispositivo de saber-poder, em termos foucaultianos (Foucault, 1980). Pissolato (2015, p. 413) complementa que

Longe de remeter ao sujeito ou a seu corpo como fonte de inquietação e cuidado, sexualidade ou sexo, na experiência de povos indígenas sul-americanos, parece [fazer] parte de conceber e constituir (ou não) as relações sociais com seres marcados pela

alteridade' (McCALLUM, 2010, p. 53), sejam eles humanos, animais, espíritos.

Entre os Guarani-Mbya, etnia que se distribui do Estado do Espírito Santo (no Brasil) até a Argentina, a passagem da infância para a vida adulta é um marco significativo na vida de homens e mulheres. Cebolla Badie (2015) descreve a puberdade como uma fase em que rapazes e moças estão mais expostos aos agenciamentos de seres da floresta – os quais se dão, principalmente, por meio dos códigos de sedução e sexualidade. Os ritos de puberdade tratam, portanto, não apenas de produzir pessoas adultas, mas de proteger humanos frente a diversos perigos de deslocamento e perda da condição de humano.

No caso feminino, Egon Schaden (1962 [1954]) e Marilyn Cebolla Badie (2015) verificam que a principal característica desses ritos é a reclusão das garotas em casa ou na *opy* (“casa de rezas”) durante um período que vai de 28 a 15 dias, contados a partir do início da menarca. Durante essa reclusão a menina deve permanecer sentada ou deitada em uma cama de taquaras, evitando tocar o chão para que ela não seja atacada pelo *yvyja*, espírito da terra, um dos muitos seres ao qual ela é vulnerável. Dessa forma, ela deve se alimentar apenas de vegetais cultivados, especialmente milho e seus derivados; a carne está expressamente vedada durante a reclusão porque a conjugação com sangue animal aumentaria a vulnerabilidade da garota frente os espíritos de animais (CEBOLLA BADIE, 2015).

Os Mbya explicam tal reclusão como forma de proteção, já que esse período da vida de uma mulher seria de máxima vulnerabilidade perante a predação dos espíritos da natureza. Esses entes invisíveis têm a faculdade de enganar as moças púberes, aparecendo perante seus olhos sob a forma de belos rapazes, seduzindo-as e produzindo nelas transformações chamadas *-jepota* (“se apaixonar, se juntar sexualmente com um animal mítico ou espírito”).

A pessoa Guarani constitui-se do equilíbrio de múltiplas almas, as principais são o *nhe'e*, alma de origem celeste-divina, e o *aã*, parte mundana da alma, ligada ao corpo, ao sangue e à carne. No caso das transformações *-jepota* é o *aã* que estabelece a possibilidade de relação com os seres não

humanos; porém, é o princípio vital (*nhe'é*) que é predado durante esse processo. O perigo no contato com esses espíritos, principalmente durante a puberdade, reside no fato de que, por meio do contato visual e sexual, eles podem capturar a alma humana – desencadeando um processo que, se não curado por xamãs, pode levar à morte da pessoa.

Além da reclusão, outros cuidados são tomados em relação às substâncias e fluidos corporais das garotas. Ela se banha apenas com uma água de cinzas, a qual é neutralizada em relação a qualquer agente que possa lhe causar mal. Há também banhos medicinais voltados para o controle dos cheiros corporais das moças, uma vez que espíritos predadores são atraídos por eles (CEBOLLA BADIE, 2015).

Desse modo, observa-se que boa parte dos ritos de puberdade femininos relaciona-se com o controle das afecções corporais, tendo em vista potenciais sujeitos não humanos interessados em predação das almas femininas. Importante destacar que não se trata aqui de uma culturalização dos processos fisiológicos das mulheres (LÉVI-STRAUSS, 2006 [1968]), mas sim de uma “produção social de pessoas” (SEEGER et al., 1979). Isto é, a construção de um corpo feminino durante tais ritos passa antes pela produção de um corpo humano apto a habitar um mundo em que a condição de humano está sob constante perigo de ser agenciada por outros sujeitos. Nos termos de Vilaça (2005) tratam-se de procedimentos profiláticos que buscam eclipsar o potencial metamórfico da pessoa ameríndia para que uma humanidade específica seja definida.

Se os ritos de puberdade femininos são marcadamente individualizantes, os ritos masculinos, por outro lado, tem como principal característica seu caráter coletivo. Durante a iniciação masculina, os rapazes cumprem uma espécie de serviço à comunidade e devem aceitar as ordens de qualquer pessoa mais velha da aldeia; além disso, é nessa fase que os garotos aprendem a caçar e fazer armadilhas. Essas obrigações duram vários meses e são tidas como um modo dos rapazes se prepararem para serem bons genros quando recebidos na família da sua futura esposa (CEBOLLA BADIE, 2015).

Durante os primeiros envolvimento amorosos dos garotos, os frutos de sua caça serão direcionados aos pais e irmãos da pretendente como forma de cortejá-la. Se nessa fase inicial é o homem que provê a mulher com alimentos, após o casamento é a mulher que se tornará provedora de filhos por meio da gestação e do leite materno (MENDES JUNIOR, 2009). Desse modo, a função de provedor que poderia se fixar nos homens é constantemente alternada em um processo em que a produção dos corpos alheios é compartilhada por homens e mulheres.

No caso das garotas, durante seus isolamentos, por meio de discursos proferidos pela avó ou um parenta anciã são enfatizados a conduta e os valores que a moça deve observar ao longo da sua vida, especialmente no “papel” de mãe, que em breve terá de assumir (CEBOLLA BADIE, 2015). Dentre as diversas atividades desenvolvidas pelas mulheres na sociedade Guarani-Mbya, durante os ritos de puberdade, enfatiza-se costumeiramente a maternidade.

A “educação” feminina voltada para a maternidade poderia ser interpretada como um confinamento da mulher ao âmbito doméstico e do cuidado familiar, confirmando assim a associação entre “papeis sociais” femininos e o ambiente doméstico, postulada por Rosaldo (1994). No entanto, uma observação mais atenta do contexto etnográfico Mbya desloca tais questões, uma vez que se deve compreender o significado da maternidade na sociedade guarani, que não necessariamente relaciona-se com o nível doméstico.

A reprodução humana na sociedade urbano-industrial é imaginada por meio de analogias com os processos de produção de mercadorias (STRATHERN, 2006). As mulheres seriam “produtoras de bebês”, pois fornecem a matéria-prima básica e trabalham nos primeiros estágios de socialização – estágio inicial que é sempre superado pelas socializações posteriores, motivando a depreciação do âmbito doméstico. Quando Rosaldo (1994) refere-se à reprodução e à lactação como “base funcional para a definição da esfera doméstica” (sic) – e conseqüente associação universal das

mulheres a ela – a autora está se referindo às analogias ocidentais sobre a reprodução humana.

O pensamento Guarani-Mbya, por outro lado, parte de outras analogias para significar a maternidade. A concepção do corpo dos bebês se dá por meio da “mistura” do sangue do pai e da mãe no ato sexual (PIERRI, 2013); o útero (*mbaeru mitaĩ*) é o recipiente onde o corpo da criança será nutrido, de modo que o alimento consumido pela mãe se transforma em sangue e alimenta a criança, fazendo-lhe crescer. Tal relação de comensalidade transforma gradualmente mãe e filho em consubstanciais, logo parentes (MENDES JUNIOR, 2009).

Além do parentesco entre a mãe e o bebê não ser algo dado pela biologia, mas sim pela consubstancialidade, o corpo da criança só ganha vida porque sua alma (*nhe'é*) é enviada das regiões celestes pelos deuses Mbya. Enquanto receptora do princípio vital enviado pelos deuses, os esforços da mãe (assim como do pai) são dar afeto e agradar a criança para que sua alma goste da terra e não deseje retornar aos planos celestes (MELLO, 2006). Juntamente com a alma da criança, os deuses enviam o leite materno, que ficará depositado no corpo da mulher e terá papel fundamental na constituição da pessoa guarani e na sua permanência nesse mundo (MELLO, 2006).

Portanto, o plano doméstico não é onde acontece a primeira socialização da criança, na qual a mãe realiza a tarefa de retirá-la da natureza e trazê-la para a cultura (ORTNER, 1979); afinal, a criança guarani já está na cultura, assim como todos os seres e objetos com alma², de modo que o esforço doméstico é voltado em fazer a criança apreciar a vida terrena entre seus parentes. Sendo assim, homens, mulheres e crianças não são valorados a partir de um gradual de proximidade ou distanciamento com a natureza. Além disso, a atividade feminina, enquanto receptora de almas e substâncias divinas-celestes, é fundamental na produção de novas

² Característica de sociedades *animistas*, nas quais a atribuição de um princípio vital (alma) à seres não humanos estabelece uma continuidade de tipo sociomórfico entre natureza e cultura, fundada na atribuição de “disposições humanas e características sociais aos seres naturais” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 120).

peças guarani – não se reduzindo a cuidados domésticos no sentido ocidental.

Considerações Finais

Através de uma reflexão inicial buscando articular os ritos de puberdade e a concepção de maternidade entre os Guarani-Mbya espera-se ter deslocado a discussão de Rosaldo (1994) e Ortner (1979) em direção uma concepção mais ampla no entendimento das relações de gênero, principalmente em âmbito da etnologia, capaz de, do ponto de vista antropológico, analisar o que poderiam ser estas mesmas relações de gênero para outras sociedades, caso elas formulassem suas preocupações nos termos dos estudos de gênero (STRATHERN, 2006). Portanto, categorias como público e doméstico, natureza e cultura são úteis apenas enquanto termos analíticos a serem deslocados (e provocados) pelas categorias nativas – e não como constructos dados de antemão à análise e projetados sobre sociedades outras, particularmente indígenas.

Sendo assim, quando recorreremos aos termos Guarani-Mbya que pensam questões como sexualidade e gênero, outras categorias e processos emergem, como as metamorfoses de humanos em animais ou o trânsito de substâncias entre pessoas e divindades. É fato que tais questões não são significadas entre os povos ameríndios a partir dos mesmos conceitos ocidentais; no entanto, como atenta Belaunde (2015), ainda há muito a ser feito nos estudos sobre gênero e sexualidade entre os povos indígenas da América do Sul.

REFERÊNCIAS

BELAUNDE, Luisa Elvira. O estudo da sexualidade na etnologia. *Cadernos de Campo*, n. 24, p. 399-411, 2015.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. *Cadernos Pagu*, n. 42, jan./jun., 2014. pp. 249-274.

CEBOLLA BADIE, Marilyn. Rituais de iniciação e relações com a natureza entre os Mbya-Guarani. *Mana* [online]. 2015, vol.21, n.1, pp. 07-34.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 3a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

MELLO, Flávia Cristina de. **Aetchá Nhaderukuery karai retarã: Entre deuses e animais: xamanismo, parentesco e transformação entre os Chiripá e Mbyá Guarani** [tese de doutorado]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2006.

MENDES JUNIOR, Rafael. **Os animais são muito mais do que somente algo bom para comer**. [dissertação de mestrado]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para a natureza, assim como o homem para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalis & LAMPHERE, Louise (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 95-120.

PIERRI, Daniel Calazans. **O perecível e o imperecível: lógica do sensível e corporalidade no pensamento guarani-mbya** [dissertação de mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

PISSOLATO, Elizabeth. Fuga como estratégia: notas sobre sexualidade, parentesco e emoções entre pessoas mbya. **Cadernos de Campo**, n. 24, pp. 412-426, 2015.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Horizontes Antropológicos**, v. 1, n. 1, 1994. pp. 11-36.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962 [1954].

SEEGER, Anthony; DaMATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1979.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.

VILAÇA, Aparecida. Chronically Unstable Bodies: Reflections on Amazonian Corporalities. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, n. 11(1), 2005. pp. 445-64.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e perspectivismo ameríndio. **Mana** [online]. vol.2, n.2, 1996. pp.115-144.

Artigos

Entrelaçando as Subjetividades: Afetos e Afetações no Trabalho de Campo

Gabriel Rocha Bandeira

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina - UEL.

E-mail: cantu.antropologia@gmail.com



Resumo

O presente artigo tem por objetivo a abordagem das dificuldades da pesquisa de campo, bem como dos afetos a subjetividade do antropólogo. Durante muito tempo, os relatórios finais de pesquisa desconsideravam as dificuldades encontradas para sua realização, bem como a ligação do antropólogo com seus sujeitos de pesquisa. Recentemente, artigos têm

sido publicados com a finalidade de introduzir esta discussão. Utilizando os conceitos de afeto na filosofia e em Jeanne Favret-Saada, foram realizadas análises da subjetividade do antropólogo em meu trabalho de campo em andamento sobre transtorno de déficit de atenção (TDAH) no ambiente escolar com o intuito de contribuir para a discussão mencionada.

Palavras-chave: trabalho de campo; subjetividade; afeto; etnografia.

Introdução

A grande importância dada pelas pesquisas antropológicas à etnografia enquanto método de pesquisa que consiste em buscar compreender e estudar o sujeito de pesquisa em seus próprios termos, significados e trajetória de vida, a partir de um trabalho de campo baseado em descrições, interações, entrevistas e observações é de conhecimento amplo dentro e fora das ciências sociais, tendo o trabalho de Malinowski (1978) nas Ilhas Trobriand como a primeira etnografia. Porém, a maioria das produções evita dar enfoque às discussões acerca das diversas dificuldades que a pesquisa etnográfica pode trazer ao pesquisador, as dificuldades de acesso ao campo pretendido, por exemplo, poucas vezes aparecem na redação dos relatórios finais com destaque, pois quando aparecem, estão de forma sutil. Estas dificuldades serão mencionadas neste trabalho como desencontros e os acertos como encontros.

Outro ponto de fundamental importância para a produção antropológica, é a discussão sobre a posição do antropólogo em campo, principalmente quando este tem alguma ligação com o lócus da pesquisa e muitas vezes participa da realidade estudada de forma pessoal e a sua subjetividade² é entrelaçada ao campo, fazendo-o viver experiências para além da esfera da pesquisa. Este entrelaçamento é o que Favret-Saada (2005) aponta como afetações de campo. Sobre a ausência de discussões aprofundadas acerca do tema, ela afirma:

Poder-se-ia dizer, inclusive, que virar um etnógrafo profissional é tornar-se capaz de maquiar automaticamente todo episódio de sua experiência de campo em uma comunicação voluntária e intencional visando ao aprendizado de um sistema de representações nativas." (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160)

A proposta deste ensaio é abordar justamente os dois pontos citados acima, que atravessaram e ainda atravessam minha vivência no campo que pesquiso atualmente, a saber, a presença de diagnósticos de transtorno de déficit de atenção (TDAH) no ambiente escolar, dentro da antropologia da saúde e doença. Recorte este que só foi possível depois de muitas

²Ao me referir a subjetividade, entendo-a como gostos, opiniões, visões de mundo e outras questões individuais, bem como a noção de self, empregada por Rose (2011) que diz respeito a como o indivíduo se entende enquanto pessoa e enquanto ser em relação com os demais.

adversidades e desencontros em tentativas de recortes anteriores, que atualmente, avalio como agentes de um grande encontro em minha curta trajetória etnográfica.

No Brasil por exemplo, autores como DaMatta (1978) e Velho (1978) têm tentado propor metodologias para a realização de pesquisas que envolvam algum tipo de vínculo entre o pesquisador e seu campo, problemática que desde meados do século XX preocupam antropólogos, como por exemplo Clifford Geertz na obra "A Interpretação das Culturas" (1989), quando se propõe também a pensar a sua posição em campo. Velho propõe que haja um distanciamento epistemológico, ou seja, procurar abandonar naturalizações através da busca por diferentes perspectivas entre os sujeitos do contexto estudado, para além da que o pesquisador possui, seja a partir das narrativas de classes distintas ou até mesmo outros grupos sociais por exemplo, o que segundo o autor transformaria o familiar em exótico (VELHO, 1978).

Já DaMatta compara este tipo de pesquisa com as viagens xamânicas, que, segundo ele, são viagens introspectivas, onde o xamã volta seu olhar para dentro de si, visando conectar-se com o sagrado. O autor aponta que para empreender estudos sobre aspectos de sua própria cultura, o antropólogo deve aprofundar-se o máximo possível nela, com o objetivo de superar as naturalizações e apreender outros olhares acerca da realidade estudada.

Acredito que a perspectiva de DaMatta seja a que mais se aproxima dos meus esforços para pensar a realidade que estudo e minha conexão com ela, uma vez que meus interlocutores me forçam uma conexão subjetiva com o universo TDAH. Justamente por conta deste mergulho profundo que me propus a fazer para evitar naturalizações é que se faz necessário a conceituação de Favret-Saada (2005) ao analisar a relação entre mim e meu campo de pesquisa.

Dos desencontros ao encontro

A linha de pesquisa antropológica a qual me dedico é a antropologia voltada para o estudo de fenômenos de saúde e doença, e de forma mais específica, o que diz respeito a psicopatologias. Desde o início das leituras nesta perspectiva, o interesse sempre foi o estudo do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), em interface com a antropologia da criança, além da psicologia.

Por se tratar de uma psicopatologia constantemente vinculada às crianças, tornou-se inevitável que a discussão pretendida trate de aspectos do ambiente escolar. Assim, desde o início do projeto, a intenção era realizar a etnografia, por meio, principalmente, de observação participante³ e entrevistas dentro de instituições de ensino privadas para compreender como este transtorno aparece e é tratado na escola, porém, está nesta intenção o maior e mais curioso desencontro que tive, uma vez que todas as instituições que foram procuradas negaram o acesso com discursos muito similares.

Aproximadamente quatro escolas privadas que possuem ensino fundamental I (do 1º ao 5º ano) foram contatadas, e informadas de que o intuito do recorte feito até então era a observação participante e entrevistas com professores, direção e equipe pedagógica, enfocando, a grosso modo, o olhar docente em relação à criança com transtorno de déficit de atenção. Os pedidos foram todos negados. O que desperta curiosidade é o fato de que as negativas estavam de certo modo, todas em um mesmo molde: evitar que fosse feito qualquer questionamento ao trabalho realizado por psicólogos e psicopedagogos no interior da escola. Ao reparar que não foi utilizado em momento algum o termo “questionamento” na solicitação, procurei entender o motivo desta pressuposição, feita por todas as escolas procuradas.

Pode-se em primeiro momento, de forma quase intuitiva, atribuir as falas de recusa das escolas a um possível medo de que a presença de um

³Por observação participante, entende-se aqui o acompanhamento e observação de aulas, intervalos, sala de permanência docente, além dos demais ambientes da escola.

pesquisador diariamente na instituição revelasse algum erro de procedimento dos profissionais do contexto. Essa análise foi a que adotei durante o tempo que passei buscando meios de reconstruir o projeto de pesquisa, sem perder o foco de analisar como se dá o TDAH na escola e como é tratado por profissionais da educação. Porém, uma vez que jamais se pretendeu quebrar o anonimato da instituição pesquisada e não se objetivou a universalização da análise a partir de um contexto singular, não é possível afirmar a simplicidade dos motivos que promoveram os desencontros. Além disto, as mesmas respostas eram dadas quando, depois da reconstrução do projeto, a solicitação passou a ser entrevistas e apenas algumas visitas à escola, o que indica que o ponto não é o mencionado acima.

À luz da perspectiva foucaultiana sobre a instituição escolar, os possíveis motivos do “não” começam a tomar outro caminho. Na obra de Foucault, a escola é vista como parte de um aparelho de padronização e controle das subjetividades.

A análise do autor é, em síntese, que a instituição escolar tem um papel importante na introjeção de valores, códigos de conduta e moralidade nas mentes dos sujeitos, para que estes se enquadrem ao modo de vida que a sociedade estabelece e possam se autocontrolar, além de vigiar aos outros. A escola como integrante do aparato de controle, onde o indivíduo é preparado e moldado para a socialização, atua através de relações de poder e usa de diversos dispositivos punitivos, capazes de uma introjeção tão profunda que forma a alma dos sujeitos, como Foucault cita, por exemplo:

[...] Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em tomo, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos — de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. (FOUCAULT, 1987, p. 32-33)

Instrumentalizando sua análise, é possível ter a perspectiva de que a psicopatologia assume o papel de um dispositivo para a disciplina daqueles

que o método adotado tradicionalmente não é capaz. Isto é possível, pois, segundo Foucault, a medicina e a psicologia têm um grande poder no controle dos corpos individuais, o que ele conceitua como Biopoder: grosso modo, a junção dos aparatos médicos, estatais e psicológicos para a introjeção de normativas sociais nos sujeitos de modo que eles mesmos passem a vigiar e controlar a si e aos demais.

Partindo desta visão de biopoder, acredito que aquilo que chamarei de narrativas do questionamento têm por motivo basilar a impossibilidade ou incapacidade de avaliação e readequação (ou até mesmo substituição ou suspensão) deste dispositivo instrumentalizado pela escola, com receio de que esta perca sua fundamental importância para a sociedade. Ou ainda, que esta avaliação leve a necessidade de uma reflexão sobre todo o sistema de ensino, o que seria trabalhoso se fosse preciso reformatá-lo. Assim, o caminho mais breve é imputar no sujeito, via patologização, a responsabilidade pela ineficiência deste sistema.

Desta resposta, que me parece ser adequada, e da interpretação da escola como um mecanismo de controle e adequação dos indivíduos, surge em minha trajetória o encontro, que se deu quando percebi a possibilidade de analisar a presença do TDAH no ambiente escolar estudando as bases do processo educacional, ou seja, a partir dos setores que direcionam o ensino. O projeto foi reformulado e o recorte adotado foi a análise mencionada acima com foco nos procedimentos e discursos de psicopedagogas responsáveis pela avaliação de crianças possivelmente portadoras de psicopatologias na rede municipal de Londrina-PR. O campo deixou de ser a escola propriamente dita e passou a ser o órgão gestor de toda a rede educacional do município.

Com a alteração do campo, foi possível dar início à pesquisa, que, mesmo sendo o grande encontro de minha temática, teve também seus desencontros. Um dos mais difíceis de ser superado, pois leva tempo e estudo é a conquista da confiança dos sujeitos de pesquisa para ter acesso aos seus conhecimentos e lógicas de pensar.

Por estar estudando profissionais que se situam em uma seara de conhecimento extremamente complexa, não é raro ouvir nas inserções a campo frases do tipo “mas isso você não deve entender, não é da sua área”⁴ ou o uso de linguagens técnicas acompanhadas de risos, pressupondo desconhecimento de minha parte. Nessas situações, a dificuldade da pesquisa aumenta, pois exige um estudo aprofundado das teorias mobilizadas pelos interlocutores do campo para só então ser levado em consideração por eles.

Fato é que este estudo árduo desta seara me possibilitou transitar por ambientes de forma tranquila, além de, juntamente com outros fatores que trataremos a seguir, fazer com que a imagem de pesquisador fosse diluída, o que no caso desta pesquisa é um facilitador importante para a obtenção de informações fundamentais para a análise⁵ proposta. Entretanto, há de se considerar que esta dissolução de minha presença enquanto pesquisador causou uma série de afetos e afetações que devem ser tratados com uma visão analítica.

O encontro como gerador de afetos e afetações

Para que se torne possível uma análise dos afetos vivenciados em campo é necessário que antes de tudo se defina o que entendo aqui como afetos e o porquê utilizo a expressão afetações.

Como afeto, entendo as noções da psicologia, com base em Deleuze e da filosofia, baseada principalmente em Spinoza, que tratam este conceito como tudo aquilo que toca o indivíduo de maneira singular, ou seja, que o desperta empatia ou antipatia. Partindo desta interpretação, pode-se dizer que todo antropólogo em campo é predisposto a sofrer afetos durante sua pesquisa, envolvendo-se empática ou antipaticamente com seus interlocutores. O trabalho acerca do TDAH me afetou diversas vezes deste modo, que abordarei não com o intuito de transformar este ensaio em um relato de experiências, mas tendo por objetivo, compreender a presença

⁴Grifo meu de cadernos de campo acerca de declarações dos sujeitos de pesquisa.

⁵A pesquisa mencionada está em fase final de trabalho de campo e em processo de redação de artigo.

destes afetos na produção do trabalho final e também na possibilidade de gerar aquilo que chamo de afetações.

Por afetações, entendo a noção trabalhada na discussão proposta por Favret-Saada (2005), que se distingue da mencionada anteriormente. Segundo a autora, afetação é a participação do antropólogo no campo, para além da noção clássica de observação participante, ou seja, participar e passar a ser visto por seus interlocutores como parte integrante do contexto estudado, a partir de uma declaração dos mesmos ou de uma percepção do próprio antropólogo. Diferentemente da conceituação feita sobre afetos, Favret-Saada afirma que nem todos os antropólogos vivenciam as afetações. Por isso, ao fazer referência a esta perspectiva será utilizado o termo afetação, que pode ser exemplificado no campo realizado pela própria autora:

Por exemplo, digo a um camponês, em eco a alguma coisa que ele me disse: "Pois é, eu sonhei que...", e eu não teria como explicar esse "pois é". Ou então meu interlocutor observa, sem fazer qualquer ligação: "Outro dia, fulano lhe disse que... Hoje, você está com essas erupções no rosto". O que se diz aí, implicitamente, é a constatação de que fui afetada: no primeiro caso, eu própria faço essa constatação, no segundo, é um outro quem a faz. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159)

Ao refletir sobre estas conceituações dentro da realidade em que me encontro, noto que ambas fazem parte do meu processo de pesquisa e também da análise dos dados que são coletados. Considerando que minha entrada na seara estudada foi facilitada por minha mãe, que é profissional de outro setor dentro do lócus de meu interesse analítico e que intermediou uma série de contatos com as psicopedagogas responsáveis pela área de atendimento e avaliação de psicopatologias, o status de pesquisador ou antropólogo foi diluído logo na primeira inserção a campo, se é que chegou a ser conferido, pois já no início minha imagem era remetida à minha filiação.

Esta associação quase instantânea que era feita, causou uma série de afetações em mim e nos sujeitos pesquisados. A empatia por parte das entrevistadas, gerada ao perceber meu parentesco com uma de suas colegas de trabalho era no mínimo curiosa, pois todas as conversas recebiam um tom informal e de importante teor analítico, uma vez que não

me viam enquanto pesquisador. Não deve ser desprezado o fato de que por ser um órgão burocrático e formal, certamente as entrevistas teriam um tom formal e de profundidade restrita se o olhar conferido a mim não fosse o mencionado. Considero esta afetação, portanto, de fundamental importância para que fosse obtida a maior quantidade possível de material para a pesquisa. Este ponto também foi o responsável pela minha empatia com relação ao campo, pois se tornou prazeroso e produtivo estar pesquisando ali. Assim, a predisposição em a partir do afeto – aqui, interações empáticas com meus interlocutores - vivenciar a afetação – me tornar, por conta do parentesco com uma colega de trabalho dos interlocutores, pertencente ao campo na percepção dos próprios interlocutores - fez com que as minhas análises antropológicas se tornassem mais ricas e com maior grau de profundidade. Não se trata aqui de abrir mão do rigor metodológico e privilegiar a subjetividade a partir do afeto ou da afetação, mas de através deste aliar subjetividade, metodologia e teoria, encarando a afetação como um facilitador do fazer etnográfico.

No que diz respeito ao afeto em termos antipáticos, pode-se afirmar que este foi também responsável por uma afetação no contexto pesquisado e de uma nova mudança de status na avaliação dos sujeitos de pesquisa. Embora Favret-Saada não estabeleça relações entre afeto e afetação, estas existem em minha trajetória.

Em uma das inserções a campo, realizei uma entrevista com uma das psicopedagogas responsáveis pela aplicação das avaliações para identificar possíveis psicopatologias. Durante a entrevista, a profissional me questionou se não me recordava dela, afirmando que não pedi que falasse sobre isso. Disse que na minha fase escolar inicial, ela havia sido a psicopedagoga responsável por avaliar-me criteriosamente em busca de algum déficit psicológico além da deficiência física que possuo (paralisia cerebral). A partir de então, aos olhos das pessoas daquele contexto, passei de filho de uma colega de trabalho para um dos avaliados ou algo do gênero e pude ter contato com uma série de classificações e lógicas

classificatórias no processo de atendimento. Então, neste aspecto surge a afetação.

Esta afetação, ser em certa medida incorporado pelo próprio campo, permite que os pensamentos e análises realizados possam partir da junção dos conhecimentos da antropologia e de um corpus teórico e conceitual próprio da seara estudada. Não significa, entretanto, ter acesso às formas de pensar do outro, do entrevistado, mas ter a possibilidade de formular suas próprias análises e pensamentos com o sistema que este outro mobiliza. Sobre isso, discorre Saada:

Afirmo, ao contrário, que ocupar tal lugar no sistema da feitiçaria não me informa nada sobre os afetos do outro; ocupar tal lugar afeta-me, quer dizer, mobiliza ou modifica meu próprio estoque de imagens, sem contudo instruir-me sobre aquele dos meus parceiros. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159)

Abstendo-me de todas as discussões psicanalíticas já feitas a mim envolvendo pensamentos recalcados acerca da minha condição na fase escolar, para não transformar este ensaio em um mero relato pessoal, faz-se primordial estudar o que essa vivência proporciona para a pesquisa antropológica. Entrelaçar a minha subjetividade e o campo permitiu-me, por exemplo, perceber as nuances do processo de avaliação que as psicopedagogas submetem os alunos que julgam portadores de algum transtorno.

Somente com a análise da afetação pude avaliar minha vida escolar e perceber os estigmas (Goffman, 1980) produzidos por este processo. No meu caso, não recebi nenhuma avaliação positiva para psicopatologias, mas recebi os estigmas do processo, rótulos classificatórios de professores e colegas. Assim, ao avaliar isto, afirmo que o estigma da psicopatologia no ambiente escolar aparece antes mesmo da confirmação da doença ou transtorno. É preciso mencionar, que minha subjetividade possibilitou a análise dos discursos das avaliadoras na prática, uma vez que estes também foram mobilizados em relação a mim. Estes e outros pontos advindos das afetações serão abordados com profundidade no relatório final da pesquisa, após o término da etnografia.

Acredito que tanto os afetos quanto as afetações estão estreitamente ligados com a produção de novos moldes subjetivos, pois constrói-se a partir deles outras perspectivas e leituras acerca do que se está estudando, entretanto isto só é possível ao tomarmos o contexto que estão inseridos para a análise. Embaso esta ideia, no que Das (2011) chama de construção da voz. Para a autora “as vidas individuais são definidas pelo contexto, mas são também geradoras de novos contextos” (Das, 2011, p.18), e esta relação determina a voz dos sujeitos, ou seja, como estes se colocam diante das situações ao mesmo tempo que as moldam. A autora exemplifica seu argumento discorrendo acerca da transformação de vida sofrida por uma mulher indiana ao se tornar viúva, evento que fez suas relações familiares se alterarem, seu papel social mudar e sua forma de enxergar a realidade também, modificando a forma com que agia.

Percebo tais mudanças como alterações subjetivas e, dentro de minha trajetória, noto-as a partir do momento que fui percebido por meus interlocutores como integrante do campo estudado, gerando afetos e afetações e fazendo com que minhas percepções e leituras daquela realidade se organizassem de outra forma, como mencionado anteriormente. Portanto, julgo possível dizer que há uma ligação – se não uma dependência – entre os afetos, as afetações e também o contexto e a construção da voz trabalhados por Das, e esta ligação deve ser tomada como fundamental ao se empreender análises como a pretendida aqui.

Assim, acredito que instrumentalizar a subjetividade do pesquisador que passou pela afetação do campo, é totalmente possível, e para tanto se deve manter o olhar analítico das vivências a serem estudadas, levando sempre em conta algo importante: não há como produzir análises científicas das afetações no auge das mesmas, é necessário que se espere um tempo. No meu caso, por exemplo, escrevo este artigo para dar início às minhas análises de afetação, e para que esta se minimizasse foi necessário interromper temporariamente minhas inserções no campo.

Considerações Finais

Com este trabalho, não tenho a pretensão de apontar caminhos para a análise das subjetividades afetadas em campo, mas exemplificar a partir de meus afetos e afetações a possibilidade de considerar e trabalhar com os diversos pontos suscitados pelo campo antropológico, além de analisar como estes afetos e afetações se dão dentro dos encontros e desencontros da pesquisa etnográfica. O trabalho também buscou estudar analiticamente e evidenciar as possíveis ligações entre os conceitos mencionados, acredito que de maneira exitosa, utilizando-se de experiências particulares que, em tese, seriam desprezadas na redação do texto final de uma etnografia, mas que, conforme demonstrado, auxiliam muito no fazer científico da antropologia.

Evidenciar e abordar as adversidades que atravessam o trabalho de campo é de extrema importância, pois se trata de discorrer acerca de dificuldades e percalços que todo antropólogo passa, porém nem sempre abre espaço para esta discussão em sua redação final. Espero que com a leitura dos tópicos trabalhados aqui, colegas consigam avaliar seus campos de outra forma e encontrem respaldo para superar suas dificuldades. Além disso, ao discorrer analiticamente sobre as afetações e afetos da pesquisa, viso uma contribuição acerca da noção do fazer científico na seara antropológica, tendo em vista os pontos em que se entrelaçam conceitos e subjetividade, que contribuem de forma singular para a produção de análises científicas em profundidade.

A análise proposta aqui não traz certezas metodológicas ou conceituais, mas se propõe a acrescentar nos entendimentos acerca do antropólogo em campo e o seu fazer pós-campo, bem como no tratamento dado às experiências subjetivas. Mais que responder perguntas com extrema certeza se vislumbra o aprofundamento destas, que estão sendo colocadas nos trabalhos antropológicos com certa frequência.

Referências Bibliográficas

DAMATTA, Roberto. "O ofício de etnólogo, ou como ter 'Antropological Blues'". In: E. de O. Nunes (org.), *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

DAS, Veena. "O ato de testemunhar: Violência, Gênero e Subjetividade". *Cadernos Pagu*, n. 37, p.9-41, Campinas jul/dez 2011.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Trad. A. C. Piquet; R. Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, n.13, p. 155-161, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 27. Ed. Petrópolis. Vozes, 1987.

Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova-Guiné Melanésia*. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SPINOZA, Baruch. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1677/2009.

VELHO, Gilberto. "Observando o familiar". In: E. de O. Nunes (org.), *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

A História a Contrapelo e a Cultura Popular: Criação e Resistência

Laura Gabrieli Pereira da Silva

Graduanda do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), unidade Araraquara.

E-mail: acciolaura97@gmail.com.



Resumo

O presente artigo propõe uma discussão teórica acerca do conceito de cultura popular, em articulação com a abordagem de Walter Benjamin (1987) sobre a história a contrapelo. Além disso, retoma alguns exemplos da presença do tema em autores

como

Mikhail Bakhtin (2010), Marilena Chauí (1986) e Stuart Hall (2003). Por meio dessa relação, procura-se discutir o papel assumido pelas criações populares na construção da história, pensando essa posição em meio à dicotomia de criação ou resistência.

Palavras-chave: cultura popular; história dos vencedores; cultura; epistemologia.

Introdução

Nesta discussão teórica, procura-se trabalhar o conceito de “história a contrapelo”, de Walter Benjamin (1987), em conjunto com as reflexões de diversos autores acerca da cultura popular, tendo como objetivo apontar, ao longo da história humana, o papel de agência assumido por tradições de origem popular. Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico.

Por meio do conceito de história a contrapelo, Benjamin (1987) propõe o rompimento com uma leitura processual da história como mera sucessão de acontecimentos partícipes no avanço ininterrupto e no progresso da nação, ressaltando que componentes como memória, variações culturais e sublevações indicam que a existência humana transcende a linearidade e a automaticidade transmitidas em uma história que se ampara apenas no olhar dos vencedores. Nesse sentido, o sociólogo francês Michel Löwy (2010), interpretando as teses de Benjamin, destaca essa crítica ao tratamento restrito da história:

Como é essa história que Walter Benjamin critica? É o lembrar da passagem dos anos e das épocas atentando-se para o presente já configurado e constituído, considerado como imutável, sólido, um resultado esperado, natural e progressivo frente aos acontecimentos e vitórias do passado. Mais do que autômatos, tal atitude historiográfica produz a concepção de um progresso que na verdade é inexistente e falso, pois não leva em conta aqueles que não possuíram o direito à felicidade e à realização. Mais do que isso, essa concepção de história é nociva e ofensiva porque suas atitudes ‘desprezam as reivindicações de épocas passadas, e consideram que o sofrimento das gerações passadas foi irrevogavelmente perdido’ (LÖWY, 2010, p. 49).

Portanto, infere-se que a reflexão histórica que promove o cortejo aos vencedores e às ideias que obtiveram sucesso em sua perpetuação é potencialmente nociva ao criar um falseamento do passado e da memória das civilizações e indivíduos, excluindo outras possibilidades de vivenciar o mundo e esquecendo-se de tentativas, resistências e alternativas colocadas por diversos sujeitos históricos. Segundo Michel Löwy (2010), a visão evolucionista de história, passado, presente e futuro da humanidade, é um fator responsável pela consolidação de narrativas culturais e sociais hegemônicas, na medida em que o que sobrevive e permanece na

sociedade assume caráter de naturalidade, atemporalidade e legitimidade, enquanto apaga-se da memória como as tentativas do passado representaram questionamentos, insatisfações e possibilidades alternativas. Nas palavras desse autor, “Assim, a história lhe parece uma sucessão de vitórias dos poderosos. O poder de uma classe dominante não resulta simplesmente de sua força econômica e política ou da distribuição da propriedade, ou das transformações do sistema produtivo: pressupõe sempre um triunfo histórico no combate às classes subalternas” (LÖWY, 2010, p. 60).

Por outro lado, trabalha-se também com as discussões, na Antropologia, acerca dos conceitos de cultura e cultura popular, resgatando para isso alguns autores clássicos e contemporâneos, em especial Stuart Hall (2003, 2005), visando discutir a cultura popular como parte de uma disputa teórica associada ao pano de fundo da argumentação de Benjamin e Löwy, acima mencionadas. Em torno disso, as elaborações teóricas dos autores utilizados são analisadas em seus pontos em comum, como contributos para a construção do argumento central, sem que se proponha uma leitura detida, nuançada e específica de cada um deles. A cultura popular é trabalhada, neste artigo, como um conjunto de práticas oriundas de setores não-dominantes da população, propostas essas criadas e concebidas não necessariamente em oposição direta aos demais grupos, mas em permanente diálogo e resignificação desse contexto, sem controle sobre seus resultados. Em uma seção destinada à exploração desses conceitos, aponta-se como a associação entre a cultura, por um lado, e sua qualificação popular, por outro, se dá de forma complexa, podendo assumir traços simultâneos de resistência, criação e, ainda, assimilação ou incorporação para a composição da narrativa hegemônica.

O argumento deste artigo gira em torno da hipótese de que é possível verificar a construção de uma história a contrapelo por meio do estudo de tradições culturais, de origem popular, que não se afirmaram de maneira dominante ou exitosa, no sentido de adquirirem predominância social, mas interagiram com as estruturas vigentes, colocaram alternativas aos rumos

da humanidade e fazem-se presentes pela sobrevivência de seus elementos na vida cotidiana dos grupos sociais, na memória de indivíduos partícipes ou espectadores ou, por fim, em estratégias de adaptação e combinação à realidade vigente. Para isso, os exemplos aqui trabalhados provém da obra de Mikhail Bakhtin (2010), acerca da cultura popular na Idade Média e sua presença na literatura de Rabelais, em conjunto com o arcabouço teórico trazido por Marilena Chauí (1986), cuja obra aborda o tema sob a ótica do par “criação ou resistência”, e Keith Thomas (1988), que escreve sobre a emergência da Ciência moderna.

A história dos vencedores

A abordagem de Benjamin embasa-se, portanto, na necessidade de uma história feita a partir do olhar dos vencidos: aqueles que foram derrotados pelas classes dominantes, mas que, em suas tentativas de sublevação, inseriram questionamentos e alternativas que ficam incrustados na base do sistema e devem ser resgatados pelo historiador. Conforme relação percebida por Löwy (2010), a preocupação com a história que é capaz de desafiar a ordem estabelecida a partir do passado, encontrando suas repercussões e possibilidades no presente, é encontrada no materialismo histórico de Karl Marx, caracterizado pelo entendimento de que os elementos sociais e humanos estão sujeitos ao fluxo da história e, portanto, deveriam ser analisados em associação com o reconhecimento das noções de processo, momento histórico e totalidade. Por meio dessa perspectiva, contrapõe-se uma abordagem isolacionista, imutável e linear da dinâmica história ao reconhecimento de reverberações futuras, modificações mútuas, contradições e conflitos observáveis ao se abandonar a automática perspectiva do vencedor.

Para Benjamin (1986), o materialismo propõe a constante investigação da história a partir de suas relações com as condições materiais e históricas da humanidade, o que faz com que a reflexão histórica a partir de tal perspectiva seja capaz de fazer com que o passado retome ao presente, evitando a perpétua vitória dos vencedores. É perceptível, portanto, que Benjamin associa a construção da história à existência de

uma luta de classes, conforme compreendida por Karl Marx, e também advoga pela prática de um materialismo histórico que fuja do progressismo e do evolucionismo (LÖWY, 2002). Destarte, de acordo com a Tese VI, abaixo transcrita:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1987, p. 224).

Na Tese VII, "Fustel de Coulanges recomenda ao historiador interessado em ressuscitar uma época que esqueça tudo o que sabe sobre fases posteriores da história. Impossível caracterizar melhor o método com o qual rompeu o materialismo histórico" (BENJAMIN, 1987, p. 225). Dessa forma, a história tradicional criticada por Benjamin faz com que os seres anulem os significados de suas ações e reduzam suas perspectivas e esperanças, já que a "inércia do coração, a acedia" traz em si uma relação de empatia com o vencedor, relação essa que beneficia futuros e antigos dominadores, pois "Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores" (BENJAMIN, 1987, p. 225). Assim, a cultura e os inúmeros bens culturais que a concretizam são, em realidade, marcados por ocultos traços de barbárie.

Com base em tais aspectos, Walter Benjamin elabora uma defesa em termos de se "escovar a história a contrapelo", o que equivaleria a reescrevê-la sob bases não-linear e não-positivista, inserindo assim as posições dos vencidos e esquecidos ao longo do seu decurso, sendo "solidário, em sua crítica, aos que caíram sob as rodas de carruagem majestosas e magníficas denominadas Civilização, Progresso e Modernidade" (LÖWY, 2010, p. 73). Essa é, para Benjamin, a tarefa do

historiador sob uma perspectiva do materialismo histórico dialético, quando não-evolucionista, que consiga evitar o gigantesco apelo que impele o olhar apenas para o futuro.

Assim, em direção contrária a uma história que apresente, em seu conjunto, um cortejo triunfal de vitoriosos e seus herdeiros, apenas eventualmente interrompido por falhas tentativas de insurreição, também outros autores apresentaram suas críticas e propostas. O historiador Eric Hobsbawm apresenta elementos e exemplos que complementam a crítica dos autores mencionados. Nos ensaios reunidos na obra "Sobre História", publicada em 1998, alerta que "O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar" (HOBBSAWM, 1998, p. 11). Nesse contexto, o historiador possui uma grande responsabilidade diante dos fatos históricos e, além de evitar anacronismos, ter atenção aos fatos e distingui-los de acessórios ficcionais, o autor argumenta que o ensino dessa ciência deve se voltar para o benefício daqueles "(...) que, ao longo da história, fora de seu bairro, apenas têm entrado para a história como indivíduos nos registros de nascimento, casamento e morte" (HOBBSAWM, 1998, p. 15).

Mesmo em outras ciências, debates epistemológicos podem ser relacionados com a discussão acima. Na Economia, por exemplo, a disputa epistemológica entre a *hard science* e a *soft science* pode ser traduzida pelo conflito entre duas visões de história. Segundo o economista Pérsio Arida (1991), a chamada *hard science* considera que a teoria econômica do momento já teria incluído o resultado das tentativas corretas do passado, e, por isso, o estudante não precisaria se debruçar sobre a história do pensamento, mas sim as ideias já aceitas e perpetuadas. Por outro lado, a *soft science* indica o estudo das descobertas do passado, incluindo erros e acertos em seus processos gerais, para assim identificar as matrizes fundamentais da teoria econômica contemporânea e possibilitar a melhor compreensão do andamento de tais formulações. Nota-se, com isso, como o modelo de *hard science* incorpora noções semelhantes em relação as que permeiam a construção de um discurso historiográfico que veja o presente

como retrato automático do que ocorreu no passado².

Dessa forma, a omissão do passado, de suas heranças e possibilidades, é um dos elementos presentes, por exemplo, em livros didáticos (HOBBSBAWN, 1998; BALDISERA, 1997). De acordo com esses autores, a história dos vencedores se constrói por meio de incessantes relatos de derrotas catastróficas daqueles que se colocaram como adversários no passado. Isso seria perceptível nas narrativas perpetuadas a partir de experiências como a rebelião de escravos em Roma (século I, a.C), a Comuna de Paris de 1871, a Revolta de Canudos de 1897, a chegada dos europeus no Brasil e o comportamento dos escravizados durante o período escravocrata, já que o enfoque dado é ao insucesso de suas tentativas de insurreição, transmitidas às futuras gerações como completos desastres³. Assim, não há interesse em difundir mais informações acerca do que foi efetivamente proposto por esses movimentos, nem a certos resquícios ou heranças que podem ter se acumulado na constituição da contemporaneidade. Em relação aos livros didáticos, José Alberto Baldissera (1997), afirma que “No livro didático, a História é vista, geralmente, como algo pitoresco, uma verdadeira epopeia de acontecimentos marcantes sobre vultos famosos, principalmente dos considerados heróis, o processo histórico, praticamente, inexistente na maioria deles” (BALDISSERA, 1997, p. 95).

Conclui-se, portanto, que a história dos vencedores tende a ocultar costumes, tradições, ímpetus de mudança e protestos contra a ordem estabelecido, elementos esse que fazem parte da cultura popular. Por isso, resgatam-se aqui alguns casos, retratados na bibliografia consultada, que demonstram como eles também podem, efetivamente, escrever a história a contrapelo.

² Não há, aqui, intenção de comparar ciências ou aproximar o materialismo histórico de uma *soft science*, mas sim de demonstrar como o debate sobre inclusão ou não do passado de determinadas áreas do conhecimento, independentemente de sua correspondência ao que é predominante no presente, está presente em outras disciplinas.

³ O esmagamento da rebelião de escravos em Roma e da Comuna de Paris são exemplos dados por Michel Löwy (2010). Emanuela Francisca Ferreira (2010) disserta sobre dois acontecimentos retratados na história tradicional: “a inferioridade dos tecelões no século XVI e a tentativa de colocar os escravos brasileiros, século XIX, como desleixados e dedicados exclusivamente a trabalhos rudes e pesados” (SILVA, 2010, p. 98).

Em busca do conceito e das criações da cultura popular

Ao longo do desenrolar e da acumulação do conhecimento social, histórico e antropológico, cabe à cultura a complexidade de ser um dos conceitos de mais difícil definição. Em sua acepção etimológica, a palavra cultura possui origem latina, derivando do substantivo *cultus* que significa cultivo e instrução. Assim, sua raiz associa-se à agricultura e ao cuidado com plantas e animais, mas acabou por assumir outros significados após diversas pesquisas. Um outro sentido etimológico de grande peso na acepção antropológica do termo é o de *kultur*, um termo próprio da língua alemã e que pode ser identificado ao sentido de “folclore”, ou, mais diretamente, cultura (CARVALHO; GUIMARÃES; ZANDOMÊNICO, 2013). Já foram vários os antropólogos que se debruçaram sobre tão rico tema e apresentaram suas conclusões, no entanto ele continua sendo recorrente e permeado por dúvidas. A leitura de pioneiros da disciplina, como Edward Tylor⁴ (1832-1917), Franz Boas⁵ (1858-1942), Bronislaw Malinowski⁶ (1884-1942), Radcliffe-Brown⁷ (1881-1955), Evans Pritchard⁸ (1902-1973) proporciona a percepção da trajetória desse conceito dentro da Antropologia e, especialmente, mostra sua natureza polissêmica e complexa⁹. Segundo Marconi e Presotto (2010), mesmo após mais de 160 definições de cultura terem sido elaboradas, um consenso ainda não foi alcançando. Assim,

Para alguns, cultura é comportamento aprendido; para outros, não é comportamento, mas abstração do comportamento; e para um terceiro grupo, a cultura consiste em ideias. Há os que consideram como cultura apenas objetos imateriais, enquanto outros, ao contrário, aquilo que se refere ao material. Também encontram-se estudiosos que entendem por cultura tanto as coisas materiais quanto as não materiais (MARCONI; PRESOTTO, 2010, p. 21-22).

⁴ ROSA, Frederico Delgado. Edward Tylor e a extraordinária evolução religiosa da humanidade. In: *Cadernos de Campo*. São Paulo, n.19, 297-308, 2010.

⁵BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Jorge Zahar ed., Rio de Janeiro, 2004.

_____ *The mind of primitive man*. The Macmillan Company, 1938.

⁶MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma Teoria Científica da Cultura*. Zahar, Rio de Janeiro, 1975.

_____ *Uma Teoria Científica da Cultura*. Zahar, Rio de Janeiro, 1975.

⁷ RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.

⁸ EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____ *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁹ Um trabalho de referência para o mapeamento do conceito de cultura é a obra de Kroeber e Kluckhohn (1952).

Essa complexidade se traduz na presença do tema nos debates contemporâneos, ainda que sob abordagens já díspares do que era proposto na Antropologia Clássica. Se antes essa ciência, em especial em sua vertente britânica - da qual fazem parte a maioria dos autores acima nomeados,- compreendiam a cultura como o estudo de outras sociedades e grupos, novas nuances e incursões da área levaram ao aprofundamento do conceito: ora para tratar da própria sociedade ocidental (LATOUR, 1994), ora para resgatar a reflexão sobre a relação entre natureza e cultura a partir de outros prismas (DESCOLA, 1998; INGOLD, 1995; STRATHERN, 2014), e para propor, constantemente, novos métodos (GEERTZ, 1989), entre outras diversas finalidades.

Se tamanha variedade e complexidade se faz presente no campo de estudo da cultura, é esperado que esse fenômeno ocorra também ao se pensar a cultura popular. Stuart Hall (2003, p. 247) destaca as intempéries da combinação entre “cultura” e “popular”, duas árduas temáticas. Nas pesquisas em torno do tema, segundo Roger Chartier (1995), é frequente a constatação de abordagens que consideram a cultura do povo¹⁰ como autônoma, independente, orgânica, verdadeira e coerente em si mesma ou, ainda, como passível de definição e apreensão apenas quando em contraposição com a esfera dos saberes e conhecimentos produzidos pela elite dominante, da qual é excluída. Nesse debate, inserem-se diversas questões e temas importantes, como a relação entre oposição e assimilação, cultura de massas e de elites, entre outros.

De modo a construir o conceito de cultura popular utilizado nesse artigo como recurso para se pensar na construção da história a contrapelo, resgata-se algumas ponderações de Mikhail Bakhtin (2010), Stuart Hall (2003), Marilena Chauí (1986) e Keith Thomas (1988), pesquisadores que propuseram formas de se afastar de uma postura absoluta em relação às dicotomias acima mencionadas e promoveram estudos que salientaram o caráter dialético e múltiplo das criações populares.

¹⁰ O termo aqui é utilizado como sinônimo de cultura popular, ainda que se considere que o emprego da expressão “povo” seja de difícil representação material, pela diversidade presente quando o tema é esse.

Ao estudar as práticas da cultura cômica e popular da Idade Média e do Renascimento, Bakhtin (2010) deixa claro como as brincadeiras, tradições e complexas criações se dão a partir da interação com o mundo oficial ao redor, construindo-se a partir dele, porém também por si próprias. Isso ocorre pelo fato de que aqueles setores da população não apenas traduzia as ordens e atitudes da Igreja e do Estado, mas dava novos tons a essa pintura que havia sido supostamente finalizada sem a sua participação: tons de instabilidade, alteridade e ausência de perfeição.

Acerca dessa relação, Hall (2003) afirma que o povo atua de modo ambíguo e flutuante frente ao sistema vigente, uma vez que não pode se situar fora das relações mais amplas no âmbito da cultura e do poder. De um lado, ele pressiona a sociedade, mas também está totalmente conectado a ela por meio de diversas tradições e práticas. Assim, a relação da cultura popular com o contexto exterior se dá por traços de separação e de associação, havendo elementos que se mantém, por muito tempo, impenetráveis, e outros que são transformados e reformados com o passar das gerações. Assim, mesmo que o inventário da cultura popular se altere com o tempo, as categorias de cultura da elite e cultura periférica persistem. De um lado, há o bloco do poder cultural, constituído por aqueles que não fazem parte do “povo” ou das “classes populares”, e de outro há um grande conjunto e aliança em volta do termo “popular”, nomenclatura complexa devido à imaterialidade e mutabilidade da categoria povo e dos indivíduos nela inseridos, indivíduos esses que não necessariamente formarão uma força popular.

Ainda segundo Hall, um ponto de inflexão nessa disputa se dá a partir da interferência do capitalismo, em seu formato agrário ou industrial. Isso acontece porque o início do capitalismo coloca como requisito a realização de uma reeducação na forma de viver, já que o cotidiano das classes populares, a partir desse momento, deveria se concentrar em torno do capital. Sob muitos aspectos, heranças da tradição popular se desenvolvem, então, como uma forma resistência a essas novas formas de organização, o que acaba por marcar a cultura popular com a falsa imagem de tradição anacrônica, retrógrada e conservadora, enquanto a necessidade da vida

capitalizada exige uma transformação cultural caracterizada pela marginalização e descarte de práticas populares indesejadas. Nesse sentido, Canclini (1983) é um autor fundamental para se pensar a relação entre cultura e poder a partir do sistema capitalista.

Dessa forma, Stuart Hall classifica as tradições populares como “luta e resistência, apropriação e expropriação” (HALL, 2003, p. 248). Sem compreender essas ditas formas populares como isoladas do contexto simbólico e social vivenciado, como ressaltado anteriormente, o autor não define a cultura popular como um determinado conjunto de práticas nomeadas e descritas como populares em função de serem executadas pelo povo. A definição proposta pelo autor busca superar essa listagem descritiva: “A cultura popular não é, num sentido ‘puro’, nem as tradições populares de resistência a esses processos, nem as formas que as sobrepõem. É o terreno sobre o qual as transformações são operadas ” (HALL, 2003, p. 248-249). Percebe-se, com isso, que as condutas populares existem de modos diferentes ao longo da história, ora em sobreposição e persistência, ora sob adequações e reformulações internas e externas. Faz-se necessário não adotar uma postura exclusivista e não “Escrever a história da cultura das classes populares exclusivamente a partir do interior dessas classes, sem compreender como elas constantemente são mantidas em relação às instituições da produção cultural dominante, (...)” (HALL, 2003, p. 253).

Também trabalhando a relação estabelecida entre as culturas populares e o sistema social, Marilena Chauí (1998) é outra autora a criticar a elaboração de visões exclusivistas e puristas da cultura popular, em abordagens que se dividem entre dois polos: 1) A visão romântica, que busca na cultura popular a memória de um passado puro, natural, belo, ingênuo e simples, assumindo características de primitivismo e comunitarismo e; 2) A vertente iluminista, que considerou o povo com inculto e irracional, devendo passar por um processo de esclarecimento racional, mas também como portador da vontade universal e do direito de soberania.

Dessa forma, Stuart Hall e Marilena Chauí concordam com a visão de que as formas culturais tidas como populares são dotadas de aspectos

variados e mutáveis, já que suas criações podem agir tanto resistindo ou conformando-se a partir do que está colocado pelas classes não-populares. Dentro das relações de subordinação e dominação, Stuart Hall enfatiza que “(...) a luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas” (HALL, 2003, p. 255). Para esse autor, essas lutas em torno da cultura popular revelam “(...) as mudanças no equilíbrio e nas relações das forças sociais (...)” (HALL, 2003, p. 247).

A respeito do conceito de popular, Hall (2003) nega duas definições prévias para, dialeticamente, conceber a sua. Isto posto, reconhece a influência e poder da indústria cultural mediante a ação de converter o que emerge do âmbito popular para os moldes do conteúdo de massa, tentando assim se apropriar de suas práticas, repaginando-as e adaptando-as ao seu interesse. Contudo, recusa a concepção de que os trabalhadores ou indivíduos seriam “tolos culturais”, submissos, passivos e alheios a esse processo. Esse entendimento acerca da docilidade e ingenuidade do público de massa acaba por gerar o efeito de atenuação do concreto poder das classes dominantes em meio à indústria cultural, que possui a capacidade de criar formas culturais. Criação essa realizável a partir de estratégias que fazem uso da repetição de determinados elementos para assim constituir modelos e padrões que são complexamente elaborados pois visam agir sobre pensamentos e opiniões presentes no público, e não em folhas em branco. Segundo o pesquisador, relações de subordinação e dominação são inegáveis e constantemente praticadas e inseridas nas múltiplas questões que rodeiam a questão da cultura popular. Com isso, o autor nega a dicotomia entre o popular verdadeiro, autêntico e a falsa e manipulada massa consumidora, uma vez que as formas populares não deveriam ser tratadas como absolutas e definitivas em si mesmas, mas sim contraditórias e permeadas de elementos antagônicos,

(...) não existe uma ‘cultura popular’ íntegra, autêntica e autônoma, situada fora do campo de força das relações de poder e de dominações culturais. Em segundo lugar, essa alternativa subestima em muito o poder da inserção cultural. (...) O estudo da cultura popular fica se deslocando entre esses dois polos inaceitáveis: da

'autonomia' pura ou do total encapsulamento (HALL, 2003, p. 254).

A luta cultural que estabelece valores diferenciados para certas práticas pode resultar na incorporação, distorção, resistência, negociação ou recuperação, por exemplo. Pelo enorme caráter dinâmico e mutável das formas culturais dentro dos conflitos, o que antes era considerado uma ruptura pode ser, posteriormente, adotado como um sustentáculo para os valores dominantes. E assim, alguns elementos são incorporados nas tradições e outros não. Com base nessa disputa pelas fronteiras de cultura marginalizada e cultura dominante, cada fase histórica acabará por construir suas tradições, permanências e dissidências.

Em conclusão, nota-se a disputa realizada no campo da cultura e das relações culturais, descrita por Hall como um processo contínuo, assimétrico e desigual, na qual a parte dominante tenta desorganizar e reorganizar a cultura popular, assim:

Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural. Na atualidade, essa luta é contínua ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas (HALL, 2003, p. 255).

Tendo em vista a existência de hegemonia na sociedade e a divisão entre diferentes classes, Chauí atenta para o significado da cultura popular como algo que pode ir contra o sistema de valores, representações, normas e valores da classe dominante. Marilena Chauí estuda de que forma a cultura popular, expressão dos dominados, em alguns aspectos rejeita a cultura dominante e resiste, e em outros a interioriza e reproduz. Assim como Hall e Bakhtin afirmam, é possível compreender a cultura popular como capaz de resistir à cultura dominante e também de estabelecer suas próprias reformulações, adequações e criações próprias, sem perder de vista o constante diálogo com o contexto cultural estabelecido e a separação entre o que é considerado popular e o que não o é, distinção essa baseada em motivos específicos e questionáveis. Com isso em vista, a terceira definição de cultura popular, proposta pela filósofa, se aproxima das reflexões dos autores anteriores:

Por esses motivos, não trataremos a cultura popular, no Brasil, pelo

prisma de uma totalidade que se põe como antagônica à totalidade dominante, mas como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência. Enfatizaremos aquelas situações nas quais os aspectos políticos são mais importantes, ainda que façamos menção a situações que não são imediatamente políticas (CHAUÍ, 1986, p. 34).

A respeito dessa disparidade de poderes, Chauí afirma que a elite se sobressai ao possuir a autoridade para definir quais conhecimentos podem ser transmitidos e valorizados.

Afinal, não são os dominantes que decidem colocar as manifestações culturais dos primitivos no Museu de História Natural (na companhia das pedras e das plantas), as populares no Museu do Folclore (para que o morto seja celebrado como tradição nacional) e a de seus artistas consagrados no Museu de Belas Artes (como se a grandeza e a tragédia das obras estivessem destinadas à necrofilia da luz mortífera de corredores e sala intermináveis)? (CHAUÍ, 1986, p. 31).

A partir desse arcabouço teórico, procura-se trabalhar com três estudos sobre a cultura popular, enfatizando os elementos de criação, resistência e de traços que não devem ser apagados da trajetória história da humanidade em virtude de vitórias ou derrotas.

Manifestações da cultura popular

Dentro do contexto da Idade Média e do Renascimento, Bakhtin (2010) aborda a presença de ritos e espetáculos populares, manifestações que abrangem, de modo geral, apresentações em praça pública, festejos carnavalescos e obras cômicas tais como paródias, canções, com enfoque na relação entre tais atividades e a elaboração de transgressores termos linguísticos, como injúrias e juramentos. Os elementos que compõem o objeto de estudo do autor têm como características o fato de dispensarem justificáveis e relações de causa-consequência, pois na verdade refletem uma concepção de mundo caracterizada por certa idealidade, dualidade e oposição ao que está estabelecido, afirmando a renovação e o futuro no lugar do passado e da ordem, presentes em festividades oficiais. Para esse autor, os festejos populares ocorrem de forma a promoverem a

mutabilidade e a quebra de hierarquias, normas e costumes políticos e morais.

Na vida cotidiana dos indivíduos, portanto, essas iniciativas possuíam o significado de corresponderem a momentos de liberdade, não-oficialidade e escape da vida séria e rotineira. Portanto, as expressões desenvolvidas pela cultura popular criaram uma espécie de dualidade de mundo a partir de um cenário de abundância, igualdade, riso, permissão e exploração da materialidade corpórea, sem os tabus tão defendidos pelas classes oficiais. Assim, essa abordagem inseria-se em um contexto de leitura dual do mundo, materializada na figura do Carnaval. Para Bakhtin, “O carnaval é a segunda vida do povo, baseada no princípio do riso. É a sua vida festiva. A festa é a propriedade fundamental de todas as formas de ritos e espetáculos cômicos da Idade Média” (BAKHTIN, 2010, p. 07). Além de fazer esses destaques que apontam para a importância do carnaval, o escritor considera essa vitalidade e inversão promovidas pela população como um dos fatores mais relevantes para a formação do Renascimento. Nesse sentido, “(...) ignorar ou subestimar o riso popular na Idade Média deforma também o quadro evolutivo histórico da cultura europeia nos séculos seguintes” (BAKHTIN, 2010, p. 05).

O caráter de dualidade e alteridade se dá a partir da existência de uma nítida separação entre as classes, desigualdade essa tão marcante que se torna responsável por originar e fortalecer a perspectiva popular e a comicidade. Por isso, a cultura popular, também para Bakhtin, não é analisada de forma a excluir o contexto estabelecido ao seu redor, mas por meio do reconhecimento de que as práticas, vivências e visões de mundo concebidas por seus sujeitos conseguem transcender ou modificar a oficialidade dominante, sendo, simultaneamente, parte necessária da manutenção da rotina já vigente. Como visto anteriormente, Stuart Hall (2003) também considera o conceito de cultura popular como permeado e definível a partir da dinâmica entre as diferentes classes, embora destaque que formas culturais não serão automaticamente e naturalmente expressas por classes específicas, dado o constante fluxo de transformações e transições.

Nos festejos, havia o rebaixamento de hierarquias, dogmas e elementos sagrados, o que era feito, por exemplo, na eleição de bufões como reis e rainhas temporários, nas criações de testamentos de animais e liturgias de bêbados e loucos, e principalmente, no destaque dado aos elementos que formavam parte do que era considerado como “o baixo material e corporal”, ou seja, alimentação, excreção, sexualidade, reprodução, vida e morte, em uma dinâmica de permutação entre altos e baixos. As práticas culturais da população em geral eram expressas com uma lógica de “coisas ao avesso”, “mundo ao revés”, semelhante a uma paródia da vida comum. O maior exemplo do autor é realmente o carnaval:

Ao contrário da festa oficial, o carnaval era o triunfo de uma espécie de libertação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Era a autêntica festa do tempo, a do futuro, das alternâncias e renovações. Opunha-se a toda perpetuação, a todo aperfeiçoamento e regulamentação, apontava para um futuro incompleto (BAKHTIN, 2010, p. 8 e 9).

É nesse rito emblemático que elementos sociais e indivíduos normalmente segmentados em classes e posições hierarquizadas se encontram, de modo relativamente livre. Nesse contato e familiaridade está algo fundamental para o Renascimento e desenvolvimento histórico rumo à transição da Idade Média: o humanismo que embasa o reconhecimento de um indivíduo pelo outro, independente de posições de poder ou supostas diferenças naturais. Portanto, o cenário especial das festividades cria uma comunicação, igualmente peculiar, entre os indivíduos. O contato deriva em um vocabulário próprio, expresso de modo oral (palavrões, pregões, blasões, gritos) e escrito (paródias, testamentos, liturgias).

Já no contexto do século XX, Marilena Chauí (1986) lê a cultura popular por meio da ótima dicotômica entre criação e resistência, aceitação e conformismo. Como Bakhtin, ela destaca que suas práticas estão incluídas em um contexto de transformação e combate à disciplina e à vigilância, pois são dotadas de uma lógica própria, definida local e temporalmente pelos sujeitos inclusos. Assim, “Nela, o silêncio, o implícito, o invisível, são, frequentemente, mais importantes do que o manifesto” (CHAUÍ, 1986, p. 33).

Dentro das múltiplas relações entre o que é erudito e o popular, o dominante e o marginalizado, a filósofa analisa a existência como a posse da informação valorizada e legitimada, por parte de alguns, acaba por intimidar e excluir a população, que se vê como incapaz de possuir saberes aceitáveis e verdadeiros, excluída do processo de criação e produção de ideias. Esse processo finda na própria destituição de sua humanidade, a exemplo do que ocorreu com Galdino, conforme narrado por Chauí, um posseiro preso em 1979 e considerado louco por psiquiatras após o estudo de seu comportamento e fala, quando na verdade seus trejeitos eram comuns na cultura dos caipiras. Em “Os parceiros do Rio Bonito” (2010), Antônio Cândido faz dessa cultura seu principal objeto de estudo.

Outras manifestações da cultura popular apresentadas pela autora demonstram a capacidade da população em e apropriar da cultura letrada e atribuir novos significados a ela. Um dos casos tratados é o Dia da Amnésia, realizado pelos operários da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) nos anos 70. Nesse dia, para burlar a proibição de greves em uma empresa com funcionamento em tempo integral e responsável pela segurança nacional, os operários deliberadamente esqueceram seus documentos de identificação, forçando a COSIPA a realizar um processo de averiguação e interromper a produção. A partir disso, as atividades foram lentamente congeladas e a paralisação não-oficial alcançou seus objetivos, embora não tenha desafiado diretamente a restrição legal à greve. Como visto no exemplo, os trabalhadores fizeram uso de estratégias particulares para manipular e resistir ao sistema da fábrica, utilizando-se, para tal, de recursos como o uso das portas de banheiros como canais informativos, onde mensagens eram escritas ao longo do dia e apagadas pelos operários do último turno. Sobre esse fato:

Trata-se de uma ação não prevista pela classe dominante e pelo Estado. Trata-se também da criação de uma comunicação imprevisível – o ‘jornal’ – e do aproveitamento de um saber científico – a amnésia – incorporado a uma prática alheia ao contexto médico, onde tal conhecimento foi produzido. Imprevisibilidade da ação, invenção da comunicação, transferência de um conhecimento teórico para uma prática distante dele, resistência à legalidade arbitrária, obtenção do resultado almejado graças a uma astúcia prática, a greve – não greve da COSIPA apresenta alguns aspectos do que aqui

examinaremos como o nome de Cultura Popular no Brasil (CHAUÍ, 1986, p. 45).

Ou seja, para a autora, há ações e condutas da população que possuem uma lógica que as transformam em resistência, seja ela difusa (humor irreverente, ditos populares, grafites) ou expressa concretamente em comportamentos coletivos. Isso também pode acontecer em resistência à ação do Estado, que busca aplicar determinados programas que são, de alguma maneira, modificados pela população que os recebem, como ocorreu com o Plano Nacional de Habitação Popular, projeto de construção de homogêneas moradias populares. Apesar desse princípio originário, com o tempo as construções foram sendo individualizadas a partir de ações dos moradores: fachadas foram pintadas, calçadas viraram jardins e hortas, cômodos foram adaptados e mudados. Assim, os interiores ganham decoração e o espaço é apropriado e transformado em “pedaço”¹¹.

(..) o que estava planejado para ser um imenso dormitório coletivo, monótono e sem fisionomia, tornou-se festivamente ‘caótico’, recebeu o tom pessoal. Aqui, também, a população não se rebelou contra as ‘casas populares’, porém não as aceitou tais como previstas no plano modernizador. Reinventou a casa. Resistiu (CHAUÍ, 1986, p. 67).

O tema da cultura popular também está inserido no trabalho de Keith Thomas (1988) ao investigar a relação entre seres humanos e natureza no período entre 1500 e 1800. De forma geral, a extensa obra de Thomas narra como as constantes modificações propostas e aplicadas pela ciência moderna à nomenclatura, utilização e compreensão dos insumos naturais, plantas e animais, buscaram desarticular o sistema popular, marcado pela multiplicidade de termos, que variavam conforme grupos ou regiões, para realizar a adesão de nomenclaturas universais. Dessa maneira, se os indivíduos descreviam plantas e animais com base em seus aspectos externos e sua utilidade no cotidiano humano, a proposta naturalista é de enfoque nas estruturas e vínculos naturais entre espécies. Assim, “Em Northamptonshire, por exemplo, um grânulo de esterco de vaca era

¹¹ Segundo Marilena Chauí (1986, p. 70), dentro da realidade ampla e geral da sociedade, entre as dificuldades do trabalho, os riscos e medos sociais, a periferia confere ao espaço ao seu redor o significado e o papel de possuir seus valores, vivências, símbolos e experiências, conferindo uma identidade própria ao ambiente. Esse é o “pedaço”: onde diferentes instituições populares convivem e eventos de lazer acontecem.

chamado de bala-de-traseiro; em Cumberland, a mesma coisa seria, se sólida, 'estalo'; se semifluida, 'tapa'" (THOMAS, 1988, p. 84). Havia distinções entre animais de determinada idade ou sexo, seus barulhos, rastros, excrementos e outros aspectos. Por meio da transmissão oral e de herbários escritos, difundiam-se as propriedades de plantas que poderiam ser utilizadas pelo homem, dotado de conhecimento prático e dependência do mundo das plantas. "Todo morador do campo sabia onde conseguir plantas com as quais elaborar unguentos, laxativos, purgantes, narcóticos ou remédios para verrugas e porrigens" (THOMAS, 1988, p.86).

Tais práticas se fundavam na antiga convicção de que o homem e a natureza estavam encerrados em um só mundo. Havia analogias e correspondências entre as espécies, e a sorte humana podia ser expressa, influenciada ou mesmo prevista por plantas, pássaros e animais. Porcos-espinhos, andorinhas, corujas, gado e gatos davam sinais de que o tempo ia mudar (THOMAS, 1988, p. 90).

De motivação prática, mas dotada de laços e memórias emocionais e sociais, as nomenclaturas populares foram substituídas ao longo do tempo. Thomas aponta que essas transformações no conhecimento botânico e zoológico afetaram drasticamente a população. Com a criação do saber científico e sua elevação à classificação dominante, os trabalhadores da terra deixaram de serem os maiores conhecedores da fauna e da flora ao redor, e seu amplo vocabulário usado para se referir à natureza foi invalidado com a ascensão das terminologias científicas. O conhecimento popular passou, então, a ser visto como ignorante, insuficiente e supersticioso, carregado de diversos erros vulgares. Os cientistas e naturalistas assumiram uma postura extremamente racionalista, corrigindo informações e apagando das nomenclaturas os valores sentimentais que eram levados em conta pelos usos e efeitos de determinadas espécies, bem como seus significados sagrado, benéficos ou maléficos. Exemplos de nomenclaturas populares são: "A 'praga-de-mãe' (candelária vermelha) tinha esse nome porque mataria os pais da criança que a colhessem. A erva-da-lua era conhecida como 'desferra-o-cavalo', pois afrouxava as ferraduras dos animais que nela pisassem" (THOMAS, 1988, p. 89).

No entanto, as próprias proposições dos naturalistas também não deixavam de se relacionar com o sistema social da época. Mesmo Lineu,

conforme apontado por Thomas, construiu suas nomenclaturas com inspiração em termos socialmente localizados. Esse pesquisador trazia o reino vegetal dividido entre tribos e nações, enquanto havia espécies denominadas como plebeias, "(...) e os fungos eram 'vagabundos' – 'bárbaros, despidos, putrescentes, rapazes e vorazes'. Logo, A assimilação do mundo natural à sociedade humana dificilmente poderia ser mais completa" (THOMAS, 1988, p. 79). Dessa forma, os exemplos trazidos por Thomas acerca da relação entre natureza e cultura no período tratado servem para ilustrar as diversas e complexas associações, conflitos, disputas e combinações aqui abordados.

Em relação ao conhecimento científico oficial, a sabedoria popular proveu conhecimentos que abordavam não só as utilidades médicas e laborais, mas também outros empregos práticos de plantas para construções, roupas de cama e tinturas, entre tantas outras utilizações. Com isso, "Não surpreende, portanto, que os primeiros progressos da história natural devessem tanto à sabedoria popular" (THOMAS, 1988, p.87). As informações que os naturalistas e cientistas apresentaram eram provenientes, em grande parte, dos herbários populares, de pessoas sem instrução que faziam uso prático das plantas. Mesmo que um indivíduo tivesse contato com a cultura letrada e instruções educacionais, sua habilidade prática ainda era inferior à da população comum. Para demonstrar isso, Thomas traz vários exemplos de botânicos que começaram a se interessar pela profissão por meio do contato com indivíduos conhecedores desse campo e provenientes da população, ou então dependiam da ação dessas figuras para possuírem, em estoque, ervas e outros recursos necessários.

Considerações finais

Nas diferentes concepções de Marilena Chauí, Stuart Hall ou Mikhail Bakhtin, percebe-se a relevância do estudo da cultura popular. Para Hall (2003), se debruçar sobre a temática simboliza corrigir grandes omissões do passado, definição semelhante com o que Walter Benjamin identifica como as potencialidades de uma história escrita pelos vencidos e de uma

historiografia que não identifica no presente o simples resultado de batalhas irremediavelmente vencidas, mas que possui também um dever também com o passado. Embora a discussão sobre cultura popular seja permeada por inúmeras questões, abordadas de variadas maneiras, percebe-se seu grande potencial criativo (e não apenas de resistência) ao reinventar e se apropriar de práticas concebidas de maneira distante ao povo. Dentro das relações culturais, as ações da população podem correr de modos diferentes, variando entre aceitações, revoltas ou adaptações, com uso de humor e rebaixamentos, em um movimento dialético que se alterna entre momentos de superação e de subordinação. O que se mantém são as fecundas criações e saberes populares, concepções e conhecimentos esses que lutam para não se perderem frente à deslegitimação atribuída pela cultura dominante ao não inseri-los na história transmitida ou nas instituições oficiais.

A secundarização da presença dos comportamentos, condutas e hábitos da população na História e no cotidiano social é um fator que auxilia na consolidação da narrativa do presente como insuperável e imutável, já que expressa e produz o apagamento das revoltas, protestos, tentativas, erros e acertos do passado, conforme destacado por Michael Löwy (2002, 2005). Se a leitura dominante aponta para uma história de vencedores, na qual as manifestações populares aqui tratadas, como por exemplo o saber popular sobre plantas ou os festejos carnavalescos, gracejos e xingamentos, perdem peso e relevância frente ao protagonismo, ou até mesmo a omissão ou substituição, de elementos da cultura oficial, a cultura popular mantém-se como uma possibilidade de construção e visibilidade de outras narrativas existentes no tecido social.

Referências Bibliográficas

ARIDA, Pérsio. *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. In: REGO, José Márcio. *Retórica na Economia*. São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 11-46

AZEVEDO, André. *A estratégia da dominação*. Disponível em: <<http://www.revelacaoonline.uniube.br/a2002/campus/ensaio.html>>. Acesso

em: 24 de Julho de 2015

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010

BALDISSERA, José Alberto. Os conceitos e o ensino de história. IN: SEFFNER, Fernando e BALDISSERA, José Alberto. **Qual história? Qual ensino? Qual cidadania?** Porto Alegre: ANPUH, Unisinos, 1997, pp. 82-94.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BOAS, Franz. **The mind of primitive man**. The Macmillan Company. 1938

_____, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. Traduzido por Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de Vida**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DE CARVALHO, Carolina Minardi; GUIMARÃES, Leonardo Massula; ZANDOMÊNICO, Renan Ribeiro. Entre Kultur e Civilization: uma análise da formação do conceito de civilização e cultura na transição do feudalismo para o capitalismo, a partir dos textos de Norbert Elias. **História em Curso**, v. 3, n. 3, p. 34-48, 2013.

DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 23-45, 1998.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias de estudos culturais**. Distribuidora Autentica LTDA, 2001.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Editora UFMG, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 10, 1995. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_05>. Acesso em 14 de junho de 2018.

KROEBER, Alfred; KLUCKHOHN, Clyde. Culture: a critical review of concepts and definitions. *Papers of The Peabody Museum of Archaeology & Ethnology*, Harvard University, Vol 47(1), 1952

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estudos avançados*, v. 16, n. 45, p. 199-206, 2002.

_____, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. Editora Cortez, 1992.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. *Antropologia. Uma introdução*, São Paulo: Atlas. 2010, 7ª edição.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. *Estrutura e função na sociedade primitiva*.

Petrópolis: Vozes, 1973.

SANTOS, Jose Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Emanuela Francisca Ferreira. Estampa de chita: cesura e memória no descontínuo da história dos vencedores. **Signos do Consumo**, v. 2, n. 1, p. 98-107, 2010.

SOERENSEN, Claudiana. A carnavalização e o riso segundo Mikhail Bakhtin. **Revista Travessias**. [on-line]. Volume 5, número 1. Rio Grande do Sul: UNIOESTE, 2011, julho 2015.

STRATHERN, Marilyn. Sem natureza, sem cultura: o caso Hagen. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify p. 23-76, 2014.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

A atualidade e o aspecto revolucionário de Raízes do Brasil

Arthur Guilherme Monzelli

Mestrando em educação pela Universidade Federal de São Carlos. Graduado em Ciências Sociais. Suas áreas de ensino e pesquisa são: trabalho, educação, sociologia, materiais didáticos.

E-mail: arthurmonzelli.agm@gmail.com.

Resumo

Este artigo analisa a importância histórica e metodológica da obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda com base nas críticas realizadas por Antonio Candido e Maria Odila Leite da Silva Dias. Em síntese, este trabalho investiga aquilo que pode ser considerado um aspecto revolucionário na metodologia de Sérgio Buarque de Holanda, mas também trabalha

com algumas descobertas feitas pelo historiador que ainda hoje são atuais, tais como a questão do desterramento e a tendência de reprodução acrítica de ideias produzidas em contextos históricos exógenos ao brasileiro, sem a necessária preocupação de ressignificá-las de acordo com os problemas próprios da realidade brasileira.

Palavras-chave: metodologia; história; desterramento; bovarismo

Introdução

Este artigo resulta da investigação de uma obra historiográfica clássica, cujo conteúdo apresenta uma profunda reflexão sociológica acerca da realidade brasileira, ou seja, aventura-se intelectualmente na complexa empreitada de analisar a obra *Raízes do Brasil*, escrita por um dos grandes historiadores brasileiros, Sérgio Buarque de Holanda. Neste trabalho há um distanciamento das reflexões reducionistas que consideram o historiador paulistano como uma espécie de “cachorro morto”. Em contrapartida, compartilha-se aqui das visões de Antônio Candido de Mello e Souza (1918 – 2017) e Maria Odila Leite da Silva Dias (1940–) para os quais as conclusões de Sérgio Buarque de Holanda representam, ainda hoje, uma forma eficaz e atual de se compreender o Brasil.

Nesse sentido, procura-se esmiuçar algumas das especificidades de *Raízes do Brasil* as quais ajudam no entendimento da formação da sociedade brasileira. Além disso, é nessa obra que a investigação da realidade sócio-histórica do Brasil está intimamente conectada com a análise de seus processos de transformação social. Em síntese, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, é somente através do estudo dos momentos históricos de transição social que é possível compreender os pilares que fundamentam a sociedade investigada.

Por fim, pretende-se destacar também a grande relevância de Sérgio Buarque de Holanda para a sociologia brasileira, expondo o quanto algumas de suas principais descobertas foram essenciais para a elaboração da tese das “ideias fora do lugar” de Roberto Schwarz, considerada atualmente uma das interpretações mais precisas sobre a formação da sociedade brasileira.

O Caráter Revolucionário da Metodologia de Sérgio Buarque de Holanda

Antes de expor as conclusões de Sérgio Buarque de Holanda sobre a sociedade brasileira, é preciso analisar o caráter revolucionário de *Raízes*

do Brasil, cuja metodologia influenciou a formação intelectual de alguns autores que, posteriormente, se tornariam os principais baluartes da assim chamada Escola de São Paulo, a saber: Florestan Fernandes (1920 – 1995), Antonio Candido, Roberto Schwarz, entre outros. Nesse sentido, Candido (1995) descreve Sérgio Buarque de Holanda como um exímio pensador, cujo pensamento orbitava entre a perspectiva histórica francesa e a sociologia alemã das culturas. Evidencia igualmente o seu estilo ensaístico e digressivo que pode ser comparado a um dos grandes pensadores responsáveis pela produção dos principais pilares da sociologia alemã, a saber: Georg Simmel (1858 – 1918). Além disso, segundo Dias (1998), o repertório intelectual de Sérgio Buarque de Holanda também abarcava as obras clássicas de Karl Marx (1818 – 1883), Max Weber (1864 – 1920) e György Lukács (1885 – 1971), bem como os ensaios produzidos por dois grandes autores do *Institut für Sozialforschung* [Instituto de pesquisas sociais], localizado na cidade de Frankfurt, na Alemanha; Theodor Adorno (1903 – 1969) e Walter Benjamin (1892 – 1940).

Além disso, não é válido deixar de pontuar que as matrizes básicas para a reflexão acerca das principais características da sociedade brasileira, durante a época da juventude do historiador paulistano, foram – e ainda hoje o são, diga-se de passagem –, fundamentalmente, três: Gilberto Freyre, a partir de *Casa-grande & senzala* (1933); Sérgio Buarque de Holanda, por meio de *Raízes do Brasil* (1936) e Caio Prado Jr. através de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) (CANDIDO, 1995). Cada uma dessas obras contribui de forma específica para a interpretação da sociedade brasileira, no entanto, seus autores desenvolveram perspectivas analíticas apreciadas majoritariamente pelos grupos sociais localizados à esquerda na conjuntura política brasileira daquela época e, ao mesmo tempo, acabaram repudiadas pela direita que preferiria a leitura de autores adeptos das vertentes sociológicas positivistas e conservadoras, tais como: Oliveira Vianna (1883 – 1951) e Alberto Torres (1865 – 1917), cujo foco de seus estudos era a apologia das hierarquias sociopolíticas vigentes e no apreço pelo

autoritarismo – analisado de maneira *instrumental*². Os autores apreciados pela direita, segundo Candido (1995), incitaram nos jovens da época uma espécie de desgosto pelo ideário liberalista europeu, direcionando-os, intencionalmente ou não, para o apreço por soluções autoritárias, tais como as defendidas pelo movimento integralista brasileiro. Contudo, o crítico literário fluminense igualmente ressalta o fato de o crescimento dos adeptos ao pensamento conservador possuir um aspecto proveitoso, pois promoveu uma preocupação com os problemas eminentemente brasileiros, afastando-se um pouco daquele bacharelismo ilustrado do século XIX, aliás, muito criticado por Sérgio Buarque de Holanda no sexto capítulo de *Raízes do Brasil*, uma vez que tal bacharelismo não conseguiu produzir nada além de um mero deleite erudito das correntes teóricas estrangeiras. Logo, não poderia agregar nada de verdadeiramente útil, inovador e significativo à reflexão dos problemas próprios de realidade brasileira.

Levando em consideração a importância de *Raízes do Brasil* na formação intelectual de Antonio Candido, pode-se também completar a discussão até aqui elaborada enriquecendo-a por meio das análises de Maria Odila Leite da Silva Dias, historiadora paulistana que esmiuçou as peculiaridades presentes nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda, a fim de demonstrar como elas corroboram a sua expressão revolucionária na história do Brasil. Sendo assim, antes de mais nada, é preciso ter em mente que o historiador paulistano, segundo Dias (1998), nunca se expressou como um militante político – embora tenha sido um dos principais fundadores do Partido dos Trabalhadores em 1980 –, mas atuava como uma espécie de militante intelectual. Por isso se destacou não só como um pensador crucial para a compreensão da sociedade brasileira, como também foi um divisor de águas entre o positivismo e o conservadorismo

² O autoritarismo instrumental foi uma corrente de pensamento expresso principalmente na política brasileira da Era Vargas, mas que também se propagou para além daquela época, permeando todos os círculos de sociabilidade brasileira. Consiste, sucintamente, em pressupor o fato de o Brasil ser atrasado em comparação com as potências europeias e, por conta disso, se tornou incompatível com o liberalismo político e econômico que surgiu em solo europeu. Sendo assim, seus adeptos acreditam na necessidade de instituições e leis autoritárias que, a longo prazo, seriam capazes de modernizar a realidade brasileira, tornando o Brasil um país apto a desenvolver a democracia.

romanescos impregnados na intelectualidade da época, apresentando em contraponto a essas tendências uma perspectiva eminentemente crítica, perceptível logo no início de *Raízes do Brasil*, quando ele afirma estarem profundamente errados “aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra a desordem” (HOLANDA, 1995, p. 33). Em função disso, na óptica de Dias (1998), Sérgio Buarque de Holanda afastou-se da tradição vigente desde o período imperial de analisar as instituições políticas a partir da construção de uma identidade nacional – embora, paradoxalmente, tenha sido um dos pensadores mais importantes para um estudo conciso a respeito da problemática da identidade brasileira –, pois acreditava que essa vertente não apenas pertencia a perspectiva das classes agrárias hegemônicas, mas, acima de tudo, também abria margem para a vazão de um processo de naturalização, disciplinamento e consolidação da desigualdade social no Brasil, proveniente da tradicional sociedade escravista aqui instaurada desde a colonização.

Posto isso, é necessário sublinhar que Sérgio Buarque de Holanda revoluciona a historiografia brasileira ao conceber a práxis do historiador como uma espécie de estudo das transformações sociais, vencendo o pensamento demasiado abstrato da tradição bacharelesca do século XIX. Obscurecidos pela ideologia das classes dominantes, tais historiadores bacharelescos negligenciavam a importância dos microrrelatos históricos dos figurantes vencidos durante os diversos embates da história. Apartando-se dessa tendência, Sérgio Buarque de Holanda dedica-se enfaticamente na compreensão do processo de *dever histórico* que, segundo ele, é o verdadeiro papel do historiador e cujo entendimento só pode ser alcançado por uma análise que parta de problemas micro-históricos e, em seguida, elabore uma macro-história concisa, capaz de permear o movimento contraditório da realidade. Assim, todo historiador deve se dedicar ao estudo dos pormenores fragmentários da história, únicos capazes de iluminar os caminhos para a interpretação dos

processos de mudança social, ou seja: o *dever histórico*, representado pela relação dialética entre micro-histórica e macro-história.

Entretanto, o seguinte questionamento pode emergir: como é possível compreender as vozes silenciadas na história? A partir das observações de Dias (1998), constata-se o quanto é crucial ao historiador tecer uma conjuntura social por meio da análise associada das perspectivas dos vencedores e dos vencidos na história. Mas sempre se atentando para a necessidade de concentrar o seu foco nas vozes destes últimos, pois é indispensável extrair o conteúdo do efêmero, do oprimido histórico, para que assim, se torne possível conhecer os verdadeiros caminhos das necessidades históricas inerentes ao processo de mudança social. Portanto, “não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa de figurantes mudos [...] muito mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a História” (HOLANDA, 1985, p. 173 - 4). Com efeito, como pontua Dias (1998), esclarecer a narrativa histórica brasileira com o olhar dos vencidos é uma tarefa não só penosa como quase impossível, uma vez que os brasileiros vivenciaram, durante mais de três séculos, um processo monstruoso de escravidão. Nesse ponto, o caráter revolucionário de *Raízes do Brasil* torna-se mais explícito, pois representou a primeira empreitada brasileira dedicada em escrever uma história a partir de pontos de vista não-hegemônicos, ou melhor, contra-hegemônicos, estudando os relatos micro-históricos a fim de ilustrar as especificidades dos movimentos dialéticos de transformação social.

Por fim, é válido debruçar-se sobre aquilo que pode ser considerado a última característica revolucionária da obra de Sérgio Buarque de Holanda, a saber: a influência de uma espécie de weberianomarxismo na constituição de sua metodologia de pesquisa. Assim, diferente do que muitos intelectuais pensam, o historiador paulistano não escreveu *Raízes do Brasil*, baseando-se apenas na metodologia dos tipos ideais weberianos³, pois uma

³ Faz-se necessário ressaltar que o tipo ideal, na acepção weberiana, representa um “[...] quadro de pensamento, e não da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’ e não serve de esquema no qual se pode incluir a realidade a maneira *exemplar*.”

análise histórica baseada puramente em tipologias não só seria muito abstrata, como também corre um sério risco de reificar-se com o tempo, transformando toda a análise histórica em mais um instrumento ideológico das classes dominantes⁴. Nesse sentido, Candido (1995) ressalta o fato de *Raízes do Brasil* representar uma superação e, ao mesmo tempo, uma inovação das teorias de Marx e Weber, uma vez que analisa a formação da sociedade brasileira, pautando-se na metodologia investigativa dos tipos ideais, entretanto, não os examina a partir de uma infinidade de possibilidades, em vez disso, trabalhada os tipos ideais em pares antagônicos, tais como: o aventureiro e o trabalhador; o semeador e o ladrilhador; o homem cordial e o homem polido; a preponderância rural e o predomínio do urbano, entre outros, por meio dos quais consegue capturar o movimento histórico e os processos de mudança social. Portanto, através dessa estratégia, ele também atualiza o método dialético marxiano⁵.

A Importância da Ideia do Desterramento

Refletir sobre a sociedade brasileira é sempre uma tarefa demasiado complexa, principalmente porque é muito sedutor, mas também infértil, diga-se de passagem, interpretá-la, embasando-se apenas em ideais, teorias, leis ou pontos de vistas exógenos a ela, ou melhor, provenientes da

Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se *mede* a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é *comparada*" (WEBER, 2003, p. 109).

⁴ Um bom exemplo disso é apreensão que o senso comum faz da tese do "jeitinho brasileiro", extraída dos textos de Roberto da Matta. Além do mais, muito se fala do "jeitinho" das classes subalternas, mas pouco, aliás, quase nada se fala do "jeitão" das classes dominantes. Para mais informações a respeito consultar: OLIVEIRA DE, F. Jeitinho e jeitão. Revista Piauí, São Paulo: Outubro de 2012.

⁵ O método dialético marxiano é exposto em diversas obras de Marx, mas, grosso modo, tem dois princípios: 1º) é necessário começar a pesquisa pela observação exaustiva e detalhada da realidade concreta e 2º) parte-se dessa descrição para o desenvolvimento da análise teórica. Só depois de realizar esses dois procedimentos, se torna possível compreender o nexos essencial e o movimento da realidade estudada. Todavia, é possível encontrar um resumo do processo investigativo marxiano segundo prefácio da edição alemã d'*O capital* na qual o filósofo prussiano afirma que: "A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real" (MARX, 2013, p. 90).

Europa. Por isso, não é à toa que Holanda (1995) inicia *Raízes do Brasil* com o seguinte postulado: “[...] somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (p. 31). Aliás, essa tese representa uma das grandes contribuições de sua célebre obra. A empreitada investigativa de Sérgio Buarque de Holanda sobre os fundamentos da sociedade brasileira, permitiu a ele descobrir que o movimento e a forma pela qual se moldam as transformações sociais brasileiras, paradoxalmente, parecem não pertencer a um sistema propriamente brasileiro, ao contrário, aparentam fazer parte de uma lógica alheia que, segundo o historiador paulistano, origina-se nas “*fronteiras da Europa*”⁶, ou melhor, nos povos ibéricos. Nesse sentido, a compreensão do fenômeno do desterramento apresenta-se como uma reflexão essencial ao entendimento da sociedade brasileira, pois é preciso entender primeiro os modos de ser, pensar e agir fundadores da sociabilidade ibérica, antes mesmo de elaborar um olhar crítico sobre a história do Brasil.

Levando em conta essas observações preliminares a respeito do problema do desterramento brasileiro, pode-se examinar agora as principais características do sujeito social ibérico, questionando como elas influenciaram na formação das formas de pensar, agir e sentir propriamente brasileiras. Assim sendo, é possível citar uma primeira peculiaridade dos habitantes da península ibérica, isto é: a existência de uma supervalorização da autonomia do indivíduo em detrimento da necessidade de interação mútua com outros sujeitos sociais. Tal como observou o historiador paulistano, a cultura ibérica de individualismo extremado manifesta-se analogamente as influências do estoicismo na Europa que, levado às últimas consequências, pode estabelecer uma conduta demasiadamente problemática aos ordenamentos públicos, haja vista que: “onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (HOLANDA, 1995, p. 32).

⁶ A expressão “*fronteiras da Europa*” refere-se aos povos ibéricos, isto é, Portugal e Espanha, países que representam territórios ponte entre o continente europeu e as demais civilizações, principalmente as do assim chamado Novo Mundo. Por causa disso, Portugal e Espanha são encarados como regiões que garantiram a comunicação da Europa com o resto do mundo e, acima de tudo, foram responsáveis pelo pioneirismo nas explorações marítimas.

Além do mais, tal especificidade ibérica foi engendrada em razão do fato de sua burguesia nacional ter abandonado a atividade revolucionária, aderindo ao espírito nobiliário das elites aristocráticas o que, por sua vez, consagrou sua posição intermediária frente às transformações históricas que emblematizaram a transição do regime feudal à ordem capitalista mercantil do século XVI e XVII. Dessa forma, os ibéricos mantiveram um amor exagerado ao indivíduo – fato esse que, de certa forma, os afastou do conservadorismo para com os valores feudais de honra, fidelidade e ocupação dos cargos políticos por meio da sucessão hereditária –, mas, ao mesmo tempo, não nutriram qualquer tipo de apreço pela rigidez das leis, aspecto básico para a edificação e manutenção dos princípios e dos direitos individuais. Além disso, Holanda (1995) ressalta o fato de as leis, entre os ibéricos, serem muito mais estruturadas no sentido de limitar as paixões humanas do que para garantir a livre associação política entre os indivíduos. Logo, outra característica importante entre os ibéricos é uma espécie de *ética do desleixo*, ou melhor, a fragilidade de suas organizações sociopolíticas.

Sendo assim, pode-se destacar, com base na obra do historiador paulistano, mais uma das características constituintes do ser social ibérico, a saber: o desenvolvimento de uma espécie de *ética católica* que fundava-se no dogma do livre arbítrio, porém condenava todas as demais religiões cristãs, tais como: o luteranismo e sua convicção na ascese intramundana⁷, bem como o calvinismo e a sua interpretação da ideia de predestinação⁸

⁷ Significa pensar na religiosidade como vinda do interior do ser humano, do mundo individual. Em poucas palavras, pode-se dizer que a ascese intramundana protestante, ou seja, a conduta/ética religiosa voltada para a ideia de que o deus cristão está dentro de cada fiel, favoreceu o surgimento de um pensar e agir individual, algo inovador na época de Lutero. Pois, o século XVI, os indivíduos majoritariamente se enxergavam sempre como um grupo, um coletivo e não como seres individuais dotados de direito e deveres, tal como atualmente está convencionado.

⁸ A teoria da predestinação cristã foi discutida por Santo Agostinho (354 – 430) e afirmava que a consciência onipotente do deus cristão permitia a ele souber exatamente quem será salvo e quem será condenado na vida após a morte. João Calvino recuperou a teoria da predestinação e inspirou, em seus discípulos, um comportamento ascético (conduta extremamente rígida) em relação ao trabalho. Em poucas palavras, como ninguém sabe se foi ou não contemplado pela dádiva divina da salvação, todos se esforçavam ao máximo para que os frutos de seu trabalho estejam de acordo com a vontade do deus cristão.

cristã. No entanto, vale ressaltar que essas doutrinas católicas sobre o livre arbítrio não são capazes de estabelecer uma associação racional e durável entre os sujeitos, tendendo muito mais ao estabelecimento de relações sociais mediadas por um poder autoritário, exterior e centralizador, características fundamentais para a constituição de ditaduras militares no Brasil⁹. Esta ética católica ibérica também tem a característica emblemática de repudiar o culto ao trabalho – elemento fundamental à ética protestante¹⁰ –, pois o compreende como uma atitude que fere os indivíduos, em vez de atuar para o seu enaltecimento nobilitante. Por isso, tal como Sérgio Buarque de Holanda pontua, torna-se “compreensível, assim, que jamais tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço a atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante a um português, ou a um espanhol, do que a luta pelo pão de cada dia” (HOLANDA, 1995, p. 38).

Tendo em conta as características constituintes do ser social ibérico, levantadas até o presente momento desta exposição, é possível, então, entender a sua influência na formação do ser social brasileiro, cuja essência é análoga ao problema do bovarismo, descrito por Gustave Flaubert em sua obra-prima, o romance *Madame de Bovary*, publicado em 1857. Na trama do romance, a Madame sofre com um terrível dilema: vive em um momento histórico dotado de um espírito social específico, todavia, procura, a todo custo, resgatar uma sociabilidade já obliterada pelas novas necessidades históricas, perpetuando uma existência obscura, reificada e

Assim, a riqueza – independentemente dos meios recorridos para obtê-la – era interpretada como um sinal de salvação.

⁹ Essa mazela ibérica assombra a história do Brasil de forma eminente, uma vez que a sociedade brasileira sofreu com duas ditaduras. A primeira durou de 1937 a 1945 e foi estabelecido por um golpe civil-militar aplicado por Getúlio Vargas. A segunda, aconteceu em 1964, quando os militares realizaram um golpe no país.

¹⁰ “[...] a ascese protestante [...] produziu [...] o estímulo psicológico, quando concebeu esse trabalho como vocação profissional, como o meio ótimo, muitas vezes como o único meio, de uma pessoa se certificar do estado de graça. [...] Tratar o trabalho como uma “vocação profissional” tornou-se tão característico para o trabalhador moderno [...] (calvinistas e batistas) [...] viam ‘trabalho e zelo industrial como um dever para com Deus’”. (WEBER, 2004, p. 162 – 3).

aquém das transformações sociais que realmente se desenrolam diante de seus olhos.

Brasil e o Problema do Bovarismo

Tendo em vista que as principais teses de Sérgio Buarque de Holanda sobre as raízes ibéricas do Brasil já foram sinteticamente analisadas, agora, contudo, é necessário debruçar-se também sobre outra fundamental reflexão a respeito da formação histórica brasileira que, como foi comentado, é análoga a trajetória trilhada pela personagem principal do romance *Madame de Bovary*. Em outras palavras, do ponto de vista de Holanda (1995), a dinâmica histórica do Brasil tende a desenvolver-se de acordo com expressões identitárias pertencentes a outras populações ou épocas. À luz do impressionante romance de Flaubert, pode-se destacar a personagem de Madame de Bovary como uma típica pequena burguesa vivendo em meio ao processo de ascensão da burguesia na Europa, almejando, ilusoriamente, o resgate de uma vivência magnânima das classes sociais nobres do já arruinado feudalismo. Sonhando com uma vida de aventuras, de amores intensos, permeada por amantes provenientes das famílias mais poderosas e tradicionais da Europa, a personagem acabava esquecendo-se de sua própria realidade e das suas próprias origens as quais, segundo ela, eram menos empolgantes do que a vivência nobiliária nas cortes europeias. A época na qual Madame de Bovary vivia estruturava-se demasiadamente no cálculo frio e mundano da racionalidade ascética burguesa, cuja expressão almejava a vigência, apresentando-se como a mentalidade hegemônica daquele momento histórico. Um drama análogo ao representado por esta personagem se encena também nas terras além das *fronteiras da Europa*, principalmente nas terras brasileiras, por causa do desenvolvimento do fenômeno do *personalismo*, uma ressignificação do culto ao indivíduo proveniente das raízes ibéricas brasileiras. Tal fenômeno gera, segundo Holanda (1995), uma impossibilidade de adequação a vida coletiva, enaltecendo excessivamente o indivíduo, de forma a se tornar muito difícil qualquer tipo de organização

associativa e supraindividual, pois os agentes sociais brasileiros estão pouco ou quase nada dispostos a respeitar qualquer lei diferente daquelas circunscritas ao limitado conjunto de ideias existentes em sua mentalidade afetiva.

Desse modo, a elite brasileira, consciente ou inconscientemente, compartilha a mesma sina de Madame de Bovary, uma vez que ambos se fascinam, cada um a seu modo, por uma vivência social e ideológica cuja manifestação não está somente em desacordo com a sua própria realidade, como também provém de outra localidade ou, até mesmo, de outro momento histórico. Por isso, pode-se constatar que, de acordo com os postulados de Holanda (1995), os bacharéis formados no Brasil durante o século XIX estavam, em sua maioria, convictos da seguinte ideia: as “iluminadas” doutrinas científicas e os “sublimes” sistemas políticos europeus – como mostraram-se bem-sucedidos e eficazes no contexto sócio-histórico da Europa – devem ser transpostos de forma idêntica e acrítica para a sociedade brasileira, tornando-se uma espécie de panaceia ou única solução possível para o assustador atraso do Brasil em relação às nações europeias de capitalismo central. Nessas circunstâncias, por um lado, vigorou no pensamento brasileiro o apreço pelos esquemas fixos, pelas leis genéricas e pelo prestígio que emanava da palavra escrita, enquanto, por outro lado, foi perpetuado uma espécie de horror a dúvida que, por sua vez, desembocou em uma dificuldade de desenvolvimento de colaboração social e, ao mesmo tempo, estimulou a adoção de uma conduta política majoritariamente pessoal. Logo, prevaleceu entre a intelectualidade brasileira uma repulsa a todo e qualquer pensamento profundo, assíduo e determinado, em lugar disso, enaltecem-se as ideias objetivas, prontas e definidas, embora estas fossem inconsistentes, débeis e pouco confiáveis. Em suma, o drama do bovarismo consegue explicar uma parte significativa do espírito da sociedade brasileira.

Com base em todas as observações realizadas até o momento, não é por acaso que houve uma incrível aceitação do positivismo no Brasil. Levando em consideração o fato de o sistema comtiano possuir uma

extraordinária capacidade de negligenciar a existência da multiplicidade e dinâmica¹¹ na vida social – entendendo a si mesma como sendo o caminho definitivo para uma suposta evolução geral da humanidade –, então, não se abre margem alguma para qualquer possibilidade de crítica aos caminhos tomados pela sociedade capitalista industrial da Europa oitocentista. Entretanto, o ideário positivista não acumulava inúmeros adeptos entre os brasileiros apenas por conta de seu caráter extremamente abstrato e autodefensivo, mas, principalmente, porque escondia com maestria a abominação que nutrida pela realidade dos países do assim chamado Novo Mundo. No final das contas, essa *intelligentsia* positivista brasileira não foi capaz de propor nenhuma mudança significativa no contexto social brasileiro e, tal como pontua Holanda (1995), o representante máximo dessa doutrina no Brasil, ou seja, Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836 – 1891), gabava-se ao afirmar que a política brasileira era extremamente corrupta e que seu tempo era muito precioso para perder com ela.

Além disso, o positivismo representa só um dos inúmeros caminhos desenvolvidos pelas elites intelectuais brasileiras para fugir do enfrentamento dos verdadeiros problemas que o Brasil enfrentava – e ainda hoje não os solucionou cabalmente. Segundo Holanda (1995), tais elites tendem sempre a trazer de fora “um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições de vida brasileiras e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam”, aliás, “a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós”, portanto, “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido” (p. 160). Com efeito, a aristocracia rural brasileira procurou acomodar o espírito liberal e democrático europeu aos seus valores, privilégios e políticas provenientes do velho mundo colonial, em especial, a escravidão. Assim, o Brasil encerrou-se cada vez mais em ideologias, ludibriou-se a si mesmo, vivendo em outro mundo, em uma

¹¹A dinâmica social de Comte permitia uma única mudança, a saber: o aperfeiçoamento daquilo que já se tinha alcançado, o desenvolvimento tecnológico e aprimorador da sociedade industrial capitalista. Nenhuma transformação radical a essa realidade era compreendida por ele como plausível.

realidade fictícia, na qual sua verdadeira dinâmica torna-se pouco a pouco obscurecida e irreconhecível, pois é sempre encarada como algo estranho e abominável. Em resumo, na visão de Holanda (1995), a população brasileira é assombrada pela “idéia de que” o seu “país não pode crescer pelas próprias formas naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros*” (p. 166).

Raízes do Brasil e as Ideias Fora do Lugar

Finalmente, chegou o momento em que faz-se necessário demonstrar como as célebres investigações de Sérgio Buarque de Holanda sobre a formação da sociedade brasileira representaram uma inspiração essencial para Roberto Schwarz, a partir das quais este último foi capaz de elaborar sua tese das *ideias fora do lugar*. Sendo assim, é possível iniciar tal discussão por meio de uma das primeiras observações realizadas por Schwarz (1992) acerca de uma das contradições iminentes a realidade brasileira, a saber: a coexistência do modelo político-institucional emblemático na Constituição de 1824 – considerada uma das mais modernas escritas naquela época, baseando-se nas teorias liberais desenvolvidas na Inglaterra, na França e nos EUA – com a existência de uma estrutura econômica evidentemente antidemocrática ou melhor dizendo, escravista. Ainda a esse respeito, o crítico literário austro-brasileiro deixa nítido a inevitabilidade dessa interação de ideias tão antagônicas, pois o Brasil, até então, era um país essencialmente agrário e escravista – aliás, até hoje tal categorização ainda não foi superada plenamente – que estruturalmente foi condicionado a escoar seus artigos agrícolas no mercado capitalista internacional¹², para o qual, por sua vez, as noções de livre iniciativa, trabalho assalariado e liberdade de comércio eram considerados como postulados racionais e desejáveis. No entanto, esse ideário burguês do *laissez-faire* – hegemônico durante a era da grande

¹² Florestan Fernandes, no capítulo 7 da *Revolução burguesa no Brasil* explica com mais detalhes o caráter autoritário das classes sociais dominantes brasileiras e como elas optaram por assumir o lugar estrutural de subserviência em relação às demais classes dominantes do capitalismo central, condenando o Brasil ao atraso econômico e político em comparação com a Europa e com os EUA.

indústria, ou seja, no final do século XVII até o XIX –, encontrava eminentes resistências ao estabelecer-se entre os países além das *fronteiras da Europa*, em especial àqueles marcados pela colonização ibérica, por conta da especificidade de sua construção histórica e das consequências provenientes desse processo histórico, minuciosamente trabalhado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Contudo, é necessário ressaltar o fato de a condição de dependência dos países latino-americanos para com as potências capitalistas centrais ter se mostrado algo estrutural e perene até hoje, justamente porque esse atraso foi historicamente necessário ao desenvolvimento econômico das potências capitalistas centrais, uma vez que os países economicamente periféricos atuaram (e ainda atuam) como extensões de mercado cruciais à manutenção de sua supremacia. Em suma, o desenvolvimento econômico alcançado pelos países europeus foi conquistado por meio da extrema violência, exploração, rapina e genocídio dos países da América Latina e daqueles que habitavam no litoral do continente africano¹³.

Nesse sentido, Schwarz (1992) ressalta que, embora a escravidão seja a manifestação mais abominável e monstruosa já criada pelo ser humano, os defensores dessa relação social no Brasil compreendiam muito mais a realidade brasileira do que os membros do partido liberal – patronos dos postulados de Adam Smith em solo brasileiro e responsáveis por levar às últimas consequências as ideias do economista político inglês – os quais, por exemplo, chegavam ao absurdo de afirmar a possibilidade de se aplicar em solo brasileiro, sem qualquer tipo de adaptação, o liberalismo econômico tal como existiu na Europa. Todavia, a inconsistência das suas teses não se limitava a isso, mas também agarravam-se piamente a ideia de que o capitalismo era o único sistema capaz de propiciar a existência plena da liberdade¹⁴. Desse modo, tal como foi discutido, a própria existência da

¹³ Sobre a violência e exploração da América e da África como condição do desenvolvimento econômico atingido pelos países europeus, consultar o capítulo “A assim chamada acumulação primitiva”, contido n’*O capital* de Karl Marx.

¹⁴ Esse segundo aspecto defendido pelos liberais brasileiros do século XIX, ressignifica-se nas ideias dos pensadores do nacional desenvolvimentismo, florescido com a ruína da república oligárquica, em 1930. Tais ideólogos vão pregar a tese do atraso econômico

escravidão já comprova a incompatibilidade da realidade brasileira com o liberalismo tal qual foi teorizado pelos economistas clássicos. Assim, por um lado, o liberalismo pairava sobre o Brasil na forma de uma corrente teórica (e ideológica), enquanto, por outro lado e ao mesmo tempo, no plano pragmático da vida econômica, a escravidão explicitava-se diante dos olhos da sociedade brasileira. Por isso, Schwarz (1992) compreende a tendência de o ideário liberalista preencher espiritualmente a dominação da aristocracia rural no Brasil, desse modo, o liberalismo acabou surgindo entre os brasileiros como uma espécie de *ideia fora do lugar*.

Todavia, não é correto limitar a formação histórica brasileira somente ao fenômeno da escravidão colonial, afirmando, por exemplo, que as ideias liberais são impossíveis de serem desenvolvidas nas terras além das *fronteiras da Europa*, pois, se assim o fosse feito, seria ignorado a essência dialética do movimento histórico da realidade. Nesse sentido, frente ao dilema escravidão *versus* liberalismo, a dinâmica histórica brasileira engendrou uma nova relação social, ou melhor, um ser social híbrido, cuja consistência orbitava tanto entre as relações do senhor de engenho com aqueles que foram escravizados por ele, quanto entre o empregador e seus trabalhadores assalariados, dois sujeitos supostamente livres que se relacionam a partir do firmamento de um contrato (os primeiros mais livres que os segundos, diga-se de passagem). Enfim, o sujeito social que estruturou toda a formação da sociedade brasileira, conhecido por diversos nomes que variam de acordo com a região na qual ele se originou, mas pode ser sintetizado sociologicamente como *agregado*. Considerando o fato deste sujeito social representar uma espécie de classe social intermediária entre as relações escravistas brasileiras e as ideias liberais fora do lugar, sua existência impulsionou a criação de uma nova e *sui*

brasileiro, associando-o ao fato da necessidade de modernização e industrialização nacional, além de compreender que a conquista do patamar de país capitalista industrial necessariamente acarretaria a conquista da liberdade e da democracia. Entretanto, a análise das teses da Escola Paulista, elaboradas a contrapelo desse discurso hegemônico, demonstraram a tendência histórica de o desenvolvimento econômico brasileiro emergir em paralelo a adoção de medidas políticas autoritaristas, cuja expressão acontece em razão do caráter histórico de dependência do Brasil frente a engrenagem mundial do capitalismo europeu e posteriormente anglo-saxão.

generis forma de expressar-se, a saber: a *lógica do favor*. Longe de ser a forma mais apreciável de conduta, Schwarz (1992) ressalta que, pelo menos, ela não é tão abominável quanto a escravidão, baseando-se sempre em um jogo de estimas, cuja expressão é análoga àquilo que Holanda (1995) define como o comportamento típico do homem cordial. A cordialidade embasa-se em desejos passionais e geralmente confunde as noções racionais polidas do plano público com a afetividade descontraída do ambiente privado. Portanto, por meio da lógica do favor, “o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas” (SCHWARZ, 1992. p. 17). Então, pode-se concluir que “as ideias fora do lugar” encontram o seu devido espaço na sociedade brasileira. Dessa forma, entender o Brasil, seja na ótica de Schwarz (1992), seja na de Holanda (1995), significa compreender essa contradição presente nas raízes históricas brasileiras que se elaboram (e talvez sempre se elaborarão) frente às tentativas de se construir algo novo, autêntico e verdadeiramente brasileiro. Todavia, essa atitude só é possível de ser efetivada caso se leve em conta as influências de ideias provenientes de fora do Brasil, sejam elas europeias, norte-americanas, asiáticas, entre outras, mas, acima de tudo, considerando a sua contribuição dialética para a construção daquilo que pode ser entendido como sendo o povo brasileiro.

Considerações Finais

Enfim, pode-se concluir este artigo evidenciando a importância revolucionária da obra de Sérgio Buarque de Holanda para a compreensão de uma história permeada por inúmeros paradoxos sociais que, aliás, é a história do Brasil. Primeiramente, tal como foi possível observar com base nos escritos de Antônio Candido e Maria Odila, o historiador paulistano foi um dos pioneiros em escrever sobre a história brasileira a partir de relatos micro-históricos, elaborando uma visão de conjuntura a respeito da sociedade que trouxesse a tona a narrativa dos vencidos durante os processos de mudanças sociais. Além disso, apartou-se dos relatos vindos

dos vencedores de embates históricos, dos quais, aliás, só é possível extrair uma visão autocomplacente sobre os eventos da história. Essa característica por si só representa uma qualidade eminentemente revolucionária em Sérgio Buarque de Holanda, pois sua obra é responsável não apenas pelo esclarecimento da juventude que viria a se tornar os futuros representantes das cátedras da Escola Paulista, mas também são perfeitamente capazes de iluminar as jovens gerações do século XXI, cujos olhares também estão a mercê dos discursos hegemônicos que nublam a compreensão da história do Brasil.

Entretanto, a contribuição do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda vai além das suas descobertas como historiador, abarcando uma perspectiva sociológica que, posteriormente, como foi comentado, embasou uma das reflexões sociológicas mais célebres atualmente, ou seja, a tese referente ao pensamento brasileiro ser elaborado por meio de *ideias fora do lugar* que, embora entrem em conflito latente com a realidade brasileira – como atesta o caso emblemático do dilema da existência do postulado liberal em uma estrutura econômica escravista –, são perfeitamente capazes, pouco a pouco, de se adaptarem a uma sociabilidade própria do Brasil.

Portanto, é possível finalizar esta discussão evidenciado, na medida do possível, a importância da leitura da obra de Sérgio Buarque de Holanda que demonstrou ser essencial para o entendimento da complexa e contraditória realidade sócio-histórica brasileira. Mas, para além disso, a leitura de *Raízes do Brasil* abre as portas da percepção de seus leitores para o mergulho preciso e atual sobre os fundamentos da sociedade brasileira a fim de, quiçá um dia, fundamentar as bases intelectuais não só de uma investigação do *ethos* brasileiro, mas também permitir compreender o seu processo específico de dinâmica social, ou melhor, ajudar a pensar qual é a forma própria de transformação da sociedade brasileira, tal como Sérgio Buarque de Holanda se questiona no último capítulo deste livro, isto é: como realizar a nossa revolução?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. O significado de raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9 – 21.

FLORESTAN, Fernandes. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006. 507 p.

_____. Introdução às memórias de Thomas Davatz. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985. 208 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 223p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo Boitempo, 2013. 896 p.

OLIVEIRA DE, Francisco. Jeitinho e jeitão. **Revista Piauí**, São Paulo, edição 73, 98p. Outubro de 2012.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992, p. 13 – 28.

SILVIA DIAS, Maria Odila Leite Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, A. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 11 – 21.

WEBER, Max. **Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia da Lestras, 2004. p. 336p.

_____. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (org.). **Max Weber – sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 2003. p. 79 – 127.

A Invenção dos Óculos Dimensionada por um Contemporâneo Olhar acerca da Ciência

Camila Muniz de Oliveira¹
João Marcos de Araújo Krachinski²
Felipe Fontana^{3/}

1. Graduanda em Física pelo Departamento de Ciências da Universidade Estadual de Maringá-PR – Câmpus Regional de Goioerê-PR (DCI, UEM/CRG).
E-mail para contato: camila_muniz98@hotmail.com
2. Graduando em Física pelo Departamento de Ciências da Universidade Estadual de Maringá-PR – Câmpus Regional de Goioerê-PR (DCI, UEM/CRG).
E-mail para contato:joao_akrachinski@hotmail.com.
3. Professor do Departamento de Ciências da Universidade Estadual de Maringá-PR – Câmpus Regional de Goioerê-PR (DCI, UEM/CRG). Formado em Ciências Sociais (DCS-UEM, 2010), Mestre em Ciências Sociais (PGC-UEM, 2013) e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (PPG-Pol/UFSCar, 2017). Graduando em História pelo Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá-PR (DHI-UEM) e Graduando em Pedagogia pelo Centro Universitário de Maringá-PR (UNICESUMAR-EaD).
E-mail para contato: buthjaum@gmail.com.

Resumo

Como estabelecer uma visão dinâmica sobre a ciência, diversificando a compreensão acerca da construção de saberes fundamentais para a nossa existência? Atualmente, pesquisadores vêm problematizando as representações celebrativas que conservamos em relação à ciência; de modo conexo, a Sociologia, a História, a Filosofia e a Antropologia – ao interporem questões sociais, políticas, econômicas, culturais, organizativas e, por vezes, subjetivas – são aliadas nesse processo justamente por interpelarem criticamente “o fazer científico ao longo do tempo”. Assim, propomos uma análise acerca dos óculos (tecnologia edificada graças à articulação de descobertas científicas ligadas à Física, especificamente à Óptica). Nesse sentido, abordaremos o surgimento dos óculos por meio da História e da Sociologia da Ciência para

observar as dimensões históricas amplas que deram origem a eles e o impacto vinculado à sua existência. Para isso, faremos uma análise: 1) da história dos óculos; 2) dos conceitos científicos, em suas versões mais acabadas, que são empregados na confecção deles; 3) das consequências ligadas à construção deste artefato. Essa atividade vai de encontro a posturas acríticas acerca da ciência; contudo, junto dela, evidenciaremos que uma tecnologia não é apenas um objeto “hightech”, eletrônico e conectado a uma rede de “wifi”: por trás de um “constructo tecnológico simples/rotineiro”, temos amplos conhecimentos físicos e um emaranhado que questões históricas subjacentes. Por fim, aludiremos sobre questões educativas circunscritas a promoção de um ensino “histórico-contextualizado” da ciência em nossas instituições de ensino.

Palavras-chave: história e sociologia da ciência; óculos; ciência, tecnologia e sociedade; educação científica.

A BUSCA DE UMA VISÃO MAIS DINÂMICA SOBRE A CIÊNCIA

A definição de ciência não é fácil de ser constituída. Contudo, é possível observar que após o Renascimento (1500) e a edificação de um novo momento histórico afeto à razão e à racionalidade humana como molas propulsoras do processo de construção do conhecimento, a ciência se tornou o “lócus” mais aceitável e coerente das interpretações e das “verdades” vinculadas à natureza física, ao espaço físico e à existência humana. Trata-se de uma visão eurocêntrica acerca da ciência (visão essa que perpassa nossos bancos escolares formativos, dos ensinamentos fundamental, médio, superior e de pós-graduação até os dias atuais).

Um dos eixos estruturantes do campo denominado de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) é a possibilidade de compreendermos que há múltiplos pensamentos científicos. Ou seja, não é somente a concepção ocidental e moderna de ciência que é válida. Nesse sentido, observamos que a ciência dentro de uma vertente de CTS é considerada uma construção social, econômica, política, cultural e, não menos importante, intelectual. Na maioria dos casos, a concepção moderna de ciência exclui em grande medida outras formas de pensamentos científicos⁴. Dentre as várias possibilidades de se pensar em ciência ou em o que é ciência, aqui fazemos opção por aquela que pode ser considerada mais basililar, ou seja, mais conectada à proposta eurocêntrica de se interpretar a ciência e as representações sociais, alocados no senso comum, existentes sobre ela.

Sendo assim, tanto aquilo que nominamos de pensamento científico, quanto de ciência são quistos como verdades incontestáveis e irrefutáveis, um tipo de conhecimento sistemático – edificado através de um método rigoroso e testado de investigação e análise– direcionado à compreensão da realidade que cercam os indivíduos com fins de promover a sua

⁴ Para compreender o quão problemático é esse processo de construção de uma visão eurocêntrica acerca da constituição do conhecimento e o quão isso rechaça saberes e tecnologias produzidas em outros espaços do globo fora do “eixo Europa”, ver o texto *Cultura negra e legado científico africano para um ensino mais dinâmico das ciências naturais: apontamentos teórico-metodológicos*, de autoria de Felipe Fontana e André da Paixão Gomes (2018).

transformação, a sua subsistência e uma maior adaptação dos mesmos ao seu meio. Soma-se a isso o fato de a ciência conservar, no processo de produção dos conhecimentos considerados científicos, um conjunto de métodos capazes de resguardar dimensões de neutralidade e exterioridade com fins de legitimar o nascimento de saberes verdadeiros, objetivos e passíveis de se conformarem em leis gerais demonstráveis, testáveis, aplicáveis e inteligíveis em qualquer local do globo⁵(generalidade).

O entendimento acerca da ciência, desde a Modernidade e após a Revolução Industrial de meados do século XVIII, ganha tons “celebrativos” pois os níveis de transformações tecnológicas⁶ – e, conseqüentemente, culturais, sociais, econômicas e políticas – experimentadas pela humanidade a partir desse momento foram enormes⁷; por exemplo: 1) o Mercantilismo e o

⁵ É nesse sentido que Chalmers, na obra *O que é Ciência Afinal?* (1993), afirma que o “Conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente” (CHALMERS, 1993, p.18).

⁶ Aqui, compreendemos como tecnologia os artefatos/constructos edificados por meio de conhecimentos científicos que auxiliam no processo de maior adaptabilidade dos indivíduos aos meios (físico-natural e social) nos quais estão inseridos. Ou seja, tudo aquilo que foi materialmente edificado a partir de saberes científicos que orientaram esse processo. De modo exemplificativo, podemos citar as diferenciações existentes entre os cientistas e os engenheiros. Os primeiros trabalham em plano investigativo, promotor de descobertas, que pode envolver experimentações e elaborações teóricas para, assim, estabelecer conclusões atreladas à forja de conclusões, teoremas e leis. Já os engenheiros resguardam uma postura de maior aplicabilidade e operacionalização dos postulados edificados pelos cientistas de modo a, ao utilizá-los, construir artefatos engendrados por esses conhecimentos. Essa relação já foi mais engessada, fazendo com que os engenheiros dependessem demasiadamente dos avanços científicos. Todavia, atualmente, a mesma é significativamente mais simbiótica: por vezes a ação do engenheiro pode suscitar a necessidade de o cientista aperfeiçoar suas atividades, demandando assim, que os mesmos revejam suas descobertas e desenvolvam novos saberes mais conectados aos intentos deles (KHUM, 1962).

⁷ Não podemos esquecer, nesse momento, das lições comtianas vinculadas à ciência que, em certo sentido, auxiliaram na confecção dessa “celebração” da ciência e suas potencialidades: no sendo comum (vide o lema “Ordem & Progresso” instituído em nossa bandeira), mas especialmente no meio acadêmico. Além de Augusto Comte hipostasiar os atributos de neutralidade, exterioridade, objetividade e generalidade da ciência, o filósofo francês afirma: 1) em sua Lei dos Três Estados, que a humanidade, à sua época, havia chegado no Estado Positivo que, por sua vez, seria o momento histórico marcado pelo abandono de explicações mitológicas e metafísicas em prol de um processo de compreensão da natureza e da sociedade atrelado, univocamente, à ciência; 2) que o “homem moderno” deveria ofertar à ciência e à humanidade o mesmo sentimento que ele

uso de noções e instrumentos náuticos atrelados a ele (lunetas, mapas cartográficos, observação dos astros, etc.) possibilitaram a colonização de novos mundos; 2) a Revolução Industrial e a descoberta dos motores à vapor, calor e por combustão deram ao mundo da produção e ao sistema capitalista um “impulso e fôlego” gigantescos com consequências ligadas ao modo como consumimos e subsistimos; 3) a bomba atômica e o engendramento de conhecimento químicos e físicos atrelados à fusão nuclear para a sua constituição deram às guerras e aos conflitos internacionais novos contornos, vide a explosão das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki em meados do século XX (agosto de 1945); 4) as viagens ao espaço e a conseqüente necessidade de conhecimentos científico-tecnológicos, vinculados à Matemática, à Física, à Química e à Biologia, para a obtenção de seu sucesso, deram à humanidade o vislumbre de alcançar espaços para além do globo e, mais do que isso, durante a Guerra Fria (1947-1991), engendraram um conflito silencioso, baseado no temor e no medo, que polarizou o mundo.

Essa visão que nominamos de “celebrativa” justamente por se ancorar e potencializar os adventos oriundos das ciências resguarda duas dimensões importantes. A primeira é que ela se alastra no senso comum, penetrando assim, no imaginário coletivo de sociedades moderno-capitalistas, instituindo, deste modo, uma confiança extremada na ciência. Quando uma empresa de produtos de higiene pessoal, por exemplo, quer fazer uma propaganda de suas mercadorias ela, prontamente, anuncia: “esse produto foi cientificamente testado”. Esse procedimento, corriqueiro nos anúncios comerciais desse tipo, só ocorre porque ele encontra “ancoragem, sustentação e eco” em um imaginário popular que oferece à ciência uma alta confiabilidade. Outro exemplo atrela-se à representatividade de

congrega em relação às religiões, promovendo assim, um culto direcionado àquilo que, efetivamente, poderia dar sentido e inteligibilidade confiáveis (concretos e verdadeiros) à existência humana e, conseqüentemente, promover transformações progressistas, orientadas e ordenadas nas dimensões físico-naturais e sociais nas quais os indivíduos estão inseridos (COMTE, 1988).

campos científicos. Por resguardarem níveis de subjetividade, necessidade ampla de interpretação lógico-hipotética, fontes imateriais-mutáveis e objetos de pesquisa animados/não-rígidos, as Ciências Humanas, por vezes, são quistas como inferiores pela sociedade e, inclusive, no interior dos centros superiores de formação (KHUN, 1962). Ou seja, sua inferiorização está, dentre outras coisas, no fato de a mesma não atingir níveis metodológicos aceitáveis de “se fazer ciência”.

A segunda, muitos pensadores contemporâneos vêm contestando essa visão “celebrativa” acerca da ciência, demonstrando que a mesma, seja no âmbito das Exatas, das Naturais, das Econômicas, das Aplicadas ou das Humanas resguarda níveis de subjetividades e não é, como muitos imaginam, neutra, exterior, objetiva e, por conta disso, promotora de leis universais/gerais capazes de explicar, eficientemente, um dado fenômeno. Alan Francis Chalmers (1993) apresenta em sua obra *“O que é ciência afinal?”* diversos tipos de cientistas, dentre eles, os indutivistas e os falsificacionistas. O último grupo considera que “algumas teorias podem se revelar falsas por um apelo aos resultados da observação e do experimento.” (CHALMERS, 1993, p. 56) e isso, em linhas gerais, quer dizer que nem sempre os cientistas consideram efetivamente as ações laborais circunscritas às pesquisas que fazem para a evidenciação de suas respostas acerca de um dado fenômeno. Por vezes, o resultado no qual ele quer chegar “determina e modela” a sua ação enquanto pesquisador, rompendo assim, com qualquer nível de neutralidade e exterioridade. Sendo assim, nesse processo surgem problemas que devem ser solucionados. Nessa mesma perspectiva, Thomas Kuhn (1962) relata que o desenvolvimento científico é atravessado por interesses econômicos, políticos e sociais. De modo mais provocador, o pensador mostra como os anseios pessoais e grupais dos cientistas são determinantes na escolha e no estudo de um objeto de pesquisa de modo engendrado ao uso de um único paradigma analítico.

A provocação de Kuhn está no fato de que a escolha desse paradigma e a utilização exaustiva do mesmo no processo de “se fazer ciência” – o que de certa forma trava e delimita, inclusive, o avanço da ciência – é constituída por aspectos afetivos, emocionais (beirando a um sentimento comumente ofertados à Deus e às religiões) e grupais (manutenção da hegemonia de certos grupos de pesquisa no estudo de um dado fenômeno). Nessa direção, além de demonstrar que a neutralidade e a exterioridade nunca existiram no processo de desenvolvimento da ciência, Thomas Kuhn evidencia que níveis de subjetividade e questões conjecturais extra científicas sempre afetaram a ciência⁸ e, certamente, os conhecimentos oriundos dela (o que infere, dentro do próprio sentido “celebrado” de ciência, no seu grau de objetividade e generalidade):

uma comunidade científica, ao adquirir um paradigma, admite igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, podemos considerar como dotados de uma solução possível. Numa larga medida, esses são os únicos problemas que a comunidade científica admitirá como científicos ou encorajará seus membros a resolver (KUHN, 1962, p. 60).

Dentro de *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), notamos que produção de ciência se dá por meio de um processo em que se faz necessária a contribuição de grupos de cientistas que trabalham de maneira a desvendar “os dilemas” que ocasionalmente vão surgindo no interior de uma pesquisa científica circunscrita à utilização de um determinado paradigma (níveis “disruptivos, discrepantes e degenerativos”

⁸ Bruno Latour e Stephen William Woolgar (1997; 2000), dentro de uma proposta antropológica e microssociológica de estudo acerca da ciência e, por conseguinte, dos espaços de produção de conhecimento científico, investigam privilegiadamente os laboratórios de neuroendocrinologia do *Instituto Salk* (Califórnia). Os resultados dessa pesquisa estão nas obras *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos* (1997) e *Ciência Em Ação - Como Seguir Cientistas e Engenheiros Sociedade Afora* (2000). De modo geral, os autores mergulham “em profundidade” nessa percepção crítica lançada por Thomas Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1992) e mostram os vários elementos subjetivos, grupais e conjecturais que interpelam “a práxis científica” de cientistas e, desse modo, acabam por desmistificar essa visão “celebrativa” da ciência pois ela, mesmo feita em espaços altamente reconhecidos como “lócus” de cientificidade, não consegue resguardar níveis de aceitáveis de neutralidade, exterioridade e objetividade (LATOUR, B. & WOOLGAR, 1997; 2000).

que colocam em contradição e em “cheque” o próprio paradigma e sua viabilidade científica).

Junto desse movimento gerado pela contribuição de grupos de cientistas conectados ao estudo exaustivo de fenômenos por meio de um certo paradigma, observamos uma estabilidade no processo de desenvolvimento do conhecimento científico que, em um certo momento, passará por uma crise dada pela “incapacidade” deste paradigma funcionar como um “construto” explicativo/interpretativo/inteligível, coerente e funcional. De acordo com Thomas Kuhn (1962), vemos que esse “momento” indica que o conhecimento paradigmático até então vigente e estável, agora deve se readequar, mobilizando novamente o trabalho de muitos cientistas que, por vezes, estão sedentos por um novo “nicho de pesquisa” dado pela quebra de um paradigma (KUHN, 1962).

A FORJA DE POSSÍVEIS VISÕES SOBRE A CIÊNCIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO

A maneira como a ciência é abordada nas instituições de ensino pode ou não possibilitar essa reflexão mais densa acerca dos limites e das reais dimensões da ciência (fato que impacta na mudança ou manutenção deste senso comum que hipostasia a ciência e suas contribuições à vida). Ao compreender univocamente os conceitos científicos empregados na feitura de determinadas tecnologias somos levados a entender quanticamente o funcionamento das mesmas; porém, essa abordagem restringe a compreensão do papel da ciência no desenvolvimento das sociedades, afinal, ela não dimensiona o impacto destas tecnologias e as dimensões amplo-contextuais circunscritas à constituição delas. No cenário atual é importante que seja desenvolvida a criticidade no ambiente educacional com esperança que isso reverbere coletivamente. Para além da compreensão de conceitos científicos é fundamental conhecer o cenário em que eles foram desenvolvidos, sendo assim, é necessário explorar criticamente, quando se estuda a evolução histórica do conhecimento científico, “os principais aspectos que delineiam cada pensamento na

ciência, com o intuito de propiciar ao aluno uma visão não apenas cronológica, mas também filosófica da pesquisa científica de cada época” (MELO; PEDUZZI, 2005, p. 10). Neste contexto, vale ressaltar que é um imperativo possibilitar a compreensão de contextos sem enfatizar uma análise necessariamente cronológica; é isso que enfatiza Kuhn (1962) ao afirmar que:

Se a história fosse vista como um repositório para algo mais do que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina. Mesmo os próprios cientistas têm haurido essa imagem principalmente do estudo das realizações científicas acabadas, tal como estão registradas nos clássicos e, mais recentemente, nos manuais que cada nova geração utiliza para aprender seu ofício⁹ (KUHN, 1962, p. 19).

Neste sentido, para estabelecermos uma visão mais crítica e coerente acerca da ciência na contemporaneidade devemos, no âmbito educacional, trabalhar com questões e objetos cotidianos atrelados às realidades dos indivíduos em formação, para que assim, eles consigam vincular conceitos científicos às suas realidades de modo articulado e não dicotômico. Soma-se a isso, a necessidade de entrarmos em contato com pensadores que construíram recentemente trabalhos que visam desmistificar essa “ossatura” – representacional e discursiva, portanto, política e econômica também – quase que “indestrutível” e “intocável” que a ciência constituiu ao longo destes mais de cinco séculos em meios as sociedades moderno-capitalistas (desde o início da Modernidade até os dias atuais).

⁹Embora a problemática levantada por Kuhn direcione-se pontualmente para a formação de cientistas, não devemos esquecer de que a contribuição destes para com a ciência se faz presentes em muitos manuais com finalidades pedagógicas (livros didáticos ou peritos, veiculados pela instituições de ensino, que postulam uma visão acriticamente estabelecida de ciência; estes constructos informacionais e pedagógicos funcionam, na maioria das vezes, como os principais transmissores de informações e de conhecimentos durante o processo formativo de em educando). Nessa perspectiva, Hülsendeger (2007) enfatiza que: “Um caminho possível e, atualmente, largamente defendido, seria vincular os conceitos trabalhados em sala de aula ao contexto histórico no qual surgiram. Contudo, mesmo parecendo uma tarefa simples, sua aplicação não é destituída de dificuldades, pois, para muitos alunos, História e Física são duas coisas totalmente diferentes, não guardando entre si qualquer tipo de relação. O conhecimento, para eles, é compartimentado, dividido, e a resistência em juntar as partes e enxergar o todo é muito grande: História é História, Física é Física, tudo em gavetas incomunicáveis” (HÜLSENDEGER, 2007, p. 2).

Nessa direção, além das obras que aqui já citamos, são fontes relevantes para o estudo deste tema: 1) *Filosofia da ciência*, Rubem Alves (1993); 2) *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*, Pierre Bourdieu (2004); 3) *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*, Fritjof Capra (1993); 4) *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Boaventura de Sousa Santos (1997). Todavia, mais relevante que isso, é necessário apresentar aos educandos dados paradigmas e conceitos científicos de modo conexo à história e ao contexto no qual eles emergem, dimensionando assim, as questões políticas, econômicas, sociais e culturais que viabilizaram ou protelaram as suas emergências.

Esse procedimento promove a compreensão de que uma dada descoberta não depende de “lapsos de sorte”, de “genialidades incomensuráveis e incomuns”, ou ainda, de “um empenho científico-laboral desumano”¹⁰. Sendo assim e de modo exemplificativo, o presente trabalho tem como objetivo abordar o surgimento das “lentes” e, posteriormente, dos óculos como ferramentas direcionadas ao tratamento de problemas de visão que trouxeram relevantes melhorias à saúde, ao conforto e à adaptabilidade dos indivíduos os meios físico-natural e social nos quais eles estão inseridos. Para trabalharmos dentro desta perspectiva mais complexa de ciência analisaremos, articuladamente: 1) as condições contextuais que deram origem aos óculos; 2) os conhecimentos físicos articulados à

¹⁰ Todos esses elementos sempre folclorizados por educadores que, posteriormente, ancoram-se no imaginário coletivo. Quem nunca escutou a historietinha vinculada à queda da maçã que, como um catalisador, fez Isaac Newton edificar suas Leis Gravitacionais (lapso de sorte)? Quem nunca percebeu em filmes que biografam cientistas – “Uma mente Brilhante” (2001) e “O Jogo da Imitação” (2014), por exemplo – como eles são imagetivamente representados como os “nerds”, aqueles seres reclusos amplamente dedicados aos estudos e à vida laboratorial, com dificuldades de relacionamento e de sociabilidade, sem interações densas com sua comunidade e empenhados, desumanamente, em suas atividades científicas, laboratoriais e intelectuais? Quem nunca ouviu falar da genialidade de Albert Einstein de modo unívoco, ou seja, ignorando/desconsiderando todo o contexto de produção constituído de modo anterior à sua existência e que, como ele mesmo já reconheceu, foi fundamental para a forja de suas descobertas ligadas à Teoria da relatividade Geral e à Mecânica Quântica?

construção dessa tecnologia; 3) os impactos edificados após o surgimento desse artefato.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA EXTRA-CIENTÍFICA DOS ÓCULOS¹¹

Atualmente, quando se apresenta alguma complicação relacionada à visão, procura-se imediatamente um oftalmologista e, posteriormente, uma ótica para resolver um problema que, na maioria dos casos, é sanado por meio da indicação de óculos de grau. Porém, resolver essa necessidade humana nem sempre foi simples assim. Para os óculos serem empregados com a finalidade de solucionar disfunções visuais, ou ainda, serem utilizados como um recurso “ornamentador” que pode demarcar “individualidade”, “identidade grupal” ou “classe social”, seu advento passou por vários momentos de transformação. Da mesma maneira como várias outras invenções científico-tecnológicas, a produção dos óculos só foi possível graças a ação conjunta de vários estudiosos, congregando assim, contribuições significativas ao longo de toda a história para aperfeiçoar esta precisa ferramenta.

Em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), Thomas Kuhn rompe, em vários momentos, com a rasa percepção de que as mudanças de paradigmas e as descobertas científicas empreendidas pela ciência estão articuladas à uma mudança brusca, disruptiva e que nega “tudo aquilo que anteriormente havia-se produzido”; ou seja, para ele, a constituição de um novo postulado científico ou de uma nova tecnologia não é “algo repentino” ou “abrupto”, mas, certamente, estes são acontecimentos forjados de modo transicional e que engendram a ação, o trabalho, estudos e os achados de muitos cientistas ao longo da história (KUHN, 1962).

¹¹ Este artigo vai ao encontro, em termos de intento e de perspectiva teórica, ao texto denominado *The social construction of facts and artifacts: or How the Sociology of Science and the Sociology of Technology might benefit each other* publicado por Trevor F. Pinch e Wiebe E. Bijker (1987), especialmente em relação ao que os autores ratificam acerca das potencialidades da Sociologia da Ciência no que concerne a construção de conhecimentos/entendimentos mais complexos sobre a Ciência, a Tecnologia, o desenvolvimento ambas e a articulação delas com a sociedade e a história humana (PINCH; BIJKER, 1987, p. 19).

Os óculos existiam antes mesmo da descoberta da Ótica e das Leis da Refração, porém não tinham grau, sua utilidade se restringia ao adorno. O uso dos óculos servia como forma de distinção social, no caso dos deficientes mentais. Com o passar dos anos houve um aprimoramento notável que atualmente faz com que seja um utensílio vital. De acordo com os pesquisadores Dantas e Lins (2006):

A primeira referência histórica sobre a existência dos óculos é oriental e está registrada nos textos do filósofo chinês Confúcio, 500 a.C. Durante muitos séculos, as peças serviram apenas de acessórios para os nobres chineses ou como objetos de discriminação social em relação às pessoas do povo. Como a tecnologia da ótica só apareceu bem mais tarde, em torno do século X, os óculos começaram sendo usados apenas como adorno pessoal (DANTAS; LINS, 2006, p.2).

Na Grécia antiga, os filósofos gregos que eram ordenados por Aristóteles protegiam a ideia de que a imagem não tinha relação entre o olho e o cérebro, crendo que a emoção estava no coração, desse modo a visão não tinha menor relevância no aperfeiçoamento do ser humano. Este princípio foi rompido no século II, quando o Imperador de Roma em suas presenças públicas, começou a utilizar sobre seus olhos lâminas formadas de esmeraldas, com intuito de protegê-los do sol (DANTAS e LINS, 2006).

O entendimento físico sobre os óculos sucedeu-se por volta do ano 1000 d.C. em razão do conhecimento do árabe Alhazen (Abu Ali Al-HasanIbuAlhasan). Este estudioso elaborou um tratado sobre a óptica intitulado *Tesouro Óptico* (1038) que continha teorias e argumentos extremamente avançados para a época, servindo de grande base para os conhecimentos e avanços de toda a óptica (RABONI, 1993). Segundo Raboni (1993), com conhecimento deste tesouro “os monges da idade média possivelmente encontraram a fonte para a aplicação corretiva das lentes que já eram fabricadas na época mais com finalidades ornamentais” (RABONI, 1993, p.53). A história conta que no século XIII os monges fizeram as primeiras lentes, e à priori elas funcionavam como lupas feitas de berílio, quartzo e outras pedras preciosas. De acordo com Del Vecchio (1990, p.14):

Eram as chamadas ‘pedras de leitura’ e funcionavam como uma lupa primitiva. Cortadas em camada finas e colocadas sobre os textos,

aumentavam o tamanho das letras. Mais tarde, essas pedras começaram a ser usadas na frente dos olhos, aparecendo assim a primeira forma de lente corretiva que, possivelmente, era manufaturada pelos mestres vidreiros" (VECHIO *apud* DANTAS e LINS, 2006, p. 2).

Conta a história que a primeira aparição dos óculos modernos, tal como os vemos atualmente, deu-se na Alemanha, no ano de 1270. Neste contexto estes óculos primários eram feitos com aros de ferro e unidos por rebites que auxiliavam o seu ajuste sobre o nariz, pois não possuíam hastes (GIANNINI, 2019). Esses modelos desconfortáveis passaram por intensas pesquisas científicas e avanços tecnológico para se tornarem adequados e satisfatórios. Giannini (2019) descreve que "Os modelos que foram mais usados no século XV eram o Pince-nez e o Lornhons. Porém, eles ainda não possuíam hastes fixas, sendo que a mesma só passou a surgir no século XVII, e era usada para se apoiar às orelhas" (GANNINI, 2019, *online*). Os óculos como ferramentas para solução dos problemas de visão foram fornecidos para sociedade em decorrência dos estudos e dos esclarecimentos de Robert Grosseteste e Roger Bacon acerca das lentes. Segundo a ótica de Gannini (2019):

Foram as experiências em óptica de Robert Grosseteste e seu discípulo Roger Bacon que levaram à invenção dos óculos modernos. Em 1284, as guildas de Veneza já os mencionavam e durante o século XIV o fabrico de óculos popularizou-se por toda a Europa. Nem sempre os óculos foram fabricados com a forma com que são conhecidos hoje em dia. No século XIX era possível encontrar com mais facilidade que hoje os monóculos (apenas uma lente oftálmica) e, também, as lentes sem armação (GANNINI, 2019, *online*).

Segundo Raboni (1993) "o uso dos óculos impulsionou o estudo da óptica. Motivadas pelo uso de óculos" (RABONI, 1993, p.54). No século XVII, houve as maiores evoluções no campo ótico, pois foi quando Galileu, em 1608, difundiu o telescópio, e, Isaac Newton através do processo de refração, descobriu que se pode obter o espectro solar, através da decomposição de um raio da luz (DANTAS e LINS, 2006). Gannini (2019) conta que "em 1785 Benjamin Franklin inventou os primeiros óculos bifocais, com duas lentes a frente de cada olho unidas pela armação, possibilitando enxergar de longe e de perto em um único acessório" (GANNINI, 2019, *online*).

Além disso, no século XVII, Johannes Kepler com seus conhecimentos e ideias constituiu explicações sobre o desempenho das lentes e retratou que os óculos têm como finalidade mudar a convergência dos raios, os acomodando na retina. Desta forma a imagem é ajustada beneficiando quem tem problemas de visão. Tossato (2007) e Crombie (1991) descrevem sobre os conhecimentos na área de ótica feitas por Kepler e afirmam:

Quando Kepler tratou dos problemas da visão, ninguém tinha tratado com a suposição essencial que a fisiologia ocular funciona como uma explicação imediata da percepção visual; entendiam que ver um objeto é ver apenas o que está presente na imagem formada no olho (CROMBIE, 1991, p. 89).

[...] Entendendo como a visão funciona, pode-se corrigir os enganos que ela comete e aproximar-se cada vez mais da correspondência entre a imagem e o objeto real. Para tanto, Kepler concebe o olho humano analogamente a um artefato mecânico, a câmara escura, o que lhe permite entender como o olho pode errar e, assim, compreender em que parte ele erra" (TOSSATO, 2007, p. 3).

Nos séculos XIX e XX as fabricações das lentes passaram a ser produzidas com vidros de elevada qualidade sendo muito resistentes e até nos dias atuais esse tipo é utilizado. Nas últimas décadas do século XX, é possível observar como os óculos passaram a ser algo relacionado com moda e a estética, e o conforto das armações tornou-se a ser indispensável para que os indivíduos escolham determinados modelos para além da sua funcionalidade maior, qual seja, enxergar de modo mais pertinente (DANTAS e LINS, 2006).

Desse modo, compreende-se que antes do surgimento dos óculos como ferramenta de correção dos problemas de visão, houve um aprimoramento dos conceitos científicos que mais tarde proporcionou benefícios para a sociedade no decorrer da história. Em consequência disso, os conhecimentos da ótica, das lentes e da ciência proporcionaram a correção de problemas de visão existentes, favorecendo aos indivíduos, por exemplo, estenderem os anos de trabalhar por mais tempo, visto que em épocas passadas simplesmente ficavam incapacitados e deixavam de realizar tarefas. Além disso, seu impacto criou um importante setor industrial, propiciando o surgimento de novas profissões. A partir de tais

conhecimentos foi inventada a luneta, utensílio fundamental para a astronomia (RABONI, 1993).

OS CONHECIMENTOS FÍSICOS CIRCUNSCRITOS À FEITURA DOS ÓCULOS: Análise Física das Lentes de Correção para os Problemas de Visão

No século XVII, amplamente marcado pela Revolução Científica inaugurada com o Renascimento, tivemos mudanças de ideias e paradigmas; por exemplo, determinados princípios religiosos que buscavam explicar dados fenômenos naturais foram progressivamente perdendo espaço em provimento de um pensamento racionalizado, lógico-matematizado (racionalismo) e empírico-experimental (empirismos). É nesta perspectiva que Isaac Newton (1643-1727) iria difundir seus trabalhos sobre a óptica. As suas contribuições a este campo da Física foram inflexionadas pelos aprofundamentos analítico-científicos que fez em relação a certas teorias, pesquisas, experimentações, observações e interpretações de René Descartes (1596-1650), Walter Charleton (1620-1707), Robert Boyle (1627-1691), Robert Hooke (1635-1703) e Christiaan Huygens (1629-1695). Diante desta constatação é que Roberto de Andrade Martins e Cibelle Celestino Silva, seguindo a lição de Thomas Khun (1962), afirmam que a corrente percepção sobre Isaac Newton como um sujeito de genialidade extraordinária não deve ser postulada de forma acrítica; para eles, ele estaria incapacitado de produzir novas ideias sem antes ter estudado os pensadores antecedentes (MARTINS; SILVA, 2015).

No ano de 1666, Isaac Newton realizou experimentos com dois prismas e, como resultado, teve que no primeiro prisma cada cor do espectro não sofria mudança ou divisão; já no segundo, cada cor era desviada em um ângulo diferente. Sendo assim, em 1672, o cientista defendeu que a luz branca era a mistura de todas as cores separáveis por meio de um prisma; dessa forma, quando a luz branca refrata em um prisma ela se decompõe em todas as cores puras e elas não sofrem modificações. Ainda neste ano, Isaac Newton passou a ser reconhecido como defensor de um modelo

corpuscular da luz. E, como acreditava plenamente nesta concepção, criticou de maneira convincente o modelo ondulatório. Um fator importante no caminho de Isaac Newton foi o desenvolvimento do seu telescópio refletor. A obra mais importante sobre a óptica deste cientista é a *Opticks* (1704); neste estudo, Isaac Newton: 1) defende suas teorias anteriores; 2) apresenta a natureza corpuscular da luz; 3) e evidencia um estudo minucioso sobre os fenômenos de refração, reflexão e dispersão da luz (MARTINS; SILVA, 2015). No que tange a construção de lentes e, concatenadamente, as contribuições newtonianas para a Óptica, destacamos que os estudos, as pesquisas e as ideias de Isaac Newton sobre a otimização de lentes esféricas e não esféricas, a superação da aberração cromática e a utilização de espelhos côncavos nos telescópios foram cruciais para a feitura dos óculos:

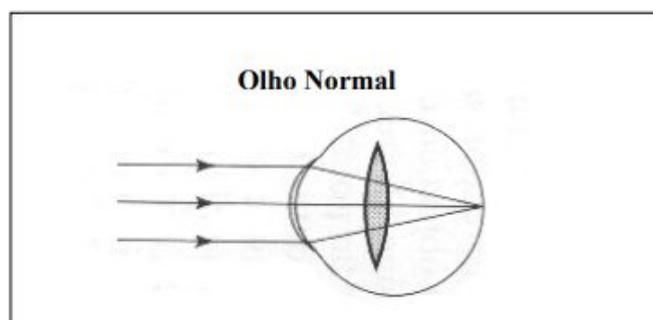
No final de 1665 ou início de 1666, já tendo estudado a *Dióptrica* de Descartes, que analisava a refração em superfície curvas com diferentes formas geométricas, Newton começou a se dedicar a tentativas de polimento de lentes com formas não esféricas, conforme registrado num caderno de anotações. Todas as lentes efetivamente utilizadas para óculos, telescópios e microscópios tinham superfícies esféricas, pois estas são as mais fáceis de produzir. No entanto, elas não produzem imagens pontuais de uma fonte luminosa pontual - uma imperfeição que costuma ser chamada de "aberração esférica". Utilizando lentes com superfícies parabólicas ou hiperbólicas esse problema poderia ser superado, conforme mostrado por Descartes. No entanto, produzir lentes com superfícies bem polidas e que tivessem exatamente essas formas era um problema técnico difícil. Embora procurasse desenvolver tais lentes não esféricas, Newton percebeu que elas não poderiam produzir telescópios perfeitos, por causa de outro problema. Já que cada cor estava associada a uma refração diferente, a posição do foco de uma lente dependerá da cor da luz utilizada; nenhuma lente poderá produzir uma imagem pontual se a fonte luminosa emitir luz branca. Esse problema - que costuma ser denominado "aberração cromática" - é independente daquele que Descartes havia tentado resolver. Esse tipo de problema não existe, no entanto, no caso do fenômeno de reflexão da luz. Portanto, se fosse possível construir um telescópio que utilizasse um espelho côncavo, em vez de uma lente objetiva convergente, a aberração cromática poderia ser superada. Essa é a ideia básica subjacente ao telescópio refletor que Newton desenvolveu, cerca de dois anos depois (MARTINS; SILVA, 2015, p. 4202-18).

Para entender a constituição física dos óculos primeiramente é preciso um estudo sobre o olho humano, órgão provedor do fenômeno da

visão. Nele há estruturas complexas, que em seu bom funcionamento possibilita que o procedimento da visão ocorra de forma adequada, caso contrário, o sujeito terá que dispor do auxílio de óculos para correções de defeitos da visão. Nesse sentido, Nishida (2012), expõe que “a sensibilidade à luz ocorre em estruturas denominadas máculas, mas para se enxergar, isto é, para se ser capaz formar imagem é necessário adicionalmente um sistema de lentes. Esse órgão óptico é coletivamente denominado olho” (NISHIDA, 2012, pg.85). A instituição *A Retina Portugal* (2018), oferece informações sobre como ocorre o fenômeno da visão:

Quando se olha para um objeto, são refletidos raios de luz desse objeto para a córnea, que é onde se inicia o milagre do processo que entendemos como visão. Os raios de luz são refratados e focados pela córnea, cristalino e vítreo. A função do cristalino é a de fazer com que esses raios sejam focados de forma nítida sobre a retina. A imagem daí resultante apresenta-se invertida na retina. Ao atingi-la, os raios de luz são convertidos em impulsos elétricos que, através do nervo óptico, são transmitidos para o cérebro, onde a imagem é interpretada pelo córtex cerebral (A RETINA PORTUGAL, 2018, *online*).

Figura 1 – Esquema de um olho normal.

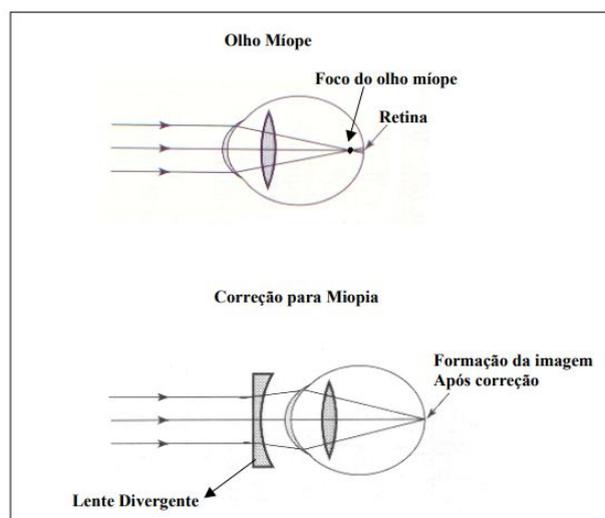


Fonte: LORITE E CESCATO (2004, p.4).

Há vários casos em que a imagem não se forma de maneira correta, quando isso acontece o indivíduo é diagnosticado com problemas de visão, sendo os mais comuns: miopia (dificuldade de enxergar de longe) e hipermetropia (dificuldade de enxergar de perto). Em uma pessoa normal, o globo ocular é esférico, mas em pessoas portadoras de miopia e hipermetropia ocorre a mudança no formato do globo ocular. Desse modo,

as lentes dos óculos variam de acordo com o grau da deficiência visual. Uma pessoa portadora da miopia apresenta um globo ocular com uma deformidade, possui um formato mais oval no sentido horizontal. O plano de formação das imagens (onde ocorre a formação das imagens) encontra-se antes da retina. As pessoas com essa deficiência ao observarem um objeto enxergam uma imagem borrada, pois, o ponto de nitidez nesse caso situa-se antes da retina e o feixe de luz quando se encontra na retina não forma um ponto, mas sim uma mancha. Para corrigir este defeito são utilizadas as lentes que deslocam o plano imagem, de tal forma que os raios ao invés de se cruzarem antes da retina, passam a se cruzar sobre ela. Os raios ao adentrarem no olho (através da pupila), serão um pouco menos convergentes, por causa da refração ocorrida na lente. Portanto para o tratamento da miopia é necessário o uso de lentes divergentes.

Figura 2 – Ilustração de um olho míope e sua respectiva correção com lente.

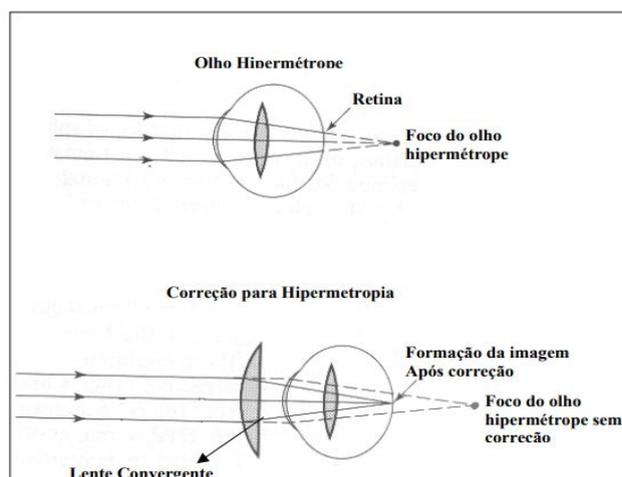


Fonte: LUCILA e CESCATO (2004, p. 6).

No caso da hipermetropia o globo ocular é mais ovalado no sentido vertical, e as imagens acabam sendo formadas além da retina. Para corrigir este problema são utilizadas lentes de tal maneira que os raios ao

adentrarem no olho sejam mais convergentes para que a imagem se forme sobre a retina. Para o tratamento da hipermetropia são utilizadas as lentes convergentes.

Figura 3– Ilustração de um olho com hipermetropia e sua correção com a lente.

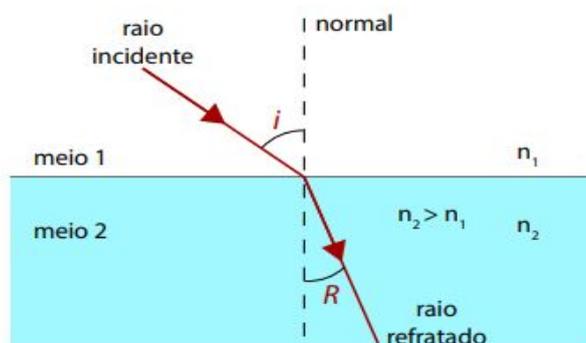


Fonte: LUCILA e CESCATO (2004, p. 5).

Mas como a lente faz esse processo? O responsável por isso é o fenômeno da refração. Por causa desse fenômeno, quando a luz se propaga do ar para o material da lente dos óculos, ela sofre um desvio, convergindo ou divergindo, dependendo do tipo de lente. Considere agora a seguinte situação que representa o comportamento de um feixe de luz ao incidir do ar para outro meio com índice de refração diferente:

[...] um raio de luz monocromática propagando-se de um meio de índice de refração n_1 para outro meio com maior índice de refração, n_2 . Seja i o ângulo de incidência. Devido à refração na interface dos dois meios, o raio incidente dá origem a um raio refratado que se propaga no segundo meio. O raio refratado forma com a normal um ângulo R , denominado ângulo de refração (PAIVA, 2014, p.1).

Figura 4 - Feixe de luz incidindo em meios distintos.



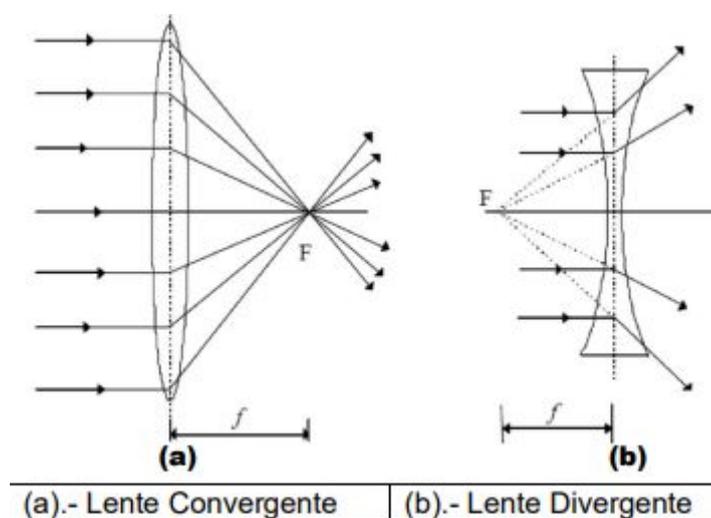
Fonte: PAIVA (2014, p. 1).

A lei que fundamenta a refração da luz é a Lei de Snell-Descartes, sendo de extrema importância para entendermos o funcionamento das lentes. Ela informa que o ângulo de refração e incidência tem que se relacionar da forma: $n_1 \sin(i) = n_2 \sin(R)$. “Assim, se $n_2 > n_1$, então $\sin(R) < \sin(i)$, resultando $R < i$. Portanto, para incidência oblíqua da luz, quando esta passa de um meio com menor índice de refração para outro com maior índice, o raio luminoso aproxima-se da normal” (PAIVA, 2014, p.2). Nesse sentido, segundo Raboni (1993), vemos que:

As lentes usadas em óculos são sempre construídas com materiais de índices de refração maiores que o do ar, meio no qual serão utilizados. Numa lente de vidro, acrílico e outros materiais comumente utilizados na fabricação de lentes corretivas, como o índice de refração do material do qual é feita a lente é maior do que o índice de refração do ar, ao entrar na lente o raio de luz se aproxima da normal, e ao sair dela o raio se afasta da normal (RABONI, 1993, p.57).

Desta forma, quando o raio de luz passa de um meio menos denso para outro mais denso, como por exemplo, do ar para a lente convergente, a luz vai em direção da normal e converge. Já quando um raio de luz passar do ar para uma lente divergente, a luz irá se afastar da reta normal, assim ela diverge. Observe o processo na figura a seguir:

Figura 4 – Raios na lente convergente e divergente:



Fonte: Adaptado de UFU (p. 1).

Estes conhecimentos científicos ligados à Física Óptica são como é possível observar nas explanações acima, difíceis de serem acessados e assimilados, tanto pela comunidade em geral, quanto para o alunado imerso no sistema educativo formal em nível fundamental, médio superior. Eles, por mais que requeiram um nível de abstração e de capacidades cognitivas avançadas, circunscrevem todo o sentido da construção dos óculos, assim como de outras artefatos tecnológicos que cotidianamente utilizamos de modo conectado com nossas necessidades de adaptação, de entretenimento e de bem-estar. Para se tornarem interessantes, mecanismo fundamental à sua compreensão efetiva, é preciso torná-los dialógicos, inteligíveis e conectados à realidade e à vida dos indivíduos. Sendo assim, empreender um ensino científico amplamente contextualizado, de preferência que promova uma ruptura com relação a essa visão “celebrativa” de ciência que tanto criticamente analisamos, é fundamental. É nesse sentido que desenvolveremos o próximo tópico deste artigo como um subsídio, exemplificativo, a este processo.

O IMPACTO SÓCIO-CULTURAL, POLÍTICO, ECONÔMICO E CIENTÍFICO DOS ÓCULOS

O surgimento dos óculos como uma tecnologia de saúde utilizada por pessoas com problemas vinculados a visão não proporcionou apenas a ampliação do desenvolvimento científico da Física Óptica, mas também o desenvolvimento de aspectos econômicos, políticos e socioculturais de muitas sociedades moderno-capitalistas. Em dado momento da história anterior à forja dessa valiosa ferramenta, as pessoas que apresentavam problemas de visão eram vistas como: 1) incapazes de exercer atividades vinculados à sua existência de modo mais autônomo; 2) e inábeis no processo de obtenção de subsistência por meio da realização e atividades laborais (trabalho). Essa é uma das contribuições da invenção dos óculos: a inserção de pessoas com problemas de visão no mercado de trabalho. Essa integração de novos sujeitos aos ambientes de produção econômico-material da vida se deu em dois sentidos: A) pessoas que puderam começar a trabalhar pois, agora, enxergam corretamente; B) indivíduos que passaram a trabalhar mais pois, com o passar dos anos e com a corrente perda da visão, tiveram a oportunidade de prolongar suas atividades laborais graças ao uso desta tecnologia. Logo, isso provocou o crescimento de vários setores econômicos por aumentar a produtividade dada pelo emprego de um trabalhador mais preparada, capacitado e competente fisicamente e, para além disso, pelo surgimento de novas profissões relacionadas a confecção de lentes e armações para os óculos.

De acordo com Dantas e Lins (2006), de ferramentas unívoca para a solução de problemas de visão empregado no campo da saúde, os óculos têm tido muitas funcionalidades voltadas à moda como um adereço, um marcador social, uma demarcador de *status*, um definidor de individualidade que, de certa forma, diálogo com questões culturais latentes intrínsecas à sociedade capitalista na qual estamos inseridos:

O indivíduo atual, através dos óculos, além de adquirir maior conforto visual, e conseqüentemente, melhor qualidade de vida, também pode se sentir mais bonito e mais elegante. Até pouco tempo atrás, as pessoas ainda tinham vergonha de usar seus óculos em público, mesmo considerando que esse acessório poderia contribuir na construção da imagem de um indivíduo inteligente. Isso dificultava o

trabalho dos médicos, que prescreviam as lentes no intuito de ajudar o paciente a enxergar melhor (DANTAS; LINS, 2006, *online*).

Os primeiros modelos de óculos não seriam utilizados como ornamentos em relação ao *design* que apresentavam. Conforme os óculos melhoram em sua estruturação e funcionalidade, conseqüentemente, geram um novo olhar dos profissionais que se relacionam em seu estudo e construção. De ferramentas para auxiliar a visão, os óculos foram desenvolvidos de maneira a diversificar sua funcionalidade. De lentes comuns a óculos escuros com lentes polarizadas, os óculos têm sido melhorados de maneira a suprir a necessidade dos seres humanos que vão desde dimensões físicas, até padrões estéticos.

No aspecto político, destaca-se o Programa Olhar Brasil (2007) que busca “identificar problemas visuais em alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental, na população acima de 60 anos de idade e em cidadãos de qualquer idade que frequentem os cursos do projeto Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação – parceiro do Ministério da Saúde na iniciativa” (GOVERNO DO BRASIL, 2017). Esse programa tem a finalidade de identificar problemas de visão que são uma das causas do mau desempenho de estudantes da rede de ensino. As pessoas que participam desse programa “têm direito, além dos exames necessários para o correto diagnóstico de suas condições, a novos pares de óculos nos casos em que é constatado erro no grau das lentes corretivas. Nos casos de maior complexidade, os médicos do Olhar Brasil fazem o devido encaminhamento do paciente a centros de referência” (GOVERNO DO BRASIL, 2017). Mas por quais razões essa é uma questão política? Se pensarmos que a universalização da saúde, materializada em nossa Constituição de 1988 de no Sistema Único de Saúde (SUS), garante à população brasileira, direitos à saúde por meio de ações desempenhadas pelo Estado Brasileiro, observamos que o fornecimento de óculos para pessoas com déficits de visão é uma política pública relevante que hoje compõe os serviços oferecidos pelos SUS, garantindo assim, maior qualidade de vida ao povo

brasileiro (o que infere, inclusive, no desempenho laboral e educacional desse segmento social e, como já salientamos, educação, trabalho e saúde são balizas indispensáveis ao desenvolvimento coerente de nosso país).

Nos aspectos econômicos a invenção dos óculos fez surgir uma quantia de especialidades laborais: 1) como os oftalmologistas que prescrevem os tipos de lentes de acordo com as necessidades médicas do indivíduo/paciente¹²; 2) como os metalúrgicos que desenvolvem as armações metálicas; 3) como os surfassagistas que, por sua vez, é o trabalhador de laboratório ótico que faz o polimento e desgastes da lente até obter o grau desejado. A preparação de profissionais que se direcionam ao estudo e à solução de problemas relacionados à visão por muito tempo enfrentou dificuldades por conta de contextos socioculturais que impediam seu crescimento. Cientificamente, destaca-se que o estudo acerca das lentes propiciou não apenas a correção de problemas de visão como sua empregabilidade foi direcionada ao uso em equipamentos de guerra por propiciarem a visualização de objetos a grandes distâncias e, conseqüentemente, teve sua utilização voltada ao desenvolvimento da astronomia (como já havíamos afirmado na parte deste texto dedicado à registrar a história ligada à constituição dos óculos).

CONCLUSÃO

¹² Dentro do ramo da saúde há um conjunto amplo de responsáveis pelo restabelecimento de uma visão saudável por meio dos óculos. O oftalmologista é o médico ocupado por diagnosticar e tratar as doenças do sistema visual. Esse profissional precisa cursar de medicina e fazer uma residência em oftalmologia. Já a Ortóptica é uma segmentação da oftalmologia. Por sua vez, ela avalia o paciente, fornece as medidas de seus desvios oculares e da reeducação dos olhos em caso de problemas da visão binocular (estrabismo). A Ortóptica quantifica e qualifica as anomalias da visão e seus distúrbios, além disso, ela delimita e constitui, concomitantemente a um diagnóstico, terapias para a reabilitação da visão. Sendo assim, o ortopista desempenha a sua ação no diagnóstico, na terapia e na reabilitação dos olhos e, conseqüentemente, da visão. A Optometria liga-se à atividade profissional que, através do exame dos olhos, determina falhas de refração e preceitua lentes e/ou terapias apropriadas (sem drogas ou tratamentos cirúrgicos). A Optometria age por fora do globo ocular e focaliza suas forças no "sentido da visão", ajustando deste modo, miopias, hipermetropias e astigmatismos. Sem almejar a cura do globo ocular (função da medicina), o optometrista não desenvolve diagnósticos de doenças ou prescreve drogas. Ele irá emitir a "fórmula para óculos" (conhecida comumente como "receita") e prescreverá exercícios ortópticos.

Embora já utilizadas para atividades como leituras, as lentes percorreram um longo período até que fossem aplicadas diretamente para a correção de problemas da visão de modo correspondente ao empregado na contemporaneidade. Sendo assim, é um equívoco pensar que toda ferramenta tecnológica tenha surgido justamente após o estabelecimento de uma descoberta ou conhecimento científicos. Nessa direção, a utilização dos óculos, tal como a compreendemos hoje, foi otimizada por meio de avanços ligados à Física Óptica e, nesse sentido, foi uma necessidade essencialmente humana que determinou tal otimização. Por vezes, dentro de uma perspectiva “celebrativa acerca da ciência”, portanto, dados artefatos tecnológicos, indispensáveis a nossa existência, são oriundos, univocamente, de descobertas científicas pontuadas/engessadas na história. No caso dos óculos, os mesmos já haviam sido constituídos milenarmente antes de se apresentarem, dinamizados pelos conhecimentos ópticos, ao nosso extensivo consumo.

Nos bancos escolares, tem-se abordado o entendimento da ciência de maneira estanque, ou seja, desconsiderando contextualizações importantes que visam dinamizar e complexificar seu entendimento. Realizar essa dinamização e complexificação é necessário para, contemporaneamente, compreender que o sentido da existência humana engendra outros processos para além do consumo insustentável das mais variadas tecnologias cientificamente testadas e produzidas (tecnologias comunicacionais, alimentares, medicamentosas, de locomoção, de entretenimento, etc.). Esse processo só é possível, de acordo com a abordagem aqui colocada, por meio de uma perspectiva crítica acerca da ciência, suas potencialidades e suas consequências. É nessa direção que podemos afirmar que a perspectiva aqui adotada é convergente com aquilo que Wildson Luiz Pereira dos Santos afirma no artigo “Educação Científica Humanística em Uma Perspectiva Freireana: Resgatando a Função do Ensino de CTS” (2008):

O objetivo central do ensino de CTS na educação básica é promover a educação científica e tecnológica dos cidadãos, auxiliando o aluno a construir conhecimentos, habilidades e valores necessários para tomar decisões responsáveis sobre questões de ciência e tecnologia na sociedade e atuar na solução de tais questões (SANTOS, 200, p. 112).

Essa “criticidade necessária” só pode ser edificada por meio de uma reflexão que minimize essa “perspectiva celebrativa” acerca da ciência ancorada, atualmente, em nosso senso comum e nos espaços formais de constituição do conhecimento presentes em nossa sociedade. Isso não significa, de modo algum, negar a importância da ciência, especialmente no processo de fornecer maneiras mais eficientes de os indivíduos subsistirem, viverem e se adaptarem aos meios físicos-naturais e sociais nos quais eles estão inseridos; pelo contrário, devemos destacar essas contribuições e, junto disso, começar a indagar: 1) quais os sujeitos responsáveis por elas?¹³; 2) quais os impactos ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais que essas contribuições gerarão?¹⁴; 3) quem, hoje, pode usufruir delas?¹⁵; 4)

¹³Por exemplo, quando pensamos no advento da mineração no Brasil durante o século XVIII aludimos, na maioria das vezes, para o trabalho desbravador dos bandeirantes que percorreram o interior do nosso país sem, com isso, rememorar/considerar a ação desenvolvida em solo brasileiro de negros escravizados que vieram do Continente Africano repletos de saberes e tecnologias articuladas à extração de metais e pedras preciosas. Ou ainda, não lembramos que os números, tal como os usamos contemporaneamente, resguardam correspondência gráfica e usual com a forma que os egípcios, no Egito Antigo também imerso no Continente Africano, realizavam seus cálculos matemático se faziam suas representações numéricas do mundo (FONTANA; GOMES, 2018).

¹⁴ Exemplificadamente, pense na confecção de calças jeans e observe que são utilizados cerca de 550 litros d’água no processamento de cada peça; mesmo sabendo que esse procedimento barateia e massifica o uso desta roupa é inegável e problemático o seu impacto ambiental. Pense no fenômeno da “geração cristal” formado por crianças que, desde cedo, possuem mais interação com celulares, televisores e tablets – recursos comunicacionais formidáveis e indispensáveis atualmente – do que com outras pessoas, forjando assim, transformações culturais e sociais irreversíveis à humanidade. Pense na produção de alimentos engendrada pela Biologia Genética (geneticamente modificados) e pela Química (defensivos/agrotóxicos); para a maioria dos tecnólogos agrícolas e dos agrônomos, esse procedimento é fundamental para ampliar a produção de gêneros alimentícios, afinal, é necessário manter “pujante” a produção de alimentos para toda a população; todavia, não podemos negar que essa atividade afeta: 1) em termos econômicos, o sistema produtivo de nosso país; 2) em termos políticos, os interesses de muitos agricultores brasileiros que buscam, anualmente, o aumento de seus lucros mediante a ampliação de suas produções (além de incentivos – empréstimos e amortizações – junto ao Estado Brasileiro); 3) em termos ambientais, a poluição do ar, a eliminação da fauna e da flora nativa, o desmatamento, a contaminação dos lençóis freáticos e o envenenamento/intoxicação dos indivíduos; 4) em termos culturais, destacam-se transformações alimentares que – para além do consumo de alimentos altamente processados industrialmente – estarão correlacionadas ao mercado fornecedor de

elas auxiliam no desenvolvimento humano ou geram segregação e exclusão social?¹⁶; 5) elas suprem as necessidades dos indivíduos ou, pelo contrário, geram em nos sujeitos mais e mais necessidades?¹⁷.

Usualmente, a abordagem “histórico-contextualizada” da ciência em nossos bancos escolares, especificamente aquela empreendida no âmbito do Ensino das Ciências Exatas e Naturais, restringe-se ao “contar” de historietas fantásticas e à hipostasiação de nomes famosos detentores de uma genialidade descomunal, tais como: Albert Einstein, Isaac Newton e Galileu Galilei. Sem engendrar os conhecimentos científicos ensinados aos processos contextuais aos quais eles foram engendrados (tanto os de contexto de produção, quanto os sociais, econômicos, políticos e culturais), ratifica-se correntemente uma visão problemática de ciência restrita/inacessível, estática, neutra, exterior e objetiva, quando, na verdade,

produtos alimentícios, sendo assim, os alimentos que tiveram uma “boa safra” ou “um ano de boa produção” serão mais baratos e estarão mais disponíveis, dando às classes populares, “aquilo que comprar” em detrimento dos produtos que não são o foco da agroindústria ou que, por diversos motivos, sofreram alguma “quebra” naquele período.

¹⁵A produção de alimentos, atualmente, é orientada por conhecimentos científico-tecnológicos de “ponta” que, em nível cavalariço, ampliam a produção de gêneros alimentícios por todo o globo. Mesmo assim e mundialmente falando, sabemos que a fome ainda é latente. Como sabemos, este problema não se dá pela escassez de alimentos, mas sim: 1) pela não distribuição racionalmente orientada dos mesmos considerando princípios morais e éticos; 2) pelos mecanismos econômicos que regulam o mercado (numa crise de superprodução, para se manter o mercado “vivo”, o Estado Brasileiro em 1930, queimou milhões de sacas de café). De modo semelhante, podemos analisar o uso dos medicamentos e ações clínicas mais sofisticados hoje existentes para o tratamento das mais variadas doenças. Dependendo do remédio/princípio ativo, do exame e do tratamento, quem poderá pagar por eles e, com isso, prolongar a sua vida?

¹⁶ Nas instituições escolares, o uso de tecnologias comunicacionais está sendo, vertiginosamente, estimulado se articulado aos processos de ensino/aprendizagem nas mais variadas áreas do conhecimento e em todos os níveis de formação. Todavia, nem todos os educandos possuem condições de terem um computador, um celular ou um tablete com as configurações necessárias à execução de dadas atividades escolares. Além da frustração por não acessar tais recursos tecnológicos, observamos que esse processo pode levar ao acometimento de níveis sociais de segregação e de exclusão.

¹⁷ Um exemplo claro disso vincula-se, atualmente, ao uso de celulares e dos aplicativos intrínsecos a ao funcionamento deles. Um celular deveria suprir, mas isso não ocorre efetivamente, as nossas necessidades comunicacionais ligadas ao contato com outros indivíduos localizados longinquamente de nós (seu desígnio fundamental e para o qual foi criado). Junto deles estão os aplicativos que, para que eles funcionem e desempenhem centenas de atividades, precisam ser consumidos, criando deste modo, novas necessidades. Posteriormente, nos acostumamos com dados aplicativos e sistemas operacionais que são “atualizados” e não mais suportados pelos celulares antigos que tínhamos. Sendo assim, para solucionar esse problema, compramos um novo celular.

o uso da mesma deveria ser extensivo, a sua transformação deveria ser almejada e o seu entendimento mais dilatado do que isso. Por vezes, os manuais peritos e os livros didáticos ratificam essa percepção “deficitária” de ciência, requisitando dessa forma, que os professores despertem a “criticidade” de seu alunado considerando outras estratégias no processo de ensino aprendizagem.

De maneira germinal, esse trabalho pode ajudar nesse processo de relacionar conceitos científicos, articulados em ferramentas e tecnologias cotidianamente utilizados por nós, às dimensões contextuais que deram sustentação à construção dos mesmos. Nesse sentido, os óculos, tal como aqui o abordamos, podem funcionar como “lentes” detentoras de outra/nova funcionalidade: promover o ensino de teoremas e postulados óptico-físicos dentro de uma perspectiva mais realista de ciência, fato que consequentemente influi na quebra dessa visão que “celebra” a ciência sem, com isso, evidenciar a amplitude de suas consequências, funções e potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. *Filosofia da ciência*. 18^o Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 16^o Ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1993.

CHALMERS, Alain Francis. *O que é ciência, afinal?* Trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva: Discurso Sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista*. Trad. José Arthur Gianotti; Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DANTAS, Clarissa.; LINS, Mônica. *Óculos: acessório de saúde ou moda? II Colóquio de moda, 2006*. Disponível em: <<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202006/artigos/28.pdf>>. Acesso em: 28/04/2019.

FONTANA, F.; GOMES, A. P. Cultura negra e legado científico africano para um ensino mais dinâmico das ciências naturais: apontamentos teórico-metodológicos. In: **Revista Sociologia, Política e Cidadania**, v. 1, n. 1, jan./jul. 2018. Disponível em: <<http://www.ojs.funepe.edu.br/index.php/sociologia/issue/view/14>>. Acesso em: 26 de out. 2018.

GIANNINI, Miguel. **Óculos**. Disponível em: <<https://www.miguelgiannini.com.br/historia-dos-oculos>>. Acesso em: 25/04/2019. (Online).

GOVERNO DO BRASIL. **Saúde dos olhos**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2012/04/saude-dos-olhos>>. Acesso em 28/04/2018.

HÜLSENDEGER, M.J.V. A História da Ciência no ensino da Termodinâmica: um outro olhar sobre o ensino de Física. **Revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-21172007000200222&script=sci_abstract>. Acessado em: 24/04/2019.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 9ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1962.

LATOUR, B. & WOOLGAR, S. **A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

_____. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

LORITE, G. S; CESCATO, L. **Ótica e Problemas da Visão - Relatório Final de Instrumentação de Ensino**. Orientador: Lucila Cescato. Campinas: UNICAMP, 2004. Disponível: <https://www.ifi.unicamp.br/~lunazzi/F530_F590_F690_F809_F895/F809/F809_s em1_2004/008769_GabrielaL_Lucila_F809_RF.PDF>. Acessado em: 24/04/2019.

MARTINS, R. A; SILVA, C.C. As pesquisas de Newton sobre a luz: Uma visão histórica. In: **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 37, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbef/v37n4/0102-4744-rbef-37-4-4202.pdf>>. Acesso em: 20 de set. 2019.

MELO, A.C.S.; PEDUZZ, L.O.Q. **Contribuições da Epistemologia Histórica de Bachelard no Estudo da Evolução dos Conceitos da Óptica**. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) - Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

NISHIDA, S. M. **Sentido da visão: Apostila do Curso de Fisiologia.** Departamento de Fisiologia, Botucatu: UNESP, 2012. Disponível em: <http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Fisiologia/Neuro/08.sentido_visao.pdf>. Acessado em: 24/04/2019.

PAIVA, R. Refração da luz. *Revista de Ciência Elementar*, nº 2, Volume, 01, Edição 0039, 2014. Disponível: <https://www.fc.up.pt/pessoas/jfgomes/pdf/vol_2_num_1_39_art_refracaoLuz.pdf>. Acessado em: 24/04/2019.

PAVIANI, Jayme. **Ensinar: Deixar Aprender.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

PINCH, Trevor F.; BIJKER, Wiebe E. The social construction of facts and artifacts: or How the Sociology of Science and the Sociology of Technology might benefit each other'. In: BIJKER, WIEBE E.; HUGHES, T.; PINCH, T. **The social construction of technological systems.** London, England: The MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1987. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/030631284014003004>>. Acesso em: 24/09/2019.

PORTUGAL. **A Retina Portugal (ARP).** Institucional-Sem Autor, s/d. 2018. Disponível em: <<https://retinaportugal.org.pt/wordpress/funcionamento-do-olho/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RABONI, P.C.A. **A fabricação de um Óculos: Resgate das Relações Sociais do Uso e da Produção de Conhecimento no Trabalho.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Metodologia de Ensino à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1993. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_5acb572c637cfe36ff5fc5cfabb51ddc>. Acesso em: 24/09/2019.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira. Educação Científica Humanística em Uma Perspectiva Freireana: Resgatando a Função do Ensino de CTS. IN: **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.1, n.1, p. 109-131, mar. 2008 ISSN 1982-5153. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/37426>>. Acesso em: 24/09/2019.

TOSSATO, Claudemir Roquete. Os fundamentos da óptica geométrica de Johannes Kepler. *Scientiae. Studia*, vol. 5, nº. 4. São Paulo. Oct/Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-3166200700040003>. Acesso em: 25/04/2019.

UFU. Física Experimental IV. **Lentes Delgadas**. Universidade Federal de Uberlândia Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. (Roteiro Experimental). s/d. Disponível em: <http://www.facip.ufu.br/sites/facip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Anexos_fe4-07-lentes-delgadas.pdf>. Acesso em: 24/04/2019.

Nina Rodrigues e Canudos: Sociologia da Antropologia Criminal (1897)

Gustavo Hipolito Giaquinto¹
Wendy Cristina Giroto²

1. Graduando em Ciências Sociais e Pós-Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (FFC-Marília). E-mail para contato: hipolito.giaquinto@gmail.com.
2. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (FFC-MARÍLIA). E-mail para contato: wendygirotto@outlook.com.

Resumo

O presente texto busca abordar as condições sociais que marcaram o processo de criação do artigo “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1897) escrito por Nina Rodrigues (1862-1906). Ao evidenciar a estrutura social enquanto condição de existência, poderemos compreender a influência do contexto histórico e social sobre o produto intelectual em questão. Buscaremos apontar as evidências da emergência de novos saberes que virão se estabelecer, e como esta produção está carregada de

uma lógica compreendida hoje como racista. Contudo, além do aspecto epistemológico do texto, buscaremos apresentar dados conjecturais da sociedade brasileira no pós-abolição (1888), além das situações de vida específicas do nordeste brasileiro, permitindo uma compreensão do próprio objeto de pesquisa de Nina Rodrigues (1897), como produto destas condições. Assim, poderemos efetivar uma sociologia que agregue estrutura social e análise do discurso.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro; pensamento médico-legal; antropologia brasileira; psicopatologia.

Introdução

O pensamento médico ao final do século XIX, no Brasil, teve uma importante e expressiva atuação em disciplinar e definir o que é a sociedade brasileira. É possível identificar, no setor médico, um foro organizado de reflexão da vida social, em que os esforços teóricos deste setor podem ser indicados como uma primeira matriz do pensamento social no Brasil antecedendo a formação de diversos campos científicos, dentre eles, as ciências sociais. (ANTUNES, 1998)

Atualmente há relevantes estudos que tomam os escritos de Nina Rodrigues como expressão intelectual da transição do Império para a República. Entre eles podemos fazer menção dos seguintes autores: Mariza Corrêa (1988), Evandro C. P. Duarte (2002), Ana Maria Galdini Raimundo Oda (2003), Edmundo de Oliveira Gaudêncio (2004), Luciano Goes (2015), Naila Ingrid Chaves Franklin (2017). Neste conjunto de produções, cada pesquisador buscou em sua especificidade de formação trazer possíveis abordagens no que concerne a formação de campos científicos e seus desdobramentos sociais, tendo como objeto de análise os escritos de Nina Rodrigues.

Dentre a bibliografia previamente consultada, Mariza Corrêa (1988) é referência canônica na abordagem acerca de Nina Rodrigues. Contudo, sua autoridade origina-se de um resgate das diversas facetas de Nina Rodrigues e a “Escola Nina Rodrigues” criada posterior a sua morte. Para além de Corrêa (1988), um conjunto de pesquisadores recentemente tomaram Nina Rodrigues como objeto privilegiado de investigação. Evandro C. P. Duarte (2002), Luciano Góes (2015) e Naila I. C. Franklin (2017) são os autores que abordaram Nina Rodrigues enquanto criminólogo. Duarte (2002) se propôs a remontar o debate sobre a criminalização de etnias, a partir de autores como: Nina Rodrigues, Clovis Beviláqua e Tobias Barreto. Luciano Góes (2015) buscou analisar a conversão efetuada por Nina Rodrigues da teoria lombrosiana enfatizando o paradigma fundado pela criminologia

positiva. Demonstra como paradigma etiológico de Lombroso³, foi inserido na questão criminal. Franklin (2017) se propôs a buscar nos escritos de Nina Rodrigues os aspectos em que são interseccionados misoginia e racismo. A partir de uma epistemologia feminista, contribuiu para que o debate acerca do controle social identificasse valores masculinos na construção da antropologia criminal positiva.

Maria G. R. Oda (2003) realizou um extenso exercício analítico sobre os fundamentos teóricos de Nina Rodrigues e os seus debates travados com a comunidade médico-psiquiátrica em geral e especialmente com Juliano Moreira⁴ sobre os fundamentos da psiquiatria no Brasil.

Gaudêncio (2004) em sua tese de doutorado, investigou a gênese da terminologia bandido e criminoso. Orientado por uma abordagem pós-estruturalista, buscou realizar uma arqueologia do bandido. Apresentando os usos sociais da ciência e de terminologias que remontam ao setecento francês, pôde demonstrar como que o termo bandido passa de uma categoria particular (remetendo à criminoso político no início do século XIX no Brasil) para uma categoria geral designativa do delinquente (entre o final do século XIX e início do século XX).

O presente artigo tem como objetivo contribuir ao campo de estudo do pensamento social abordando Nina Rodrigues (1862-1906) no artigo “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939 [1897]). Para problematizar devidamente as reflexões e abordagem de Nina Rodrigues (1939 [1897]), é necessário realizar as devidas contextualizações dos conjuntos de mudanças ocorridas no território nacional. Portanto, o leitor entrará em contato com o discurso mobilizado por Nina Rodrigues (1939 [1897]) sendo situado ao contexto em que o nosso objeto de análise emerge: “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939[1897]).

³Cesare Lombroso (1835-1909) foi médico e professor universitário italiano que fundou e difundiu em meados dos anos 70 do século XIX o ideário biodeterminista aplicado ao campo de estudos da criminalidade.

⁴Segundo Oda e Dalgalarrodo (2000), Juliano Moreira (1873-1933) é reconhecido frequentemente como fundador da psiquiátrica enquanto disciplina no Brasil. Tendo tido uma atuação incisiva na discordância da tese da degeneração do povo brasileiro à mestiçagem.

O trabalho analisado passa por uma narrativa histórica de Canudos e biográfica da vida de Antônio Maciel (antes de ser reconhecido por Antônio Conselheiro), nos termos da psicopatologia e da antropologia criminal. É nesse sentido que pretendemos apresentar ao leitor como foi construído aquilo que talvez seja o primeiro manifesto que criminalizou e patologizou a população de Canudos (Belo Monte), sendo este um movimento emblemático de luta pelo direito ao solo, habitação, trabalho e dignificação da vida cotidiana no contexto do sertão nordestino.

Metodologia: forjando ponto de contato entre Sociologia do conhecimento e Arqueologia do saber

Para o desenvolvimento da pesquisa contamos com o apoio metodológico de Mannheim em "Ideologia e Utopia" (1952). Mannheim (1952) realiza contundentes apontamentos sobre a formação das análises epistemológica e psicológica das ideias, onde, inicialmente, fora negligenciado o fator social. Compreendendo que as análises epistemológicas e psicológicas surjam em um momento do declínio da ordem social medieval, e na aurora dos valores burgueses, indica a coerência dos valores liberais com a compreensão individualista da realidade. Ao apontar que a negligência da esfera social obstrui a compreensão da natureza do pensamento, primaremos pelo reconhecimento do caráter social do conhecimento para compreensão das ideias de uma época (MANNHEIM, 1952 p. 29). Portanto, ao aproximarmos a esfera social da particularidade de Nina Rodrigues (1939 [1897]) firmamos a nossa perspectiva histórico sociológica, nos afastando de uma abordagem epistemológica ou psicológica do conhecimento.

A compreensão da relação entre teoria social e prática política está subsidiada pela compreensão das práticas discursivas em suas redes enunciativas. Portanto, os conceitos de formação discursiva e suas regras de formação, postulado por Foucault em "Arqueologia do saber" (2010)⁵,

⁵ "No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem,

serão ferramentas úteis para compreender o modo de organização das ideias expressas por Nina Rodrigues (1939 [1897]). A relação que se estabelece entre os resultados teóricos e a prática instrumentalizada de saberes.

Ao estabelecer relação entre linguística e as ciências sociais tendemos a romper com cisões entre linguagem e sociedade histórica. A análise do discurso redimensiona o objeto discursivo, em suas formas de saber, enquanto práticas disciplinares. Recortaremos os instrumentos científicos (conceitos, pressupostos, objetos, temas, etc.) como meio de interpretação da prática de saberes de controle social do final do século XIX. Aplicando os recortes aos escritos de Nina Rodrigues (1939 [1897]), tornaremos a reposicioná-lo ao nível das suas condições de existência (ORLANDI, 1994).

A relação tríplice entre teoria, objeto e prática social apoia-se de forma mútua e complexa permitindo uma pesquisa do pensamento social, da prática científica e da estrutura social. Estas são as condições necessárias para que possamos efetivar uma sociologia do conhecimento colonial que agrega o estudo da estrutura social com a análise do discurso.

Contexto: o sertão de Canudos

A mobilização dos movimentos abolicionistas da década de 1880, frente ao modelo produtivo escravagista, tensiona a eclosão de conflitos urbanos e rurais com maior veemência. Estudos como o de Maria Helena Machado (1994), dedicado à história social da escravidão, demonstra que mesmo os negros na condição de escravo não deixavam de resistir frente ao poder senhorial, aumentando a apreensão frente ao temor de um conflito étnico ou até mesmo de classe, mesmo que não existisse condição para tal, como pondera Florestan Fernandes (1965). Portanto, o temor da

correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade". Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva." (FOUCAULT, 2010, p.43)

improdutividade na agricultura e da revolta de escravos e libertos contra os senhores brancos, que tal abolição poderia acarretar, tinha como resposta a importação de mão-de-obra europeia que cumpriria a dupla tarefa de trabalhar e trazer uma cultura de paz pelo branqueamento da sociedade brasileira (HOFBAUER, 2006).

Em relação a especificidade do contexto nordestino⁶, acreditamos que há diversas situações de grande relevo ao final do século XIX que poderiam ser elencadas, especialmente no que tange as condições climáticas⁷, mas para os fins deste artigo elencaremos apenas: a utopia popular de Belo Monte⁸, conhecida também por Canudos.

Em 1893, Belo Monte é erguida pelas mãos do povo sertanejo, sem imposto, sem polícia do governo e com condições de trabalho iguais. Em um quadro pós-abolição, Antônio Conselheiro que andava pelos sertões pregando a palavra do Senhor questionando a legitimidade do poder clerical e das posses latifundiárias, agora passa a administrar a nascida cidade portadora de sentimentos comunitários. Belo Monte chamou a atenção das autoridades locais pela atratividade nas condições de vida cotidiana. Como consequência, foi difamada, sendo inclusive conhecida por Canudos (CHIAVENATO, 1988). Até onde nos consta a origem do nome reside

⁶ Para falarmos em termos de nordeste é de importância realizarmos contornos sociais, históricos e culturais. A ideia da região *nordeste* no Estado brasileiro nasce entre o final do XIX e início do século XX em meio a uma contraposição a regiões tidas de caráter cosmopolita como São Paulo e Rio de Janeiro. Os critérios para construção de identidades regionais no território nacional centrava-se na condição e aspecto do: desenvolvimento urbano, saneamento básico, composição etnológica, biomas que compõe a paisagem e condições climáticas (especialmente eventos de crises climático-ambiental) que compõe o território brasileiro (cf. de Castro Neves, 2012, p.8-12).

⁷ "Para que se possa ter uma ideia dessa calamidade, basta lembrar que só no Ceará, cuja população total era de pouco mais de 800 mil habitantes, morreram cerca de 60 mil pessoas de fome, sede e varíola e outras 60 mil tiveram que abandonar a província se deslocando para a Amazônia, onde tinha início o ciclo da borracha. O gado bovino, principal fonte de proteína, foi praticamente dizimado, estimando-se que morreram mais de 600 mil cabeças. O mesmo ocorreu com o gado miúdo (cabras, ovelhas, etc.) de que se alimentava população pobre. Durante esses dois anos, hordas imensas de flagelados chegavam sem cessar ao litoral, vales e serras férteis onde se podia tentar escapar a morte. Tais locais – como o vale do cariri, no sul do Ceará – evidentemente não estavam preparados sob nenhum aspecto para receber um reforço populacional tão grande" (DÓRIA, 1981, p. 30-31).

⁸ Visando o enxugamento da pesquisa para fins de artigo não iremos nos debruçar acerca da vida cotidiana em Belo Monte. Para mais informações cf. Muniz (1978) e Cunha (1984 [1902]).

antes mesmo a constituição de Belo Monte (1893). Segundo o testemunho de um sacerdote, dado produzido e publicizado por Euclides da Cunha (1984[1902])⁹, tal região (que antes era apenas uma “fazenda velha”) era habitada desde 1876 por pessoas altamente armadas, além disso, a população local era adepta ao consumo constante e excessivo de álcool e fumo em cachimbos de barro feitos com canudos extensos. Tais tubos eram naturalmente fornecidos pelas “solanáceas” (ou em outros termos canudos-de-pito) à beira rio (CUNHA, 1984[1902] p.190; MONIZ, 1978, p.40-41). Essas informações indicam uma ambiguidade de sentidos na expressão Canudos: um remete a um elemento característico do ambiente natural e a outra estabelece a relação do sentido a um perfil de pessoas que habitaram aquela região.

Além da difamação, sofreu três ataques militares, sucumbindo na quarta expedição em abril de 1897. Como se não bastasse o assassinato em massa da população local, Antônio Conselheiro, já falecido por doença dias antes do último confronto, foi desenterrado e teve a cabeça decepada para que se pudesse identificar o corpo e para exames de perícia médica (autópsia) (CHIAVENATO, 1988). Com o fim de impedir o desenvolvimento da fé em Antônio Conselheiro e seu legado histórico, o crânio foi oferecido pelo médico chefe da expedição, major Dr. Miranda Cúrio, para o então preparador de medicina legal Dr. Sá Oliveira¹⁰ e Raymundo Nina Rodrigues. Como resultado da perícia avaliaram o crânio como normal. Tal resultado não impediu que Nina Rodrigues diagnosticasse novamente¹¹ Antônio

⁹Tal informação encontra-se na parte II: O Homem, especialmente no capítulo V, no primeiro subtópico: Canudos: antecedentes. A reconstrução da antecedência do local por Cunha (1986[1902]) já visa produzir traços estigmatizantes. A começar que buscou fundar um mito de origem a partir da perspectiva de uma autoridade moral religiosa. Ao documentar a explicação de um Padre que na época era Vigário de Cumbe, definia que aquela região nomeada sob a expressão “Canudos” está escamoteado a história de homens infames. Negando o reconhecimento daquele território sob a rubrica de Belo Monte constituída em 1893.

¹⁰ Até o momento não obtivemos informações detalhadas sobre quem foi Dr. Sá Oliveira. Seu nome aparece no testemunho de Nina Rodrigues cf. Nina Rodrigues, 1939(1898), p. 88.

¹¹ O resultado corrobora a avaliação inicial, escrita no artigo de 1897: “Cremos que a loucura do chefe desta turba foi suficientemente demonstrada em nosso estudo precedente, que advoga com eloqüência o diagnóstico de uma psicose sistematizada primitiva, do delírio crônico de Magnan, pelas circunstâncias seguintes: a longa duração do delírio, suas transformações em fases bem distintas, a sistematização delirante perfeita, as alucinações do alienado.” (RODRIGUES, 1939 [1898], p.88).

Conselheiro como portador de “delírio crônico de evolução sistemática” (RODRIGUES, 1939[1898], p.89). Neste artigo de 1897 o exame realizado por Nina Rodrigues teve como objeto de investigação a história individual de Antônio Conselheiro. Foi a partir de uma inspeção dos registros e informações existentes de Antônio Conselheiro que Nina Rodrigues pôde criar quadros de um pseudo “agravamento da doença”.

Belo Monte em sua situação de guerra e paz é um evento que marcou a história e a memória do país sob a rubrica de Canudos. Vale ser colocado que todo o século XIX no Brasil foi atravessado pela preocupação com ordenamento social. Sobretudo no início do século XIX, em que a preocupação primeira decorria da possibilidade da abolição da escravidão. Com o decorrer do século, os conflitos étnicos entre escravos/libertos versus senhores era um horizonte comum, um componente sensível e temerário que rondava a sociedade colonial, sobretudo, em seu período pré-abolição. (ODA, 2006; AZEVEDO, 1987).

Pensamento Social: Nina Rodrigues

É no Brasil do século XIX que há também a emergência de estudos sistemáticos sobre higiene e saúde pública. Os pareceres médicos frente ao poder soberano, após a institucionalização das Faculdades de Medicina no Brasil em 1832, mais precisamente, no Rio de Janeiro e na Bahia, passam a constar a obrigatoriedade da consulta a especialistas médicos por parte do poder jurídico sobre ocorrências cotidianas. A profissão médica no Brasil passa a cumprir uma missão de governança da vida e controle dos costumes da sociedade. (SANTOS FILHO, 1947) Aqui passa a se delinear a efetivação do controle social pelo discurso da saúde pública. O poder central, que controla a formação dos profissionais médicos, se ramifica pelo corpo social, sendo este um marco da modernização e mudança de paradigmas na forma de controle urbano da sociedade civil brasileira.

O presente artigo buscou elencar ao leitor os principais elementos acerca da lógica racialista expressa no escrito: “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939[1897]). Vale ser

ênfatisado que a “A loucura das multidões: Nova Contribuição ao Estudo das Loucuras Epidêmicas no Brasil ” (1939[1898]) é um artigo de grande importância que dá continuidade aos desdobramentos teóricos contidos na “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939[1897]).

Para a compreensão discursiva é necessário estar a par do tempo dos artigos. O artigo de 1897 foi publicado em novembro na Revista Brasileira (ano III tomo XII), porém, escrito durante a última expedição em que Canudos ruiria. No entanto, o artigo de 1898 foi publicado e escrito após a ruína de Canudos, tendo Nina Rodrigues acesso ao crânio de Antônio Conselheiro para aplicação técnica da craniometria.

No que se refere à densidade teórica, é expressivamente mais significativo o escrito “A loucura das multidões: Nova Contribuição ao Estudo das Loucuras Epidêmicas no Brasil” (1939[1898]), tanto em número de páginas quanto a elementos e referenciais teóricos mobilizados. Mesmo assim, selecionamos o artigo “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939[1897]) por ser uma reflexão integralmente voltado a situação de Belo Monte (Canudos), coisa que o artigo de 1898 não oferece com tanta atenção. Ao colocarmos em foco o artigo “A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os Jagunços” (1939[1897]), as categorias: jagunço, atavismo, epidemia, fetiche, sugestão e multidão se apresentaram fundamentais para sua análise. Essas são categorias chaves para compreender a abordagem de Nina Rodrigues (1897) sobre a população sertaneja, e em especial, a população de Belo Monte dentro dos termos da antropologia criminal e da psicopatologia.

A narrativa biográfica está dividida em três estados mentais, ou três fases estruturantes de uma “psicose primitiva” que progressivamente vai sendo agravada cristalizando seu “delírio” e tornado-se elemento ativo¹² de

¹² O uso da expressão elemento ativo e elemento passivo é usado por Rodrigues (1897/1898) para indicar a participação dos sujeitos que foram acometidos por loucura a um nível epidêmico. O elemento ativo no caso é referente a Antônio Conselheiro por ser portador de uma “psicose sistematizada primitiva e delírio crônico de Magnan”. Enquanto que o elemento passivo é referente aos “jagunços”. Estes em princípio tem uma predisposição a serem afetados pelo elemento ativo por serem portadores de instintos guerreiros, atávico, oferecendo um conteúdo social e político a loucura do elemento ativo, desencadeamento

uma epidemia de loucura. Para Nina Rodrigues as progressivas fases de psicose expressam claramente o fator social na sua loucura (RODRIGUES, 1939[1897], p.43). Primeira fase: é constituído até a sua internação na Bahia. Nesta primeira fase, uma série de ocorridos são indicados como evidências dos primeiros esboços da organização do delírio crônico sob a forma do delírio de perseguição, nestas evidências estão implicados surtos episódicos de agressão a familiares e repetidas mudanças de região para habitação. Por uma questão de limitação das fontes para se remontar a história individual de Antônio Maciel, o autor não se debruça tanto sobre essa fase, mas indica a suma importância que ela representa para a constituir sua loucura caracterizada por uma maior intensidade de atritos familiares, em que consistia uma fase inicial de loucura hipocondríaca.; Segunda fase: acometido de delírios crônicos e alucinações, Antônio Maciel encontra no batismo, após penetrar nos sertões da Bahia (1876), o início da sua carreira de missionário se dedicando ao ascetismo cristão, revelando uma “coerência lógica do delírio na transformação da personalidade”, passando de Antônio Maciel para Antônio Conselheiro. Pregando contra o luxo, entrando em conflito direto com maçons e alguns vigários, “anormaliza” a vida cotidiana da população sertaneja os levando a uma situação que Rodrigues (1897) chama de “vida errante e de comunismo”. Esta fase encerra-se com a sua prisão no Ceará. Até onde nos consta, Conselheiro foi suspeito de ter sido criminoso na sua província de origem mas no texto não há indicação do que seja à acusação.; A terceira fase caracteriza-se pelo desdobramento do delírio religioso após sua libertação, especialmente com o advento da República em 1889. Rodrigues (1897) justifica que a constituição da República representou para Conselheiro um feito daqueles que são seus adversários, e sua reação seguiu contra a emergente forma de governo. As grandes reformas promulgadas pela república nascente, tais como separação da Igreja do Estado, secularização dos cemitérios, casamento civil, etc, estavam talhadas de molde a justificar essa identificação (RODRIGUES, 1939 [1897], p.45).

de uma loucura das multidões. (RODRIGUES, 1939[1897],p.49)

Segundo Nina Rodrigues, há uma adequação do delírio de Antônio Conselheiro junto à convivência com os jagunços (sendo este o elemento passivo que sofre influência de sua loucura) fornecendo certa coerência ao estado psicótico. As manifestações epidêmicas da loucura necessariamente devem passar por três momentos básicos, grosso modo são: 1º A existência de um elemento ativo delirante, que necessariamente se impõe. A imposição delirante produz um efeito na multidão que reage coordenando o estado de loucura. 2º convivência prolongada entre o espírito delirante e normal. 3º o “contágio” se efetiva em fatos ocorridos em temores do passado e esperanças futuras comuns.

Em Canudos representa de elemento passivo o jagunço que corrigindo a loucura mística de Antônio Conselheiro e dando-lhe umas tinturas das questões políticas e sociais do momento, criou, tornou plausível e deu objeto ao conteúdo do delírio, tornando-o capaz de fazer vibrar a nota étnica dos instintos guerreiros, atávicos, mas extintos ou apenas sofreados no meio social híbrido dos nossos sertões, de que o louco como os contagiados são fiéis e legítimas criações. Ali se achavam de fato, admiravelmente realizadas, todas as condições para uma constituição epidêmica de loucura (RODRIGUES, 1939 [1897], p.49).

Vale atentar para a observação que se seguiu na citação anterior, em especial ao termo “atávico”. O conceito de atavismo é norteador para a compreensão de humanidade operada pelo médico-antropólogo. O atavismo não se apresenta enquanto doença, mas como propriedade do ser. Sendo esta propriedade o que constitui a etnia de uma população, não sendo passível de um tratamento de cura, mas de atenuar, quando convém, estes instintos por dispositivos eugênicos ou por instituições que possam garantir a ordem social. Contudo, apesar deste assunto ser de grande relevância, não pretendemos nos alongar mais sobre este ponto. Mas o que se coloca é a “qualidade atávica do mestiço”, que emerge nas condições de guerra. O que se supõe é um instinto belicoso herdeiro de uma tradição conflituosa em que a violência é sua natureza.

Duas categorias se apresentam de suma importância no texto: fetiche e sugestão. A noção de fetiche foi muito usada no texto “A loucura epidêmica de Canudos” de 1897, enquanto a noção de sugestão mal aparece. Colocamos a noção de sugestão em evidência, para que possamos melhor entender o que está sendo compreendido por epidemia nesta

psicologia coletiva do final do século XIX, por esse motivo acreditamos ser válido recorrer ao texto “A loucura das multidões” de 1898. Começamos pela noção de fetiche contida em Nina Rodrigues (1897).

O fetiche, ou fetichismo religioso, é uma categoria primordial para o entendimento do processo lógico operado por Nina Rodrigues (1897):

Decorrem desta concepção crenças populares que se transformam em obstáculos insuperáveis à aplicação regular das medidas sanitárias profiláticas. A população de cor despreza a vacina porque está convicta de que o melhor meio de abrandar a cólera do orixá é fazer-lhe sacrifícios que consistem em lançar nos acantos das ruas em que ele habita a sua iguaria favorita – milho estalado em azeite de dendê (RODRIGUES, 1939 [1897], p.53).

Esta posição nos remete a uma observação efetuada por Levi-Strauss (1989), que nos vem mais como uma indicação metodológica, de um erro comum da antropologia clássica em posicionar o conhecimento mágico e seus rituais em uma relação evolutiva ao conhecimento científico moderno, no qual, a magia acaba por se se apresentada como “a infância” e a ciência moderna a “maturidade” do pensamento. Para Rodrigues (1897), independente da crença da população ser de matriz africana ou cristã, o que está em questão são os “jagunços” em seus retardos evolutivos. O que está posto é a incorporação inadequada da cultura ocidental por parte da população sertaneja, especialmente em relação ao sistema político e a religião cristã, tida no texto como a religião mais avançada dentro do processo evolutivo social. Ocorre que, segundo Nina Rodrigues (1897), é que a população sertaneja adéqua o cristianismo as suas “capacidades cognitivas”, obtendo um produto fanático da religiosidade.

Esta forma de encarar as relações religiosas suprimem a possibilidade de uma compreensão não-etnocêntrica das fusões ocorridas, reduzidas a uma “imaturidade” étnica. Pressupõe-se, segundo Nina Rodrigues (1897), um espírito “infantil e inculto” cuja crença de uma população, supostamente de puro fetichismo, acaba por possuir força na orientação de suas condutas cotidianas.

A noção de fetiche foi usada para formar as bases deste enunciado: “Alimento a suposição de ter demonstrado com fatos que a população brasileira como é puramente fetichista ainda mesma na afirmação das suas

crenças católicas" (NINA RODRIGUES, 1939 [1897], p.54). Assim, esse aspecto fetichista se alinha ao nível de multidões. Para a compreensão deste processo, o uso da categoria sugestão toma peso para que se possa efetivar uma análise psicológica da coletividade de Belo Monte (Canudos). Tal categoria é usada na compreensão da associação psicológica entre Antônio Conselheiro (elemento ativo da loucura) e a população sertaneja (elemento passivo) (NINA RODRIGUES, 1939 [1897]). Amparado pela literatura de pensamento europeu, Nina Rodrigues (1898) entra no debate com os grandes teóricos sobre o tema e enuncia que a constituição de uma multidão passa necessariamente pelo contágio mental de ideias por sugestão coletiva.

A sugestão é compreendida como fator associativo o qual necessariamente transmite um conteúdo (não sendo exclusivamente violento). O estado de multidão não libera a condição atávica do ser, mas tornam intempestivas as emoções. O que se coloca é precisar o limite do louco enquanto minoria junto a movimentos populares, onde estados transitórios de loucura são formados, a partir das intensidades emocionais (NINA RODRIGUES, 1939 [1898], p. 65-71). A loucura de Antônio Conselheiro, contagia os "predispostos", emociona seus fiéis, e agrega o substrato de uma sociedade.

Conclusão

Para Nina Rodrigues (1897), o Jagunço é um produto etnológico particular dos sertões nordestinos, sendo este o mestiço específico do sertão que manteve aspectos da virilidade e ascendência silvestre, seja indígena e/ou negra. O caráter indomável e o gosto da vida nômade do índio são caracteres presentes no Jagunço; o instinto guerreiro foi o que mais se afinou às convicções monárquicas de Antônio Conselheiro. Nina Rodrigues (1897) faz o seguinte diagnóstico: "A população sertaneja é e será monarquista por muito tempo" (NINA RODRIGUES, 1939 [1897], p.51).

Ora, a constatação nada mais advém do paralelo evolucionista de história política para com a evolução social. A linearidade de Nina

Rodrigues (1897) funde a história política à das fusões étnicas. Suprimindo a complexidade das relações históricas e religiosas, suprimindo as condições de vida no enaltecer da essência primitiva étnica, Belo Monte deixa de ser um movimento histórico-social de evidente luta pelo direito ao solo e condições igualitárias de vida para se tornar uma insurreição fetichista religiosa.

Ao observar a pretensa reflexividade antropológica e psicopatologicamente orientada de Nina Rodrigues nos foi possível observar essencializações projetadas dentro de um discurso científico. Reproduzindo e atualizando essencializações e tecnologias de dominação que fundaram a violenta sociabilidade escravocrata colonial. (PELS, 1997, p.172).

Pode-se verificar que a produção de conhecimento para ser compreendida, exige que posicionemos o texto ao seu contexto. Este estudo nos permitiu compreender a intrínseca relação entre: a estrutura social da nascida República (1889), em seus aspectos da saúde e segurança, e as ferramentas conceituais de produção teórica da sociedade brasileira operada por Nina Rodrigues (1897/1898).

O caso estudado por Nina Rodrigues (1897/1898) não é abordado exclusivamente em seus aspectos fisiológicos, há considerações dos fatores sociais. Contudo, os trabalhos de Nina Rodrigues (1897/1898) buscam demonstrar o caráter antissocial de uma população étnica acometida por uma doença, sendo o meio social a produção do conteúdo delirante.

Nina Rodrigues (1897/1898) ressalta em sua análise o negro e o indígena enquanto seres dotados de racionalidade e fecunda inteligência, porém são limitados em relação ao branco. Afasta assim, a ideia do atavismo enquanto causa, e o aloca, enquanto mais um fator. Contudo, ao concluir, o fator biológico suprime diversas considerações do meio social diante do postulado da degenerescência humana culpabilizando o Estado por não tutelar esta etnia não responsável sobre si.

A prática da análise clínica em que Nina Rodrigues está amparado, confunde os domínios do biológico e do comportamento social. As

consequências desta lógica o conduz tomar a população sertaneja em parâmetros de anormalidade social, chegando a uma conclusão de degenerescência social e étnica. A aposta em um erro de percepção, embebido de uma medicina fisiológica, o qual confunde aspectos físicos que não possuem correspondência alguma ao comportamento e a constituição da mente humana. O que nos dá maior evidência em concluir que o método é pautado em superstições e princípios lógicos racialistas. Para finalizar, vemos a emergência de uma “criminologia científica” na medida em que métodos, práticas de pesquisas e conceitos tradicionais às superfícies das projeções científicas da biologia, antropologia, sociologia, psicologia e psiquiatria se entrecruzam dentro de uma temática comum, as condutas antissociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES J. L. F. *Medicina, Leis e Moral: Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, SP, 1998.
- AZEVEDO, C. M. M.de. *Onda Negra e Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- CORRÊA, M. *As ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP:EDUSF, 1988.
- CHIAVENATO, J. J. *As lutas do povo brasileiro: do descobrimento a Canudos*. São Paulo, Moderna, 1988.
- DE CASTRO NEVES, Frederico. *O nordeste e a historiografia brasileira*. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 6, n. 10, p. 6-24, 2012.
- DÓRIA, C. A. *O cangaço*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1981.
- DUARTE, E. C. P. *Criminologia & racismo: introdução à criminologia brasileira*. Curitiba, Juruá, 2002.
- DA CUNHA, E. (1902) *Os Sertões*. São Paulo: Três Livros e fascículos, 1984.
- FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo,

Dominus Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

FRANKLIN, N. I. C. RAÇA, GÊNERO E CRIMINOLOGIA Reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da criminologia positivista de Nina Rodrigues. Dissertação (Mestrado em Direito) Coordenadoria de pós-graduação, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2017.

FRANTZ, F. Os condenados da terra. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro, Editora civilização brasileira S.A., 1968.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 7ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010.

GAUDÊNCIO E. de O. Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia: arqueologia do bandido. Tese (Doutorado em Sociologia) Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Federal da Paraíba– UFPB. Campina Grande, PB, 2004.

GÓES, L. A “TRADUÇÃO” DO PARADIGMA ETIOLÓGICO DE CRIMINOLOGIA NO BRASIL: UM DIÁLOGO ENTRE CESARE LOMBROSO E NINA RODRIGUES DA PERSPECTIVA CENTRO-MARGEM. Dissertação (Mestrado em Direito) Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, SC, 2015.

HOFBAUER, A. Uma história de branqueamento ou O negro em questão. São. Paulo, Editora Unesp, 2006.

LEVI-STRAUSS, C. O Pensamento Selvagem. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, Papirus, 1989.

MACHADO, M. H. O Plano e Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MANNHEIM, K. Ideologia e Utopia: Introdução à sociologia do conhecimento. Tradução de Emilio Willems – 2ª ed. Rio Grande do Sul, Livraria do Globo, 1952.

MONIZ, E. A Guerra Social de Canudos. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.

NINA-RODRIGUES, R. A loucura epidêmica de Canudos In: As coletividades anormais (organização, prefácio e notas de Artur Ramos), Rio de Janeiro,

1939.

____. *A loucura das multidões* In: *As coletividades anormais* (organização, prefácio e notas de Artur Ramos), Rio de Janeiro, 1939.

____. (1902) Atavismo psíquico e paranoia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 766-789, dezembro 2009

____. (1903). A paranoia nos negros: estudo clínico e médico-legal. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 161-178, jun. 2004 (parte 1); v. 7, n. 3, p. 131-158, set. 2004 (parte 2); v. 7, n. 4, p. 217-239, dez. 2004 (parte 3).

ODA, A. A. I. *A Guerra das Raças: Estudo do pensamento social brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília, SP, 2006.

ODA, A. M. G. R. *Alienação Mental e Raça: A psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues*. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP, 2003.

ODA, A. M. G. R.; DALGALARRONDO, P. *Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico*. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-179, Dec. 2000. Acesso: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15164446200000040007&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Aug. 2018.

ORLANDI, E. P. *Discurso, Imaginário social e Conhecimento*. Brasília: Em aberto, ano 14, n.61, jan./mar. 1994

PELS, P. *The Anthropology of Colonialism: Culture, History, and the Emergence of Western Governmentality*. *Annual Review of Anthropology*, vol. 26, 1997, pp. 163–183.

PIMENTEL, M. P. *Breves notas para uma história da criminologia no Brasil*. *Revista Faculdade de Direito UFG*. v.4 n.2 p.231-240, jul/dez. 1980.

SANTOS FILHO, L. *História da Medicina no Brasil: Do século XVI ao século XIX*. São Paulo, Brasiliense LTDA, 1947.

Os Usos Políticos do Conhecimento: A Fundação FHC à Frente dos Think Tanks Brasileiros

Sandy Stephany Gomes de Oliveira

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Associada ao Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento - GPSECC.

E-mail: ssgo.oliveira@gmail.com.

Resumo

Busca-se neste artigo fazer uma breve revisão bibliográfica sobre os Think Tanks, discutindo sua conceitualização ainda em disputa, de modo a apresentar como a Fundação FHC se caracteriza neste quadro conceitual como um Think Tank brasileiro. A análise inscreve-se na tentativa de caracterizar os Think Tanks partindo da análise, ainda que

breve, de como a Fundação FHC se insere no espaço em disputa pelos Think Tanks brasileiros, através da tipificação de suas atividades institucionais e da formação dos quadros intelectuais que constituem sua expertise. Por último, indaga-se como a Fundação FHC dialoga e sela associações com outras esferas do poder.

Palavras-chave: Think Tanks; Fundação FHC; expertise; campo do poder

1. A definição dos Think Tanks como um desafio conceitual

A literatura incipiente sobre os *Think Tanks* brasileiros apresenta a necessidade de um profundo debate sobre as organizações, atentando-se ao papel desempenhado por elas na atualidade em diferentes esferas do poder. Este artigo busca fazer uma breve revisão bibliográfica sobre os *Think Tanks*, apresentando, ainda que brevemente, suas principais características e o dissenso pela definição do conceito. Ainda, indagar-se como a Fundação FHC² se insere no espaço em disputa pela legitimidade dos *Think Tanks* brasileiros.

Neste sentido, é possível constatar momentos históricos dos quais emergem essas organizações tipificadas como *Think Tanks*. São oriundas das primeiras organizações civis privadas que reuniram especialistas de forma autônoma, “consoante com o espírito progressista e científico que passou a predominar no início do século XX nos Estados Unidos” (ROCHA, p. 97, 2017). Apresenta em comum a característica de serem fundadas em momentos de transformações sociais do espaço político, econômico e social apresentando-se como formas de associações entre experts e sociedade civil.

Para Dickson (1975), ao analisar os *Think Tanks* norte-americanos, apontou como essas organizações podem influenciar o governo através do uso de pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico. Ainda, ao realizar um estudo da gênese dos *Think Tanks* americanos, verificou que o trabalho destas entidades é realizado desde o século XIX, isto é, apontam a origem dos “centros de pensamento”, como intitula sua obra, como instituições que têm sua criação nos Estados Unidos anterior ao período pós-guerra. Já em um momento posterior, no final dos anos 1980, observa-se o início da proliferação dos *Think Tanks* na América Latina. Para Bellettini (2006), os *Think Tanks* na América Latina possuem relação causal com a expulsão de intelectuais das grandes universidades, por parte dos regimes ditatoriais vigentes no período nos países do Cone-Sul. Neste período

² O artigo é resultado da pesquisa desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

ocorreu a formação da Corporación de Estudios para Latinoamérica (CIEPLAN), no Chile, e a criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), no Brasil. A peculiaridade do CEBRAP reside na articulação de intelectuais brasileiros nos anos 1960, entre eles Fernando Henrique Cardoso.

Os *Think Tanks* caracterizam-se, de forma geral, pela produção e análise de políticas públicas denominadas “*policy analysis*” e podem defender causas ou formular políticas dentro de um espectro de interesses (SECCHI & ITO, 2016). Constituem-se, ainda, em fundações civis, públicas ou privadas, que nascem da tentativa de influenciar a dinâmica política a partir de estratégias específicas, isto é, a atuação no processo de criação, implementação e defesa de políticas públicas partindo da demanda de tomada de decisão dos gestores públicos na interlocução com o conhecimento especializado técnico-científico (MATTOS, 2015).

Para Soares (2009), a atuação dos Think Tanks permeia o conjunto de ação nos estágios de definição da agenda, na seleção, implantação e ainda a avaliação de políticas públicas, ou seja, o “ciclo de políticas públicas”. Tais instituições podem ser consideradas como pontes do mundo acadêmico para o mundo prático. Ainda, “os think tanks se caracterizam hoje (e desde 1973) por sua produção de ideias e pela tentativa de influenciar as formações de opinião e pensamento dos agentes, no tocante à formulação de políticas públicas”. (SILVEIRA, p. 21, 2013). Assim,

Surgidos no início do século XX, os think tanks são organizações de renomada reputação científica. Sua missão: buscar soluções para os problemas da humanidade onde quer que eles estejam. Para tanto, atuam nos mais diversos campos da ciência - da Economia aos Direitos Humanos, da Ecologia às Relações Internacionais, da Política à Saúde Pública - think tanks estão onde estão os problemas (LIMA, p. 16, 2010).

Ademais, os *Think Tanks* possibilitam que idéias relevantes sejam transformadas em opinião pública na orientação de uma ação efetiva, isto é, a possibilidade de visibilização de temáticas pertinentes a um espectro

de interesse ou na defesa, dada na circulação de idéias produzidas nestes institutos em instrumentos acadêmicos como *papers* e revistas científicas. Isso significa que, de modo indireto, podem afetar as políticas públicas, como produtoras de conhecimento especializado técnico-científico. Também podem ser produzidos materiais com divulgação de forma simplificada e massificada dos produtos, como livros e eventos ou produções midiáticas como reportagem e entrevistas. Consoante, Mattos (2015) afirma que são organizações de poder de influência em programas partidários, partindo de seu caráter tecnicista e na formação de quadros intelectuais. Também, possível pensar que esses institutos estão em concorrência por estratégias de “marketing de ideias” (ABELSON, 2006, p. 77). Posto isto, para Dixon (1999) o trabalho realizado pelos *Think Tanks* está na intervenção da “batalha das ideias”, isto é, a concorrência e a disputa pela legitimidade da análise das políticas públicas.

Ainda, podem ser considerados instituições de elite, pois sua existência é constituída através de um corpo especializado que se caracteriza pela detenção e usos de recursos limitados aos demais atores sociais. Isto é, os atores sociais que caracterizam os *Think Tanks* são a *expertise* que possui a legitimidade e a competência política³. Segundo Bourdieu (2008):

A competência técnica depende, fundamentalmente, da competência social e do sentimento correlato de ser estatutariamente fundamentado e convocado a exercer essa capacidade específica, portanto, a detê-la, por intermédio da propensão para adquiri-la que é a função da capacidade e da necessidade socialmente reconhecidas para proceder a tal aquisição (BOURDIEU, 2008a, p. 382-383).

Assim, os *Think Tanks* são organizações que possuem o controle da técnica e da organização do conhecimento. Para Balfour (2017), os *policymakers* manipulam essas instituições fornecendo políticas governamentais com legitimidade, isto é, de forma que determinadas

³ “Competência política pode ser definida como aptidão para ordenar um campo político homogêneo pela aplicação de um sistema de classificação (e de um sistema de discursos em torno dessas classificações)” (BOURDIEU, p. 158, 1985).

produções sejam já pré-concebidas por grupos notórios de interesses. Torna-se então o agente, principalmente aquele caracterizado e reconhecido como *expert*, elemento crucial para a constituição e a atuação das organizações caracterizadas como *Think Tanks*.

O primeiro desafio conceitual é verificar a ampla atividade que caracteriza os *Think Tanks*, a associação com outras esferas produtoras de conhecimento como universidades e centros de pesquisas permeia as atividades dos Think Tanks, mas também grupos de defesa de interesses como partidos e organizações de advocacy. Para Hauck (2016), tal verificação é um desafio metodológico, já que os usos do conceito de *Think Tanks* pode ser “político” na perspectiva oportunista de usufruir da credibilidade que tais instituições possuíram, assim:

Muitas vezes, grupos de interesse e/ou partidos políticos se afiliam a think tanks, que, ainda que cunhem esse nome, são, de fato, organizações comprometidas com interesses específicos de grupos ou partidos, tornando mais difícil a diferenciação destas com os think tanks. (HAUCK, p. 39, 2016)

Neste sentido, a concepção de um “mercado de idéias” torna-se crucial para entender como esses institutos se legitimam como precursores de um conhecimento necessário e aplicado, isto porque “seus produtos são imateriais, mesmo quando dizem respeito a inovações tecnológicas: são ideias, são conceitos tangíveis apenas por seu suporte físico – antes, restrito ao papel; agora, portados também em forma digital” (SILVEIRA, 2013, p.16). Para Teixeira (2009) a própria existência dos Think Tanks apenas se justifica na possibilidade de inteligibilidade das ideias no mundo real, desta forma, se dá a construção argumentativa para a aplicação das ideias. São institutos em concorrência pela divulgação de ideais, ademais são organizações que estruturam suas estratégias pelo fluxo que cada instituição pode ter nas esferas acadêmicas, midiáticas e econômicas.

2. A Fundação FHC como um Think Tank brasileiro

Deste modo, na variedade de tipologia das organizações *Think Tanks*, há organizações que se associam a figuras públicas com intuito de homenagem a esses agentes. A classificação desses institutos emerge na literatura principalmente nos anos da década de 2000. Ainda que seja de pouca recorrência na literatura, os *Vanilly Think Tanks* se caracterizam principalmente pelo uso do nome de seus patronos, delegando como representante ou usufruindo da visibilidade que a figura pública possui. No caso brasileiro pode-se citar a Fundação Fernando Henrique Cardoso (Fundação FHC).

A Fundação FHC possui sua gênese como Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) no ano de 2004 com a prerrogativa da tentativa de preservação da memória e dos recursos documentais do ex-presidente e da antropóloga e esposa Ruth Cardoso. Conforme exposto por Novaes (2014), o então Instituto FHC origina-se semelhante à estrutura das *Presidential Libraries*, um sistema integrado de documentação presidencial estadunidense, como maneira de organizar e deixar público a série de documentos e outros materiais referentes aos dois mandatos de Governo FHC (1995-2002) que constituem o acervo material.

Ainda, para Novaes (2014) a Fundação FHC origina-se na possibilidade de preservar a memória da vida política e intelectual de Fernando Henrique Cardoso, ressaltando a atuação política e de produção simbólica do mesmo. Consoante, para Garcia (2004) ao longo da trajetória política de FHC, há a instrumentalização da imagem do intelectual, isto é, a mobilização dos recursos próprios do campo acadêmico com finalidades políticas, como ocorreu nas eleições presidenciais de 1994 já que foi postulado a defesa e legitimidade do sociólogo como presidente⁴.

Atualmente a Fundação FHC é reconhecida pelo *Global Go To Think Tanks Reports*⁵ como um influente Think Tank brasileiro, incidindo nos

⁴ António Firmino da Costa, « Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo e o político », *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], 72 | 2013, posto online no dia 13 maio 2013, consultado no dia 15 outubro de 2018. URL : <<http://journals.openedition.org/spp/1152>>

⁵ O Global Go To Think Tank Index Report é um Ranking é realizado pela "Think Tanks and Civil Societies Program (TTCS)" ligado a Universidade de Pensilvânia e considerado "o Think Tank dos Think Tanks". Neste rankeamento, os Think Tanks são classificados a partir de

ranqueamentos anuais promovidos pela *Think Tanks Civil Program*, uma organização Think Tank ligada à Universidade de Pensilvânia. Além disso, a Fundação se auto intitula como um Think Tank brasileiro usufruindo deste qualitativo em sua caracterização e divulgação de atividades.

3. Percursos Metodológicos

Para Thomas Medvetz (2012), no estudo de maior relevância sobre os *Think Tanks* no cenário internacional apresenta uma nova possibilidade de análise dos institutos *Thinks Tanks* como organizações híbridas dispostas em um “*campo intersticial*”, isto é, um “sub-espço” existente pela mobilização de várias formas de recursos de capitais (políticos, econômicos, acadêmicos, midiáticos, etc), de forma a utilizar diversas formas de capitais estrategicamente na disputa pela disseminação de ideias. Dialogando com a Teoria dos Campos de Bourdieu, compreende-se a ação destas instituições pela caracterização de um espaço que lhe é próprio, isto é, relativamente autônoma com linguagem específica, e suas crenças e regras que delimitam as coisas materiais e simbólicas (BOURDIEU, 1989), isto por que:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair o absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não como geralmente se julga reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1989, p. 69).

Ainda, Medvetz defende que a existência dos Think Tanks se deriva na dependência desses recursos e nas disputas travadas em cada campo de atuação, principalmente no campo político, econômico, acadêmico e midiático. Assim, todo instituto é passível de ser localizado em uma

uma tipologia que mensura o grau de influência nas políticas públicas, números de publicações, impacto midiático, rede de articuladores, acessibilidade, entre outros indicadores.

estrutura social que se inter-relaciona com a produção de conhecimento e na regulação da circulação desse conhecimento.

Caracterizando a Fundação como uma organização híbrida é passível em localizá-la em um espaço multidimensional, ou seja, compreender o jogo dinâmico a que as organizações *Think Tanks* realizam. Isto decorre da própria composição plural destas organizações que se situam em um espaço de encontro entre os campos políticos, burocrático, econômico e midiático (MEDVETZ, 2012). Ademais, é compreender os espaços de concorrência que essas instituições, principalmente a Fundação FHC, estão localizadas e qual a relevância que possui no ciclo de políticas públicas e cenário político brasileiro.

Para Abelson (2006) esse processo requer uma investigação complexa dos processos sociais que os *Think Tanks* estão envolvidos, isto porque sua atuação é diversa. Para o autor, os *Think Tanks* só podem ser medidos em sua capacidade de influenciar visões e atitudes públicas. Como então construir indicadores eficazes? Ainda para o autor, isto significa medir a influência em políticas públicas. Para isso, deve-se se atentar aos atores que estão inseridos nos processos de formulação e validação das mesmas. Neste sentido, faz-se necessário atentar-se aos agentes sociais presentes na Fundação FHC.

Retomando Medvetz, a relevância da associação e filiação é altamente importante para a atuação dos *Think Tanks*. Neste sentido, a articulação com instituições de conhecimento tais como universidades e centros de pesquisa apontam para um fortalecimento do corpo especializado dos *Think Tanks*. Vale ressaltar que a credibilidade da instituição é formada pelos recursos acadêmicos que detêm muitas vezes realizadas com pesquisas colaborativas, fortalecendo seu quadro de expertise e a credibilidade científica da instituição.

Ainda, de forma intrínseca, o que está implícito na construção da relevância acadêmica e da influência dessas organizações é também a capacidade de captar recursos de financiamento. Para Hauck (2016), os recursos podem ser obtidos tendo como principal fonte de fomento o governo, financiamento privado por doação de empresas, fundações

internacionais, partidos e movimentos sociais, ou ainda na venda de serviços e produtos (como ocorre nos Think Tanks que realizam pesquisas por encomendas). A relação entre financiadores e apoiadores é associada aos objetivos finais de cada Think Tank. Desta forma, para atender a singularidade da Fundação FHC, foi compreendida a necessidade de atentar-se aos agentes sociais ali presentes, principalmente ao quadro referente à *expertise*, isto porque, iniciando com análise de seu patrono, o sociólogo antes do presidente, o legado de político e intelectual é eternizado nas ações da Fundação FHC. Ainda, foi possível verificar um “tipo ideal”⁶ de *expert* da Fundação FHC que possivelmente oriente a análise de atuação da Fundação frente aos demais Think Tanks brasileiros.

Deste modo, o recurso da análise documental possibilitou a construção de um quadro de atividades, de modo a classificar as ações realizadas pela organização desde sua criação. Pode-se verificar o diálogo estabelecido por cada atividade, isto é, atividades que articularam a expertise típicas do universo acadêmico e setores da sociedade civil. Foram tipificadas as produções materiais como livros, artigos e relatórios de atividade que foram assumidos como indicadores da produção acadêmica da Fundação FHC. Também foi mensurada a citação dos agentes associados a Fundação FHC em produções midiáticas como entrevistas e artigos jornalísticos e verificadas as formas de captação de recursos e apoiadores da Fundação. Por último, o uso da etnografia apresentou a possibilidade de vislumbrar os códigos de sociabilidade ali forjados com a realização de visitas ao instituto.

4. Conclusão

Com a finalidade de compreensão da Fundação FHC como um Think Tank, foi preciso conceber a instituição como um *locus* híbrido de produção e disseminação de conhecimento. Ademais, o corpo especializado atribuído

⁶ O ‘tipo ideal’ de acepção weberiana nos ajuda a verificar a disposição desses agentes, isto é, uma construção teórica analítica. WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). Weber – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.

a essa ação, ou seja, o *expert* é aquele dotado de competência técnica e política, capaz de produzir classificações simbólicas segundo sua posição de produtor simbólico na estrutura social. Neste sentido, a ação dos Think Tanks é voltada para a contemporaneidade, isto porque atendem as demandas da atualidade na tentativa de solucionar problemas sociais.

Partindo da abordagem relacional e reflexiva (BOURDIEU, 1985), compreende-se a atuação dos Think Tanks como ações travadas em concorrências com demais instituições em torno da legitimidade das ideias e do poder de intervenção na realidade social. Para isso, os Think Tanks usufruem da detenção de capital simbólico, isto é, dos recursos passíveis de concorrência em “lugar que se enfrentam os detentores de capital, entre outras coisas sobre taxas de câmbio entre as diferentes espécies de capitais” (BOURDIEU, p.262, 2014).

a. Os usos políticos da Fundação FHC

Assume-se neste artigo que Fundação FHC nasce da premissa da organização de um quadro intelectual. Ainda que parte dos estudos já realizados afirme a gênese da Fundação FHC apenas à função arquivista, faz-se presente a manutenção de atividades de produção e divulgação de conhecimento já no primeiro ano de criação da Fundação, mesmo que esta seja dada em pouca frequência. Ademais, Novaes (2014) já apontava como a Fundação FHC faz a manutenção do legado histórico do ex-presidente. Neste sentido, o desempenho da Fundação FHC é pertinente com as diversas tipificações da literatura existente sobre os Think Tanks. Ainda que haja o dissenso nesta bibliografia de referência, a gama de atividades oferecidas pela Fundação possibilita forte inserção em diversos campos sociais destinada aos grupos de interesses distintos.

Quanto dos usos políticos da Fundação FHC, o que se verifica é a articulação de um núcleo pessoal de Fernando Henrique Cardoso constituído em sua trajetória acadêmica e política. Condizente com a análise de Garcia (2004), a trajetória deste agente inicia-se na consolidação do sociólogo antes do presidente, do intelectual antes do político, compreendendo-o como “herdeiro político” de uma genealogia familiar

participativa de grandes eventos históricos brasileiros. Assim, a Fundação FHC delega ao seu patrono a possibilidade de atuação política e intelectual.

b. O perfil da *Expertise*

Ainda, verificou-se o perfil sociodemográfico dos *experts* ali presentes, isto é, dos sócio-fundadores e sócios vitalícios, importantes para a gênese da Fundação e a manutenção financeira da organização. Apresenta-se o quadro de agentes predominantes do sexo masculino, com variação de faixa etária entre 50 a 80 anos de idades e predomínio de origem geográfica na região sudeste do Brasil. São agentes que possuem alta escolarização internacionalizada com trajetórias em cargos públicos e dentro da Universidade, além de titulações como prêmios acadêmicos e presença em associações como Academia Brasileira de Ciências.

Pode-se verificar o uso de capitais políticos e acadêmicos em sua *expertise*, i.é, o uso de credenciais como cargos públicos e políticos, além da chancela de titulações acadêmicas dos representantes da Fundação FHC. A mobilização de um corpo credenciado de *experts* é presente na caracterização dos Think Tanks. Assume-se neste artigo que a Fundação FHC, através da chancela de sua *expertise*, realiza a inserção nas demais esferas do poder, típica da disputa pelo campo do poder, ou seja, “lugar que se enfrentam os detentores de capital, entre outras coisas sobre taxas de câmbio entre as diferentes espécies de capitais” (BOURDIEU, p.262, 2014).

c. O conhecimento técnico-científico

Quanto a proposta de mensurar a influência da atuação da Fundação FHC, foi possível mensurar o número de publicações e produções acadêmicas, de eventos e seminários produzidos e a recorrência do quadro intelectual ali presente ao longo de dez anos de funcionamento, do Instituto FHC até sua mudança do estatuto legal para Fundação. Através da análise documental, verificou-se produções acadêmicas desde o primeiro ano de fundação da organização. Foram catalogadas publicações de artigos, livros e ebooks, assim como eventos como seminários e debates. Pode-se verificar a prevalência de temáticas que foram acopladas em quatro eixos: políticas

públicas, política econômica, Estado e democracia e arquivologia.

Ainda que não foi possível estabelecer a relação e o diálogo que a Fundação FHC realiza com os *policymakers* – agentes diretamente relacionados ao processo de formulação de políticas públicas – ressaltam-se a presença de agentes que possuem trajetória em cargos públicos como ex-representantes do quadro burocrático do Estado fazendo-se presente na Fundação FHC. A pesquisa assume a circulação de quadros intelectuais entre a Fundação FHC, empresas da esfera privada e cargos burocráticos do Estados como principal característica da legitimidade da organização como uma instituição de credibilidade na produção de conhecimento técnico-científico.

Ainda foi possível verificar a inserção midiática da Fundação FHC através da mensuração da citação da Fundação FHC em veículos midiáticos como jornais, revistas e programas de televisão e a manutenção de sites e blogs próprios. Vale ressaltar a associação da *expertise* presente na Fundação, em descrições de perfis, entrevistas, artigos e papers, como qualitativo da relevância da instituição, i.é, como a Fundação FHC realiza sua inserção midiática, através das insígnias já reconhecidas do seu patrono e dos *experts* ali presentes.

Ademais, os ranqueamentos internacionais sobre a atuação dos *Think Tanks* atestam a veracidade de suas atividades de produção e divulgação de conhecimento. A própria auto-titulação faz presente a visibilidade que a Fundação possui como uma instituição de credibilidade frente à sociedade brasileira e reconhecida como uma organização Think Tank por seus pares. A diversidade de atividades aponta como a Fundação FHC se insere, com diversos mecanismos de atuação, na disputa entre os detentores de capitais simbólicos típicos do campo do poder. Por último, a Fundação FHC consolida os usos políticos do conhecimento ao realizar o intercuro da política e da academia, legitimando-se como lócus de produção de conhecimento a frente dos demais Think Tanks brasileiros.

Referências Bibliográficas

ABELSON, E. D. Alguien está escuchando? Evaluando la influencia de los think tanks en las políticas. In: Garcé, A.;Unã, G. (Org.). *Think Tanks y políticas públicas em Latino américa: dinâmicas globales y realidades regionales*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006. p. 15-49.

ÁVILA, R.; HAUCK, J. Os think tanks brasileiros e suas contribuições para o pensamento social e político: um resgate histórico-exploratório sobre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 23, 2º sem. pp. 180-207, 2014.

BALFOURD, R. What are think tanks for? Policy research in the age of anti-expertise. In: *LSE IDEIAS*, Londres, v. 17, n. 7, p. 5-15, dez. 2017

BELLETTINI, O. J. El papel de los centros de política pública en las reformas públicas implementadas en América Latina. In: Garcé, A. ;Unã, G. (Org.). *Think Tanks y políticas públicas em Latino américa: dinâmicas globales y realidades regionales*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006. p. 111-137.

BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Editora Zouk, 2008.

___ *Os Doxósofos*. In: THIOLENT, M. J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Editora Polis, 1985, p. 153-165.

___ *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

___ *Sobre o Estado*. São Paulo. Companhia das Letras, 2014.

COHN, G. (Org.). FERNANDES, F. (Coord.). Weber – Sociologia. In: *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, 13. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.

DICKSON, Paul. *Think tanks: Centrais de Ideias*. São Paulo: Melhoramentos, 1975

DIXON, K. *Os Evangelistas do Mercado: Os intelectuais Britânicos e o Neoliberalismo*. Oieras, Celta, 1999.

GARCIA, A. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. In: *Tempo Social*, vol.16, n.01, 2004, p. 285-300.

HAUCK, J. C. R. . Os think tanks brasileiros e seus modos de presença na cena política: um olhar sobre suas estratégias de disseminação de ideias e busca de influência nas políticas públicas. In: *X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2016.

LIMA, M. C. O futuro das ideais: Análise Estrutural & incertezas-críticas prospectivas para think tanks. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), *Fundação Getúlio Vargas*, 2010.

MATTOS, F. P. Fundações Partidárias e Think Tanks no Brasil: uma proposta de análise. In: *VI Seminário Nacional de Sociologia & Política*, 2015, Curitiba. Anais VI Seminário Nacional de Sociologia & Política, 2015.

MEDVETZ. T. *Think Tanks in America*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

NOVAES, R. S. Preparando o passado: dimensões da construção histórica de Fernando Henrique Cardoso pela Fundação IFHC. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, *Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2014.

ROCHA, C. O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. *Millcayac Revista Digital de Ciências Sociais*, v. 4, p. 95-120, 2017.

SECCHI, L.; ITO, L. E. Think Tanks e universidade no brasil. Análise das relações na produção de conhecimento em política pública. *Planejamento e políticas públicas* | São Paulo | n. 46 |pp.333-354, jan./jun 2016.

SILVEIRA, L. Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, *Universidade Estadual de Campinas*, Campinas/SP, 2013.

SOARES, J. R. *Think tanks*: um esforço para a estruturação de conhecimentos sobre o fenômeno e sua influência sobre políticas públicas no Brasil. 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de pós-graduação em Administração, *Universidade do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis.

TEIXEIRA, T. Os think tanks norte-americanos e sua fábrica de visões de mundo. In: *I Seminário Nacional de Sociologia & Política - UFPR*, 2009, Curitiba. Seminário Nacional Sociologia e Política (Online), 2009.

Os Discursos Biológicos: Estudo de Caso com Matérias da Revista Superinteressante

Thaís Fernandes Pereira

Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade de São Paulo, atualmente é graduanda da licenciatura na mesma instituição.

E-mail: thais.fernandes.pereira@usp.br.

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar criticamente as matérias sobre o tema gênero da revista Superinteressante, desde o seu lançamento até o ano de 2018. Após analisar quantitativamente todas as matérias que possuíam um título que diferencia e opõe os gêneros, foi selecionada a única matéria sobre gênero que teve o assunto como capa da revista, para uma análise qualitativa a partir das potencialidades de alguns

conceitos-chaves dos pressupostos teóricos das teorias de gênero pós-estruturalistas e de estudos de mídia sobre jornalismo científico. Partindo do pressuposto de que há uma articulação do saber/poder intrínseca a construção do discurso a respeito dos gêneros, foi possível desvendar diversos componentes presentes nas matérias da Superinteressante.

Palavras-chave: gênero; discursos biológicos; Revista Superinteressante

1. Introdução

A pesquisa objetivou fazer uma investigação circunscrita, utilizando as potencialidades de alguns conceitos chaves dos pressupostos teóricos das teorias de gênero pós-estruturalistas. O objeto de estudo escolhido foram os artigos sobre gênero da revista Superinteressante, pertencente à Editora Abril.

A Superinteressante se tornou objeto de estudo deste trabalho por se tratar da revista de maior circulação no segmento de notícias jornalísticas sobre ciência da Editora Abril, sempre estando entre as maiores tiragens da editora, levando informação científica com linguagem popular a um público amplo e diversificado enquanto idade, classe social e sexo. Os dados aqui mencionados serão detalhados na segunda seção do artigo, onde falo um pouco do surgimento, números de venda, crise do mercado editorial e a situação da Editora Abril, o público alvo, o projeto inicial e o que mudou.

Na terceira seção do artigo farei uma breve exposição a respeito dos estudos de mídia, mais especificamente jornalismo científico. Na quarta seção falarei sobre os pressupostos teóricos deste trabalho, no que diz respeito a questão de gênero. Falarei brevemente da teoria que sustenta e dá orientação para esse trabalho, qual seja, a crítica presente na teoria de gênero pós-estruturalista, abordando o entendimento dos autores Judith Butler, Thomas Laqueur e Michel Foucault sobre o tema da sexualidade.

A quinta seção foi destinada a uma análise quantitativa. Foram selecionadas todas as matérias da revista cujo título apontasse clara oposição entre os gêneros, masculino e feminino, diferenciando-os. O recorte da pesquisa circunscreve os últimos 31 anos da revista (1987-2018). Essa mostra possibilitou fazer algumas descrições, como por exemplo, identificar a quantidade de matérias que apontam clara oposição entre os gêneros por década, as seções nas quais o tema foi alocado; a quantidade encontrada por seção e a quantidade de matérias de cada seção por década tentando entender se a forma de abordagem mudou com o passar

do tempo. Entende-se por seção o assunto no qual a matéria é alocada dentro da revista, sendo que as seções são sempre as mesmas por edição.

Na sexta e última parte, antes das considerações finais, faço uma análise da única matéria sobre o tema gênero que se tornou capa da Superinteressante dentro do período pesquisado, intitulada, "Homem x Mulheres - Porque Eles Estão Ficando Para Trás?". Pretende-se com essa análise, observar de que forma a revista aborda o tema.

De modo geral, este estudo objetiva colocar em pauta a articulação do saber/poder na construção discursiva dos gêneros. Analisando e expondo quantitativa e qualitativamente, os discursos presentes no jornalismo científico proposto pela Superinteressante. Tentaremos estudar os mecanismos através dos quais a revista constrói o seu discurso, e de que modo o legitima, tornando-o consistente e aceitável.

2. A Revista Superinteressante

Inspirada em uma revista espanhola chamada Muy Interesante, a Superinteressante surgiu em setembro de 1987, ficando atrás apenas da Veja (261.120 assinaturas impressa e 311.823 digital) e da Claudia (126.667 assinaturas impressa e 133.904 digital), A versão impressa é vendida em bancas de jornal ou por meio de assinatura, tem periodicidade mensal e seu preço informado pelo site da Editora Abril é de R\$ 18,00 (PUBLIABRIL, 2019).

A Editora Abril é uma editora brasileira fundada em 1950 com sede em São Paulo, é parte integrante do Grupo Abril (conglomerado de mídia brasileiro). Nos anos 80, a editora investiu em publicações voltadas para ciência e tecnologia, lançando a Ciência Ilustrada em 1981, o Guia do Estudante em 1983 e a Info em 1987, mesmo ano de surgimento da Superinteressante. Nos anos 2000 a partir de edições especiais, se desdobrou em outras quatro revistas: Mundo Estranho (2001), Aventuras na História (2003); Revista das Religiões (2003) e Vida Simples (2003).

Em meados de 2018, a revista anunciou uma reformulação do seu portfólio como parte de um processo de reestruturação da companhia,

dada à situação de crise financeira.² O motivo foi o impacto das transformações tecnológicas sentida por todo o setor de mídia que diminuiu drasticamente o volume de vendas de revistas impressas. Em nota enviada ao site do Jornal do Comércio, no dia 06 de agosto de 2018, a editora comunicou que iria concentrar seus recursos humanos e técnicos em suas marcas líderes, são elas: Veja, Veja São Paulo, Exame, Quatro Rodas, Claudia, Saúde, Superinteressante, Viagem e Turismo, Você S/A, Você RH, Guia do Estudante, Capricho, Mdemulher, VIP e Placar.³

Sobre a revista impressa, é possível acessar os dados a respeito do público alcançado, referentes a 2016, informado no site da editora Abril, como sexo, idade e classe social. A revista é distribuída em nove Estados brasileiros, sendo eles: Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. De um total de 3.094.000 leitores distribuídos por esses Estados, 57% são mulheres e 43% são homens. Sendo 28% com idade entre 20 e 29 anos, 24% entre 30 a 39 anos, 17,4% entre 40 a 49 anos, 18% com mais de 50 anos, 10,5% entre 15 a 19 anos, e o menor público, 1,4%, é o de 10 a 14 anos. Pode-se depreender desses dados que o maior público, 52%, tem idade entre 20 e 39 anos. Sobre a classe social, os dados nos mostram que 56,1% dos leitores pertencem à classe B, 21,8% a classe C; 18,8% a classe A, e o menor público, 3,3%, são da classe D ou E. Com isso, podemos concluir que o grande público da revista, 77,9%, é a classe B e C (PUBLIABRIL, 2016).

Carvalho (1996) fez um estudo detalhado sobre a Superinteressante, tendo acesso ao documento que apresentava o projeto inicial da revista, e suas justificativas para o lançamento do produto. Dentre elas estava o interesse de levar cultura geral, de forma agradável e não superficial. Carvalho afirma (2012) que o documento,

² Disponível em:

<<https://www.valor.com.br/empresas/5715465/editora-abril-fecha-titulos-e-faz-demissoes>>

³ Disponível em:

<<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/sociedade/noticia/2018/08/06/editora-abril-anuncia-o-fim-de-dez-revistas-saiba-quais-349838.php>>

deixava clara a preferência por ciências, já que se pensava em ter ao menos quatro matérias sobre descobertas ou temas científicos. Para os outros eixos, havia a perspectiva de uma a duas matérias por edição. (CARVALHO, 2012, p.04)

Carvalho (2012) analisa as capas da revista para a sua dissertação de mestrado no período entre 1987-1994 e, depois, refaz a pesquisa para o período 2010/2011. Comparando-os chega a algumas conclusões interessantes. Ela percebe que,

Antes, a revista evidenciava assuntos ligados mais objetivamente às ciências, hoje procura atrair os leitores pelos “problemas comportamentais”, que podem ser resolvidos (ou não) e discutidos com base em estudos que vão da psicologia às neurociências. (CARVALHO, 2012, p.12)

A autora complementa afirmando que sua pesquisa das capas confirma sua hipótese segundo a qual a revista estaria paulatinamente diluindo o conteúdo de divulgação científica em face das variedades e atualidades. Se o destaque antes era para saúde, história e astronomia, agora as chamadas que mais incidem nas capas são tecnologia, entretenimento, saúde e comportamento/psicologia.

Este estudo pretende como já citado na introdução, analisar apenas as matérias cujo título opõe os gêneros, entretanto, será possível também perceber em qual assunto o tema é mais frequentemente alocado na revista, comparativamente a cada década, podendo dessa forma enxergar as mudanças ao longo do tempo, e constatar se as conclusões que Carvalho (2012) chegou sobre o período de 2011 se confirmam também para o recorte específico deste trabalho.

3. Pressupostos Teóricos sobre Gênero

Antes de começar a investigação do objeto de estudo, é pertinente traçar quais teorias darão sustentação e orientação a esse trabalho. Para falar sobre gênero enquanto categoria de análise é necessário uma teoria capaz de dar suporte a este conceito, e no presente trabalho os pressupostos teóricos advêm do pós-estruturalismo, pois, “nos permite

questionar as categorias unitárias e universais e tornar históricos conceitos que são normalmente tratados como naturais, como, por exemplo, 'homem' e 'mulher'." (MARIANO, 2005, p.486)

Um ponto de partida para o pós-estruturalismo é a crítica ao universalismo, essencialismo e racionalidade iluminista, reconhecendo o sujeito como intrinsecamente relacionado ao contexto social que por sua vez está marcado pelas relações de poder.

A noção de sujeito social universal, livre autônomo e racional, sempre esteve presente no pensamento liberal e foi basilar durante muito tempo nos estudos sociais. Essa unidade ou homogeneidade foi fonte de análise por parte da crítica marxista através da criação de novas categorias que definiam o sujeito no tempo e no espaço, apontando assim o interesse de classe por trás da forma liberal de entendimento do mundo. As pensadoras feministas que partem da teoria marxista acrescentaram a ideia de que esse sujeito do liberalismo é também masculino, aprofundando ainda mais a especificidade da teoria que se pretendia universal.

Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo* foi uma das primeiras a denunciar a unidade da categoria sujeito. Para ela, as categorias neutras são sempre dirigidas para identificar o homem enquanto a totalidade. A mulher, por sua vez, é sempre reduzida e marcada por suas diferenças, aprisionada em sua especificidade. (BEAUVOIR, 2000)

Beauvoir, no entanto, ao construir o sujeito mulher, além de produzir uma categoria também universal, e por isso, humanista, torna o biológico fundamento da identidade de gênero e causa da opressão feminina.

Uma das técnicas usadas pelo pós-estruturalismo, tomada do filósofo Derrida, é o método de desconstrução, no qual se pretende desmontar a lógica interna das categorias para então expor suas limitações. Tanto Butler quanto Foucault criticam a metafísica e as filosofias do sujeito, desmontando o dualismo primordial do entendimento feminista predominante.

A divisão entre as categorias sexo e gênero foram fundamentais para as teorias feministas até meados da década de 80, partindo da ideia de que sexo é algo natural e gênero é construído socialmente. Judith Butler questionará esses pressupostos dualistas em um dos seus principais livros, *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, em que, “desmontou dualidade sexo/gênero e fez uma crítica ao feminismo como categoria que só poderia funcionar dentro do humanismo.” (RODRIGUES, 2005, p. 179).

Entender o sexo como natureza e o gênero como cultura é, ao mesmo tempo, aceitar o gênero como uma expressão do sexo, que é a essência. O que Butler irá dizer é que não existe uma identidade por trás das expressões de gênero e nem um sentido em si mesmo na categoria sexo, “Butler indicava, assim, que o sexo não é natural, mas é ele também discursivo e cultural como o gênero.” (RODRIGUES, 2005, p. 179). Desse modo, há também em Butler uma tentativa de deslocar o feminismo do campo do humanismo, segundo o qual, através do sexo existiria uma categoria imutável, feminina ou masculina, pressupondo o sujeito como identidade fixa. Ao contrário, o sujeito deve ser considerado um devir permanente, com uma constituição social e complexa.

No livro *“Inventando o Sexo - Corpo e Gênero dos Gregos a Freud”*, Thomas Laqueur (2001) trata dessa naturalização das diferenças dicotômicas entre os sexos, que para ele é histórica e se dá por volta do século XVIII, quando a biologia da essência do corpo passa a ser fundamento teórico para as divisões de personalidade e deveres entre os sexos. O gênero passando a ter base científica irá dizer que o esqueleto da mulher é incomensuravelmente diferente do esqueleto masculino, por exemplo, e depois os ovários serão determinantes para o comportamento feminino. A raça, cientificamente provada, nasce na mesma época em que o útero passa a justificar a natureza submissa das mulheres. Sobre isso, um excerto do livro:

O sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica: Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. (LAQUEUR, 2001, p.19)

Laqueur quer dizer nesse trecho que antes do século XVIII ser homem e ser mulher dizia respeito apenas a posições sociais, o discurso que se produziu posteriormente passou a dar ênfase nas diferenças ditas naturais entre os dois sexos, de modo a conseguir construir, a partir disso, subjetividades distintas a cada um, opostas.

Vários textos de Foucault são pertinentes para associar a crítica feminista pós-estruturalista com o seu legado, desnaturalizando a categoria sexo, inserindo o poder e o controle dos corpos através dos discursos de verdades, centrais para entender o tema da sexualidade. De modo resumido ele propõe, “a ‘sexualidade’ como um sistema histórico aberto e complexo de discurso e poder, o qual produz a denominação imprópria de ‘sexo’ como parte da estratégia para ocultar e, portanto, perpetuar as relações de poder (NIGRO, 2012, p.46)”.

O poder do qual Foucault fala não é exercido por uma classe em específico ou por um governo,

Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social. (FOUCAULT, 1984, p.181).

É algo que só funciona em cadeia, a própria constituição do sujeito é um dos primeiros efeitos da existência do poder, isto é, indivíduos são o que são graças aos efeitos do poder.

Esse poder é normativo na medida em que cria regras a serem cumpridas na prática, mas que se impõem aos indivíduos através dos discursos de verdade, e irão se referir a um horizonte teórico que não é o do direito, mas o domínio de um saber clínico, biológico, comportamental.

Foucault explica em sua *Microfísica do Poder* (1984), que não há poder que se tenha constituído sem um saber que o legitima, de modo que, saber e poder estão mutuamente interligados, novos saberes ampliam e aprofundam os poderes, tornando-nos sujeitos de determinados mundos sociais, sujeitos entendidos aqui como submissos e também como uma individualidade construída, moldada.

No primeiro volume do livro *História da Sexualidade*, Foucault (1980) argumenta que a sexualidade é coextensiva ao poder, sugerindo a existência de regimes de poder da sexualidade. A partir do fim do século XVI, a colocação do sexo em discurso obstinou-se a construir uma ciência da sexualidade. Nesse sentido a categoria sexo teria sido criada com o intuito de produzir uma finalidade e significado, como se o sexo possuísse propriedade intrínsecas e leis próprias.

Desse modo, para fazer as análises presentes neste artigo pretende-se partir dos pressupostos teóricos aqui apresentados, a fim de expor e investigar a força desses discursos que se colocam como a verdade, e que são produzidos por instâncias, instituições e processos culturais que estão, como qualquer outro discurso, produzindo poder, tornando-nos sujeitos de suas formulações sociais.

3. Estudos de Mídia, o Jornalismo Científico

Para uma análise detalhada da abordagem da Superinteressante, julgou-se necessário explorar alguns textos que investigaram o jornalismo científico e puderam fornecer um arcabouço teórico a respeito desse modelo em específico.

Como proposto por Epstein (1973), há uma diferença clara entre a divulgação científica produzida academicamente e o jornalismo científico. Enquanto o primeiro se destina ao público especializado, familiarizado com o assunto, em diferentes graus, ou seja, os pares daqueles que produzem os dados científicos, o segundo se destina ao público leigo. Assim, a linguagem a ser utilizada é modificada, seja para uma maior especificidade ou permitir

acesso mais amplo do público. Na segunda situação o risco que se corre é o de uma tradução que possa omitir dados científicos relevantes para a pesquisa.

Outro impasse que surge no jornalismo científico é sua lógica mercadológica, que demanda uma produção veloz de edição e publicação, produzindo textos cada vez mais curtos e de informação concentrada (OLIVEIRA, 2005). Fourez (1995) acrescenta que, o veículo de mídia segue uma ideologia própria, concebida enquanto discurso que valida e legitima determinadas práticas, ao invés de somente descrever, ao mesmo tempo em que mascara pontos de vista e os critérios usados na produção das informações publicadas, assim como sua intencionalidade.

Rojo (2008) analisa o modo de escrita dos textos, tanto os científicos quanto os de divulgação científica e percebe que ambos refletem, em suas estéticas de escrita, mecanismos textuais que pressupõem e têm em vista um leitor-modelo. Becker (2009) complementa esse argumento, quando observa que, os julgamentos morais emitidos pela escrita jornalística, no entanto, serão eficazes quando direcionados ao leitor que partilha da mesma opinião do veículo midiático que a emite.

Becker (2009) constrói um contraponto que vai um pouco além, quando reflete acerca do método de produção do conhecimento. Ele nos lembra de que, qualquer que seja o método utilizado, sempre será uma representação da sociedade ou do objeto de estudo. Se utilizando do exemplo da representação cartográfica, explica como o método escolhido tem como consequência uma redução ou eliminação de certos dados, através de um viés pessoal de quem está produzindo. Do mesmo modo agiria o jornalista científico.

Outro ponto que pode ser analisado na questão da difusão jornalística de conhecimento científico é a descrição dos métodos utilizados. A descrição dessa informação pode ser omitida pelo redator da reportagem, transmitindo ao leitor um dado generalista, descontextualizado ou sem a precisão da pesquisa original (NOVAES, 2008).

Ainda segundo Novaes (2008) a escolha pela eliminação da apresentação do método de pesquisa nas publicações jornalísticas, contribui com o pensamento segundo o qual a ciência seria inquestionável, retirando ainda qualquer espaço para o questionamento. Assim, a ciência se mantém como produtora de conhecimento com métodos que assumem um carácter místico e inalcançável pelo conhecimento leigo.

Os textos aqui estudados deram uma visão geral e crítica a respeito da divulgação científica produzida pelos meios de comunicação jornalísticos. O jornalismo possui um modo específico de divulgar conhecimento científico, e para tecer uma análise em um estudo de caso é imprescindível estar atento às possibilidades apresentadas pelos autores aqui discutidos.

4. Análise Quantitativa

Essa pesquisa teve como objeto de estudos as matérias da revista Superinteressante sobre o tema gênero⁴, desde o ano do seu lançamento até o ano passado, 1987-2018. O recorte para pesquisa foi especificamente matérias cujo título, em específico, apontasse clara oposição entre os gêneros masculino e feminino.

Utilizando a abordagem teórica do autor Thomas Laqueur (2001), segundo o qual a ênfase nas diferenças entre os sexos atua na contemporaneidade de modo a construir os gêneros, objetivou-se analisar as matérias que colocam ênfase nas diferenças dicotômicas entre os sexos. Desse modo, é interessante perceber qual o meio de abordagem do tema, se ele se modificou ao longo do tempo, e a quantidade em que ele é colocado em pauta dessa forma, em termos de oposição.

Foram encontradas 24 matérias com títulos que opõem masculino e feminino de maneira clara. Serão citados seis exemplos, a título de ilustração: "Cromossomo Y versus Cromossomo X", "Como Ele Pensa, Como Ela Pensa: As Diferenças Entre os Sexos"; "Barriga de Homem Não é Igual à

⁴ Não foram consultadas edições especiais.

da Mulher”; “Mulher Não Bebe Como Homem”; “O Que Faz Homens e Mulheres Terem Cheiros Diferentes?”; “Como Saber se um Esqueleto é de Homem ou de Mulher?”.⁵

O primeiro tópico analisado dentro do escopo do estudo é a quantidade de matérias encontradas em cada década. Na década de 1990 houve um total de cinco matérias, nos anos 2000 houve apenas uma matéria a mais em relação à década anterior e finalmente na contabilização da década de 2010, que foi somente até 2018, houve um total de 13 matérias, o que demonstra que o assunto gênero, sendo abordado de maneira dicotômica pela revista, aumentou a partir de 2010.

Tabela 1.1 – Quantidade de matérias por década

Década	Quantidade
anos 80 (1987-1989)	1
anos 90 (1990-1999)	5
anos 2000 (2000-2009)	6
anos 2010 (2010-2018)	12

Fonte: Elaborada pelo autor com base no arquivo da revista Superinteressante, 2019

O segundo tópico corresponde à quantidade de matérias por seção. A revista Superinteressante é dividida por seções ou segmentos, cada matéria é alocada de acordo com a área do conhecimento pelo qual o seu tema é abordado. Como podemos observar na tabela 1.2, as matérias encontradas na pesquisa se distribuíram em cinco seções: Comportamento, Saúde, Ciência, História e Sociedade. Foram encontradas, exatamente, 9 matérias de Comportamento, 6 de Saúde, 7 de Ciência, 2 de História e 1 de Sociedade. Esses números nos dizem que gênero é um tema muito tratado através dos discursos biológicos, sejam eles da área da saúde ou da ciência, visto que, aqui o termo ciência, diz respeito, principalmente, a estudos das ciências da

⁵ Todas as matérias encontradas serão citadas com o título e a data de publicação ao final do artigo. Os autores não são citados pois o arquivo online da Superinteressante não possui essa informação para todas as matérias. Todas matérias estão disponíveis em: <<https://super.abril.com.br/superarquivo/>>. Acesso em 19 de abr. de 2019.

natureza (como a biologia, neurociência e etc.), como fica claro na matéria analisada mais minuciosamente na próxima seção deste artigo. A seção comportamento diz respeito principalmente a estudos da psicologia, que nessa área específica dos estudos comportamentais se aproxima de um saber biológico, neurocientífico. É interessante lembrar que a revista possui uma seção intitulada Cultura, e, no entanto, nenhuma matéria com o título que opõe os gêneros encontrou-se nesse segmento.

Tabela 1.2 – Quantidade de matérias por seção

Seção	Quantidade
Comportamento	8
Saúde	6
Ciência	7
História	1
Sociedade	1

Fonte: Elaborada pelo autor com base no arquivo da revista Superinteressante, 2019

O último elemento analisado foi a quantidade de matérias de cada seção/segmento por década e tentar entender se a forma de abordagem mudou com o passar do tempo. Como podemos observar na tabela 1.2, na década de 90 foram encontradas apenas 1 matéria de Comportamento e 1 de Ciência, enquanto na área da Saúde houve maior concentração de matérias, totalizando 3. Nos anos 2000 esse padrão muda completamente e quase todas as matérias encontradas, 4 mais especificamente, foram alocadas na seção Ciência, salvo 2 matérias no seguimento História. Por fim, nos anos 2010-2018, houve uma diversificação em relação à década anterior e apenas 2 matérias foram colocadas na seção Ciência, estando 3 na seção Saúde, 7 em Comportamento e apenas 1 na seção Sociedade.

Tabela 1.3 – Quantidade de matérias de cada seção por década

Seção	Anos 80 (1987-1989)	Anos 90 (1990-1999)	Anos 2000 (2000-2009)	Anos 2010 (2010-2018)
Comportamento	1	1	0	6
Saúde	0	3	0	3
Sociedade	0	0	0	1
Ciência	0	1	4	2
História	0	0	2	0

Fonte: Elaborada pelo autor com base no arquivo da revista Superinteressante, 2019

A partir do último tópico podemos fazer algumas breves considerações, é possível dizer que a área de conhecimento que predominou na década de 90 era a área da saúde, isso se modificou nos anos 2000, sendo a maioria das matérias cujo título opõe os gêneros encontrados na seção de ciência, e finalmente, na década atual, os estudos comportamentais dominam o discurso de saber sobre o tema dentro da revista. Isso demonstra que a hipótese levantada por Carvalho (2012) se confirma também para o presente trabalho. Sua pesquisa sobre as capas de revista confirmaram que o conteúdo da década de 90 era mais relacionado a saúde e que nos anos 2010 têm dominado o assunto comportamento/psicologia.

Nessa parte do artigo objetivou-se fazer uma breve análise quantitativa das matérias encontradas dentro do recorte que se fez para esse estudo. A próxima seção trata-se de uma análise qualitativa de uma matéria em específico que se julgou significativa, visto que foi a única matéria sobre gênero que se tornou capa da revista durante o período estudado.

5. Análise da matéria: Homens x Mulheres - Porque Eles Estão Ficando Para Trás? (2011)⁶

⁶ Disponível em:

<<https://super.abril.com.br/comportamento/homens-x-mulheres-por-que-eles-estao-ficando-para-tras>>. Acesso em 19 abr. 2019.

Nessa parte do estudo analisou-se minuciosamente a única matéria sobre o tema gênero que se tornou capa da revista Superinteressante dentro do período pesquisado (1987-2018).

Importante salientar que algumas questões que poderiam ser levantadas aqui, não o serão por não satisfazer o objetivo maior do estudo, qual seja, o desvendamento dos discursos selecionados, organizados e propagados por procedimentos e técnicas que pretendem tornar possível a sua materialidade. Desse modo, não interessa qualificar a veracidade dos fatos “provados cientificamente”, ou qual é o consenso da comunidade científica a respeito de tais temas.

A ênfase nas diferenças entre homens e mulheres é perceptível, mesmo a um olhar mais desatento, desde o nome da matéria “Homens x Mulheres”, até a chamada da capa que diz “Entenda aqui o que está acontecendo com os sexos e quais são as nossas diferenças”, deixa claro o interesse em distinguir os gêneros, ou seja, construí-los. Outro aspecto interessante são suas subdivisões, pois até mesmo elas denotam o esforço de diferenciação: “Homens”, “Meninos Não Ficam Quietos”; “Meninos Não Ficam Quietos (2)”; “Mulheres”, “Mulheres Não Pedem”; “Por que Meninas Não Pedem”.

Para o presente estudo é interessante observar quem são os estudiosos citados ao longo do texto, para dessa forma conseguir entender a abordagem de um modo geral. A primeira pessoa a ser citada é Louann Brizendine, uma neurobióloga da Universidade de Harvard, a matéria exemplifica diferenças incontornáveis entre os gêneros através de uma experiência relatada por sua paciente, o parágrafo será citado mais a frente. Avançando um pouco mais, uma neurocientista chamada Lise Eliot e seu livro, intitulado *Pink Brain, Blue Brain*, são usados para falar que a maior diferença entre os sexos, dos 3 aos 13 anos, é o controle de inibição no cérebro. Um psicólogo chamado Philip Zimbardo, da Universidade Stanford, é o próximo estudioso citado na matéria, ele se diz preocupado com o fato de os homens não saberem levar uma vida adulta, e estarem deixando as

mulheres assumir o papel de provedoras e líderes. Mais a frente, a matéria cita o Centro Psicobiológico de Pittsburgh, onde foi produzido um estudo que comprova que os homens se estressam mais com autoridade do que as mulheres. Saindo um pouco fora do campo das ciências biológicas, dois economistas são citados: Linda Babcock, uma professora de economia na Universidade de Carnegie Mellon, nos EUA e John List, economista da Universidade de Chicago. Ambos analisam as preferências no mercado de trabalho, concluindo que homens e mulheres escolhem e agem de formas diferentes e opostas. A última pessoa a ser citada é um neurobiólogo da Universidade Stanford, chamado Ben Barres, que diz se sentir mais elogiado e aceito, enquanto uma pessoa bem sucedida, depois que mudou de sexo e se tornou homem.

A primeira parte da matéria se destina a mostrar o quanto, desde antes do surgimento de qualquer atividade cerebral, os fetos masculinos e femininos se comportam de modos diferentes, e que as diferenças se aprofundam conforme o desenvolvimento. A ciência analisa os primeiros meses, as primeiras interações, os gostos de cada um, sempre de modo a comprovar as diferenças. Interessante observar também o nome de uma neurobióloga sendo citado de modo a reforçar o carácter científico da constatação de diferenças genéticas:

Ela não queria que seus filhos crescessem achando que eram diferentes. Por isso, educou o menino e a menina da mesma maneira: vestiu-os com roupas iguais, deu bonecas para o filho e carrinhos para a filha. Certo dia ela entrou no quarto da menina de 3 anos e a flagrou brincando. No colo estava um caminhãozinho de brinquedo que a menina ninava de um lado para o outro dizendo: 'Não chore, carrinho. Vai ficar tudo bem'. A história é de uma paciente de Louann Brizendine, neurobióloga de Harvard. E serve para deixar bem claro: sempre há alguma diferença entre os sexos. (SUPERINTERESSANTE, 2001).

Esse parágrafo constitui-se uma tentativa de provar o argumento de que qualquer esforço familiar de inibir o surgimento das diferenças entre os gêneros será inútil.

O primeiro tópico da matéria, chamado "Homens" lança mão de uma série de dados a respeito de espermatozoides e óvulos, e o objetivo geral é diferenciar homens de mulheres ainda na concepção. Para isso, aborda o quanto é mais fácil estatisticamente a fecundação de um óvulo por um espermatozoide masculino, e como o sexo da criança interfere no seu desenvolvimento uterino, já que, as diferenças refletem na mortalidade infantil e nos problemas de saúde que podem ocorrer durante esse período. Nas próprias palavras da revista, o objetivo é provar que, "Assim, logo de cara vão por água abaixo todas as esperanças de igualdade entre os sexos: desde o início, a mãe natureza cuida de tratar cada gênero de maneira diferente. E esse é só o começo."

O segundo e o terceiro tópico se chamam, respectivamente, "Meninos Não Ficam Quietos" e "Meninos Não Ficam Quietos (2)". O argumento geral é de que as meninas possuem vantagens na primeira infância em relação aos meninos e esse fato é puramente biológico, genético. O terceiro tópico, por sua vez, irá dizer que os meninos sentem mais dificuldade em obedecer. O interessante dessa seção é que o último parágrafo cita um estudo que demonstra que a ideia de que mulheres são frágeis e homens audaciosos pode estar sendo ensinada pelas próprias mães. Este parágrafo, destoante do argumento geral do texto, no entanto, não apresenta a fonte da pesquisa e nem cita nenhum especialista, terminando com a frase, "mas essa, claro, não é a única diferença. Para entender o que separa os sexos é preciso olhar as mulheres de perto também." Os próximos parágrafos, todavia, não farão mais referências a esse tipo de estudos.

Se nos tópicos anteriores a matéria se propôs a discutir as vantagens que a biologia proporcionou às mulheres em relação aos homens, na concepção e na primeira infância, são as mulheres que levam desvantagens na vida por possuir uma biologia que lhes impõe determinadas preferências e comportamentos. Uma pergunta proposta pela seção deixa claro o seu viés explicativo: "por que um fato simples, como a exposição de testosterona durante a gravidez determina que a sua vida – e o seu papel social – seja tão

diferente da dos homens?”, ou seja, para essa matéria, papéis sociais são determinados por níveis de testosterona e não por relações sociais.

Os dois últimos tópicos: “Meninas Não Pedem” e “Por Que Meninas Não Pedem”, estão basicamente expondo os comportamentos femininos responsáveis pela produção das desigualdades no mercado de trabalho, seja porque escolhem profissões mal pagas, ou porque são menos competitivas no ambiente de trabalho,

A revista conclui que homens e mulheres não alcançam a igualdade social justamente por possuírem naturezas diferentes que lhe impõem dificuldades, assim como mulheres ganham menos exatamente por se interessarem menos por profissões bem pagas. E esse interesse seria uma resposta dos determinantes biológicos, que moldam o comportamento humano. Ao final da matéria há uma caixa com diversos dados que opõem os gêneros, a seguir os transcrevo na íntegra:

- Meninos têm probabilidade 50% maior de morrer de problemas respiratórios quando nascem
 - A mortalidade infantil de meninos é 22% maior que a de meninas
 - 105 nascimentos de meninos
 - 100 nascimentos de meninas
 - Aos 4 anos e meio, meninos são duas vezes melhores em testes de rotação espacial.
 - Aos 2 anos e meio, meninas usam OITO palavras por frase para se comunicar. Meninos usam 6
 - Pesquisadores na área de engenharia no Brasil: 72% homens
 - Homens têm probabilidade 40% MAIOR de largar a escola
 - Mulheres em psicologia: 80%
 - 97% dos CEOs do mundo são homens. E esse número nunca diminuiu
 - No Brasil, mulheres ganham apenas 75% do salário dos homens para fazer o mesmo trabalho
 - 1/3 das mulheres largaria o emprego para ter filhos

Essa matéria, assim como a maioria cujo título demarca uma clara oposição entre os gêneros, após 2010, também foi alocada no assunto “Comportamento.” Ela privilegia respostas do âmbito comportamental para os questionamentos que coloca em discussão, e a abordagem do tema se dá predominantemente a partir dos discursos biológicos.

6. Considerações Finais

Para este artigo, investigamos, através de um recorte de pesquisa, a forma de abordagem da revista *Superinteressante* quando o assunto é gênero. Os pressupostos teóricos aqui apresentados, tanto dos estudos de mídia quanto dos estudos pós-estruturalistas, foram a base para investigações e interpretações aqui apresentadas. Tanto a análise qualitativa quanto a quantitativa nos mostrou que os estudos comportamentais são, atualmente, predominantes na forma como a revista aborda o tema. Esses estudos dizem respeito, principalmente, à psicologia que, nessa área específica dos estudos comportamentais, se aproxima de um saber biológico, neurocientífico.

Entendemos este discurso da *Superinteressante* como produto do poder, que se exerce através da produção de um discurso de verdade, ou seja, fabricação de verdades universais, ditas biologicamente naturais, “Afiml, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder”(FOUCAULT, 1979, p.180).

Podemos concluir deste estudo a importância do aprendizado de desconstrução dos discursos de verdade veiculados e propagados pela mídia. É indispensável a subversão, resistência e interferência na constante e incansável tentativa histórica de fabricação de feminilidades e masculinidades.

7. Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. v. 1 (Fatos e mitos).

BECKER, Howard. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CARVALHO, A.P. *Ciência em Revista. Um estudo dos casos de Superinteressante e Globo Ciência*. 1996. Dissertação de Mestrado. Programação de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 1996.

_____. *O que deixou de ser Super Interessante na divulgação de ciência em revista*. In: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012, Fortaleza. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012.

Editora Abril. *Revista Superinteressante*. Superarquivo. Arquivo digital das edições da revista Superinteressante no período compreendido entre 1987 e 2019. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/superarquivo/>> Acesso em: 19 de abr. de 2019.

EPSTEIN, E.J. *News from Nowhere: Television and the News*. Nova York: Random House, 1973.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 19 Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. *Microfísica do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUREZ, Gérard. *A construção das ciências - introdução à filosofia e a ética das ciências*. Tradução de Luís Rouanet. São Paulo; Unesp; 1995.

FREITAS, Liliane Miranda e CHAVES, Silvia Nogueira. *Revista Ensaio*: Belo Horizonte: v.16 n.3 p.131-148, 2013.

HUECK, Karin. Homens x Mulheres – Por que eles estão ficando para trás. *Superinteressante*, São Paulo, 26 de jun. de 2011. Comportamento. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/comportamento/homens-x-mulheres-por-que-eles-estao-ficando-para-tras>> Acesso em : 19 de abr. de 2019.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo, Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483, jan. 2005. ISSN 1806-9584.

NIGRO, Rachel . Foucault e a crítica feminista pós-estruturalista. O que nos faz pensar, [S.l.], v. 21, n. 31, p. 45-60, feb. 2012. ISSN 0104-6675.

NOVAES, Allan M. *Jornalismo de controvérsia: uma análise do tratamento jornalístico dado pela revista Superinteressante às incertezas científicas*. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo.

OLIVEIRA, Fabíola. *Jornalismo científico*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

Publiabril. Circulação Total, 2019. Disponível em:
<http://publiabril.abril.com.br/svp/tabelas/circulacao?platform_id=revista-imprensa-mais-digital> Acesso em: 18.09.2019

Publiabril, Informações Adicionais, 2019. Disponível em:
<<http://publiabril.abril.com.br/marcas/superinteressante/plataformas/revista-imprensa>> Acesso em 18.09.2019

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179-183, Abr. 2005.

ROJO, Roxane. O letramento escolar e os textos da divulgação científica - a apropriação dos gêneros de discurso na escola. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v.8, n.3, p.581-612, set/dez.2008.

ROSA, João Luiz e MATTOS, Adriana. Editora Abril fecha títulos e faz demissões. *Valor Econômico*, São Paulo, 06 de ago. de 2018. Disponível em:
<<https://www.valor.com.br/empresas/5715465/editora-abril-fecha-titulos-e-faz-demissoes>> Acesso em: 21 de ago. de 2019.

SHELLER, Fernando. Editora Abril anuncia o fim de dez revistas; saiba quais. *Jornal do Commercio*, Sociedade, São Paulo, 06 de ago. de 2018. Disponível em:
<<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/sociedade/noticia/2018/08/06/editora-abril-anuncia-o-fim-de-dez-revistas-saiba-quais-349838.php>> Acesso em: 21 de ago. de 2019.

8. Artigos e Matérias de Revista

6 PROVAS de que as Mulheres São Mais Duras do que os Homens. *Superinteressante*, São Paulo, 31 out. 2016. Comportamento.

25 COISAS que Escondem de Você: Homens Mentem Mais que Mulheres. *Superinteressante*, São Paulo, 08 ago. 2012. Ciência.

BARRIGA de Homem Não é Igual à da Mulher. *Superinteressante*, São Paulo, 30 jun. 1996. Comportamento.

COMO Ele Pensa, Como Ela Pensa: As Diferenças Entre os Sexos. *Superinteressante*, São Paulo, 30 jun. 1994. Ciência.

COMO Saber se um Esqueleto é de Homem ou de Mulher?. *Superinteressante*, São Paulo, 27 jul. 2009. Ciência.

CROMOSSOMO Y versus Cromossomo X. *Superinteressante*, São Paulo, 30 abr. 1990. Saúde.

DNA Faz a Mulher Viver Mais do que o Homem. *Superinteressante*, São Paulo, 19 mai. 2010. Ciência.

ELAS EXISTEM, As Carreiras que Mulheres Ganham Mais que Homens. *Superinteressante*, São Paulo, 05 jun. 2017. Sociedade.

GUERRA dos Sexos. *Superinteressante*, São Paulo, 31 jul. 2003. História.

GUERRA dos Sexos. *Superinteressante*, São Paulo, 1 ago. 2003. Ciência.

HOMENS e Mulheres: Quem é Menos Burro?. *Superinteressante*, São Paulo, 31 ago. 2008. Ciência.

HOMENS Comem Mais Quando Estão em Grupo (Já as Mulheres, Menos). 16 dez. 2016. Comportamento.

HOMENS x Mulheres – Por Que Eles Estão Ficando Para Trás?. *Superinteressante*, São Paulo, 26 jun. 2011. Comportamento.

MULHER Engorda Mais Fácil que Homem. *Superinteressante*, São Paulo, 01 out. 2016. Saúde.

MULHER é Tagarela, Homem é Assertivo. *Superinteressante*, São Paulo, 09 set. 2012. Comportamento.

MULHER Não Bebe Como Homem. *Superinteressante*, São Paulo, 31 ago. 1998. Saúde.

MULHER Resiste Mais à Dor do que o Homem?. *Superinteressante*, São Paulo, 16 abr. 2012. Saúde.

MULHERES Programam Melhor do que Homens, Mas São Menosprezadas ao Revelar Autoria. *Superinteressante*, São Paulo, 31 out. 2016. Comportamento.

NO BAR, Sexo Faz Diferença. *Superinteressante*, São Paulo, 30 abr. 1990. Saúde.

O QUE FAZ Homens e Mulheres Terem Cheiros Diferentes?. *Superinteressante*, São Paulo, 31 jul. 2002. Ciência.

SANGUE Masculino Pode Fazer Mal às Mulheres (e Vice-Versa). *Superinteressante*, São Paulo, 23 nov. 2017. Saúde.

SE A MULHER Vive Mais, Por Que se Aposenta Antes?. *Superinteressante*, São Paulo, 31 jul. 2012. História.

SEXISMO - Guerra dos Sexos. *Superinteressante*, São Paulo, 31 mai. 2012. Comportamento.

SEXOS Opostos. *Superinteressante*, São Paulo, 31 ago. 1998. Comportamento.

RESENHA



EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Bruxaria, Oráculos e Magia Entre os Azande*. Edição resumida e introdução Eva Gillies; tradução Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

José Ricardo Marques Braga

Professor de sociologia da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Mestre e doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador do Grupo Gênero, Corpo e Sexualidade (GCS), cadastrado no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq.

E-mail: ricardo_sociologia@hotmail.com

Evans-Pritchard (1902 – 1973), renomado antropólogo inglês, fez seus estudos em nível de pós-graduação no London School of Economics (LSE), onde se aproximou e foi entusiasmado pelo professor Malinowski – que possui forte influência na perspectiva teórica e metodológica no trabalho realizado entre os azande. Além de Malinowski e seus seminários na LSE, destaco aqui a importância de Charles Seligman (seu orientador de tese de doutoramento) em sua formação, pois foi o primeiro a se debruçar sobre as sociedades sudanesas, onde Evans-Pritchard faria posteriores trabalhos de campo. O estudo com os Azande teve início em 1926, finalizando em 1929, com vinte meses de trabalho intensivo de campo. Sua obra “Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande” foi publicada em 1937. Realizou outros estudos etnográficos, dentre os quais com a sociedade Nuer, onde alcança o ápice de sua maturidade teórica.

O presente texto pretende abordar as principais questões de cunho teórico-metodológico suscitadas a partir de “Bruxaria, oráculos e magia entre os azande”, destacando as contribuições do autor nos estudos antropológicos, influenciado por Malinowski – mas também por um outro grande mestre do autor, como Radcliffe-Brown, como acreditam Steil e Toniol (2014) – onde busca analisar o sistema de crenças zande, dando-lhe coerência e unidade, demonstrando que a bruxaria funciona como “causa socialmente relevante” na organização desta sociedade, sendo um importante elemento para pensarmos sua constituição e manutenção. Destaco as narrativas etnográficas longas e ricas ao longo do texto – com uma prosa concisa e elegante – o que transmite ao leitor uma sensação, de fato, que o antropólogo colocou “carne e sangue” – expressão usada pelo próprio Evans-Pritchard – no seu texto etnográfico, que só foi possível graças ao fino trabalho etnográfico levado a cabo pelo antropólogo, onde percebemos o “mergulho” no pensamento nativo, que o aproxima do universo social, da cosmologia, do *modus operandi* do pensamento zande.

Evans-Pritchard, junto com Malinowski, representam nos anos 1920 e 1930 a consolidação de uma forma específica de fazer antropologia,

caracterizando-a com princípios intelectuais e práticas profissionais que marcarão esta ciência por um longo período. Dentre essas, destaco a centralidade do trabalho de campo intensivo para a constituição do conhecimento antropológico, prática já utilizada antes dos anos 1920, mas só sistematizada e balizada como norte metodológico central para a antropologia com os grandes pesquisadores de campo, como Malinowski, sobretudo, mas também Evans-Pritchard, como apontam Gupta e Ferguson (1997), Kuclicka (1997) e Stocking (1983). É no apêndice IV do livro onde o antropólogo inglês deixa um vasto, inestimável e pulsante legado que deve ser apreciado por todos aqueles que aspiram à disciplina, embora, como reconhece o próprio autor, cada experiência etnográfica é única.

É também com Malinowski que Evans-Pritchard alça ao centro do debate a importância da elucidação do processo de pesquisa, com a explicitação dos instrumentos de coleta de dados, como esta se desenvolve e também as relações construídas em seu decurso, apontando como as conclusões teóricas estão intimamente atreladas ao processo de costura da pesquisa. Para este autor, portanto, o antropólogo deve apresentar aos leitores todo o emaranhado da condução do trabalho, mostrando as circunstâncias em que se dão a tessitura dos fios da pesquisa, aquilo que Miriam Grossi (1992) denomina de “avesso da pesquisa”, pouco explorado até então.

Outro importante postulado metodológico que permeia a obra de Evans-Pritchard é pensar a relação entre pesquisador e pesquisados. Apesar de o britânico acreditar que o antropólogo deve realizar uma imersão na cultura e pensamento do povo investigado – para isso o domínio da língua é uma condição imprescindível – compreende, ao mesmo tempo, que ao pesquisador não será possível converter-se num nativo, vivendo, pelo menos no tempo em que perdura a pesquisa, marginal entre dois mundos, o seu próprio e o do nativo. Dessa forma, o pesquisador buscou viver a vida como zande, no seu trabalho de campo, mas tinha em mente que jamais se tornaria um. Essa questão se remete a um ponto analisado

por Emerson Giumbelli (2006), ao se debruçar sobre a obra de Evans-Pritchard, que é a constante e rígida distinção entre o “eles” e o “nós”, exemplo de uma antropologia assimétrica (GIUMBELLI, 2006), típica do momento em que vivia e produzia e que viria a ser criticada e contestada nos anos 1980 pelos pós-modernistas.

Exemplo de uma monografia teórico-descritiva – o que o faz ser celebrado junto a Malinowski como arquetípico pesquisador de campo, dentro dos cânones da disciplina (GUPTA e FERGUSON, 1997) – assim como “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” (MALINOWSKI, 1978) o estudo sobre bruxaria na sociedade azande, além de contribuir para a reflexão do trabalho etnográfico de campo, é central e referência obrigatória para aqueles que se debruçam sobre o fenômeno religioso e a sociologia do conhecimento. A novidade trazida pelo autor é pensar a bruxaria como forte componente que influencia os comportamentos sociais e pilar regulatório de relações sociais, colocando-a como indispensável para a manutenção da sociedade zande. Além disso, num autêntico e preciso olhar etnográfico traz luz sob práticas, crenças e formas de pensar de povos não-ocidentais que, à primeira vista, nos parecem irracionais e ilógicas, mas que perscrutadas sob o escrutínio da teoria antropológica ganham sentido e racionalidade, tais quais as práticas e formas de conceber o mundo no Ocidente.

Inicialmente o autor traz alguns importantes atributos acerca do fenômeno da bruxaria, que caracteriza como onipresente, pois circunda toda a vida social zande, mostrando suas características principais: é orgânica, por caracterizar-se como substância concreta, palpável no organismo, que tem vida e se localiza, segundo o autor, na região do intestino delgado. Entretanto, pode manter-se “fria” durante toda a vida, ou seja, não acionada. Dessa forma, o que interessa aos azande é o momento em que a bruxaria é utilizada, pois só caracterizam alguém como bruxo quando este faz bruxaria contra outrem. Outro importante ponto sobre esse fenômeno é seu caráter hereditário, herdada de pai para filho ou de

mãe para filha, obedecendo a este caráter sexual. Geralmente, procuram-se os bruxos entre seus inimigos e pessoas que moram próximo, pois o efeito da bruxaria só é válido se houver uma curta distância geográfica entre bruxo e vítima. A substância bruxaria cresce no organismo com seu desenvolvimento, por isso, crianças quase nunca são acusadas de bruxaria, por terem a substância em pequena quantidade; os mais temidos são os anciãos, pois estes detêm uma alta quantidade de bruxaria em seu organismo. Os azande acreditam que nunca há bruxaria entre sexos diferentes (a não ser quando a mulher embruxa o marido, pois não lhes faltam motivos para isso), pois se isso acontece denota uma aproximação entre homem e mulher não usual na sociedade zande e tida, por isso, como adultério. Por vezes, o ato de bruxaria leva a morte e, esta, por sua vez, deve ser vingada e para tanto, utilizam-se de oráculos e de magia, como apontarei mais à frente.

Em seguida, Evans-Pritchard analisa como os azande lançam mão da bruxaria como fator explicativo dos infortúnios diários. O autor retrata uma série de situações cotidianas que são explicadas por este povo como culpa de bruxaria e, que, nós explicaríamos através do conceito de azar, como, por exemplo, quando um azande tropeça num toco na floresta e o corte ocasionado infecciona. Para o autor, o fato seria mera obra do acaso e do azar, mas esta sociedade credita a um bruxo essa ação, uma vez que este povo anda sempre vigilante na floresta, com cautela para que isso não ocorra, e uma vez o corte ocasionado, sua natureza é logo cicatrizar, quando a ferida não sara rapidamente, logo se conclui que foi obra de bruxaria. Aqui, o antropólogo utiliza a expressão “causa socialmente relevante” para mostrar que os azande não desprezam as causas físicas dos infortúnios, mas o que é significativo para explicar o funcionamento dessa sociedade é a bruxaria. O autor exemplifica com um homem que foi morto por um elefante. Os azande afirmam que a primeira lança é o elefante, que o matou de fato, entretanto, a bruxaria seria a segunda lança, que explica o ato do elefante ter matado o homem.

O antropólogo revela ainda as exceções da regra acima exposta. Todos os infortúnios são causados por bruxaria, menos em situações de quebra de tabu ou não obediência de regras morais. Também casos de crime e pecado, a bruxaria não é acionada como fator explicativo, como no adultério, uma vez que os azande acreditam que ninguém trai por que foi embruxado. No mais, o autor enfatiza que a sociedade zande não sabe analisar seus sentimentos em relação a bruxaria, possuindo mais sentimentos que idéias em relação a esta.

No terceiro capítulo, o autor analisa os motivos pelos quais um zande embruxa outro, bem como o que ocorre após o embruxamento e a importância dos oráculos neste contexto. Evans-Pritchard aponta que quando um azande adoece, por exemplo, atribuem logo à bruxaria e esta, provavelmente, foi feita por algum inimigo, pois o embruxamento acontece em decorrência de sentimentos ruins, como ódio ou inveja. Assim, entendo que o antropólogo afirma existir um modelo de conduta socialmente aprovado no sentido de nunca despertar o ódio de alguém, caso contrário atrairá as atenções de bruxos – dessa forma, a possibilidade da bruxaria consegue regular as relações sociais. Quando alguém se encontra embruxado, há duas maneiras de agir: a mais usual é procurar o delegado para que este comece imediatamente as negociações com o bruxo, com o fim de o último cessar a bruxaria. É enviado um mensageiro à casa do bruxo com asas de galinha e é pedido que este sopre e diga, com sinceridade, que irá interromper a bruxaria (faz parte de um código comportamental nunca recusar-se a soprar as asas de galinha, reconhecendo-se a culpa, mesmo que o acusado se sinta injustiçado). Outra maneira, menos usual, de ação após embruxamento é um discurso na montanha no sentido de amedrontar o bruxo, pedindo que este pare com a bruxaria, caso contrário seu nome será revelado em público – e nenhum azande gostaria disso.

Há nesse processo toda uma série de normas a serem seguidas pelos azande. Quando alguém fica gravemente doente, por exemplo, parte-se da premissa que foi bruxaria. Consulta-se, então, o oráculo de veneno (o

oráculo de atrito ou das térmitas pode ter sido anteriormente consultado) para saber quem foi o responsável. Ministra-se uma dose de veneno para uma galinha e faz-se um complexo ritual (o autor faz uma longa narrativa sobre essa cerimônia) onde alguns nomes são aventados e o oráculo revela qual deles é o bruxo. As asas da galinha morta são levadas por um mensageiro até a casa do possível bruxo, onde este as sopra (existe uma convenção que o leva a aceitar a culpa; a recusa equivale a uma confissão) e promete parar o encantamento. Caso, este não pare e a vítima de bruxaria morra, a família da vítima tem a obrigação moral de realizar uma vingança matando o bruxo, por meio também de magia.

No quarto capítulo, Evans-Pritchard analisa o que ele chama de “incoerência” no discurso zande, pois se por um lado, acredita-se que o ato de embruxar alguém é sempre consciente (pois movido por sentimentos ruins), quando alguém é acusado de bruxaria se vale da posição de não-intencionalidade, afirmando que a bruxaria foi feita inconscientemente. O que deve ser dito, então, no momento em que o mensageiro leva a asa de galinha ao bruxo é: “Se possuo bruxaria em meu ventre, disso não tenho consciência; que ela esfrie. Por isso, sopra a água” (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 85).

O autor faz um rico relato etnográfico sobre os rituais de adivinhação que acompanhou durante o trabalho de campo, descrevendo as funções dos adivinhos na sociedade zande. A princípio, a função desses sujeitos é a de prever/detectar bruxaria, tendo, em tese, o mesmo papel dos oráculos, porém, com menor grau de confiabilidade – precisando, por isso, da confirmação destes. A realização do ritual onde os adivinhos são interrogados sobre possíveis bruxarias reúne muitas pessoas e tem grande importância para os azande. Para além do combate à bruxaria (o adivinho é tido como guerreiro), a principal finalidade apontada para a existência desses rituais é o prestígio daqueles que os patrocinam, que passa a ser reconhecido publicamente. Nessas cerimônias, o adivinho evita acusações públicas (pois isso geraria mal-estar para ele, já que o adivinho é membro

da sociedade e convive com os bruxos). A exceção a esta regra é em relação às mulheres e “pessoas fracas”.

Posteriormente, apresenta-se uma longa descrição do funcionamento do oráculo de veneno e sua análise na estruturação da vida social zande. Como já mostrei anteriormente, todas as atividades importantes devem ser precedidas à consulta do oráculo, para que seu veredito decida ou não pela sua realização. Tal medida encontra-se tão fortemente arraigada na tradição zande que, em algumas ocasiões, a não consulta aos oráculos de veneno podem incorrer em penalidades legais. O oráculo de veneno conta com grande interdito à sua participação, geralmente os consultantes são homens casados, chefes de família e de casa, que devem seguir, juntamente com os demais participantes do ritual, certos tabus impostos. A manipulação do oráculo exige grande especialização e para que ocorra o ritual é necessário o operador, o proprietário e o interrogador, cada um desempenhando um papel específico para que tudo funcione adequadamente. O autor exemplifica com rituais dos quais participou e os narra com riqueza de detalhes. Outro importante impacto do oráculo de veneno na estrutura zande é a conformação/regulação dos papéis de gênero, onde a mulher encontra-se excluída e reprimida pelo oráculo (Evans-Pritchard demonstra que as mulheres odeiam os oráculos porque não raras vezes a prejudicam).

Em seguida, Evans-Pritchard trata do uso dos oráculos como importante fator de sustentação da sociedade zande, apontando aqui, pela primeira vez, para uma racionalidade das práticas e crenças desse povo. De acordo com o autor:

O comportamento zande, embora ritual, é consistente e as razões apresentadas para esse comportamento, embora místicas são intelectualmente coerentes [...] os oráculos erram, mas os zande nunca questionam sua validade, tentam explicar a imprecisão desse veneno particular [...] os azande vêm tão bem quanto nós que o fracasso de seu oráculo em fazer profecias corretas pede uma explicação, mas estão de tal enredados em noções místicas que precisam recorrer a elas para explicar o fracasso. (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 170-171)

Dessa maneira, observamos o esforço metodológico feito pelo antropólogo no sentido de se impregnar do cotidiano nativo e “traduzindo” um sistema que, a primeira vista, pode ser ilógico e irracional, mas tomado em sua totalidade, explica o funcionamento da sociedade zande. Podemos perceber como o antropólogo incorporou as noções zande quando relata o evento em que supostamente viu uma luz de bruxaria se dirigindo à casa de um homem que aparecera morto na manhã seguinte. Essa postura fez com que Evans-Pritchard pudesse chegar ao entendimento das questões a que se propôs.

O décimo primeiro capítulo configura-se como relato de drogas e seu uso na magia zande, bem como em que situações faz-se uso de certas drogas, e também analisa como se articulam a tríade “bruxarias, oráculos e magia”. Os azande convivem, lado a lado, com a bruxaria e com a feitiçaria, mas temem muito esta última, sentem-se com medo quando enfeitiçados, uma vez que possuem sintomas mais sérios e não existe uma aparelhagem social para combatê-la. Enquanto a bruxaria, por ser bem mais comum, não desperta medo e, sim raiva. A magia é o mecanismo utilizado para combater tais forças místicas, como a bruxaria e a feitiçaria. Somado a magia há os oráculos e a bruxaria que, segundo o autor:

[...] formam um sistema intelectualmente coerente. Cada elemento explica e prova os demais. A morte é prova de bruxaria; é vingada pela magia; o sucesso da vingança mágica é provada pelo oráculo de veneno; e a exatidão do oráculo de veneno é determinada pelo oráculo real, que está acima de qualquer suspeita. (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 208).

O último capítulo retoma a discussão da racionalidade das práticas e crenças zande, estabelecendo sua coerência quando consideradas em conjunto. A melhor maneira de visualizar como a sociedade zande aciona suas crenças e práticas de forma lógica e crítica é através da análise da morte, como afirma o autor:

A morte evoca a noção de bruxaria; os oráculos são consultados para determinar o curso da vingança; os oráculos decidem se a magia executou a vingança; depois da tarefa cumprida, as drogas mágicas são destruídas. (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 228)

Para Evans-Pritchard, portanto, esse conjunto de crenças, sustentados pelo tripé bruxaria, oráculos e magia são responsáveis por garantir a continuidade do adequado funcionamento da sociedade em questão. O equilíbrio estaria mantido, uma vez que a bruxaria, sobretudo, atua como força conservadora e guia comportamental, para que os azande adotem comportamentos que não despertem a ira de ninguém, pois não se sabe quem pode ou não ser um bruxo. Aqui reside, destarte, a coerência do sistema que estrutura a vida social zande.

Nesse sentido, destaca-se a importância que Evans-Pritchard deu ao sistema de pensamento zande, objeto da análise do antropólogo a partir das práticas de bruxaria, feitiçaria e magia, sobretudo numa época em que a antropologia tinha como foco as relações sociais. Evans-Pritchard, ao explicar com profundidade as formas de perceber o mundo do povo zande, busca convencer o leitor da consistência intelectual nas noções com as quais operam a sociedade zande, trazendo como maior contributo de sua obra, a meu ver, a tradução de práticas e crenças deste povo para torná-las compreensíveis para a racionalidade ocidental.

“Bruxaria, oráculos e magia entre os azande” é uma obra clássica da antropologia, revisitada até os dias atuais, pois como afirma **Eduardo Viveiros de Castro**, em sua nota do tradutor, suas análises permanecem vivas, pulsantes e novas (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 7) uma vez que o antropólogo inglês ilumina caminhos percorridos recorrentemente na antropologia, como nos estudos de religião e magia, além de dar continuidade às propriedades do trabalho antropológico de sua época, fermentando e entusiasmando importantes reflexões que ainda hoje tomam corpo no campo das ciências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIUMBELLI, Emerson. Os azande e nós: experimento de antropologia simétrica. *Horizontes antropológicos*, vol.12, n.26, Porto Alegre, 2006.

GROSSI, Mirian. Na busca do “outro” encontra-se a “si” mesmo. In: GROSSI, Mirian. **Trabalho de campo e subjetividade**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social UFSC, Florianópolis, 1992.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Discipline and practice: the field as site, method and location in Anthropology. In: AKHIL, Gupta; FERGUSON, James (orgs). **Anthropological Locations: boundaries and grounds of a field science**. Berkeley: University of California Press, 1997.

KUCLICK, Henrika. After Ishmael: the fieldwork tradition and its future. In: AKHIL, Gupta; FERGUSON, James (orgs). **Anthropological Locations: boundaries and grounds of a field science**. Berkeley: University of California Press, 1997.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. Edward Evans-Pritchard: um mestre da escrita etnográfica In: Orgs. Everardo Rocha e Marina Frid. **Os Antropólogos**. Editora PUC-Vozes, 2014.

STOCKING, George. The ethnographer’s magic: fieldwork in British Anthropology from to Malinowski. In: STOCKING, George (Org). **Observers Observed: essays on ethnographic fieldwork**. Madison. The University of Wisconsin Press, 1983.